

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

ANA CARLA JUNQUEIRA MEIRELLES ROBERTO

**PROCESSO DE REALIZAÇÃO: RESISTÊNCIAS E AQUIESCÊNCIAS DE
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**SÃO PAULO
2016**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

ANA CARLA JUNQUEIRA MEIRELLES ROBERTO

**PROCESSO DE REALIZAÇÃO: RESISTÊNCIAS E AQUIESCÊNCIAS DE
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em **Ciências Sociais**, sob a orientação da Professora Doutora **Maria Margarida Cavalcanti Limena**.

**SÃO PAULO
2016**

Sistema para Geração Automática de Ficha Catalográfica para Teses e Dissertações com dados fornecidos pelo autor

Roberto, Ana Carla Junqueira Meirelles
PROCESSO DE RUALIZAÇÃO: RESISTÊNCIAS E
AQUIESCÊNCIAS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS /
Ana CarlaJunqueira Meirelles Roberto. -- São Paulo:
[s.n.], 2016.
241p ; cm.

Orientador: Maria Margarida Cavalcanti Limena.
Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-- Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de
Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, 2016.

1. Criança. Adolescente. Adulto. 2. Rualização. 3.
Proteção. 4. Política Pública. I. Limena, Maria
Margarida Cavalcanti. II. Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Ciências Sociais. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA ✨

*Ao meu esposo, Orlando, e filhos,
Mateus e Isadora,
pelo amor incondicional*

e

*aos sujeitos que contribuíram para a construção deste trabalho de forma tão plena, dando voz a muitos que estão por aí, nas ruas, em malocas das cidade ou do campo, ou, que, simplesmente, estão no trecho:
alimentaram esta tese, como os grãos que alimentam os moinhos.*

Dedico este trabalho especialmente ao Marcus Vinícius, participante da pesquisa de campo, que, por intempérie do destino, perdeu a vida para o tráfico.

Deposito aqui todos os seus sonhos e esperanças.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão de fomento à pesquisa e à formação de docentes brasileiros, pela possibilidade oferecida.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS ✨

Ao Pai Criador: hoje eu só quero agradecer. Obrigada por tudo.

Aos meus filhos, Mateus e a Isadora: agradeço pelas suas presenças em minha vida, com sua retidão, honestidade e ética. Em Mateus, busco inspiração em sua humildade, desprendimento, bom senso e amor; e através da Isadora, sou guiada por sua capacidade de superação, coragem, humor e amor. Obrigada por existirem e por todo o apoio que me deram durante o longo período de elaboração desta tese.

Ao meu esposo, Orlando: acredito que Deus tinha uma missão para você, quando o colocou na minha vida: tornar-me uma pessoa melhor. Você está presente por inteiro nesta tese, com seu modo de ver o mundo e de deixar a sua marca e essência nele. Expresso a minha gratidão por estar comigo e pelo apoio. Obrigada pelo amor incondicional e por me ajudar na construção desta tese.

Aos meus pais, Mazinho (*in memoriam*) e Maria Stella. Agradeço pelos ensinamentos de vida e pela imensa capacidade de amor incondicional. Ao meu pai, que nos inspirou pela busca do conhecimento, e a minha mãe, que me ensinou a caminhar sempre com fé e nunca desistir.

À Lindamar, minha grande amiga, irmã espiritual que comunga os mesmos ideais ético-profissionais e de transformação da sociedade pela força do amor. A você, dedico o trecho da bela canção de Renato Teixeira e Dominginhos:

A amizade sincera é um santo remédio, é um abrigo seguro. É natural da amizade, o abraço, o aperto de mão, o sorriso. Por isso se for preciso, conte comigo, amigo disponha...

Obrigada por participar da minha vida tão intensamente, com seu amor, sua amizade e suas contribuições acadêmicas.

Minha gratidão à Alinete, assistente social, amiga guerreira e confiante na seara do Serviço Social. Fomos desafiadas a enfrentar o trabalho com a população de rua em 2010. Quanto aprendemos juntas? Quantas vezes tivemos que inventar e reinventar? Ao final, criamos e tecemos junto com eles. Agradeço a amizade sincera.

À Tatiana, agradeço imensamente pelo trabalho nas inúmeras revisões da tese, assim como nas oportunas e essenciais sugestões e discussões.

AGRADECIMENTOS ✨

Este estudo não é resultado apenas de um esforço individual, mas sim de significativas contribuições que recolhi durante minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, ao trabalhar com pessoas que passam tempo de suas vidas nas ruas e/ou acessando abrigos, e dividir minhas experiências com outros profissionais, assistentes sociais e educadores sociais, que foram fundamentais para essa construção.

Consciente de que é impossível listar todos que acrescentaram conhecimentos e experiências essenciais à forma de ver o mundo e nele atuar, preciso expressar meu agradecimento aos educadores Benedito, Alex, Lilian, Mara, Maria do Carmo, Sr. Valdir e Ronaldo, e às colegas de trabalho, Liliane, Alaíde, Jaqueline e Marília, pela importante convivência e pelos aprendizados compartilhados.

De forma coletiva, registro a contribuição das equipes de trabalho das quais participei e pontualmente coordenei, como o Abrigo para População de Rua e o Centro de Convivência para População de Rua (CECON - hoje, Centro Pop II) do município de São José dos Campos. Nesses espaços, sofremos, rimos, comemoramos, celebramos e vencemos - tenho certeza disso.

Agradeço profundamente à orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Margarida Cavalcanti Limena, pelo acolhimento, atenção e, principalmente, pelo ambiente acadêmico arejado e aberto ao pensamento crítico e ao debate de ideias.

O meu reconhecimento e profundo agradecimento extensivo à Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Rodrigues, que me orientou no Mestrado e contribuiu enormemente como leitora desta tese.

O resultado criativo que acabamos construindo se deve a vocês duas, que me mostraram a possibilidade de observar a realidade sob diferentes ângulos.

Agradeço intensamente à instituição de ensino Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelo acolhimento, atenção e, sobretudo, pelo espaço acadêmico aberto ao pensamento crítico e ao debate de ideias. Na PUC, encontramos as condições

ideais para transformar nossas experiências profissionais, sociais e políticas, além de ser um local de resistências e aquiescências.

Meus sinceros agradecimentos à administração da Prefeitura Municipal de São José dos Campos e à Secretaria de Desenvolvimento Social, pela liberação do trabalho, a fim de que pudesse me qualificar, nos últimos cinco anos desta pesquisa.

RESUMO ✨

Na presente tese, objetivamos entender o processo de rualização de crianças e adolescentes e identificar os motivos que propiciam a permanência de muitos deles nessa situação até a fase adulta, vivendo nas ruas e/ou acessando os serviços de atendimento e de acolhimento para população de rua. Contextualizamos nossa análise a partir dos serviços de proteção à população de rua do município de São José dos Campos-SP. A organização metodológica desta pesquisa foi edificada em várias etapas: levantamento bibliográfico, entrevistas com os sujeitos, e pesquisa de campo para o levantamento dos dados estatísticos. Este trabalho está ancorado em múltiplas fontes de pesquisa, dentro de uma perspectiva do Pensamento Complexo, o que permitiu uma maior apreensão das ideias e dos fatos concretos concernentes a esse fenômeno multidimensional. Servimo-nos de obras clássicas, filmes, músicas, documentos acadêmicos, incluindo um histórico de algumas legislações, políticas públicas direcionadas à proteção da criança e do adolescente e à população de rua em geral. Nossa pesquisa foi também voltada para análises na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Política Nacional de Inclusão da Pessoa em Situação de Rua (PNPSR). A metodologia utilizada foi de natureza quanti-qualitativa. Para a pesquisa quantitativa, valemo-nos de dados obtidos junto à Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Conselho Tutelar (CT) e Delegacia de Infância e Juventude (DIJU) do município. Em relação à pesquisa qualitativa, nosso foco foi o depoimento de adultos, com a faixa etária entre 19 e 40 anos de idade, que iniciaram o processo de rualização na infância ou adolescência, mas que ainda permanecem nessa condição, após vinte e seis anos da implantação do Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA). Esses adultos entrevistados, já estariam, teoricamente, sob as salvaguardas de algumas legislações, em especial da Constituição Federal (CF) e do ECA. A partir dos dados estatísticos e dos relatos orais, foi possível uma análise crítica construtiva da efetividade da legislação da Assistência Social, da rede de proteção social e do aparelhamento existente no município. Pudemos constatar várias falhas envolvendo a coleta descontínua de dados ao longo do período desta pesquisa (2010 a 2015), além de equívocos metodológicos na construção da amostragem e de gênero. Tais fatos mostram uma descrição imperfeita da realidade apresentada pelo município em relação ao grupo de crianças e adolescentes que vivem nas ruas e correspondem àquela apresentada pelos registros do órgão principal responsável por identificar e atender esta demanda: o Centro Pop. Essa constatação reforçou conclusões de estudos prévios sobre as dificuldades de se realizar pesquisas e da necessidade imperiosa dos serviços municipais de proteção de fazerem uso adequado dos dados estatísticos, assim como da adoção de instrumentos apropriados a serem implantados no município. Assim, este trabalho realça as dificuldades e limitações no funcionamento dos serviços de atendimento e proteção aos jovens, embasados nas legislações vigentes e nos métodos de amostragem dessa população. Além disso, demonstra a inerente complexidade desse problema, que exige uma abordagem interdisciplinar humanista embasada no Pensamento Complexo.

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Adulto. Rualização. Política Pública. Proteção.

ABSTRACT ✨

This thesis is aimed to understand the process of “rualização” of children and adolescents, and to identify the reasons which favor the permanence of many of them in such situation until their adulthood, living on the streets and / or accessing the attendance and care services for homeless people. We contextualize our analysis from protection services to the homeless population of São José dos Campos / SP. The methodological organization of this research was built in several stages: bibliographic search, interviews with the subjects, and field research for compiling statistical data. This work is based on multiple sources of researches, within a perspective of the Complex Thinking, which allowed a greater apprehension of ideas, concrete facts concerning this multidimensional phenomenon. Besides a comprehensive bibliographic review, we also employed reference books, movies, music, including a history of the legislation concerning public policies aimed to protect children and adolescents, and the overall homeless population. Our research has also been devoted to the analysis of the National Social Assistance Policy (PNAS) and National Policy Inclusion of People on Homeless (PNPSR). The methodology used was quantitative and qualitative. For quantitative research, we employed data obtained from the Social Development Secretary (SDS), Municipal Health Secretary (SMS), Child Protection Council (TC) and the Bureau of Children and Youth (DIJU) of the municipality. Regarding the qualitative research, the focus was on the interviews with adults aged 19 to 40 who started the process of “rualização” in childhood or adolescence, but who still remain in the same condition, after twenty-five years of the implementation of the Child and Adolescent Statute (ECA). These adults interviewed have already been theoretically under the safeguards of some legislation, in particular under the Citizen Constitution (CF), the ECA. From the statistical data and oral reports it was possible to make a constructive critical analysis of the effectiveness of the social assistance law, social protection network and the existing structure in the city. Several failures involving the discontinuous data collection over the period of this study (2010-2015) could be noticed, as well as, the methodological flaws in the construction of sampling and gender. These facts show an imperfect description of this reality presented by the municipality in relation to the group of children and adolescents living on the streets and correspond to the reality presented by the records of the main body to identify and meet this demand – the Pop Center. This fact reinforced findings of previous studies about the difficulties of conducting research and the urgent need of municipal protection services to make proper use of statistical data, as well as the adoption of appropriate instruments to be deployed in the city. This study highlights the difficulties and limitations in the functioning of care services and protection to young people, based on current legislation, on population sampling methods and demonstrates. Moreover, it shows the inherent complexity of this problem, which requires a humanistic interdisciplinary approach based on the Complex Thought.

Keywords: Children. Adolescent. Adult. “Rualização”. Public policies. Protection.

ABAP - Associação Beneficente de Ajuda ao Próximo
Abrigo Pop – Serviço de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CEAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social
Centro Pop - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CF - Constituição Federal do Brasil
CIESPI - Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância
CMDC - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte
CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODENI - Coletivo para os Direitos da Criança
COMAS - Comunidade Cristã de Ação Social
CONAETI - Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT - Conselho Tutelar
CTA - Centro Técnico Aeroespacial
DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DIJU - Delegacia da Infância e Juventude
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM - Fundação Estadual de Bem Estar do Menor
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FUNABEM - Fundação Nacional de Bem Estar Social
FUNDHAS - Fundação de Atendimento à Criança e ao Adolescente Hélio Augusto de Souza
GRANPAL - Projeto de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco Social da Grande Porto Alegre

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LA - Liberdade Assistida
LDB - Lei de Diretrizes Básicas
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDS - Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome
NAVCV - Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos
NEMESS - Núcleo de Estudo e Pesquisa Sobre Ensino e Questões Metodológicas de Serviço Social
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Piso de Alta Complexidade
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF - Programa de Atenção Integral à Família
PBF - Programa Bolsa Família
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFMC - Piso Fixo de Média Complexidade
PNPSR - Política de Inclusão Social da Pessoa em Situação de Rua
PMSJC - Prefeitura Municipal de São José dos Campos
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PSB - Proteção Social Básica
PSC - Prestação de Serviço à Comunidade
PSDB - Partido Social Democrático Brasileiro
PSE - Proteção Social Especial
PT - Partido dos Trabalhadores
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SAMA - Serviço Ambulatorial Especializado no Tratamento da Dependência Química em Mulheres e Adolescentes

SAS - Secretaria de Assistência Social de São Paulo

SEAS - Serviço Especializado de Abordagem Social

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SDS - Secretaria de Desenvolvimento Social de São José dos Campos

SIAS - Sistema Informatizado da Assistência Social

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SIPINF - Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de São José dos Campos

SNAS - Sistema Nacional de Assistência Social

SPDM- Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

VIJ - Vara da Infância e Juventude

UAI - Unidade de Acolhimento Institucional

UFGRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNILIVRECOOP - Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

| Gráficos | Página |
|---|---------------|
| Gráfico 1 - Ocorrências Centro Pop: São José dos Campos | 119 |
| Gráfico 2 - Ocorrências Conselho Tutelar: São José dos Campos | 121 |
| Gráfico 3 - Ocorrências Caps AD e SAMA: São José dos Campos | 122 |
| Gráfico 4 - Ocorrências DIJU: São José dos Campos | 126 |

| Tabelas | Página |
|--|---------------|
| Tabela 1 - Proteção Social: Básica e Especial | 98 |
| Tabela 2 - Legislação e normativas pertinentes à população em situação de rua | 105 |
| Tabela 3 - Dados Centro Pop: São José dos Campos | 119 |
| Tabela 4 - Dados Conselho Tutelar: São José dos Campos | 120 |
| Tabela 5 - Dados Caps AD e SAMA: São José dos Campos | 122 |
| Tabela 6 - Dados DIJU: São José dos Campos | 123 |
| Tabela 7 - Expectativas e perspectivas dos sujeitos entrevistados | 184 |

SUMÁRIO ✨

| | |
|---|------------|
| Introdução | 28 |
| Problema de pesquisa | 34 |
| | |
| Capítulo I | |
| A rualização de crianças, adolescentes e adultos: questões e reflexões | 43 |
| 1.1 Apresentação | 44 |
| 1.2 O processo de rualização sob diferentes perspectivas | 46 |
| 1.2.1 Pesquisas quantitativas e qualitativas sobre o tema | 47 |
| 1.2.2 A rualização no cinema, jornalismo, literatura e música | 57 |
| 1.3 Crianças e adolescentes em situação de rua: definições e conceitos | 64 |
| | |
| Capítulo II | |
| A proteção de crianças, adolescentes e adultos em processo de “rualização” no município de São José dos Campos | 76 |
| 2.1 Apresentação | 77 |
| 2.2 A implementação de políticas sociais no âmbito do Brasil | 77 |
| 2.2.1 O papel da família no âmbito das políticas públicas e na garantia da proteção de crianças e adolescentes | 84 |
| 2.3 Bases que sustentam a proteção a crianças, adolescentes e adultos em situação de rua | 89 |
| 2.3.1 A legislação protetiva da infância e juventude no Brasil | 89 |
| 2.3.2 A legislação protetiva da infância e juventude no âmbito da Assistência Social | 95 |
| 2.3.3 A legislação protetiva à população de rua no âmbito dos serviços da Política de Assistência Social | 100 |
| 2.3.4 A atuação da Política Nacional de Inclusão da Pessoa em Situação de Rua (PNPSR) | 103 |
| 2.4 Cenário da pesquisa: breve histórico do município de São José dos Campos | 106 |
| 2.5 A legislação protetiva da infância e juventude no âmbito da Assistência Social de São José dos Campos | 111 |
| 2.5.1 A rede socioassistencial de São José dos Campos referendada na NOB/SUAS | 113 |
| 2.6 Mapas quantitativos, análise dos números e das diversas situações das crianças e adolescentes “em situação de rua”, no período de 2010 a 2015 | 117 |
| | |
| Capítulo III | |
| O encontro com os sujeitos significativos | 128 |
| 3.1 Apresentação | 129 |
| 3.2 O Pensamento Complexo como alicerce para a análise dos relatos | 129 |
| 3.3 Ouvindo histórias | 135 |
| 3.3.1 Experiências de rua | 138 |
| 3.3.2 Implicações da violência doméstica | 139 |
| 3.3.3 O vínculo com a droga | 151 |
| 3.3.4 O acesso à ilegalidade | 154 |
| 3.3.5 A vida na rua: o paradoxo do bem e do mal | 156 |
| 3.3.6 O espaço da proteção primária: a família | 168 |
| 3.3.7 Redes de Apoio: a assistência formal e informal recebida nas ruas | 171 |
| 3.3.8 A sociedade: discriminação, preconceito e invisibilidade | 180 |

| | |
|--|------------|
| 3.3.9 As comunidades e os beneficiários das políticas públicas: os cidadãos, na perspectiva consciente entre direitos e deveres | 182 |
| 3.3.10 Expectativas e perspectivas: projeções para o futuro | 183 |
| Considerações Finais | 187 |
| Referências Bibliográficas | 197 |
| Anexos | 215 |
| Apêndices | 229 |

*“A menos que modifiquemos a nossa
maneira de pensar, não seremos
capazes de resolver os problemas
causados pela forma como nos
acostumamos a ver o mundo”.*

(Albert Einstein)

O presente estudo tem como foco a vivência de rua de crianças e adolescentes, analisada a partir das experiências de rua relatadas pelo adulto que ainda permanece nessa condição. Assim, a delimitação da pesquisa recai sobre o indivíduo adulto que iniciou a realização na infância ou adolescência, já sob a salvaguarda do conjunto das leis de proteção à infância.

A temática junto a esse público tem sido objeto de estudo das várias áreas das ciências, os quais pontuam que essa situação é vivida de sofrimentos subjetivos e de riscos, que podem ser desencadeadores para o ingresso no mundo das drogas, da violência e do crime.

Nesta pesquisa, a questão tornou-se objeto de análise aprofundada a partir de nossa prática profissional na Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) de São José dos Campos/SP (PMSJC), iniciada em 2008, quando estivemos à frente do programa de acompanhamento às famílias de crianças e adolescentes em situação de rua do município¹, serviço vinculado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)². Também baseamo-nos em nossa experiência na coordenação do Abrigo para População de Rua (Abrigo Pop)³, em 2010, e do Centro de Referência Especializado para População de Rua (Centro Pop II)⁴, no período de agosto de 2010 a novembro de 2014.

A temática ressurgiu para nós quando assumimos a coordenação do Abrigo Pop da PMSJC, em 2010, e fomos surpreendidos ao reencontrarmos alguns daqueles adolescentes, os quais havíamos atendido anteriormente, utilizando aquele serviço. A frustração suscitada nos fez refletir sobre dois aspectos que se complementam: um primeiro, relacionado à necessidade de um aprofundamento da reflexão teórica, e outro, direcionado à ponderação sobre o que foi feito àqueles sujeitos, na direção de nossos ideais profissionais. Por isso, estamos agora numa desafiante tarefa, convivendo e interrogando vários pontos, sempre atentos ao contexto sociocultural da vida desses indivíduos e às suas histórias. Buscamos dirigir nossa atenção à sua fala, ao seu tempo, aos ciclos de vida, às suas resistências e aquiescências.

¹ Este trabalho será descrito no capítulo II deste estudo.

² Unidade pública estatal de atendimento e referência para o acompanhamento especializado no SUAS, onde se ofertam serviços continuados de média complexidade conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituída pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.

³ Abrigo Pop – Serviço de Acolhimento a Pessoas em Situação de Rua.

⁴ Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (unidade pública e estatal).

A presença de alguns jovens, que já estavam na condição de rua enquanto adolescentes e que ainda permaneciam naquele abrigo para adultos, nos fez levantar algumas indagações. A questão fundamental é entender quais forças que agiram para manter as crianças na mesma situação de morador de rua durante sua adolescência e vida adulta. Poderíamos dividir em dois fatores principais. Primeiramente, os fortes condicionamentos psicológicos ligados a danos afetivos e mesmo neurológicos que impediu a transformação deles, mantendo-os inertes, impermeáveis às influências das ações das políticas sociais. Infelizmente, esse fator não poderá ser o objeto desta pesquisa, visto que envolve uma abordagem interdisciplinar⁵, com a participação de profissionais, dentre outros, ligados a diversos setores da saúde. O segundo fator é regido pelas questões, ainda que múltiplas, que se relacionam à efetividade das legislações vigentes, implantadas com a finalidade de garantir a proteção de todos.

Tratamos, a seguir, da ordem de encadeamento da abordagem da temática, revendo as políticas pertinentes, fazendo uma breve revisão da problemática das crianças e adolescentes em situação de rua e também da questão dos jovens e adultos que estão nessa condição desde a sua infância. Esse último tema é a peça principal de pesquisa e análise do presente estudo.

Para tanto, versamos com mais detalhes sobre os dispositivos do ECA, da CF, da PNAS e da PNPSR, buscando fazer um comparativo com os serviços existentes no município de São José dos Campos, direcionados à demanda em situação de rua – criança, adolescente e adulto. Além disso, utilizamos dados de nossa experiência no grupo de reordenamento dos serviços para população de rua e também de documentos oficiais da SDS e dados do Portal da Transparência.

Como citado anteriormente, nossa experiência profissional, somada ao reforço teórico advindo da visão acadêmica no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), levou-nos a questionamentos acerca da vida nas ruas e, em particular, do sentido de se permanecer tanto tempo nelas.

Assunto triste e recorrente da sociedade moderna, de caráter altamente urbano, o tema tem sido prioridade em investimentos de políticas públicas nos

⁵ A abordagem interdisciplinar será conceituada e no capítulo I deste estudo.

âmbitos municipal, estadual e federal⁶, assim como por organizações não governamentais (ONGs) nacionais e internacionais. No entanto, esse fenômeno persiste em muitas cidades, especialmente nas grandes metrópoles, apesar de tantos esforços voltados para o seu desaparecimento. Embora existam traços - particularidades - diferentes em cada país e região de origem, as características e fatores que causam o problema parecem ultrapassar muitas fronteiras culturais e políticas (LEROUX, 1996).

A questão de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas é antiga⁷ e pode ser encontrada em obras literárias, como romances publicados há mais de um século. Estudos apresentam concepções contraditórias sem nenhuma padronização sobre quem e quantos são as crianças e os adolescentes que se desenvolvem nas ruas. Conforme notifica Santana (2003, p. 27), “a literatura aponta para a dificuldade em definir e caracterizar a população de crianças e adolescentes em situação de rua”.

Apesar de tais empecilhos, é necessária a compreensão e a caracterização desses sujeitos a partir de seu enquadramento na sociedade, pois, conforme Guimarães (2007, p. 11), “as crianças nas ruas são encontradas nas mais diversas situações, com seus motivos e particularidades os quais as diferem ao ser analisadas e observadas”.

Crianças com vínculos familiares fragilizados, rompidos ou interrompidos, que circulam entre a rua, a casa e os abrigos, ou seja, em uma condição de extrema

⁶ Constituição Federativa do Brasil de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº8.069, de 13/07/90; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8742, de 07/12/93; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) - Portaria MPAS nº 2.917, de 12/9/2000; Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS) - Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005; PRINCESWAL, Marcelo; CARDEIRA, Paula. **Os Processos de Construção e Implementação de Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua** - O CMDCA-Rio e a criança e o adolescente em situação de rua: avanços e desafios na formulação de uma política pública. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: CIESPI, 2010; BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: CONANDA, 2006; Resolução CONANDA 137, de 21/01/2010, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências; BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011 – 2020**. Brasília: CONANDA, 2010.

⁷ No romance da fase social de Jorge Amado, “Capitães de Areia”, o enredo envolve a vida de meninos de rua em Salvador-BA, na década de 1930-40; no romance “Oliver Twist”, de Charles Dickens, a pobreza e o abandono de um órfão são usados para mostrar aspectos da sociedade inglesa no auge da Era Industrial.

vulnerabilidade social⁸ e abandono, são excluídas, não tendo acesso aos cuidados básicos, além de serem privadas de seus direitos em todas as esferas. Tal negligência ocorre através das famílias, das comunidades, da sociedade como um todo e do próprio governo que as transformam em seres invisíveis para a sociedade. Conforme se observa, há vários pontos de vista sob o qual essa problemática pode ser abordada, o que vem resultando num incremento de complexidade do assunto e que, portanto, deveria ser considerado como um tema estratégico para organização social e política brasileira. Constata-se uma sociedade dominada pelo materialismo, individualismo e as piores qualidades do capitalismo, uma vez que despreza o único valor real e absoluto que sustenta qualquer comunidade de animais: a preservação e sobrevivência da prole.

De forma paradoxal, as crianças que vivem e trabalham nas ruas são, ao mesmo tempo, as mais visíveis e também as mais invisíveis, o que dificulta o direito à proteção pelo Estado (GUIMARÃES, 2007). Elas estão sujeitas a diversas atrocidades e são violentadas em vários aspectos, tais como psicológico, afetivo ou social. Em muitos casos, para conseguirem sobreviver, recorrem ao roubo, às drogas ou à prostituição. Essas crianças são, simultaneamente, vítimas da violência e também os autores dela. São vitimadas de várias formas pela selva urbana e, num processo de *feedback*, devolvem toda a energia acumulada, aleatoriamente ou de forma planejada, para se despojarem de toda indignação contra a sociedade.

Tomando como referência um contexto marcado pela violência e pela luta para sobreviver, crianças e adolescentes de rua tornam-se desprovidos dos direitos básicos à cidadania, o que os leva a experimentar o repúdio social. Muitas vezes, são marcados com estereótipos e estigmas pejorativos de incapacidade e maldade, sendo privados de um espaço social que lhes permita sonhar e crer em sua capacidade de superação. Tais fatores acabam determinando e comprometendo seus estágios futuros, o que leva à acomodação e aceitação do que lhes ocorre como algo natural. Tudo isso gera uma passividade em relação à própria vida, dificultando o processo de transformação.

⁸Segundo Sposati (2009, p. 34), a vulnerabilidade social “indica uma predisposição a precarização, vitimização, agressão”. A autora salienta que a ideia de vulnerabilidade social está associada também a falta de direitos e que deve ser utilizada em relação a algo, no caso, a um agravamento de ocorrência de um risco social.

Esses jovens vivenciam também a quebra do vínculo familiar, que é apontado como um dos determinantes na descrição e situação de rua de crianças e adolescentes. Entretanto, esse rompimento não se justifica como única e maior causa para o ingresso nas ruas. Segundo Neiva-Silva e Koller (2002), o verdadeiro motivo que desencadeia a situação de rua é a miséria econômica e também a afetiva, características encontradas na maior parte das famílias dessas crianças.

Com a vivência na rua, a criança e o adolescente passam a desenvolver uma rede de relações e de apoio para permanecerem no local, fazendo amizades e realizando alguma atividade rentável que, em geral, inicialmente seria para ajudar a família, e em um próximo estágio, para a manutenção da sua sobrevivência (NEIVA-SILVA; KOLLER, 2002). O que notamos é que a falta de cuidados do núcleo familiar rompe a rede natural da vida, pois não proporciona a sustentação afetiva, relacional e de subsistência desses sujeitos.

No reino animal, as proles são mantidas pelo grupo da mesma espécie através da defesa e da manutenção física até a idade adulta. Já na espécie humana, cuja estrutura social é mais complexa, o tempo de amadurecimento psicofísico-social é maior do que em outras espécies. Assim, no caso da criança e do adolescente que vive nas ruas, assistimos a um fenômeno em que a prole se separa prematuramente do núcleo familiar, sem a devida maturidade psicológica, afetiva e de autossustentação, partindo para a luta pela sobrevivência sem as carecidas ferramentas culturais que a nossa espécie adquiriu nos últimos milênios de evolução.

Por conseguinte, eles começam a delinear seu espaço vital na rua e, a partir dessa vivência sistemática, transformam o ambiente em um local de convivência e sobrevivência, distanciando-se cada vez mais de suas famílias e estabelecendo um círculo de sociabilidade própria, que os leva ao risco de sobrevivência. (GRACIANI, 2001).

O espaço da rua torna-se provisório para eles e a agilidade e flexibilidade são imprescindíveis, pois necessitam mudar sempre de lugar devido à insegurança de determinado ambiente. A rua propicia uma sociabilidade própria, instituindo uma série de relações e vínculos. Por esse motivo, o uso de drogas ocupa um espaço muito particular na vida dessas crianças e adolescentes em situação de risco/rua, sendo considerado elevado.

Problema de pesquisa

“Educai as crianças e não precisareis punir os adultos”. (Pitágoras)

Conforme discutido nos parágrafos anteriores, entre os fatores que propiciam a continuidade dos jovens nas ruas ou, em outras palavras, que mantém os mesmos hábitos e as redes de contato desse “universo marginal” da sociedade urbana, estão a forte adaptação a esse meio e a falta de oportunidades para mudanças. Nesse último aspecto, a formação inadequada em relação a normas padronizadas da cidadania e o vazio causado pela ausência dos elos da família, poderiam inviabilizar uma ressocialização de tais jovens.

Nesse aspecto, conforme discutido nesta tese fundamentada no Pensamento Complexo, os fatores endógenos tornam-se tão poderosos que poderiam se sobrepor ao conjunto de ações e políticas propiciadas pelo ECA. Assim, ainda que algumas autoridades considerem o estatuto excelente, possivelmente, ele teria que ser aprofundado, de modo a se contrapor com maior energia e abrangência à forte atração oferecida pelas ruas e à consequente estagnação. Outrossim, essas observações são conjecturas e serão discutidas ao longo deste trabalho, cuja proposta fundamental é compreender o processo de vida nas ruas, das crianças e adolescentes até a idade adulta. Pretendemos aprofundar o entendimento desse processo de vivência de rua de crianças e adolescentes, o qual, para muitos deles, se iniciou na infância e permanece até a idade adulta, ou seja, com 19 ou mais anos.

Encontramos em uma letra da canção⁹ “Problema Social”, interpretada pelo cantor Seu Jorge uma grande empatia com nosso projeto:

Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
 Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
 E nem o bom menino que vendeu limão
 E trabalhou na feira pra comprar seu pão

Essa canção, assim como outras do gênero, em especial de hip hop, registram uma observação do senso comum da realidade, trazendo o estado de invisibilidade que a sociedade impõe a esse quadro, no sentido de denunciar e lembrar que todas as crianças e adolescentes têm direitos iguais. Fato esse que está respaldado pelas regulamentações da Organização das Nações Unidas (ONU),

⁹ Música “Problema Social”, de autoria de Fernandinho e Guará, lançada em 2005, no álbum “Ana & Jorge”.

das políticas sociais brasileiras e enfatizado no ECA, que, em seu artigo 7º, disciplina que “a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e a saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (BRASIL, 1990).

Com base em tais argumentos, o objetivo geral deste estudo é buscar compreender as razões que justificam crianças e adolescentes crescerem e se manterem vivendo nas ruas, mesmo contando com um aparato legal considerado vanguarda a nível mundial, já implantado no Brasil há 26 anos: a CF e o ECA.

O foco do estudo é o município de São José dos Campos, onde analisamos os diversos fatores ou agentes que propiciaram o deslocamento das crianças e adolescentes para um estado de permanência nas ruas até a fase adulta, assim como os fatores prejudiciais que os envolvem, moldam e os dominam, como a exclusão familiar e social, a criminalidade, a violência e as drogas. Com tantos indicadores sociais¹⁰ envolvendo o fenômeno de “vivência de rua” de crianças e adolescentes, pretendemos refletir sobre “quem são”, “como sobrevivem” as crianças e adolescentes do município de São José dos Campos e “porque permanecem na condição de rua, “ainda na fase adulta, na busca de se aprofundar a compreensão da gênese deste fenômeno.

Nesse sentido, procedemos à análise da adequação e eficácia de mecanismos norteadores do ECA, que, na definição do jurista argentino Emílio García Méndez, citado em um texto publicado pela Promenino Fundação Telefônica (2010)¹¹, seria o instrumento legal que confere condições de exigibilidade para os direitos da criança, os quais estão presentes na CF, nas leis brasileiras e, ainda, nas demais normas internacionais relacionadas aos Direitos Humanos da população infanto-juvenil. Também objetivamos analisar a efetivação da PNAS e PNPSR, que

¹⁰Os indicadores sociais referentes a crianças e adolescentes em situação de rua são entendidos a partir das situações de vulnerabilidade analisadas por Rizzini et al. (2010, p. 32): “1) Vulnerabilidade associada a condições precárias de vida: a) Situação de pobreza de crianças, adolescentes e famílias; b) Condições de saneamento dos domicílios; 2) Vulnerabilidade em relação ao contexto familiar: a) Ausência de proteção social à família; b) Nível de escolaridade da mãe; c) Gravidez na adolescência; 3) Vulnerabilidade associada à violação do direito à educação: a) Desigualdade de acesso à educação; b) Taxas de inadequação série/idade; 4) Vulnerabilidade associada ao trabalho infantil: a) Uso do tempo de crianças e adolescentes; b) Principais ocupações de crianças e adolescentes que trabalham; 5) Vulnerabilidade associada à violação do direito à saúde: a) Crianças e adolescentes vítimas de Tuberculose e HIV”.

¹¹ PROMENINO FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Assistência Social e Conselho Tutelar**: atribuições e desafios. 2010. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/noticias/especiais/assistencia-social-e-conselho-tutelar---atribuicoes-e-desafios>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

foi implementada para complementar e garantir as proteções previstas na CF e no ECA.

Assim sendo, realizamos um estudo da condição da criança e do adolescente em situação de rua no Brasil e, especificamente, em São José dos Campos, bem como das ações voltadas ao equacionamento desse problema pelo órgão executivo do município. Nesse contexto, buscamos a compreensão dos fatores que permitem e favorecem que uma vivência de rua - que se iniciou na infância ou na adolescência - permaneça até a fase adulta, ouvindo adultos que começaram tal processo nessas fases, os quais denominamos como os “protagonistas” dessa história.

Para alcançar nosso objetivo geral, buscamos averiguar os elos das crianças e adolescentes com a drogadição e com a criminalidade, já que alguns estudos estatísticos¹² indicam que, no Brasil, o consumo de droga é considerado um processo epidêmico¹³ e, por isso, é necessário compreender se esse processo influencia fortemente a vida crianças e adolescentes. Para chegar a um quadro mais abrangente e mais próximo do real no município, utilizamos dados quantitativos existentes nos serviços municipais da Assistência Social, Saúde, no CT, na DIJU, entre 2010 e 2015.

Além disso, analisamos a eficácia do ECA e da PNAS, especificamente na abordagem do fenômeno social da criança e do adolescente em situação de rua, no município de São José dos Campos. Para tanto considerou-se o tempo de situação de rua dos sujeitos pesquisados e a vigência desses dispositivos legais. Nessa perspectiva, visamos atingir os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o perfil dos indivíduos que vivenciam o processo de realização e contextualizar o espaço da rua, buscando compreender todo o processo que os leva a optar para a vida nas ruas;
- Analisar os dispositivos do ECA e das PNAS que tratam da proteção à criança em situação de rua e as ações efetivas do município de São José

¹² Destacamos algumas pesquisas utilizadas ao longo deste trabalho, citadas no capítulo I: Abreu (2009); Rosemberg (1994); FIPE; SAS (2000); Gehlen (2004); FIPE; SMADS (2007); FIPE; Marinho (2013); FIPE; SMADS (2015).

¹³A Organização Mundial de Saúde já definiu o abuso de drogas como “uma doença social epidêmica”, destacando o rápido aumento no uso de substâncias como cocaína, opióides e medicamentos psicotrópicos em muitos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil (OMS, 1999). O consumo de álcool e outras substâncias psicoativas constituem grave problema de saúde pública, com sérias consequências pessoais e sociais no futuro dos jovens e de toda a sociedade.

dos Campos para o enfrentamento e a superação da problemática da criança e do adolescente em situação de rua;

- Avaliar a rede de atendimento à criança e ao adolescente do município de São José dos Campos para entender o fluxo estabelecido entre os serviços das diversas áreas envolvidas: Assistência Social, Saúde, Educação, Esportes e Entidades Sociais.

Portanto, as questões que nortearam este estudo partem do reconhecimento de que há um conjunto de fatores psicossociais, culturais e econômicos que levam as crianças a se refugiarem nas ruas e a permanecerem nela até a fase adulta. Trata-se de um fenômeno de impacto doloroso no processo de desenvolvimento infanto-juvenil e na estrutura do núcleo base da sociedade humana: a família. Apesar de sua gravidade, não há muitos estudos que tratam dessa evolução criança – adolescente – adulto nas ruas, bem como o conhecimento aprofundado sobre a eficácia das políticas públicas e a legislação vigente para a compreensão e o real enfrentamento do problema.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi necessário entender a natureza complexa do problema das crianças e adolescentes em situação de rua. O estudo partiu do pressuposto de que a permanência deles nas ruas até a fase adulta é um fenômeno social que possui vários fatores determinantes que está entrelaçado com suas vidas.

Nesta tese de doutorado, pretendeu-se ampliar a produção acadêmica e científica sobre questões relacionadas à criança e ao adolescente de rua, às políticas públicas voltadas para essa demanda, e, ainda, fazer um mapeamento da realidade atual do município, a partir de bases de dados do Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD)¹⁴, do Centro Pop I, bem como de outras fontes que apresentam dados quantitativos de crianças e adolescentes nas ruas do município.

A delimitação teórica preliminar para este estudo deve-se muito à pesquisa desenvolvida para a nossa dissertação de mestrado quando optamos por desvelar o

¹⁴ Serviço de atendimento psicossocial voltado para a comunidade, preparado para acolher pessoas com dificuldades decorrentes do uso prejudicial de álcool e de outras drogas psicoativas. (BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuário de Álcool e outras Drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/A%20politica.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2015.)

cotidiano da prática do Serviço Social sob a óptica do Pensamento Complexo¹⁵ e concluímos que o mesmo representa hoje uma alternativa para as Ciências Humanas e Sociais, uma vez que contempla um conjunto de aspectos importantes e fundamentais para compreensão do homem no mundo contemporâneo. É um pensamento aberto ao diálogo com diferentes áreas de saber e diferentes conhecimentos, visando, assim, um melhor entendimento da natureza, da sociedade e do homem no contexto das relações humanas e das complexidades na Era do Conhecimento (ROBERTO, 2008).

Na tentativa de superar a maneira dicotômica em que fomos modelados, realizamos uma investigação através da complementaridade entre os fenômenos (eu-outro, singular-coletivo, subjetivo-objetivo e sensibilidade-rigor). Desse modo, buscamos encontrar expressões integradas capazes de revelar as relações de complementaridade propostas, permitindo vislumbrar e ultrapassar os limites explicativos do paradigma cartesiano que ainda imperam na produção do conhecimento.

A metodologia utilizada pressupõe análise com abordagens nos âmbitos micro e macro do universo de crianças, adolescentes e adultos que utilizam as ruas de São José dos Campos como espaço de vivência. Ao tratarmos os aspectos micro e macro, propomos conhecer tal fenômeno a partir do *imprinting*¹⁶ comum e coletivo entre todos eles. Nesse sentido, ressaltamos o conceito de ambiência trabalhado por Minayo (1994), que a trata em um contexto antropológico, social e econômico e que pode contribuir de forma efetiva para o entendimento do fenômeno estudado.

Para esta pesquisa, servimo-nos de conceitos e operadores¹⁷ do Pensamento Complexo, tendo como base os princípios que lhe dão suporte para apoiar nossa análise. Adotamos na investigação uma atitude multidimensional, capaz de

¹⁵ Proposta teórico-metodológica produzida pelo pensador Edgar Morin, através de sua obra “O Método”, organizada em seis volumes: A natureza da natureza I; A vida da vida II; O conhecimento do conhecimento III; As ideias – habitat, vida, costumes, organização IV; A humanidade da humanidade – a identidade humana V; e A ética IV, a qual “consiste no esforço de pensar o não pensado, sem enquadrar a realidade antropossocial. Mantém o propósito de confrontação e complementaridade e, principalmente, de devolver o homem para o centro das investigações, das intervenções, das criações” (RODRIGUES, 2006, p. 19).

¹⁶ “O termo *imprinting* foi empregado por Konrad Lorenz para explicar a marca incontornável imposta pelas primeiras experiências do jovem animal, como o passarinho que, ao sair do ovo, segue como se fosse sua mãe, o primeiro ser vivo ao seu alcance. Ora, há um *imprinting cultural* que marca os humanos, desde o nascimento, com o selo da cultura, primeiro familiar e depois escolar, prosseguindo na universidade ou na profissão” (MORIN, 2008, p. 29).

¹⁷ Estes conceitos e operadores são utilizados ao longo do processo de pesquisa, constituindo o ponto de partida para as análises. Serão detalhados na apresentação do Capítulo III deste estudo.

apreender os fenômenos em sua amplitude, com a disposição para vivenciar e interatuar no contexto, observar e ser observado, procurando identificar os componentes significativos para compreender o objeto em estudo, representado, nesta pesquisa, pela trajetória de vivência de rua de crianças e adolescentes até a fase adulta. Também ansiamos o entendimento da relação dessa vivência com o ingresso no mundo das drogas e da criminalidade, e, ainda, de como se dá o enfrentamento de tal problemática pelas políticas públicas existentes no município de São José dos Campos.

A atitude multidimensional a qual nos referimos é uma forma de investigação que vai além da atividade descritiva, pois propõe que o pesquisador favoreça o surgimento de dados concretos e a captação das realidades humanas em distintas dimensões. Tal proposta, possível através do Método Multidimensional¹⁸, exige uma curiosidade por todas as dimensões do fenômeno humano e também o pleno emprego de diversas atitudes. O investigador deve ser polivalente e utilizar técnicas diversas que visem à compreensão do fenômeno estudado.

A abordagem escolhida para este estudo foi a quanti-qualitativa, a fim de se conhecer a realidade no município de São José dos Campos com base em uma metodologia que acolha as contribuições das diversas áreas do conhecimento e que considere a dinamicidade da relação entre o todo e as partes. Foram utilizados instrumentos e técnicas de investigação articulados, contemplando o levantamento de dados primários e secundários, mapeamentos e entrevistas em profundidade.

Com esta pesquisa, buscamos compreender os fatores que favoreceram e permitiram a rede de relações: crianças/adolescentes – drogas – criminalidade, destes jovens em situação de rua¹⁹ no município de São José dos Campos, através da análise das trajetórias de vida de adultos que vivenciaram a rua desde a infância e que permanecem na condição de “moradores de rua” até a fase adulta. Para tanto, buscamos envolver os serviços da rede pública municipal, sociedade civil e os

¹⁸ A proposta de Pesquisa Multidimensional foi desenvolvida pelo sociólogo e antropólogo Edgar Morin e está baseada em policompetências que permitem uma aderência a duas polarizações que mobilizam o estudo de um fenômeno: de uma parte o dado singular concreto e de outra parte a teoria.

¹⁹ Para esta pesquisa, trabalharemos inicialmente com o conceito de criança e adolescente em situação de rua definido pelo trabalho conjunto entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul e a UNICEF, no ano de 1996, em que se define “situação de rua” como aquela de “crianças e adolescentes que têm na rua seu principal espaço de sobrevivência, socialização e lazer, tendo ou não local de moradia como referência e vinculação com a família natural ou substituta” (GEHLEN, 2004, p 15).

órgãos de instância protetiva - Conselho Tutelar - e deliberativa - Vara da Infância e Juventude de São José dos Campos.

O pressuposto fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa foi pensar as “crianças, adolescentes e os adultos” a partir da concepção de “sujeito”, e não pelas concepções de “política pública” e de “usuário da assistência social”.

Os procedimentos metodológicos para a pesquisa quantitativa envolveram o levantamento do número de crianças e adolescentes que vivem e/ou utilizam o espaço da rua para sobrevivência no município de São José dos Campos no ano de 2015. Para esse fim, utilizamos a base de dados dos serviços da SDS, Secretaria de Saúde (SMS), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), Conselho Tutelar (CT) e Divisão de Justiça (DIJU).

Na pesquisa qualitativa, procuramos coletar informações envolvendo os adultos que iniciaram sua vivência de rua na infância ou na adolescência, buscando conhecer suas experiências de vida, suas expectativas reais e sonhos, seus laços afetivos com o grupo familiar e com os amigos, e as formas de apropriação do espaço onde vivem, de forma a entender o processo de realização com maior profundidade. Não se trata apenas de assumir uma postura subjetiva, mas de buscar compreender esse fenômeno social através de uma maior amplitude de informações, tendo como alicerce a proposta do Pensamento Complexo, o qual implica ter disposição para ouvir uma pluralidade de vozes e de vivências, assim como interatuar no contexto sem certezas prévias.

A opção pela pesquisa qualitativa atende ao proposto, pois como descreve Flick (2009, p. 36),

(...) a pesquisa qualitativa não se refere apenas ao emprego de técnicas e de habilidades aos métodos, mas inclui também uma atitude de pesquisa específica. Essa atitude está associada à primazia do tema sobre os métodos, à orientação do processo de pesquisa e à atitude com o que os pesquisadores deverão alcançar seus 'objetivos'.

Para a pesquisa, realizamos a entrevista em profundidade que, como dizem Fontana e Frey (1994, p.361), “é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana”. O uso de entrevistas, segundo Thiollent (1981), pode ser imaginativo e crítico, sem que se perca o rigor metodológico. Assim, através dessa técnica, buscamos coletar informações em relação às experiências, visão de mundo, conhecimento e percepções dos sujeitos. Tais entrevistas são semiestruturadas, seguindo um roteiro base, previamente

formulado e direcionado ao sujeito. O roteiro foi elaborado com um objetivo *a priori*, considerando o tema central.

As questões norteadoras para a pesquisa foram construídas no sentido de possibilitar que os sujeitos pudessem expressar em suas falas o tempo de experiência nas ruas; os motivos que os levaram a ir para as ruas; a representação de rua para eles no presente; as experiências marcantes - positivas e negativas - da vivência de rua; as dificuldades enfrentadas; as formas de sobrevivência; suas opiniões sobre a relação entre estar na rua e a ideia de classe social e desigualdades sociais; se possuem vínculos familiares e/ou com amigos no município; se acessam os serviços públicos ou privados para moradores de rua; e qual suas expectativas e perspectivas em relação ao futuro. Essas foram as questões que identificamos ao logo de nossa vivência profissional, que contemplam o todo e as particularidades dos sujeitos, e que contribuíram significativamente para o presente estudo.

Ademais, a elaboração de instrumentos de coleta de dados e avaliação dos resultados centrou-se na metodologia multidimensional, que permitiu trabalhar com a contribuição de diferentes áreas do conhecimento, e de variados aportes teóricos. Essa postura possibilitou a análise das práticas e situações das crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, sem posturas enrijecidas e dogmáticas, mas permitindo reestabelecer os circuitos entre modos desiguais de pensamentos, de conhecimentos, de sentimentos e de realidades sociais. Tais ferramentas metodológicas, bem como as técnicas de investigação e a análise das pesquisas quantitativa e qualitativa - observação, mapeamentos, levantamento dos dados, compilação dos dados quantitativos e qualitativos – foram articulados de modo a se alcançar maior garantia possível das informações coletadas.

No capítulo I, **A rualização de crianças, adolescentes e adultos: questões e reflexões**, buscamos contextualizar o objeto de nosso estudo: as vivências e os históricos de crianças e adolescentes em situação de rua. Para tanto, ancoramo-nos em obras clássicas nacionais e internacionais, estudos acadêmicos, documentos, depoimentos da mídia e em nossa própria experiência na Assistência Social, executando e coordenando serviços municipais voltados ao atendimento à população de rua da cidade de São José dos Campos-SP.

No capítulo II, **A proteção de crianças, adolescentes e adultos em “rualização” no município de São José dos Campos**, apresentamos o cenário

desta pesquisa e também os serviços no município voltados ao atendimento da demanda de crianças e adolescentes em situação de rua. O objetivo deste capítulo foi conferir os programas e projetos que já existem e são desenvolvidos em São José dos Campos, relacionando-os com o que se prevê para a proteção de crianças e adolescentes em situação de rua. Assim, buscamos contribuir de alguma forma para a adequação dos serviços existentes frente ao ECA e à PNAS.

Já no capítulo III, **O encontro com os sujeitos significativos**, trazemos as análises realizadas a partir das entrevistas que efetuamos, os passos metodológicos utilizados na construção do *corpus*, o perfil dos sujeitos e as narrativas das entrevistas colhidas. Nesta seção, tratamos também da opção metodológica e os instrumentos escolhidos para a presente pesquisa. Ressaltamos que nossa escolha pela investigação com base nos pressupostos teóricos do Pensamento Complexo representa a convergência de conhecimentos e atitudes de nossa vida profissional e acadêmica. Optamos por um tipo de investigação que nos possibilitasse apreender os fenômenos em sua amplitude, com disposição para vivenciar e interatuar no contexto, observar e ser observado, procurando identificar os componentes significativos para compreender o objeto de estudo.

E por fim, após as discussões nos três capítulos desta tese, apresentamos nossas considerações finais. A realização desta pesquisa trouxe para nós um amadurecimento profissional e intelectual de grande valia, uma vez que tivemos a oportunidade de analisar a problemática das crianças e adolescentes em situação de rua a partir de vários ângulos: as teorias presentes em publicações das Ciências Humanas, as manifestações artísticas que versam sobre o tema, a experiência profissional ao longo dos anos, as estatísticas levantadas por órgãos especializados e os próprios relatos de quem vivencia a situação. Nosso ensejo é oferecer uma contribuição não somente às políticas assistenciais voltadas aos indivíduos de rua de São José dos Campos, como também de outros municípios que contam com o mesmo problema e buscam a sua solução de maneira eficaz e construtiva. Esperamos que os pontos discutidos nesta pesquisa possam gerar profundas reflexões e motivem outros trabalhos acadêmicos que também questionem e se aprofundem no assunto.

CAPÍTULO I ✨

A REALIZAÇÃO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS: QUESTÕES E REFLEXÕES

“Para enxergar claro, basta mudar a direção do olhar...”²⁰

1.1 Apresentação

Neste capítulo, buscamos contextualizar e problematizar o objeto de nosso estudo: a vivência - e permanência - de crianças e adolescentes nas ruas. No embasamento de nossa pesquisa, empregamos várias fontes, oriundas de áreas distintas. De início, nosso guia foi o conhecimento adquirido em nossa própria experiência na área de Assistência Social, no município de São José dos Campos, executando e coordenando serviços municipais voltados ao atendimento à população de rua da cidade. Também consultamos e selecionamos algumas obras clássicas (nacionais e internacionais) que abordam a temática, como estudos acadêmicos, documentos, e materiais jornalísticos. Aproveitamos, ainda, a valiosa contribuição das produções cinematográficas, literárias e musicais.

Na primeira parte deste capítulo, são apresentadas uma breve revisão e balanço dos principais estudos e pesquisas realizados, assim como elementos do cinema, da literatura e da música que trazem a temática para a discussão. Em seguida, passamos a tratar dos conceitos que constituem a base para as nossas análises, abordando, inicialmente, as diferentes definições de criança, adolescente, morador de rua e do conceito de “rualização”.

Nossa reflexão envolvendo as designações de “criança” e “adolescente” tomou como base os conceitos estabelecidos pelo ECA e pela CF de 1988. Também apresentamos as definições da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Com isso, almejamos, ao final deste estudo, promover uma reflexão sobre algumas dificuldades na formulação e execução de políticas públicas voltadas para essa problemática social.

Já para a discussão dos conceitos de “política pública”, utilizamos os dispositivos citados na PNAS e na PNPSR, bem como referências no Serviço Social e Ciências Sociais. E, na abordagem de “rualização”, ancoramo-nos em uma

²⁰ Trecho da obra “O pequeno príncipe”, do escritor, ilustrador e aviador francês Antoine de Saint-Exupéry, publicada pela primeira vez em 1943.

designação disposta na bibliografia de Prates²¹, bem como em publicações de outros estudiosos e especialistas no tema.

O ECA, em seu artigo 2º, considera “criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, pessoas na faixa etária compreendida entre doze e dezoito anos de idade incompletos” (BRASIL, 1990, p. 7). A partir desse conceito adotado pelo estatuto, a CF define atribuições e competências para os serviços voltados a crianças e adolescentes.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS)²², a adolescência compreende o período que se estende dos 10 aos 19 anos de idade, e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989 e retificada em 1990, considera como criança o conjunto do público situado na faixa etária entre zero e 18 anos incompletos.

Há uma discrepância importante entre os conceitos adotados pelo ECA e CF, e aqueles adotados pela OMS e a Convenção, o que pode ser um fator muito relevante na formulação e execução de políticas públicas voltadas a esse público. Além disso, apesar das diferenciações nas regulamentações mencionadas, todas elas levam em consideração, prioritariamente, o critério da faixa etária. Isso pode representar outro fator limitante para o equacionamento e abordagem dos problemas enfrentados por esses jovens cidadãos.

Para a definição de “população de rua”, desde o Decreto s/nº de 25 de outubro de 2006, que instituiu a PNPSR, o tema foi alvo de debates e encontros promovidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o objetivo de incorporar esta população na Política de Assistência Social.

No ano de 2005, no I Encontro Nacional sobre População de Rua, promovido pelo MDS, a população em situação de rua passou a ser definida como:

²¹ Jane Cruz Prates é doutora em Serviço Social, professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, especialista no tema de “População de Rua” e criadora do termo “rualização”, o qual será trabalhado neste estudo.

²² A Organização Mundial de Saúde (OMS) é uma agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948, e subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU). Sua sede é em Genebra, na Suíça. A diretora-geral é, desde novembro de 2006, a hongconguesa Margaret Chan. Segundo sua constituição, a OMS tem por objetivo desenvolver ao máximo possível o nível de saúde de todos os povos. A saúde é definida nesse mesmo documento como um “estado de completo bem estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade”. O Brasil tem participação fundamental na história da Organização Mundial da Saúde, criada pela ONU para elevar os padrões mundiais de saúde. A proposta de criação da OMS foi de autoria dos delegados do Brasil, que propuseram o estabelecimento de um “organismo internacional de saúde pública de alcance mundial”.

(...) um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente (BRASIL, 2006a, p. 7)²³.

A PNPSR, em sua introdução descreve esta população de rua, como sendo:

(...) a parcela da população que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades. Estas pessoas relacionam-se com a rua, segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados, vis-à-vis os vínculos familiares, comunitários ou institucionais presentes e ausentes. Em comum possuem a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como população em situação de rua (BRASIL, 2008, p.3).

Na regulamentação da PNPSR, através do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, artigo 1, Parágrafo único, a definição desse público é:

(...) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009a).

O conceito da PNPSR avança em relação à definição adotada na PNAS, uma vez que ele compreende como moradores de rua não apenas os indivíduos que vivem nas ruas, mas também aqueles que estão em moradias que não atendem às necessidades e padrões mínimos de habitabilidade (PRATES et al., 2013). A definição adotada nos documentos do MDS mencionados acentuam alguns aspectos comuns desse público: pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, os quais serão analisados no capítulo III desta pesquisa.

É importante salientar que trouxemos os conceitos de “população de rua” utilizados pelas regulamentações do MDS com o objetivo de ter subsídios para nossas reflexões e, ao final deste estudo, justificar nossa opção por utilizar a definição de “rualização”, que será tratada no decorrer deste capítulo.

1.2 O processo de rualização sob diferentes perspectivas

A temática das crianças e adolescentes em situação de rua tem sido assunto de discussões e pesquisas pela sociedade brasileira e de outros países há

23 Esta definição foi adotada pela NOB SUAS e regulamentações da Assistência Social.

décadas²⁴. O tema é destaque não somente no seio das Ciências e Políticas Sociais, em pesquisas quantitativas e qualitativas, artigos e publicações, como também norteou diversos movimentos sociais e ganhou a arte e a cultura, manifestando-se em músicas, obras literárias e cinematográficas, como veremos ao longo deste capítulo.

Optamos por fazer essa busca em fontes distintas porque entendemos que a pesquisa social deve abranger as mais diversas formas de tradução da vida humana, dos contextos e das relações estabelecidas entre os indivíduos. (MORIN, 2004). Nesse sentido, a cultura, enquanto um bem público, representa um objeto de estudo de grande valia, especialmente em se tratando de obras que retratam o cotidiano, seja com um tom de fantasia para entreter e atrair o expectador, ou mesmo sem disfarces. São estas manifestações que buscamos resgatar, considerando as obras artísticas não somente com o foco em seu aspecto estético, mas enquanto fonte de saberes e de experiências de vida.

Neste trabalho, colocamos como período delimitador de tempo os anos de 2010 a 2015, considerando a disponibilidade de fontes bibliográficas e a contemporaneidade das mesmas. Utilizamos documentos e publicações que tratam do tópico “crianças e adolescentes em situação de rua”, bem como a legislação vigente relacionada ao tema. Consultamos e selecionamos alguns trabalhos relevantes com o intuito de que eles possam contribuir para que essa questão seja mais discutida e também ajudar e orientar os gestores públicos na formulação de soluções. Além disso, no decorrer desta tese, mostramos iniciativas do conjunto social (população em geral, artistas) voltadas ao equacionamento desse terrível ônus da nossa sociedade urbana.

1.2.1 Pesquisas quantitativas e qualitativas sobre o tema

Durante a década de 80 e início dos anos 90, conforme destaca Rosemberg (1994), foram realizadas pesquisas quantitativas desconstruídas e com dados inflacionados sobre o número de crianças e adolescentes que sobrevivem nas ruas das metrópoles do Terceiro Mundo. Tais estimativas tinham como objetivo denunciar

²⁴ Destacamos algumas delas utilizadas nesta pesquisa, ressaltando, contudo, que há muitas outras que foram consultadas, mas não utilizadas neste trabalho: Ferreira (1979); Minayo (1993); Silva (1993); Alves-Mazzotti (1996); Medeiros (1999); Rizzini (2003); Rizzini (2006); Santana (2006).

a miséria urbana no cenário subdesenvolvido e, em geral, eram elaboradas a partir de raciocínios dedutivos²⁵, ou seja, utilizou-se de suposições gerais, tentando-se deduzir as condições particulares (KLEINMAN, 2014) da população de moradores de rua. Na época, Rosemberg, que coordenava a pesquisa “Contagem de crianças e adolescentes em situação de rua”, realizada em outubro de 1993 pela Secretaria da Criança, da Família e do Bem Estar Social do Estado de São Paulo, identificou quinze levantamentos, efetuados entre 1986 e 1993, que visavam à contagem de crianças e adolescentes em situação de rua, em período diurno e/ou noturno, nas cidades do Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, São Luís, Recife, Belo Horizonte, Belém, Porto Alegre, Campinas, Aracaju e Manaus.

Cada uma dessas pesquisas utilizou uma metodologia distinta, sendo todas do tipo transversal, ou seja, não acompanharam o desenrolar da vivência na rua para o entendimento das motivações que levam as pessoas a buscarem o local e/ou a permanecerem nele. Na verdade, a diferenciação entre essas pesquisas estava mais no período de tempo dedicado a observar e contar o número de indivíduos nas ruas.

Os estudos transversais são ferramentas de grande utilidade para a descrição de características de uma população, para a identificação de grupos de risco e para o planejamento das ações a serem tomadas, entretanto, em contrapartida, apresentam algumas limitações importantes como, por exemplo, a dificuldade para investigar condições de baixa prevalência, já que isso implicaria o estudo de uma amostra relativamente grande.

Conforme Rosemberg (1994, p. 33), as publicações sobre o tema “crianças e adolescentes em situação de rua” podem ter encontrado em tais pesquisas a motivação para se dedicarem ao assunto, devido à

(...) complexidade e falta de unanimidade na conceituação desse grupo populacional; pela inadequação, para a estimativa dessa população, dos procedimentos habitualmente usados pelos organismos censitários que elegem o domicílio como local de investigação.

A partir da própria experiência de Rosemberg, que buscou desenvolver o levantamento com base em diversas estratégias para demarcar o tempo e o espaço e a consistência dos procedimentos, diversas outras pesquisas foram realizadas,

²⁵ Na dedução, utiliza-se de suposições gerais tentando-se deduzir as condições particulares, enquanto que na indução, parte-se de dados particulares (empíricos) para se chegar a conclusões gerais.

sempre procurando corrigir alguma lacuna ou deficiência que possa ter sido identificada nas estimativas anteriores. O foco central deixou de ser o quantitativo: os dados numéricos eram empregados como instrumentos de entendimento de um contexto amplo e diversificado. As deduções simplistas são deixadas de lado e passa-se a compreender a questão da “rualização” como um problema social complexo, determinado por diversos fatores que vão além da pobreza em si. Desse modo, busca-se superar os estereótipos gerados pelo imaginário social que tanto prejudicam a real compreensão do quadro e a busca de soluções para o mesmo.

A fim de aprimorar a abordagem desse tema de forma quantitativamente mais coerente, alguns censos foram realizados em âmbito nacional. Na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), vêm desenvolvendo levantamentos censitários da população em situação de rua desde o ano de 2000.

O primeiro censo, realizado em 2000²⁶, na cidade de São Paulo, levantou informações demográficas dessa população (cor, gênero, idade), assim como tempo de permanência nas ruas e características socioeconômicas. Nos anos seguintes (2003, 2006, 2007, 2009, 2011 e 2015)²⁷, foram realizadas pesquisas da mesma natureza, algumas voltadas especificamente para o público infante-juvenil.

O “Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo”, apresentado em três documentos, nos anos de 2006 e 2007, trouxe informações de grande importância para o entendimento da trajetória de vida dessa população, oferecendo, assim, subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes voltadas à minimização do problema.

Nesse levantamento censitário, foi construído um mapa das regiões de maior concentração dessas crianças e adolescentes, confirmando a hipótese de que a distribuição espacial “não é aleatória e resulta de uma estratégia deliberada para a obtenção dos recursos e condições que a rua pode oferecer” (FIPE; SMADS, 2007,

²⁶ Levantamento Censitário e a Caracterização Socioeconômica da População Moradora de Rua na Cidade de São Paulo (FIPE; SAS, 2000).

²⁷ Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003 (FIPE; SAS, 2003); Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo – relatório final da primeira etapa (FIPE; SMADS, 2006); Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo – relatório final da segunda etapa (FIPE; SMADS, 2007). Censo da População de Moradores em Situação de Rua e Caracterização Socioeconômica da População Adulta na Cidade de São Paulo (FIPE; SMADS, 2009); Censo da População em Situação de Rua na Municipalidade de São Paulo - principais Resultados (PMSP; SMADS; FESPSP, 2011); Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo (FIPE; SMADS, 2015).

p. 1). Também foram apresentadas as condições de vida e de trabalho destas crianças e adolescentes nas ruas.

A conclusão que a equipe de trabalho chegou é a de que nenhuma das crianças e adolescentes em situação de rua fica imune às consequências que essa vivência gera.

Num processo de emulação da idade adulta, geram renda para si próprios e para a família e abandonam a escola precocemente. Venda de produtos supérfluos, pequenos roubos, esmola, malabares são, entre outras, atividades que a rua propicia e remunera. As estratégias são diversas e combinadas e resultam em uma socialização que deixa de lado aspectos fundamentais da formação destes jovens, como o acesso à educação formal, à saúde, à formação profissional, ao lazer (FIPE; SMADS, 2007, p. 2).

De acordo com o documento apresentado na terceira etapa desse censo, “a permanência das crianças nas ruas é uma tragédia evitável” (FIPE; SMADS, 2007, p. 2). O relatório defende que, diferentemente da população adulta, que registra casos de perdas e laços familiares rompidos e que dificilmente são reatados, as crianças e adolescentes em situação de rua costumam ter em sua história íntima uma problemática familiar que ainda pode ser solucionada ou minimizada, “desde que a ação do poder público se volte para a criação de políticas que, efetivamente, respondam às demandas destas famílias” (FIPE; SMADS, 2007, p. 2).

O último censo realizado no município de São Paulo, no ano de 2015, voltado para a população de rua em geral, trouxe um comparativo numérico entre as pesquisas anteriores (2000, 2009, 2011) e a atual, e apresentou uma taxa anual de crescimento dessa população na cidade de São Paulo. Do total contabilizado, 2,5% possuem até 11 anos de idade, 0,6% entre 12 e 18 anos de idade (FIPE; SMADS, 2015).

Outra pesquisa de grande relevância nesse contexto foi realizada no ano de 2004²⁸, em Porto Alegre. O levantamento, que abrangeu sete cidades da região metropolitana da capital gaúcha, fez parte do “Projeto de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco Social da Grande Porto Alegre” (Projeto GRANPAL), financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

²⁸ Pesquisa realizada pelo Laboratório de Observação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e nomeada como “Perfil e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre”.

Esse estudo trouxe detalhamentos relevantes sobre as questões éticas, revelando a complexidade da vida nas ruas e os grandes transtornos que essa experiência é capaz de causar no íntimo da criança e do adolescente.

Assim sendo, foram analisados dados referentes à distribuição por faixa etária, tempo em que cada indivíduo está na rua, principais motivos apontados para ingressar na “vida da rua”, turnos de permanência nas ruas, identidades étnicas atribuídas pelo entrevistador e autoatribuídas, cidade de nascimento dos indivíduos, relações familiares e interpessoais, atividades e ocupações realizadas para a sobrevivência nas ruas, renda individual e familiar, destino do dinheiro que ganha, situação escolar, frequência escolar e motivo pelo qual não frequenta a escola, participação em outras atividades educativas, conhecimento sobre os programas assistenciais e uso dos mesmos, cumprimento de medidas socioeducativas, cuidados com o corpo e a saúde, dependência de drogas, pessoas ou situações que causam medo quando eles estão na rua, definição do que é “ser menino de rua”, autodefinição como “menino de rua”, principal diversão e lazer, o que imagina ser no futuro, e sonho que espera realizar (GEHLEN, 2004).

O estudo do Projeto GRANPAL serve, assim, como referência para todo o país, uma vez que traz dados de grande relevância quanto à temática da “criança e adolescente em situação de rua” de modo geral.

Foram realizados, ainda, levantamentos em nível nacional, entre 2004 e 2008²⁹. Destaca-se, dentre esses, o “Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos? A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia de rua nas capitais brasileiras”³⁰, trabalho realizado pela equipe da Campanha Nacional Criança Não É de Rua, no ano de 2009 e coordenado por Domingos Abreu.

O estudo foi realizado entre agosto e novembro do ano de 2008, levantando os censos de crianças e adolescentes em situação de rua realizados nas capitais

²⁹ Quadro ilustrativo dos censos de crianças e adolescentes em situação de rua realizados nas capitais brasileiras entre os anos 2004 e 2008. Vide Anexo E.

³⁰ O levantamento fez parte de uma campanha, financiada pelo MISEREOR (Obra Episcopal da Igreja Católica da Alemanha de Cooperação ao Desenvolvimento) e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza-CE, lançada pelo Senado Federal no ano de 2005, com o objetivo de realizar uma mobilização nacional em defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua. Desde que foi iniciada, os responsáveis pela campanha percorreram o país, a fim de compreender melhor o problema, e buscaram o contato com organizações governamentais e não governamentais, com o intuito de colaborar no combate a essa situação (ABREU, 2009).

brasileiras entre os anos 2004 e 2008. As fontes de consulta envolveram pesquisas-diagnósticas, levantamentos estatísticos, fontes jornalísticas e algumas fontes orais.

Em todos os estudos, foram constatados os seguintes problemas e questões: falta de consenso entre as denominações ou nomenclaturas utilizadas e delimitação da faixa etária (variável conforme a pesquisa); deficiências ou limitações nos dados quantitativos pesquisados e no recorte geográfico temporal (divergências em relação ao período de realização da pesquisa) (ABREU, 2009). Essa falta de consonância entre as pesquisas acaba por dificultar análises comparativas.

Entre os resultados apresentados em cada pesquisa, alguns foram análogos, como a preponderância de membros do sexo masculino entre essas crianças e adolescentes em situação de rua; a referência ao uso de drogas; os problemas familiares relacionados à falta de infraestrutura (miséria) e a violência como motivações para a ida às ruas; o nível de escolaridade dos entrevistados, sendo o ensino fundamental o limite da educação formal dessas crianças e adolescentes; a constatação de que há mais adolescentes do que crianças nas ruas; a área em que geralmente permanecem (locais com grande aglomeração de pessoas); e as situações de vivência: “perambulando e/ou pedindo e/ou trabalhando e/ou furtando e/ou traficando e/ou brincando e/ou usando drogas” (ABREU, 2009, p. 40).

Quanto aos levantamentos exclusivamente estatísticos, os pesquisadores da “Campanha Nacional Criança Não É de Rua” identificaram censos realizados nas seguintes cidades: Belo Horizonte (2007), Belém (2008), Natal (2002), Florianópolis (2008), Vitória (2008), Maceió (2002 e 2004), Goiânia (2008), Manaus (2007/2008), São Luís (2004), Salvador (2007) e Porto Velho (2007). Nesses levantamentos, foi possível constatar a dessemelhança entre as informações e os números. Cada pesquisa apontou um número e utilizou uma metodologia de contagem e abordagem diferente, sendo assim, não é possível ter uma certeza quanto à assertividade do resultado alcançado. Conforme defende Abreu (2009, p. 59),

(...) apenas uma séria pesquisa realizada em nível nacional poderia conhecer efetivamente sobre esse público e, assim, possibilitar o planejamento e a criação de políticas de alcance concreto, com metas tais como: reintegração familiar e comunitária; inserção escolar; profissionalização, criando, dessa forma, perspectivas de uma vida cidadã e digna.

No ano seguinte à publicação da “Campanha Nacional Criança Não É de Rua”, 2010, o governo federal realizou uma pesquisa inédita, a primeira após o estabelecimento do ECA, levantando o número de crianças e adolescentes que

viviam nas ruas de 75 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes. De acordo com o “Censo Nacional de Crianças/Adolescentes em Situação de Rua”, divulgado por diversos veículos de comunicação do país no ano de 2011, 23.973 indivíduos de 0 a 17 anos tinham a rua como a sua residência ou passavam a maior parte do dia nesse ambiente. Essa pesquisa chama a atenção para todos nós sobre a relação numérica de gênero e da faixa etária dessa população: 72% deles eram do sexo masculino e 28% do feminino; além disso, a maioria dos jovens estava na faixa de idade de 12 a 15 anos e estudou apenas até a 4ª série (SDH; IDEST, 2011).

Pode-se observar a grande dificuldade no estudo devido à divergência ou conflitos de definições qualitativas e quantitativas da condição de situação de rua e de faixas etárias usadas na amostragem, ou seja, da falta de coerência ou unidade da metodologia empregada.

A pesquisa nacional trouxe também a motivação principal da ida para a rua, sendo as contendas verbais com a família, a violência doméstica, o alcoolismo e as drogas as razões mais citadas entre o público entrevistado (32%, 31% e 31% dos indivíduos, respectivamente). Em seguida, os motivos de maior menção foram a busca da liberdade, a perda de moradia e a violência sexual (23%, 13% e 9%, respectivamente). Outro dado que, na época, alarmou os especialistas, foi o fato de mais da metade dessas crianças e adolescentes ter afirmado estar na rua há mais de um ano. A preocupação, nesse item, foi quanto à dificuldade de se reverter o quadro, pois, quanto maior o vínculo com a rua, mais difícil torna-se influenciar o sujeito a abandonar esse ambiente (SDH; IDEST, 2011).

De acordo com o censo, o estado do Rio de Janeiro apresentou o maior número de crianças e adolescentes em situação de rua, com 5.091 indivíduos. São Paulo ficou em segundo lugar, com 4.751, seguido da Bahia, com 2.313. Constatou-se também que 59% das crianças e adolescentes em situação de rua voltavam para dormir na casa dos pais, parentes ou amigos, “o que indica que a rua é vista por muitos como um local para ganhar dinheiro, por meio de esmolas e vendas de produtos, entre outras ações” (AGÊNCIA ESTADO, 2011).

Além das características sociodemográficas e econômicas dos entrevistados, o “Censo Nacional de Crianças/Adolescentes em Situação de Rua” levantou outros detalhes sobre a vida desses indivíduos, como o relacionamento com os pais; o contato com parentes; o local onde preferem dormir (na rua ou em instituições de acolhimento); os motivos pelos quais optam por não dormir nas instituições de

acolhimento; as razões que levam a não preferência em dormir na rua, as formas de obtenção de dinheiro; a destinação do dinheiro que ganham; o histórico de internações e quais as instituições pelas quais os entrevistados já passaram; os acompanhantes que possuem na rua; o acesso aos programas governamentais; a posse e porte de documentação de identificação; alimentação diária; recursos utilizados para a higiene pessoal; condições de saúde; situação educacional; e discriminações sofridas (SDH; IDEST, 2011).

Pode-se dizer que esse levantamento nacional representou um importante avanço quanto à questão da abordagem em moldes quantitativos mais exatos e abrangentes, e também do reconhecimento das crianças e adolescentes em situação de rua em sua condição humana, com seus traumas, experiências de violência, abandono, carências e discriminações. Como é de senso comum para leigos e especialistas da engenharia social, as estimativas quantitativas e, em especial, as qualitativas são fundamentais para que se possa traçar estratégias de busca da minimização do problema, oferecendo políticas sociais que se ajustem verdadeiramente às demandas dessa população, dando suporte em suas carências estruturais e também psicossociais. A reintegração desse público à sociedade envolve um trabalho minucioso e interdisciplinar, para tanto, é de suma importância que se conheça o sujeito como um todo, sua trajetória de vida e seus anseios futuros.

Dessa maneira, como é possível perceber, há muitas tentativas de abordar a questão da realização de crianças e adolescente fazendo uso de metodologias cientificamente corretas, porém, as mesmas ainda não foram abrangentes o suficiente para compreender a complexidade que envolve a vida desses indivíduos. Seria fundamental conhecer todos os liames que condicionam, desde criança, esse futuro morador de rua, como os enlaces afetivos rompidos, seu escapismo para as ruas, vulnerabilidades advindas da fase de formação psicofísica, bem como influências do ambiente rude e de crime das ruas das grandes cidades, preconceitos e agressões que sofrem do cidadão comum e a imensa dificuldade da aceitação social na sua retomada aos direitos de cidadania (BANDEIRA et al., 1996; AZEVEDO; GUERRA, 1995; ABREU et al., 1999).

Nesse contexto, fazendo uma abordagem mais próxima da complexidade do fenômeno, apresentamos, como exemplo, uma pesquisa realizada em Minas Gerais, no ano de 2013: o estudo “Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência no

Município de Belo Horizonte”, coordenado e executado pela Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre (UNILIVRECOOP), em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). O levantamento foi realizado com crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos de idade residentes na capital mineira. O último estudo da mesma natureza havia sido realizado no ano de 1994, sendo assim, a nova pesquisa trouxe uma visão mais detalhada do quadro, oferecendo dados relevantes para a formulação de ações eficazes voltadas ao real implemento do ECA.

O relatório final do diagnóstico na capital mineira apresentou diversos problemas vivenciados por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, situações tais que podem ser relacionadas às razões que levam ao rompimento familiar e institucional por parte desse público e à escolha por morar nas ruas.

Os primeiros aspectos analisados foram as principais violações dos direitos das crianças e dos adolescentes registradas pelos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte, sendo 35,8% delas relacionadas ao direito à educação. A segunda violação mais frequentemente atendida foi o direito à convivência familiar, com 31,5% dos registros. Outros destaques foram: “atos atentatórios ao exercício da cidadania (falta de documentos) com 7,6%, seguido pela violência física, com 6,7%, violência sexual, 3,6%, e violência psicológica, com 2,8% dos registros” (MARINHO, 2013, p. 40).

Além desse levantamento, o estudo verificou a porcentagem por faixa etária das vítimas das violações de direitos; as medidas aplicadas pelo Conselho Tutelar; quem são os violadores dos direitos; as violações por bairro de residência da criança ou adolescente; as violações registradas via Disque Denúncia; o número de indivíduos atendidos pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV) e o tipo de violência sofrida pelos internos, sendo o estupro de vulneráveis, o estupro e o homicídio os mais registrados (MARINHO, 2013).

O levantamento no Estado de Minas Gerais analisou, ainda, as violações sofridas pelas crianças e adolescentes quanto aos direitos fundamentais preconizados no ECA: pobreza e desigualdade; fome e desnutrição; abuso de drogas; ameaça de morte; e mortes violentas por homicídio. Outros temas abordados foram: a violação ao direito de convivência familiar; o atendimento prestado pelo Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes; o perfil dos inscritos para o programa de adoção; o suporte oferecido pelos órgãos

públicos às famílias que possuem crianças e adolescentes desaparecidos e o número de casos registrados de 2006 a 2012; os registros de trabalho infantil e a atuação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente; os registros de violência, exploração sexual e comercial; e os casos de pedofilia e pornografia infantil (MARINHO, 2013).

Para a coordenação do estudo, a constatação principal a que se chega, após o levantamento dos casos de vulnerabilidade e do número de ocorrências, é de que a forma de Assistência Social precisa ser modificada.

Torna-se necessário romper com concepções e práticas assistencialistas e institucionalizantes e garantir que crianças e adolescentes sejam tratados como sujeitos de direitos que fazem parte de uma família, de uma vizinhança e da comunidade, utilizando de todos os esforços para que estes vínculos sejam protegidos pela sociedade e pelo Estado, conforme preveem o ECA e a CF 1988 (MARINHO, 2013, p. 151).

Na cidade de São José dos Campos, cenário desta pesquisa, há registros da realização de um mapeamento do número de crianças e adolescentes em situação de rua, realizado pela Entidade Lar Assistencial Maria Marcondes, em parceria com o CMDCA, em 1994³¹. A pesquisa levou à implantação do Projeto Aruaí em 1995³², o qual que visava resgatar a integridade individual (social) da criança e do adolescente, buscando o restabelecimento dos vínculos enfraquecidos ou perdidos³³. O projeto foi extinto no ano 2003, quando passou a ser operacionalizado pela Fundação de Atendimento à Criança e ao Adolescente Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS), através do Projeto Sonho de Criança. O Sonho de Criança, por sua vez, foi extinto em 2007, quando a SDS assumiu esta demanda no primeiro CREAS implantado no município, através do Programa de acompanhamento a famílias de crianças e adolescentes em situação de rua do município.

³¹ Informações colhidas por profissional na SDS na época. Não há registro oficial deste mapeamento, mas há o indicativo para realização da pesquisa no Plano Diretor do Município – PPDI de 1994, disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/media/24577/caderno_tecnico_pl_diretor_121.pdf>. Acesso em 5 mai. 2016.

³² O Projeto Aruaí surgiu, inicialmente, da preocupação da administração municipal de São José dos Campos com o crescimento da população de crianças e adolescentes nas ruas (moradores e trabalhadores de rua). Visava não só o atendimento básico, alimentação, higiene, vestuário, mas também um trabalho educativo, através de parcerias com o Lar Assistencial Maria Marcondes, a FUNDHAS e outras ONGs, e do envolvimento da sociedade em geral. O projeto teve início em 1995, e, nos anos em que atuou, houve redução significativa do número de crianças e adolescentes nas ruas. Em 1996, havia 25 crianças dormindo na Praça Afonso Pena, e no ano de 1998, já não se encontrava nenhum deles no mesmo local (FLOOTHUIS, 1998).

³³ Lei nº 5.785, de 19 de dezembro de 2000. Ementa: autoriza o Poder Executivo a assumir o encargo com a locação de prédio destinado à instalação do projeto de atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua - Projeto Aruaí.

Destaca-se assim, que a academia, o poder público e as ONGs vêm estudando essa problemática com intuito de subsidiar as políticas públicas, contudo, não há ainda consenso absoluto quanto às escolhas das metodologias mais adequadas e suas respectivas amostragens, o que foi demonstrado neste segmento da tese. Nesse aspecto, ressalta-se a discussão dos “conceitos”, uma vez que eles dão base e fundamentação para a elaboração e condução das políticas públicas. Outro fator limitante é a fragilidade nos resultados esperados nos serviços públicos ou privados.

1.2.2 A realização no cinema, jornalismo, literatura e música

Constatamos, ao longo da realização desse estudo, que o tema “crianças e adolescentes em situação de rua” também tem encontrado importante espaço na arte, através de manifestações que buscam não apenas desnudar essa dura realidade, como também trazer o assunto para a discussão em sociedade. Múltiplas manifestações artísticas e literárias constituem formas privilegiadas de mobilização das energias criativas necessárias ao estabelecimento da articulação entre esse tema, a sociedade e a cultura, produzindo conexões entre a vida material, a função das imagens na sociedade e a possibilidade de organização do olhar consciente, conforme assinala Sennett (1997).

Nessa mesma perspectiva, Edgar Morin, em sua reflexão sobre o cinema, atribui-lhe um dos modos de elucidar a sociedade e de aprofundar a tomada de consciência das características da vida cotidiana. Trabalhando com uma linguagem específica, que se traduz pela representação e projeção, o cinema expressa metamorfoses, desdobramentos, ubiquidades, transformando a realidade em um universo mágico. Assim, não é constituído apenas pelo lendário ou pelo fantástico; é o universo real, percebido e sentido de forma fascinante. Morin enfatiza ainda que a característica do cinema é apresentar uma subjetividade (sonhos, mitos) objetivada, e uma objetividade (os cenários, a natureza, os seres) subjetivada.

De acordo com Marques (2013, p. 13), o cinema “serve de ferramenta para analisar os contextos culturais de seu tempo e, em longo prazo, promover mudanças, tanto no âmbito individual como no coletivo”. Ou seja, a partir do momento em que a sociedade como um todo ou, em particular, os cientistas sociais e gestores de políticas públicas passam a conhecer as histórias das pessoas que

vivem nas ruas e a sua “invisibilidade social”, aumenta-se a possibilidade de compreensão desse grupo como seres humanos com um passado, um presente - ainda que roubado pela realidade cruel das ruas -, e anseios futuros.

Segundo uma visão metafísica, o artista está mais livre do raciocínio lógico e, com o uso de sua intuição, é capaz de integrar imagens independentes do tempo presente, conectando o passado, o presente e pressentindo o futuro³⁴. Há uma história oral proferida por um físico russo residente no Brasil de que alguns artistas russos acreditavam que, mesmo com a Perestroika e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a democratização da Rússia seria um processo lento porque a “alma russa” estava arraigada a um longo período de despotismo desde a era czarista, através do lenilismo e do stalinismo. Esse físico não conheceu o pensamento libertário da Revolução Francesa.

Nesse contexto, documentários e filmes que capturam a vida nas ruas e suas distintas formas de sociabilidade nos ambientes das cidades - onde pontilham as angústias vinculadas à evolução descontrolada da desigualdade, da criminalidade e do desespero social, apesar dos planos e projetos elaborados a partir de ideais democráticos - permitem ampliar as formas de percepção daqueles que vivem nas ruas, desmistificando, dentre outros aspectos, a ideia de que estas pessoas não têm uma identidade própria. É como se o menino ignorado por todos os passantes paralisasse a correria para narrar a sua história. O invisível ganha notoriedade, o problema deixa de ser exclusivo daquela pessoa e se mostra fruto de uma sociedade que não os percebe como cidadãos, de um governo cujos gestores das políticas públicas falham na assistência às famílias e aos indivíduos, e de ações que, muitas vezes, não corrigem o problema, mas os intensificam e ampliam.

Para ilustrar a presente pesquisa, selecionamos três documentários que abordam, de formas distintas, a questão da rualização de crianças e adolescentes e suas consequências: “O Ônibus 174” (2002), “Da vida de rua à maternidade” (2011) e “Quando a casa é a rua” (2012).

A primeira produção, do diretor José Padilha, aborda o caso real do sequestro de um ônibus na Zona Sul do Rio de Janeiro, no ano de 2000, acompanhado ao vivo por vários canais de televisão. Sob o comando do crime, estava Sandro Barbosa do Nascimento, morador de rua, com uma infância marcada por acontecimentos

³⁴ Obra psicografada por Francisco do Espírito Santo Neto, ditado por Hammed, 2003. (NETO, Francisco do Espírito Santo. **Os prazeres da alma**. Catanduva-SP: Boa Nova Editora, 2003).

traumáticos. O fato teve desfecho trágico, com a morte de uma passageira e também do próprio assaltante pelos policiais.

Ao retomar os acontecimentos no filme, o documentarista reúne depoimentos de pessoas ligadas a Sandro, das vítimas e de seus conhecidos e, ainda, de especialistas que analisam toda a conjuntura, promovendo um debate sobre assuntos intrínsecos ao fato, como a invisibilidade social dos moradores de rua, a falta de políticas públicas para aqueles que estão à margem da sociedade, a importância do apoio familiar, os traumas e as carências de crianças que lidam com a dura realidade das ruas.

O desenrolar do documentário traz reflexões comuns a todos, em especial, ao conhecer a vida de Sandro, a constatação de que aquele momento do sequestro, em que todas as câmeras estavam voltadas a ele, lhe deu a chance de se fazer existir. Sandro teve uma infância marcada por tragédias. Aos dez anos de idade, assistiu ao assassinato de sua mãe. Pouco depois, o menino foge da casa de sua tia e passa a viver com um grupo de garotos que dorme nos arredores da Igreja da Candelária. Em uma noite do ano de 1993, Sandro presencia o que ficou conhecido como a “Chacina da Candelária”, quando oito meninos de rua são assassinados por policiais. Após esse evento, Sandro cresce nas ruas, com todas as dificuldades que a situação impõe, mas alimentava o sonho de se tornar um famoso artista. O jovem foi, assim, mais um caso de negligência, pois não pôde contar com as oportunidades de reintegração à sociedade e de realização de seu ideal. O desfecho de sua vida e a trágica morte da passageira mostram que alguns problemas dos quais a sociedade é vítima podem ter sido gerados por ela mesma ou pelo descaso do poder público.

É importante salientarmos que as consequências sociais da experiência nas ruas não se limitam ao possível envolvimento com as drogas e o mundo do crime. São vários os efeitos na vida daquele ser que cresce sem o suporte e o amor da família. Em 2011, uma reportagem realizada pelas jornalistas Fernanda Aranda e Heloísa Ferreira para o portal iG e que também foi transformada em um pequeno documentário, intitulado “Da vida de rua à maternidade”, retratou a história de mulheres jovens, com experiências de vários anos de vivência de rua - muitas iniciadas na infância-, e que hoje são mães. A gravidez veio ainda durante o período de rua e as mulheres contam, através de relatos contundentes, as dificuldades que enfrentaram.

Entre os depoimentos, foram destacadas a experiência de prostituição, a baixa autoestima, a maternidade precoce e a ausência de estrutura para criar uma criança. As mães contam que a gravidez e o nascimento dos filhos as fizeram enxergar que são importantes na vida de alguém. Uma das entrevistadas, indicada como “Karen”³⁵, relata que muitas pessoas se aproximaram dela pedindo a guarda de sua filha, porém, ela não cedeu. Outra personagem, “Tati”³⁶, saiu de casa aos doze anos e teve a primeira filha aos dezessete. A jovem diz que ama sua filha, mas que enfrenta dificuldades diárias ao exercer o papel de mãe. O pequeno documentário traz também o depoimento do coordenador do Projeto Travessia (São Paulo-SP), Marcelo Caran, o qual defende que muitas crianças e adolescentes vão para as ruas em uma busca de salvação para “o contexto de faltas sucessivas e históricas que colocam a família em situação de conflito”.

Outra produção, premiada como Melhor Documentário de Média Metragem na 8ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, em 2013, também trabalhou com as possíveis causas que levam a criança ou o adolescente a abandonar sua casa para viver nas ruas. O documentário “Quando a casa é a rua”, lançado em 2012 e produzido pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), da PUC-Rio, em parceria com o Coletivo para os Direitos da Criança (CODENI), de Guadalajara, no México, traz vários relatos de adolescentes brasileiros e mexicanos com históricos de vivência nas ruas, muitos deles ainda nessa situação.

O mexicano Javier, cujos depoimentos chamam a atenção pela carga emotiva que o jovem imprime ao narrar, trazem à tona uma infância marcada pelo abandono, indiferença e violência. Sua mãe o violentava simplesmente pelo fato de ele se parecer fisicamente com o pai, que era alcoólatra. O jovem relata as situações de conflito vivenciadas em sua casa e a experiência após abandonar a família para viver nas ruas. Ele se envolveu com drogas, cometeu delitos e conseguiu se reintegrar à sociedade com o apoio de uma instituição que acolhe crianças e adolescentes em situação de rua.

Nas gravações realizadas no Rio de Janeiro, Fábio Mosca, jovem ex-morador de rua, relata sua trajetória contando que ele e a mãe foram para as ruas para fugir da violência do pai. Pouco tempo depois, Fábio se perdeu da mãe, passando a viver

³⁵ Nome fictício.

³⁶ Nome fictício.

sozinho naquele meio. Ele descreve as situações de uso de droga, pedido de esmolas e pequenos furtos. Enquanto o jovem fala, a câmera registra algumas das cenas descritas por ele, com outros personagens dessa trama real. Fábio relata o reencontro com a mãe após sete anos, seu posterior falecimento e diz que “é fácil você tirar a pessoa da rua, difícil é você tirar a rua da pessoa”, citando a própria mãe como um exemplo. Importante essa observação: o condicionamento às situações geram vícios que se arraigam no inconsciente como uma droga que vicia os neurotransmissores.

No âmbito do jornalismo, selecionamos duas reportagens que também se destacaram entre 2000 e 2015. A primeira delas, produzida por Letícia Duarte e Jefferson Botega e publicada em 2012 pelo jornal Zero Hora, narra a trajetória de “Felipe”³⁷, um menino que vivia nas ruas desde os sete anos de idade. Aos oito anos, viciado em *crack*, já pedia ajuda para se livrar da droga, mas encontrou uma rede insuficiente para atendê-lo. A mãe relata que tentou resgatar o filho das ruas diversas vezes, porém o menino sempre abandonava a casa dias depois. Durante a reportagem, o desembargador Breno Beutler Júnior defende que as coisas terríveis nas ruas vão acontecendo mais lentamente que as “pseudo coisas boas”.

Outra matéria jornalística que também abordou a temática foi apresentada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, no ano de 2013. Produzida pelo repórter Marcelo Canellas, a reportagem especial tratou de questões como: “Por que essas crianças e adolescentes estão nas ruas? Quantas são? O que são? O que querem?”. Um dado destacado na matéria é o fato de que a grande maioria das crianças e adolescentes que estão em situação de rua no Brasil possuem uma família, sendo apenas 6% deles órfãos. (CANELLAS, 2013). Marcelo Canellas também conversa com uma menina de quatorze anos que vive nas ruas. Em seu depoimento, a adolescente reconhece o esforço da mãe, mas se diz “viciada em rua”. No entanto, quando questionada se algo a faria sair daquela situação, ela cita o esporte, mais precisamente, o basquete, sua grande paixão. E é aí que vem a constatação de que o Estado dá pouca importância a famílias como esta: a comunidade em que a mãe da menina mora está longe de ter uma quadra para as crianças praticarem esporte. A precariedade do local é tamanha que nem água potável oferece aos moradores.

³⁷ Nome fictício.

No universo da literatura, um dos destaques no período que escolhemos para análise (2000-2015) foi a obra do escritor Ziraldo, “Um menino chamado Raddysom e mais Meninos de Portinari”, publicado em 2014 e inspirado nas crianças em situação de rua que o autor escutava brincar todas as noites na Praça do Lido, em Copacabana, onde residia. Para ilustrar a obra, Ziraldo escolheu fragmentos de quadros de Cândido Portinari (1903-1962) e o mural “Jogos Infantis”, também do pintor brasileiro (ABUD, 2014).

Em um trecho do livro, o autor apresenta o personagem:

Ninguém sente falta do que não experimentou. Raddysom não conheceu o que chamam de afeto – de carinho, também não – e foi crescendo, menino, sem sentir que lhe faltava o que ele não conhecia (ZIRALDO, 2014, p. 2).

Na narrativa, o futebol e a leitura são apontados como os grandes responsáveis por tirarem os personagens Raddysom e Rosykeller da vida nas ruas. A escolha de nomes incomuns para os protagonistas dessas histórias têm a sua justificativa: como explica o autor, os pais dão nomes diferentes aos filhos “na esperança de que eles conquistem um destino também distinto ao deles” (ZIRALDO, 2014 apud ABUD, 2014).

Em outra vertente, há a obra “O Menino da Caixa de Sapatos” (2012), escrita por um ex-morador de rua, de Porto Alegre. Jorge Luis Martins optou por relatar sua história nas ruas sem usar a palavra “não”, como forma de se afastar de toda a negatividade que já vivenciou (CARNEIRO, 2012). A obra é a segunda produção autobiográfica de Jorge, sendo a primeira, “Meu nome não é Jorge”, de 2010, também sobre sua experiência nas ruas. Para Querido (2012, p. 884), o ato de escrever uma história que resgata o próprio passado exige que o autor assuma ou escolha posturas diferentes, que ele percorra entre o “olhar de dentro” e o “olhar de fora”:

(...) antes de tudo, é preciso se afastar para ver de fora ou entrar para enxergar o que há dentro, ou seja, escolher o ângulo a ser abordado, o qual não será necessariamente único durante o processo de produção artística.

Ao olhar a situação de fora, Jorge pode ter sentido autopiedade ou certo rancor pela sociedade que o manteve invisível por tanto tempo. Ao olhar para dentro, reconhece as fraquezas, como também a coragem, incentivada pela figura da avó, que o fez batalhar por um futuro diferente. A mesma sociedade que o ignorou no passado lhe deu condições de escrever um novo capítulo de sua vida e, por isso, ele retribui compartilhando suas experiências.

Assim como a literatura abre espaço para o relato de histórias e experiências vivenciadas pelo próprio escritor, a música também permite essa transmissão de sentimentos experimentados. Este é o caso do *rap* ou *hip hop*, estilo musical oriundo das periferias “que emerge das experiências e práticas dos jovens em desvantagem econômica, participantes de uma cultura distinta da ordem dominante” (MARTINS, 2002, p. 2). Conforme defende Dayrell (2001), através do *rap* alimentam-se as esperanças de outro modo de vida, sem desigualdades, exclusão ou discriminação. Além disso, a música passa a se tornar um elemento de reforço da esperança: “sem ela, representada pelo *rap*, os jovens desse segmento não tem nada” (DAYRELL, 2001, p. 123).

Como exemplo para tal manifestação artística no contexto do tema deste estudo, temos o *rap* “Menino de Rua”³⁸, do grupo Racionais Mc’s e autoria de Mano Edson. A letra traz a revolta de quem passa pelas ruas todos os dias e vê crianças e adolescentes vivendo à margem da sociedade, esquecidos pela classe política:

Ai autoridades ou governantes da nossa cidade se liga na parada
Acha justo ver crianças dormindo em calçadas
(...)
A mulecada quase nua descalço sem camisa na rua na idade de cinco a
dez anos com certeza mano já puxa o pano
Todo dia eu passo lá e vejo isso será que ali não passa políticos
Tudo bem o que eles querem é isso um futuro cheio de risco
Quem passa na calçada é serrado um trocado do outro lado as tias acham
engraçado³⁹

O refrão da música, cantado por crianças, denuncia a infância perdida nas ruas:

Atirei o pau no gato, to tó, mas o gato to tó
Não morreu reu réu

Adiante, o questionamento sobre o futuro desses meninos, carentes de assistência, do acesso à educação, à cultura ou lazer. Se a classe política não se preocupa, quem irá se preocupar?

Quem é que pensa no futuro dessa trilha
Quem pensar garantirá o seguro do seu filho ou de sua filha
Sem escola, educação, cultura, informação e lazer
O que ele vai ser quando crescer, um marginal?

³⁸ Embora a canção seja citada em diversos websites musicais, e apesar de ter sido efetuada pesquisa minuciosa sobre o ano de lançamento, não foi encontrada nenhuma referência sobre o álbum ao qual pertence. Julgamos viável manter a letra como objeto de estudo pela sua riqueza informativa, que nos possibilitou uma análise construtiva voltada ao nosso tema e objetivo de estudo.

³⁹ A letra foi reproduzida da mesma forma que foi divulgada, por isso, a manutenção dos erros e marcas de oralidade.

No trecho final do *rap*, o rapper fala sobre o triste e comum destino de muitas crianças e adolescentes de rua - o envolvimento com o mundo do crime -, e ressalta que tudo poderia (ou pode) ser evitado se essas crianças e adolescentes tivessem contado com a oportunidade de reintegrarem à sociedade:

Ai prefeito da nossa cidade
 Por favor me responda o que eu canto é verdade
 Ou é um mundo de ilusão
 (...)
 Se um dia um moleque desse
 Um parente seu matar
 O sr. com certeza vai vingar
 Mas teve mil e uma oportunidade
 Para evitar
 Conclusão
 Trabalhou na prefeitura
 Não fez nada pros moleques de rua
 Alguns anos se passou
 Nada se modificou
 Hoje os moleques que eram mendigos são bandidos

A partir das obras e trabalhos anteriormente citados, observa-se que a sensibilidade do cinegrafista, jornalista, músico ou escritor, ao traduzir a vida de meninos em situação de rua como arte, documentário ou reportagem, revela que cultura e sociedade estão em constante diálogo, ou seja, não se dissociam uma da outra, ainda que as condições sociais sejam duras e perturbadoras.

1.3 Crianças e adolescentes em situação de rua: definições e conceitos

A análise das definições e caracterização “de crianças e adolescentes de rua” é importante, pois os conceitos representam o perfil da sociedade em cada contexto e período histórico. Assim, neste item, reportamos um breve histórico das conceituações sobre esse público, com o objetivo de apresentar as diferentes denominações e também com o desafio de introduzir um novo conceito que vem sendo utilizado por alguns autores e no qual empregamos neste estudo: a “rualização”.

Crianças que vivem com muita frequência na rua, expondo-se em contextos de grande vulnerabilidade e risco, são consideradas, por definição de vários autores, como “crianças em situação de rua”. Essa é uma expressão em voga usada por muitos estudiosos do assunto para descrever esses jovens em condição de

desfavorecimento social, vistos de maneira discriminatória e descritos com expressões pejorativas.

No século passado, a sociedade era mais preconceituosa, tratava-os com baixa estima, inferiorizando-os. Eram os “petizes”, os “peraltas”, os “vadios”, os “pobrezinhos sacrificados”. Todas essas denominações vinham carregadas de valor pejorativo (SANTANA, 2003, MEDEIROS, 1999; ALVIM; VALLADARES, 1988). Já a partir de 1927, com o primeiro Código de Menores⁴⁰, a referência a crianças e adolescentes foi alterada. Eles passaram a ser chamados de “menor”, com diferentes classificações: “menor infrator”, “menor abandonado”, “menor assistido”, “menor em situação de risco”, etc. (SANTANA, 2003). Eram classificados de forma homogênea, sem considerar a diversidade de cada grupo. Até o presente, não se pensava no menor em situação de rua.

O primeiro autor que tratou especificamente dessa população foi Peter Taçon⁴¹, (1985 apud RIZZINI 2003), que propõe as denominações: “crianças na rua” e “crianças de rua”. Para ele, “crianças na rua” são aquelas que usam a rua para pedir, mendigar e para realizar atividades de lazer durante o dia, mas retornam para suas casas no período noturno. Já a denominação de “crianças de rua” caracteriza aqueles que romperam os laços familiares e utilizam as ruas como principal local de moradia.

De fato, apesar de a referida definição vir do século passado, hoje ainda é a que mais se aproxima da realidade. Vários estudiosos e autores, como por exemplo, Koller e Hutz (1996), já se dedicaram a essa questão, mas há um consenso no meio acadêmico e dos dispositivos legais vigentes de que as nomenclaturas “criança na rua” e “criança de rua” são as que abrangem melhor o contexto do menor que utiliza a rua para algum fim específico. Isso porque essas definições facilitam um entendimento mais aprofundado da história de vida de cada criança e adolescente e desloca o foco do problema da figura pessoal, permitindo transferi-lo para a situação em que se encontra a criança ou o adolescente. Vale destacar que, em ambos os casos, a vulnerabilidade está presente, tanto para aquele faz da rua um local para passar o dia, quanto para o que utiliza a rua como moradia.

⁴⁰ Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, estabelece o primeiro Código de Menores do Brasil, conhecido como Código Mello Mattos, que consolidou as leis de assistência e proteção aos menores.

⁴¹ TAÇON, Peter. **A UNICEF response to the needs of abandoned and street children**. Genebra: UNICEF, 1985.

No Brasil, foi a partir da criação e implementação do ECA que começaram as alterações significativas nas definições e nomenclaturas relacionadas ao menor de idade frequentador da rua. A legislação trouxe novas concepções que garantem uma visão mais ampla e próxima do real, dentro de um contexto e tempo próprios. A partir desse instrumento, houve substituições significativas nas terminologias utilizadas anteriormente, abarrotadas de ranços e preconceitos. Contudo, a alteração da nomenclatura por si só não garante “o direito efetivado”. É importante pensar em mudanças de princípios para a reorganização das políticas públicas, no sentido de que se considerem as características de cada segmento, a fim de se alcançar maior efetividade.

Vale enfatizar que a discussão sobre os conceitos e terminologias é de suma relevância, pois as mesmas estão na essência da definição das metodologias escolhidas para a elaboração das políticas públicas, além de delimitarem com maior propriedade as expressões de uso coletivo pela população.

Um novo conceito para definir e caracterizar pessoas que permanecem muito tempo nas ruas e que tem sido utilizado nos últimos anos, é o da “rualização”. O termo foi criado por Jane Prates, Assistente Social, Professora da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), pesquisadora referência no segmento de população de rua no Brasil. Prates afirma, em correspondência particular, que já vinha utilizando-o em pesquisas coletivas que datam desde 1995, em Porto Alegre. Segundo a pesquisadora,

(...) considerar que um sujeito é de rua seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento. Vive-se em casas, apartamentos ou, no caso do segmento analisado, no espaço da rua, e esta pode ser uma situação contingente. Ver essa situação como estada e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação - e essa parece ser uma questão central. Estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua. Vista como determinação, uma situação social pouco apresenta em termos de perspectivas de superação. O termo processo de rualização parte de uma concepção oposta, na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, num *continuum*, razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas (PRATES et al., 2011, p.194).

O termo “rualização” é conceituado também na obra de Prates, Prates e Araújo (2011), os quais o concebem como o movimento de aproximação e/ou vinculação à rua, ou seja, não é um estado e sim, um processo em que o espaço torna-se uma referência para que o indivíduo construa a sua identidade, fato que

acontece gradativamente. Em outras palavras, o termo rualização é entendido como um movimento continuado de imbricação no espaço: a rua acaba por moldar, aos poucos, a identidade do indivíduo que nela vive (PRATES et al., 2011).

Após a análise das nomenclaturas utilizadas ao longo do processo histórico brasileiro, concluímos que o termo “rualização” consegue abranger as terminologias anteriormente adotadas e amplia a concepção. Por isso, em nosso estudo, optamos por trabalhar com o termo, por entender que ele expressa melhor a condição de pessoas que fazem das ruas suas moradias temporárias ou definitivas.

Vale ressaltar que, além de Prates e cols. (2011), outros autores também fizeram uso do termo “rualização” em seus estudos para se referirem às pessoas que estão nas ruas ou que vivem nas ruas. Florentino (2006, p. 15) caracteriza a rualização como “processo de rompimento com a família, no qual as crianças e adolescentes deslocam-se de suas casas para viverem, na maior parte dos dias, nas ruas”. Segundo o autor, a rualização carrega em si uma ideia de algo sistêmico, um ciclo que, muitas vezes, envolve: situação-de-rua / retirada-da-rua / retorno-à-situação-de-rua. E, conforme defende, essa sucessão de fatos pode estar ligada às deficiências de políticas públicas eficazes voltadas à população de rua, as quais “estão fundamentadas numa visão teórica linear de ver o mundo e os fenômenos que o cercam” (FLORENTINO, 2006, p. 17).

Ainda de acordo com Florentino (2006), situações precárias no contexto familiar, como a miséria, a violência ou a crise de valores, estão entre os principais motivos que levam crianças e adolescentes às ruas, experimentando a marginalização e a rualização. O autor reforça em sua tese que, para equacionar o problema da rualização, é fundamental que haja uma mudança na postura e interpretação dessa questão social⁴², abandonando uma visão cartesiana e linear e assumindo uma atitude sistêmica, ou seja, que considere os diversos fatores envolvidos na vida de um sujeito que mora nas ruas. Para o pesquisador, ações como a retirada de crianças e adolescentes das ruas e o encaminhamento dos mesmos aos abrigos e lares mostram-se ineficientes em muitos casos exatamente

⁴² “A ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p.77).

por tratar o problema de maneira simplista e paliativa. Por isso, ele defende a participação de instituições de pesquisas na formulação de políticas públicas, uma vez que elas podem incorporar uma visão mais complexa e sistêmica acerca da rualização.

É necessário que as instituições produtoras de conhecimento também reflitam sobre o quanto estão afinadas com as transformações da sociedade atual, e o quanto estão voltadas para conhecimentos de caráter mais transdisciplinar, sistêmico, relacional, processual e complexo, a fim de atender uma demanda premente, que emerge a cada dia com maior velocidade (FLORENTINO, 2006, p. 167).

O termo “rualização” também é utilizado pela pesquisadora Nádia Lúcia Fuhrmman, a qual defende que a exclusão e a vulnerabilidade social estão entre as principais motivações para que crianças e adolescentes deixem suas casas e passem a viver nas ruas. Além disso, tais experiências, segundo Fuhrmman (2013, p. 174-5),

(...) não estariam relacionadas isoladamente à inópia material, mas a ausência de reconhecimento intersubjetivo e social. Dito de outra forma, seriam as Sociologias, experiências de não reconhecimento social as principais causas de “irresidência” e dos conflitos urbanos, envolvendo o segmento infanto-juvenil.

Ao contrário de muitos trabalhos que são realizados sobre a temática da rualização de crianças e adolescentes, Fuhrmman não focou sua pesquisa na eficácia das instituições que os acolhem após a experiência nas ruas. Seu objetivo foi analisar as ações preventivas, também efetuadas por programas públicos assistenciais. Segundo a Fuhrmman (2013, p. 175), tais programas dedicam-se à realização de “atividades de ensino informal, cujo conteúdo pauta o cuidado afetivo, a formação cognitiva e moral, também o fortalecimento do amor-próprio e da autoestima”. Ainda de acordo com a pesquisadora, trabalhos dessa natureza são capazes de reduzir as vulnerabilidades dessas crianças e adolescentes, atenuando as situações de rualização e de conflitos.

Nesse contexto, Fuhrmman (2013) apresenta uma visão mais ampla sobre os motivos que levam à rualização. Para a autora, o “não reconhecimento” está entre as principais motivações para a ida às ruas. Por isso, ela defende uma forma diferente de se aplicar as políticas assistencialistas: elas não devem focar apenas no fator econômico, mas sim na educação e nos direitos humanos. Ao defender o seu ponto de vista, Fuhrmman (2013, p. 199) cita a perspectiva de Honneth, segundo o qual:

(...) a deflagração dos conflitos sociais se dá a partir das experiências humanas de menosprezo, humilhação e discriminação e não meramente por questões econômicas. (...) na atualidade, o mais alto propósito de integrar um determinado grupo de reivindicação é encontrar um meio social de reconhecimento da valoração pessoal.

Apropriando-se de outra vertente relacionada à vida nas ruas, Mattos (2006) desenvolve sua tese buscando o entendimento do processo de saída das ruas sob a perspectiva das pessoas que experimentaram essa situação. Para tanto, o pesquisador faz uma abordagem do processo de rualização, definindo-o como a “ida para as ruas”. Tal questão é analisada partir das transformações que ocorreram na própria sociedade, que deixou a “domestificação” para assumir o “nomadismo”. Assim, o autor defende que, na sociedade atual, somos impelidos a buscar a liberdade, porém, essa mesma busca traz consigo sentimentos de incerteza, insegurança e ausência de garantias.

Mattos (2006) busca referências em Bauman (2001)⁴³ para compor a sua teoria, afirmando que houve um processo de “liquidificação da modernidade”. Segundo o pesquisador, a dissolução das instituições:

(...) enseja o nomadismo compulsório representado pela rualização, a partir da constituição de uma existência precária, fundada na precarização da vida, mas também que pode preludiar a construção de novas formas de experimentar a vida (MATTOS, 2006, p. 76).

Entre essas situações de precariedade citadas por Mattos (2006), está a transformação da família. Para ele, o lar, que antes era sinônimo de segurança, estabilidade, de relações duradouras e intensas, assumiu a insegurança, a instabilidade e caráter efêmero, aproximando-se do conceito que ronda a rua. Desse modo, o seio familiar pode se tornar palco de uma série de conflitos que, muitas vezes, desencadeiam a sua ruptura e uma possível saída de um dos membros de casa. No caso específico das crianças e adolescentes que experimentam a rualização, Mattos (2006) menciona alguns conflitos que podem motivá-los a abandonarem as suas famílias e a buscarem a rua como abrigo, tais como a violência doméstica e os abusos sexuais. “Nessas circunstâncias, a pessoa procura se afastar da família por um tempo mais longo possível, com medo das agressões e dos abusos” (MATTOS, 2006, p. 118).

Além disso, o autor, buscando referências em Escorel (1999)⁴⁴, fala dos casos em que a adolescente engravida e é expulsa de casa. Nesse caso, vê-se a força dos

⁴³ BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258 p.

padrões da castidade da mulher antes do casamento, os quais, somados a uma situação financeira precária, podem desencadear a intolerância paterna e o abandono do lar pela menina grávida. “Da mesma maneira, esta expulsão ocorre quando alguns filhos se declaram homossexuais e também quando há episódios de sofrimentos psíquicos – mais conhecidos como loucura e doença mental” (MATTOS, 2006, p. 118).

Outra situação citada pelo pesquisador, já relacionada diretamente à situação financeira precária, é quando a criança ou o adolescente é impelido a trabalhar para contribuir com a renda familiar, ficando, muitas vezes, exposto aos riscos das ruas. Pode, ainda, ocorrer disparidades entre os irmãos quanto à ajuda financeira que prestam à família. “Assim, o jovem acaba sendo expulso pelo fato de não cumprir com seu quinhão de contribuição econômica, situação mais comum em famílias matriarcais” (MATTOS, 2006, p. 118).

Mattos (2006) defende também que, quando o indivíduo passa a viver nas ruas, ele, inicialmente, nega a sua condição, referindo-se sempre ao passado - na parte das boas lembranças - ou ao que quer ser no futuro. No entanto, para conseguir permanecer no meio, ele se relaciona a outros sujeitos que também estão naquele ambiente, a fim de absorver as estratégias de sobrevivência nas ruas.

Esse é um dos grandes dilemas da pessoa que vivencia recentemente a situação de rua: nega o presente para sobreviver simbolicamente, em termos da representação positiva de si, ao mesmo tempo em que a imediatividade do presente se afirma na consecução de sua sobrevivência física. Quanto mais se insere no mundo da rua, em seu presente, tanto mais se distancia do seu projeto futuro de resgatar o seu passado (MATTOS, 2006, p. 134).

À medida que o tempo passa, esse presente acaba por dominar o cotidiano do sujeito e, assim, o mesmo se adapta ao novo meio, abandonando certos valores de casa e do passado e adquirindo o modo de viver e pensar de quem está nas ruas. Nesse contexto, a vivência assume um tom de “sobrevivência”. Mattos (2006, p. 147) destaca também o impacto da discriminação sofrida por essa população, que acaba, de certa forma, se desumanizando. Para ele, os albergues têm essa função de “normalizar o diferente”, “como se fosse de suas escolhas estar na situação de rua”.

Ainda nesse tema, o autor trata das relações entre os sujeitos que vivem na rua, geralmente carregadas de desconfiança, embora sejam importantes para

⁴⁴ ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. 275 p.

garantirem a sua sobrevivência. O medo de sofrerem violência os fazem buscar uma vida mais independente e de autossustentação, prevalecendo o lema do “cada um por si” e, quem sabe, “Deus por todos”. Por outro lado, há casos daqueles que vivem em grupos exatamente para se protegerem e terem acesso, por exemplo, à comida, roupas, bicos, etc. Porém, ressalta-se que, da mesma forma que os grupos se formam rapidamente, eles se desfazem, pois a efemeridade, a superficialidade e o receio imperam nas relações estabelecidas entre esses indivíduos (MATTOS, 2006).

Por fim, o pesquisador comenta sobre a questão inversa à rualização: a saída das ruas, constatada como um desejo latente daqueles que vivenciam a situação. Contudo, em seu trabalho de campo, ele se deparou com um sujeito que questiona sobre essa mudança de vida, enfatizando que a liberdade e a autonomia adquirida nas ruas não pode ser experimentada em uma residência ou albergue, por exemplo. Assim, o autor acredita que “a saída das ruas não deve ser tomada como imperativo generalizado para todas as pessoas em situação de rua” (MATTOS, 2006, p. 168). Ele sugere que as intervenções sejam pautadas no respeito à autonomia de cada um e no atendimento às suas demandas individuais, o que demandaria uma mudança estrutural no modelo de assistência atualmente oferecido a essa população.

Dessa maneira, tem-se, a partir do tema “rualização”, uma relevante contribuição para o entendimento dessa questão social e a busca por soluções eficazes que não apenas o evitem o problema, como também colaborem na plena reintegração social de quem experimenta/experimentou a vida nas ruas. Concordamos com a necessidade do emprego dessa nova terminologia que vem sendo desenvolvida na pesquisa acadêmica porque ela tem uma capacidade integradora de conceituação de todos os sujeitos que fazem da rua sua casa, local de trabalho ou espaço para lazer, mesmo que possuam um imóvel e uma família em alguma cidade.

Todos os autores citados no presente tópico (PRATES et al., 2011; FLORENTINO, 2006; FUHRMMAN, 2013; MATTOS, 2006) explicam que o processo de rualização tem sua origem em diversos fatores psicossociais que envolvem a vida dos sujeitos. Em geral, eles iniciam a ida para as ruas de forma lenta e gradativa e, com o tempo, esse processo que vai se alterando de acordo com as facilidades e satisfações imediatas que encontram no dia a dia das ruas. O movimento de ida e vinda da casa para rua vai, então, transformando-se de forma inversa, até que se

adaptam às condicionantes - positivas e negativas - da rua. Começam passando um dia inteiro na rua e retornando para suas condicionantes num processo contínuo, razão pela qual as ações preventivas e a intervenção junto àqueles que estão há pouco tempo em situação de rua se mostram fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas, como é defendido por Fuhrmman (2013).

Em apoio ao trabalho de Prates et al. (2013), o conjunto de fatos constatados com a população de rua, de várias faixas etárias, mostra que o processo de rualização molda a consciência em vários níveis, inclusive o da subjetividade, aspecto que indica a complexidade do problema e os desafios para se definir estratégias que o equacionem e o superem. A possibilidade de se trabalhar preventivamente é uma maneira de evitar que o mesmo se instaure e também de se alcançar maior efetividade em termos de políticas públicas.

É válido destacar que não se trata de oferecer recursos exclusivamente materiais, mas também prestar um apoio para a "ressignificação de trajetórias" de vida por parte do morador de rua. As crianças, adolescentes e adultos que experimentam a rualização fazem do ambiente de rua seus referencias psicossociais de vida, pois suas personalidades são moldadas, lentamente, na luta pela sobrevivência em ambientes inóspitos da "selva de pedra", expostos à violência de todos os gêneros, com acesso facilitado às drogas, em contraposição aos benefícios da comodidade do lar, do carinho e da educação, os quais ajudam na construção de uma personalidade socialmente equilibrada e integrada (PRATES et al., 2013).

A rualização, iniciada na infância e que, se não interrompida adequadamente, continua e prevalece na idade adulta, é um processo originado por efeitos múltiplos - sociais, psicológicos, econômicos, etc. Assim, seu movimento reverso, da plena reintegração social - que entendemos implicitamente como também psicológica e afetiva -, requer ações políticas de natureza complexa. Em outras palavras, é necessário que as políticas públicas de iniciativa do Estado envolvam ações articuladas, concatenadas, interdisciplinares e contínuas (PRATES et al., 2013).

Há vários fatores que agem concomitantemente envolvendo atos de injustiça, preconceitos, crime, pobreza, ignorância, abandono familiar, o livre acesso às drogas, as facilidades de ingresso e participação à sociedade de consumo e a ineficácia das políticas públicas. Portanto, são múltiplos os elementos que favorecem o processo de rualização de crianças, adolescentes e de adultos e, por

isso, devem ser equacionados e superados para que o país alcance a sua maioria coletiva, não só no plano do desenvolvimento econômico, como também na plenitude do bem estar social da totalidade de seus habitantes e da plena cidadania.

Ainda sobre as causas que levam à rualização, Prates et al. (2013, p. 5) reiteram o posicionamento de outros estudos realizados⁴⁵, ao defenderem que a “fragilidade de vínculos, ocasionada por histórias marcadas pela violência, abusos, exploração, drogadição e privação de ordens diversas, tem sido o principal motivo mencionado pelos sujeitos que os vivenciam”.

As razões e os efeitos da “rualização” foram tratados também em artigo divulgado pela revista *Scientific American*, no ano de 2002, de autoria de Martin H. Teicher, professor de psiquiatria na Escola de Medicina da Universidade de Harvard. O autor defende, através de amplo suporte de pesquisas realizadas nos EUA, que os maus tratos na infância não provocam apenas traumas psicológicos reversíveis, como também danos permanentes no desenvolvimento e funções cerebrais.

Os hemisférios esquerdos de pessoas vitimadas pela violência desenvolvem-se significativamente menos do que deveriam. Como o abuso infantil ocorre durante o período formativo crítico em que o cérebro está sendo fisicamente esculpido pela experiência, o impacto do extremo estresse pode deixar uma marca indelével em sua estrutura e função. Tais abusos, parece, induzem a uma cascata de efeitos moleculares e neurobiológicos, que alteram de modo irreversível o desenvolvimento neuronal. Uma condição psiquiátrica fortemente associada a maus tratos na infância é o chamado distúrbio de personalidade limítrofe (*borderline personality disorder*). O indivíduo com essa disfunção tem como característica enxergar os outros em termos de preto ou branco, oito ou oitenta, muitas vezes colocando seus interlocutores num pedestal, para depois transformá-los em vilões, a partir de algo percebido como desfeita ou traição. Aqueles que sofrem desse distúrbio são propensos a explosões de

⁴⁵ VIEIRA, M. A. (Org) et al. **População de rua** : Quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992; REIS, C. Nelson dos; PRATES, Jane Cruz; MENDES, Jussara. **A realidade dos moradores de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA/FESC - FSS/PUCRS,1995; ROSA, Cleisa M. Maffei (Org). **População de Rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995; ZLOTNICK, Cheryl; ROBERTSON, Marjorie J. Sources of Income Among Homeless Adults with Major Mental Disorders or Substance Use Disorders. **Psychiatric Services**. Arlington, v. 47, n. 2, p.147-151, 1996; SNOW, D.; ANDERSON, L. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo de rua. Tradução Sandra Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1998; PRATES, J. C.; REIS, C. N.; ABREU, P. A metodologia de pesquisa para populações de rua e as alternativas de enfrentamento pelo Poder Público Municipal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 64, 2000; ABREU et al. **Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua Adultos em Porto Alegre**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/PUCRS, 1999; BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Jussara Maria Rosa; PRATES Jane Cruz. **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004; PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flávio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em Situação de Rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por este segmento. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

cólera e episódios transitórios de paranoia ou psicose. Eles possuem tipicamente uma história de relações intensas e instáveis, muitas vezes tentam escapar por meio do abuso de substâncias, e apresentam impulsos autodestrutivos ou suicidas (TEICHER, 2002, p. 83).

Pesquisas como essas, assim como diversas outras que podem ser buscadas na *web* e em estudos já realizados, apenas confirmam tecnicamente - e com informações incontestáveis - os prejuízos que o abandono e os maus tratos durante a infância causam no ser humano, desde a adolescência até a fase adulta. A psiquiatria e a medicina ratificam com dados concretos o que o bom senso e a tradição de pais, mães, educadores, filósofos e religiosos de diferentes vertentes ideológicas já reconhecem há centenas de anos. O que temos em nosso país é a combinação da ignorância, desprezo, omissão individual e coletiva da sociedade em relação à responsabilidade de oferecer dignidade à infância e à adolescência, principalmente aos indivíduos mais vulneráveis.

Por isso, concordamos com Rizzini (2010), quando expressa que o ECA trata dos direitos básicos de todas as crianças, além de versar sobre os direitos referentes à convivência familiar e comunitária e sobre o lazer como importante instrumento de socialização. Contudo, observamos que esse aspecto do estatuto ainda não recebe a atenção que deveria.

Tal expressão é manifestada também pelo artista Sr Jorge, na canção “Problema Social”:

Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
 Não seria um peregrino
 Nesse imenso mundo cão
 Nem o bom menino que vendeu limão
 Trabalho na feira pra comprar seu pão
 Não aprendia as maldades que essa vida tem
 Mataria a minha fome sem roubar ninguém
 Juro que nem conhecia a famosa Funabem
 Onde foi a minha morada desde os tempos de neném
 É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
 Se eu pudesse eu tocava em meu destino
 Hoje eu seria alguém
 Seria um intelectual
 Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
 Muitos me chama de pivete
 Mas poucos me deram um apoio moral
 Se eu pudesse eu não seria um problema social.

Assim, do entrelaçamento do conhecimento construído no universo intelectual e fazendo uso da cultura vivida e demonstrada nos documentários, na literatura e nas músicas, acreditamos ser possível uma maior apreensão dessa realidade, de

forma a compreender as vicissitudes e as contradições da condição humana que, paradoxalmente, apresenta requintes de crueldade e perigo, e mostra-se trivial e sedutora.

CAPÍTULO II ✨

A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS EM PROCESSO DE
"RUALIZAÇÃO" NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

“Nossas crianças são a base sobre a qual o nosso futuro será construído, e nosso maior bem como nação”⁴⁶

2.1 Apresentação

O objetivo deste capítulo é apresentar as legislações que versam sobre a proteção da criança e do adolescente e contextualizar o local onde ocorreu nossa pesquisa. Para tanto, iniciamos com uma visão “macro”, tratando das normas e políticas em nível nacional. Em seguida, concentramo-nos especificamente sobre São José dos Campos, onde atuamos e desenvolvemos este trabalho, tecendo um breve histórico da sua formação e de sua estrutura demográfica. Posteriormente, analisamos e discutimos os programas e projetos que foram desenvolvidos no município, no âmbito da Assistência Social, com foco na criança e adolescente em processo de rualização.

Nosso intuito é analisar a legislação em vigor voltada à proteção das crianças e adolescentes em situação de risco⁴⁷ que vivem o processo de rualização, buscando, de alguma forma, contribuir para a adequação dos serviços frente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁴⁸. Apresentamos o contexto onde este estudo foi efetuado e também os atores responsáveis e envolvidos na busca da garantia da proteção da criança e adolescente em rualização.

2.2 A implementação de políticas sociais no âmbito do Brasil

⁴⁶ Frase de Nelson Mandela, proferida em discurso na África do Sul, em junho de 1995.

⁴⁷ O UNICEF considera crianças excluídas aquelas que “correm risco de não ter acesso a um ambiente que as proteja contra violência, abuso e exploração, ou quando não tem acesso a serviços e bens essenciais, sendo ameaçadas quanto a sua possibilidade de participar plenamente na sociedade no futuro” (LESCHER; BEDOIAN, 2007, p. 12). Essa exclusão pode ser exercida por suas famílias, pela comunidade, pelo governo, pela sociedade civil, pelos meios de comunicação, pelo setor privado. “Em casos extremos, as crianças podem tornar-se invisíveis, efetivamente desaparecendo dentro de suas famílias, de suas comunidades e de suas sociedades” (LESCHER; BEDOIAN, 2007, p. 12).

⁴⁸ O SUAS constitui-se na regulação e organização das ações socioassistenciais em todo o território nacional. É um modelo de gestão descentralizado e participativo. Pressupõe a gestão compartilhada, o cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e a definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, a qual tem o papel efetivo na sua implantação. O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, a qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços, da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas. Foi aprovado pela Resolução nº 130, de 15 de junho de 2005, e que define as suas bases de implantação no Brasil.

Antes de iniciar esta discussão, selecionamos um trecho de Jaccoud (2008, p.3) que traz uma definição sobre o termo “políticas sociais” e sua finalidade:

(...) as políticas sociais fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população.

Nosso cotidiano é marcado por políticas públicas nas diversas áreas: Previdência Social, Sistema Financeiro da Habitação, Educação, Assistência Social, Saúde, dentre outras. Com alicerce nas leituras de Behring e Boschetti (2008), Netto (2001) e Yazbek (2008), destacamos neste subcapítulo, de forma sucinta, a evolução das políticas sociais, com o objetivo de contextualizar a proteção à criança e ao adolescente em situação de rua.

As políticas sociais se constroem na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo⁴⁹, com a Revolução Industrial, as lutas de classes e o desenvolvimento da intervenção do Estado. De forma genérica, sua origem está relacionada aos movimentos de massa e ao estabelecimento dos Estados-Nação da Europa Ocidental do final do século XIX, tornando-se mais generalizada na passagem do capitalismo concorrencial⁵⁰ para o capitalismo monopolista⁵¹, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, no pós 1945.

⁴⁹ “A relação entre o capitalista e o trabalhador é estabelecida pela venda e compra da força de trabalho, mediada pelo valor dessa mercadoria. O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto, também à reprodução deste artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado um *quantum* de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor (...). A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal (...). Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral” (TUMOLO, 2003, p. 159).

⁵⁰ O Estado, além de sua função de garantir a propriedade privada, atuava no controle das condições externas de produção capitalista.

⁵¹ Caracterizado como o estágio imperialista que se situa entre 1890 e 1940, a intervenção estatal recai na organização e dinâmica econômica para garantir os superlucros dos monopólios. No capitalismo monopolista, a preservação e o controle da força de trabalho é função primordial do Estado, visto que, nesse estágio, a produção capitalista encontra dificuldades para aumentar seus lucros. A maximização dos lucros é o desiderato do capitalismo monopolista, e as respostas às necessidades das classes trabalhadoras vão ao encontro dos interesses dos monopólios. É a partir daí que as refrações e sequelas da questão social tornam-se objeto de intervenção estatal. Assim, a

Em resumo elaborado para capacitação do SUAS, Yazbek (2008, p. 4), trata a Política Social como uma modalidade de intervenção do Estado no âmbito do atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, respondendo a interesses diversos, ou seja,

(...) a política social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem.

No período denominado de pré-capitalismo, que vai do século XVI ao XVIII, as sociedades assumiam determinadas ideologias com o intuito de manter a ordem e punir a vagabundagem, ou seja, aqueles que eram considerados desajustados em relação ao modelo social aceito. As abordagens características desse período eram caritativas e filantrópicas, identificadas como proformas de políticas sociais. Como exemplo, temos o Estatuto dos Trabalhadores, de 1349; o Estatuto dos Artesãos (Artífices), de 1563; a Lei dos Pobres (Elisabetana), entre 1531 e 1601; a Lei de Domicílio (*Settlement Act*), de 1662; e a Lei Revisora das Leis dos Pobres ou Nova Lei dos Pobres (*Poor Law Amendment Act*), de 1834.

Tais legislações, de acordo com Castel (1998), estabeleciam um “código coercitivo do trabalho” e seu caráter era punitivo, repressivo e não protetor. Os objetivos eram: estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam da força do labor para sobreviverem, obrigar o pobre a aceitar qualquer ocupação que lhe fosse oferecida, regular a remuneração do trabalho, de modo que o proletário carente não pudesse negociar formas de remuneração, além de proibir a mendicância dos pobres.

A preocupação do Estado em criar estratégias para extinguir ou eliminar qualquer movimento desse segmento da população é antiga. Com a ascensão do neoliberalismo⁵² e o processo de reestruturação produtiva, o desemprego estrutural deu origem a um aumento de programas sociais, em contrapartida às demandas do capital que apontavam para a diminuição de gastos dessa natureza. Tal disparidade resultou em um processo conflituoso de negociação e na luta de

questão social torna-se alvo das políticas sociais, mas o Estado administra as suas consequências atendendo preferencialmente as necessidades dos capitalistas.

⁵² Doutrina desenvolvida a partir da década de 1970, baseada na aplicação dos princípios liberais na esfera econômica. Defende a absoluta liberdade de mercado, bem como a mínima intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis. Sobre o neoliberalismo, podem ser encontradas definições e discussões em Netto (2012) e Yazbek (2003).

classes e seus segmentos, os quais se apresentavam em condições desiguais nas arenas de negociação disponíveis no Estado democrático de direito, o que levou também a conflitos extras institucionais.

No Brasil contemporâneo, o que se presencia são ações fragmentadas, programas focalizados ou de transferência de renda, destinados aos segmentos mais empobrecidos da sociedade. Observa-se, também, a transferência para a iniciativa privada de ações que deveriam ser operadas pelo Estado - a visão é de prestar apoio às instituições que são prestadoras de serviços sociais e não de executar por si o que lhe cabe. Devido a tais fatores, aumentam-se as ações no campo da filantropia e do trabalho voluntário, expandindo, assim, o terceiro setor (YAZBEK, 2000).

Na perspectiva do neoliberalismo, as políticas sociais são entendidas a partir de alguns fatores importantes. Estado mínimo, mercado máximo e regressão social são os elementos que presidem a política econômica de quase todos os países, desde a década de 80. Dentre as consequências da tão debatida globalização da economia e do já conhecido Estado neoliberal, estão o uso da ciência e tecnologia na produção de mercadorias, o aumento da produtividade da força de trabalho, a expansão dos lucros aos capitalistas e o desemprego sem precedentes (YAZBEK, 2003).

Em 1988, o artigo 18 da CF, determinou que “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). Assim, a CF favoreceu a descentralização (artigo 194, inciso VII) das políticas sociais com características peculiares através da criação do federalismo cooperativo⁵³, onde o Estado e municípios, com autonomia política e fiscal, assumem funções de gestão de políticas públicas, seja por iniciativa própria, por adesão à proposta apresentada por outro nível de governo ou por determinação constitucional (ARRECTHE, 2000, apud YAZBEK, 2003, p. 47)⁵⁴.

Segundo Yazbek (2003, p.3),

⁵³ Caracterizado pela existência de funções compartilhadas entre as diferentes esferas de governo e pelo “fim de padrões de autoridade e responsabilidade claramente delimitados” (ALMEIDA, 2005, p.3).

⁵⁴ ARRECTHE, Marta. **Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização**. Rio de Janeiro/São Paulo: Revan/FAPESP, 2000, p. 197-239.

(...) em seu percurso histórico, a Política Social brasileira vai encontrar na Constituição de 1988 uma inovação: a definição de um sistema de Seguridade Social para o país, colocando-se como desafio a construção de uma Seguridade Social universal, solidária, democrática e sob a primazia da responsabilidade do Estado. A Seguridade Social brasileira por definição constitucional é integrada pelas políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social e supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais.

A proposta de descentralização amplia a participação dos sujeitos para a construção de uma política mais eficaz e abrangente. O cenário passa a comportar governos, beneficiários, entidades e instituições de várias esferas em uma posição horizontal para a definição de ações públicas no âmbito da Política Social.

O grande desafio passa a ser um novo projeto no qual cada sujeito tenha um papel definido e exerça de forma responsável e efetiva suas funções. E, ao poder público, incumbe garantir, de forma competente, a aplicação dos recursos destinados aos serviços, assim como o seu controle, no sentido de promover o alcance dos recursos às demandas consideradas prioritárias, assegurando, assim, a atuação das políticas públicas.

O mundo foi moldado ao longo da história pela estrutura dominante do capitalismo, onde as regras são ditadas pelos donos do capital, e a sociedade contemporânea vem, há muito tempo, sofrendo profundas alterações em função desse modelo. Tais mudanças realçam as questões sociais geradas pelo desenvolvimento desse sistema econômico e tudo isso repercute diretamente na vida das pessoas, na vida das famílias e em suas relações sociais.

O processo histórico mundial registra diversas crises econômicas, como aquelas que ocorreram nas décadas de 30, 80 e 90, as quais desencadearam muitas transformações no campo do trabalho, com a introdução de novas formas de divisão social do labor e com o processo de globalização. Vários empregos foram eliminados, o mercado passou a exigir maiores qualificações dos trabalhadores e a tecnologia emerge com seu poder dual de gerar e eliminar empregos. Nesse contexto, foram lançados à marginalidade do “subemprego” um grande número de trabalhadores de baixa qualificação, trazendo como consequência a deterioração das condições de trabalho e de vida a um número significativo de pessoas.

Ao analisar o capitalismo, verifica-se que as desigualdades sociais⁵⁵ tornam-se mais visíveis, apesar do crescimento econômico de países emergentes, como o Brasil, por exemplo. Os salários e a qualidade de vida baixaram para a classe trabalhadora e houve aumento da concentração de renda pela classe dominante - proprietários dos meios de produção, banqueiros, especuladores, etc.

Nesse cenário, “as Declarações dos Direitos Humanos afirmam mais do que podem e menos do que deveriam” (CHAUÍ, 1989, p. 27), e assim, as discussões acerca dos Direitos Humanos ficam em descompasso com a realidade social, gerando consequências sérias, como o aprofundamento da desigualdade e da liberdade, o alastramento da pobreza aos países desenvolvidos, o enxugamento do Estado, a miséria material e espiritual, a desproteção social, a insegurança e a descrença generalizada na política, além da naturalização/criminalização da pobreza (ROBERTO, 2008).

Em se tratando da realidade brasileira, de acordo com Silva, Yazbek e Giovani (2008), esse processo de mundialização causou danos enormes, uma vez que hoje se assiste a um esvaziamento gradativo dos avanços sociais, das conquistas e dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, em função de medidas restritivas que afetam diretamente o Sistema de Proteção Social.

Um exemplo é a redução das intervenções do Estado no âmbito das Políticas Públicas, depositando na família uma sobrecarga de responsabilidades nesse contexto. Contudo, em muitas circunstâncias, o grupo familiar não tem condições de assumir tais encargos (CAMPOS, 2008). A partir disso, surgem as indagações: e a família que já vem de um processo de vulnerabilidade de outras gerações? Como pode apagar os vestígios de violência sofrida e se responsabilizar por transmitir valores aos seus filhos?

⁵⁵ “(...) a desigualdade social é uma verdadeira desigualdade de vida; na casta elevada, os indivíduos têm uma grande liberdade de movimentos, a faculdade de realizar os seus desejos e os seus prazeres com muito poucas inibições. O poder já confere todas as vantagens, todas as liberdades e sobretudo a livre expansão pessoal. Nos escalões muito baixos, a subordinação acompanha-se de restrições, de frustrações, de proibições, de inibições, talvez mesmo de ‘neuroses’. Deste modo, a desigualdade social também é, de certa maneira, a desigualdade da felicidade. Essa desigualdade é muito menos marcada nas sociedades descentralizadas da floresta e muito mais opressiva, pesada, dura, nos bandos militarizados das savanas” (MORIN, 2000, p. 16).

Em 1987, os compositores Sérgio Britto e Charles Gavin já retratavam em uma canção⁵⁶ sobre a violência, a falta de suporte para as famílias em situação de vulnerabilidade, ou seja, as que mais lidam com o problema social em seu dia a dia. A letra destaca a questão da inexistência de responsáveis pela violência, o que mostra a omissão do Estado em assumir a responsabilidade constitucional que lhe cabe e solucioná-lo, através de políticas públicas eficazes, transferindo todo o ônus aos cidadãos e as famílias:

Será que tudo está podre, será que todos estão vazios?
 Não existe razão, nem existem motivos.
 Não adianta suplicar porque ninguém responde,
 Não adianta implorar, todo mundo se esconde.
 É difícil acreditar que somos nós os culpados,
 É mais fácil culpar deus ou então o diabo.

Assim, dentre os desafios contemporâneos, está o de analisar e compreender as várias expressões das desigualdades, de maneira a propor formas de resistência em defesa da vida e dos direitos sociais. Essa discussão nos remete às colocações de Castel (1998), o qual menciona que a questão social hoje coloca em causa a função integradora do trabalho, desestabilizando a vida na sociedade como um todo.

A questão social tem origem na Inglaterra, no século XVIII, durante a Revolução Industrial, em meados de 1760, e se agravou nos séculos XIX e XX, na consolidação do capitalismo imperialista e monopolista. No Brasil, seu agravamento ocorreu no século XX, com as mudanças no modo de produção e com a expansão da tecnologia, o que significou em consequências diretas para os trabalhadores, provocando o aumento das desigualdades sociais.

Nesse contexto, a partir das lutas sociais e políticas do proletariado, surge a “questão social”, que, segundo Iamamoto e Carvalho (2000, p. 77),

(...) não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.

Compreende-se, desse modo, que a questão social representa as múltiplas expressões das disparidades existentes no campo dos direitos sociais⁵⁷, e na

⁵⁶ Música “Violência” (1987), composta por Sérgio Britto e Charles Gavin e interpretada pela banda Titãs.

⁵⁷ As disparidades existentes são manifestadas no campo dos direitos, na área da família, do idoso, da criança e do adolescente, na questão de gênero, de trabalho, de desemprego, da educação, do meio ambiente, da cidadania, da população de rua dentre outras formas.

atualidade, há uma variedade delas, geradas não somente pelo fator econômico. Elas devem ser apreendidas e tratadas numa perspectiva mais abrangente, ou seja, numa perspectiva que considere as dimensões objetivas, subjetivas e mitológicas que envolvem os indivíduos e os diferentes contextos sociais onde vivem. (RODRIGUES, 2006). O cotidiano é, portanto, o ambiente onde as questões sociais se engendram, em que as identidades, trajetórias e histórias se constituem e onde são propostos os desafios à sociologia, às profissões, à sociedade, ao indivíduo e ao Estado.

Assim sendo, o intento do presente estudo volta-se para uma das expressões da questão social: crianças e adolescentes que vivem o processo de rualização; ou, em outras palavras mais convencionais, moradores de rua, numa perspectiva de abordagem mais abrangente, com base nos autores da complexidade. E é nesse âmbito que se colocam os desafios, as exigências e as adequações das políticas públicas, de maneira que consigam atender às várias manifestações embutidas nessa questão.

2.2.1 O papel da família no âmbito das políticas públicas e na garantia da proteção de crianças e adolescentes

No Brasil, as políticas sociais são implementadas mediante a divisão de responsabilidades entre a família, o Estado e a sociedade. Essa ideologia, que perpassa todas as políticas, está ancorada na vasta legislação nacional⁵⁸. Além disso, a discussão sobre os deveres e as responsabilidades das famílias no campo das políticas sociais também tem sido pauta frequente no universo acadêmico.

A instituição familiar é a base da sociedade, conforme preceitua o art. 226 da CF/88. Toda criança ou adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio da sua família. Aos pais cabe a importante responsabilidade do desenvolvimento familiar, mantendo ao máximo a estabilidade emocional, econômica e social. Vale destacar que as políticas públicas brasileiras incluem em sua totalidade a rede de proteção, a qual tem por objetivo contribuir para a redução da violência contra

⁵⁸ Constituição Federal de 1988, Lei das Pessoas com Deficiência, de 1989, Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, Lei do Idoso, de 1994, a Política Nacional da Assistência Social, de 2000, entre outros dispositivos legais.

crianças e adolescentes, sendo imprescindível o atendimento especializado a esse público.

Observa-se, no desenho da Política Social contemporânea, um particular acento às microssolidariedades e sociabilidades sociofamiliares, pela sua potencial condição de assegurar a proteção e a inclusão social (CARVALHO, 2010). A família é redescoberta no âmbito das políticas sociais no início da década de 90, com o advento da CF e do ECA. Ela é requisitada como parceira e, em muitos casos, com excessivas exigências, sem o respaldo necessário. Esse é um fator que vem sendo discutido junto aos profissionais e também tem sido objeto de muitas pesquisas⁵⁹.

Ao tratar da falta de apoio à família para que ela cumpra o seu papel social, Tenório e Zagabria (2012) citam contribuições importantes de Calderón, Guará, e Carvalho (1994)⁶⁰; Mito (1997)⁶¹; Kaloustian e Ferrari (1994)⁶²; Gueiros (2002)⁶³; e Gomes e Pereira (2005)⁶⁴. Para as autoras, embora a CF reforce o papel da família enquanto elemento essencial para a Proteção Integral da criança e do adolescente, observa-se a ausência de políticas públicas voltadas aos núcleos familiares das camadas mais pobres (TENÓRIO; ZAGABRIA, 2012).

Os serviços coletivos implementados pelas políticas sociais devem combinar outras modalidades de atendimento ancoradas na família e na comunidade, direcionando-se à prevenção e aos cuidados. Nesse sentido, a família é convocada a participar efetivamente da vida dos filhos, junto aos serviços de prevenção,

⁵⁹ FAERMANN, Lindamar Alves. A concepção de família que orienta a intervenção profissional do assistente social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p.1-16, 2014; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: subsídios para a discussão da assistência as famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. **Fronteiras**, Montevideo, n.4, p. 94-102, set. 2001; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: LEAL, Maria Cristina; MATOS, Maurílio Castro de; SALES, Mione Apolinário (Orgs.). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, I; BEHRING. E. SANTOS, S; MIOTO, R.C.T. (Orgs). **Política social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n.3, ano III, p. 1-15, dez. 2004; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e cuidado: uma leitura para além do óbvio. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 2, p. 161-168, jul/dez, 2003.

⁶⁰ CALDERÓN, A. I.; GUARÁ, I. M. F. R.; CARVALHO, M. C. B. **Guarda familiar: desafios e propostas**. São Paulo: IEE PUC/SP/CBIA, 1994.

⁶¹ MIOTO, R. C. T. Família e serviço social: contribuições para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 55, ano XVIII, p. 114-129, nov.1997.

⁶² KALOUSTIAN, S. M., FERRARI, M. Introdução. In.: KALOUSTIAN, S.M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, p. 11-15, 1994.

⁶³ GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXI, p.102-121, 2002.

⁶⁴ GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

proteção e acompanhamento sistemático, dentre outros. Espera-se dela maior parceria com a escola no projeto educacional, no acompanhamento de seu filho junto à saúde, bem como a sua participação direta nos diversos serviços de proteção, como o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)⁶⁵ e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)⁶⁶, operacionalizados no campo da Assistência Social. Essa proposta encontra respaldo na literatura e também na própria definição da Organização das Nações Unidas – ONU (1994 apud ROSA, 2006), de que "família é gente com quem se conta".

A proposta atual das políticas é a presença da família e da comunidade junto aos serviços. Essa participação, de acordo com o estudo bibliográfico de Tenório e Zagabria (2012), é citada pelo pesquisador Serapioni (2005), já referenciado neste capítulo. As autoras também mencionam os trabalhos de Maurás e Kayayan (1994)⁶⁷, Calderón, Guará, e Carvalho (1994)⁶⁸, os quais alertam sobre a importância da família nas políticas públicas. Diante disso, o enfoque é a priorização de projetos e serviços abertos e flexíveis de atenção às diversas demandas, capazes de envolver as solidariedades comunitárias, as pequenas organizações sociais, as prestadoras de serviços sociais, a família e o próprio beneficiário.

A família, "enquanto o primeiro grupo de socialização" (TENÓRIO; ZAGABRIA, 2012, p.140) é revalorizada na sua função socializadora. Outros autores, citados no estudo de Tenório e Zagabria (2012) e anteriormente referenciados nesta pesquisa, também compartilham dessa ideia. São eles: Carvalho e Almeida (2003); Kaloustian e Ferrari (1994); Serapioni (2005); e Mito (1997), além de Petrini (2003)⁶⁹.

Para Tenório e Zagabria (2012), a família deve exercer o papel principal na elaboração e implementação das políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes, sem, contudo, isentar a responsabilidade do Estado na efetivação de tais políticas. Nesse sentido, é fundamental que os programas e projetos voltem-se para o grupo familiar como um todo.

⁶⁵ Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) - (NOB/SUAS, 2004, p. 35), previsto na NOB/SUAS.

⁶⁶ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), previsto na NOB/SUAS.

⁶⁷ MAURÁS, M.; KAYAYAN, A. Apresentação. In: KALOUSTIAN, S. (Org.). **Família Brasileira**, a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994. p. 9-10.

⁶⁸ Obras referenciadas no rodapé da página anterior.

⁶⁹ PETRINI, J. C. **Pós-modernidade e família**. Bauru: Ed. Edusc, 2003.

Ao invés de se construir uma política social movida pela piedade, busca-se consolidá-la pela lógica do direito, logo, da justiça e da equidade, com base legal na matricialidade sociofamiliar, ancorada na CF. Quando a ênfase é colocada em processos de desenvolvimento da autonomia familiar ou em seu fortalecimento emancipatório, supera-se o enfoque fortemente tutelar e assistencialista presente no histórico da política social brasileira.

O ECA, em todo seu capítulo III do livro I, trata da temática do direito à convivência familiar e comunitária enquanto garantia fundamental e essencial à criança e ao adolescente, assim como são a Educação, a Saúde, o Lazer e demais direitos básicos. Esse instrumento legal reconhece a existência de três espécies de família: a natural, a extensa e a substituta⁷⁰.

Na NOB/SUAS, a família representa “o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” (BRASIL, 2004, p.90). Para entender a centralidade dessa instituição social, é preciso partir do conceito de família como um “núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero” (BRASIL, 2004, p. 90).

Ainda na NOB/SUAS, a família é definida como:

(...) espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2004, p. 41).

A contemporaneidade trouxe consigo novos arranjos familiares. Ao longo dos anos, com as várias transformações culturais e sociais, a família desenvolveu uma grande capacidade de se reorganizar, adaptando-se às mudanças ocorridas, as quais podem ser citadas o divórcio, o uso de métodos contraceptivos e a entrada da mulher no mercado de trabalho.

⁷⁰ “a) Família natural: assim entendida a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes (art. 25, caput, ECA); b) Família extensa: aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (art. 25, parágrafo único, ECA); c) Família substituta: para a qual o menor deve ser encaminhado de maneira excepcional, por meio de qualquer das três modalidades possíveis, que são: guarda, tutela e adoção” (BRASIL, 1990).

De acordo com Zamberlam (2001 apud SANTANA; OLIVEIRA; MEIRA, 2013)⁷¹, essas transformações acabam repercutindo no exercício da maternidade e também da paternidade. Assim, a família não pode ser concebida apenas como uma unidade biológica. Ela representa também o dinamismo das relações sociais, e tal característica deve ser considerada, visto que muitos núcleos familiares são afetados pelas transformações da sociedade e pelos novos arranjos.

As famílias devem ser amparadas pelas políticas sociais, respeitando-se as especificidades e particularidades de cada caso, uma vez que constituem um núcleo dinâmico e complexo. Dentro do grupo familiar são formados laços afetivos, valores e funções que interferem diretamente nas relações estabelecidas entre cada indivíduo e, conseqüentemente, em seus estados psicológico, emocional e social.

É possível afirmar que a família pode oferecer condições para construir nossa história. E isso se dá no âmbito da vida cotidiana, num processo de constantes transformações, muitas vezes, permeadas por conflitos, contradições e tensões. O contexto familiar, em todas as classes sociais, é formado por pessoas com ideais próprios, perspectivas e expectativas diferentes, assim como distintas formas de ver, interpretar e se fazer presente no mundo. Enfim, não é um local “com todos os iguais”, por isso, ter clareza acerca dessa realidade complexa é fundamental para o desenvolvimento de políticas sociais eficazes e assertivas⁷².

Assevera-se que os fundamentos do Pensamento Complexo favorecem e permitem a compreensão das interações positivas que a família protagoniza, mesmo em meio às adversidades naturais no seu dia a dia, assim como seus diversos arranjos e dimensões. Dessa forma, torna-se mais fácil ao Estado trabalhar com a unidade familiar, sem desconsiderar as individualidades de cada membro e sem perder de vista seu todo e sua unicidade, bem como as relações ou a responsabilidade com o Estado, em nível municipal, estadual e federal.

⁷¹ ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. **Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

⁷² Muitos autores trataram dos novos arranjos de família. Neste estudo, trazemos o conceito de Kaslow, apresentado por Szymanski (2008). As novas composições familiares, de acordo com a autora, se classificam atualmente como: família nuclear (pai, mãe e filhos), extensa (incluindo três ou quatro gerações), adotivas (bi-raciais ou multiculturais), monoparentais (chefiada só por um dos genitores), reconstituídas (após a separação conjugal), casais (sem filhos), casais homossexuais (com ou sem crianças) e várias pessoas vivendo juntas, sem laços consanguíneos, mas com forte comprometimento mútuo. E, por fim, a autora ainda menciona a existência das famílias anaparentais e paralelas (extraconjugal).

Uma das questões centrais para o entendimento da problemática da criança, adolescente ou adulto que abandona parcial ou totalmente a família para tornar-se alguém que é obrigado ou opta por viver nas ruas, é justamente a dinâmica do processo – família e vice-versa. Cada membro do agrupamento familiar sofre de maneira particular e específica. Cada um, a seu modo, é influenciado pelo todo orgânico, assim como a família, enquanto todo, sofre influência de cada indivíduo que a compõe.

Uma abordagem tradicional, unidimensional⁷³, por exemplo, ao ser utilizada como argumento para explicar a realização apenas e somente pelas relações econômicas e de poder, não é suficiente para compreender a complexidade das relações. Parte dos membros da família que permanecem na casa, assim como aqueles que vão para as ruas, são influenciados e alcançados de formas e intensidades diferentes pelo poder público e pela sociedade. Por outro lado, a abordagem multidimensional considera as diversas conexões e forças psicossocioeconômicas que engendram o meio e o sujeito (RODRIGUES, 2006).

Assim, uma questão crucial ainda permanece presente nos dias atuais: quais mudanças ainda são imprescindíveis no Brasil para que haja o efetivo cumprimento legal das propostas de ações de compartilhamento de responsabilidades no cuidado das crianças, adolescentes e de suas famílias?

2.3 Bases que sustentam a proteção a crianças, adolescentes e adultos em situação de rua

2.3.1 A legislação protetiva da infância e juventude no Brasil

Desde o Brasil Império até a nossa era republicana atual, período posterior à Constituição de 1988, tivemos onze regulamentações⁷⁴ ou estatutos voltados à criança e ao adolescente. Esses princípios regulatórios desenvolveram-se no país paralelamente ao crescimento da consciência social da elite intelectual e política

⁷³ Entende-se por unidimensional uma metodologia que aborda um problema de cada vez, ou seja, que encara uma única variável responsável pelo problema.

⁷⁴ Para melhor ilustrar a evolução das legislações brasileiras referentes à criança e ao adolescente, elaboramos um quadro (Apêndice B) que sintetiza as normas estabelecidas desde 1988 até agora, onde selecionamos os principais trechos das leis. Através deste esboço, é possível dimensionar os progressos conquistados gradativamente e ter uma visão geral do quadro legislativo atual.

brasileira, inspirado ou coagido também pelo impulso das mudanças inevitáveis do progresso coletivo da humanidade vindo do exterior.

No Brasil Imperial até a Constituição de 1830, estavam em vigor as Ordenações Filipinas. O país vivia pleno período de escravidão, no qual as crianças e os jovens eram severamente punidos quando desobedeciam as regras ou leis. O indivíduo de idade entre 17 e 21 anos era considerado um jovem adulto, podendo ser condenado à morte, dependendo das circunstâncias. Deve-se ressaltar que, desde a Idade Média até o período colonial e da 1ª Constituição no Brasil (1830), não era bem definida a fase intermediária da puberdade e da adolescência, a qual separa psicológica e fisicamente a criança do adulto.

Na Constituição de 1830, menores de 14 anos não eram julgados por atos criminosos, podendo ser submetidos ao julgamento somente após essa idade. Sobre isso, é importante lembrar que D. Pedro II foi emancipado aos 14 anos para governar o Brasil, quando se extinguiu o período da Regência do Padre Feijó. No período que se estende até a Proclamação da República (1889) e a promulgação da primeira Constituição Republicana Brasileira, em 1890, a legislação relativa à infância referia-se a uma preocupação com o recolhimento das crianças órfãs e aquelas expostas aos riscos da integridade física e afetiva. A responsabilidade de zelar por elas era da Igreja, a qual contava com o apoio e os subsídios do Estado.

Com a promulgação da Lei do Ventre Livre, houve avanços quanto à norma de proteção da criança, que aumentou com a chamada “medicina higienista” Essa fase pode ser simbolizada pelo médico Oswaldo Cruz, personalidade que se tornou famosa e polêmica na erradicação da Febre Amarela, na cidade do Rio de Janeiro. A doutrina da medicina higienista trouxe amparo e proteção às crianças como resposta às altas taxas da mortalidade infantil na classe mais pobre (SOARES, 2003).

No século XX, marcado por grandes avanços da ciência, tecnologia, reflexões na Filosofia e Cultura e na compreensão da estrutura da psique humana, é iniciado um movimento internacional pelos direitos da criança, reconhecendo-se sua condição como distinta à do adulto. Nesse período, os jovens de 14 anos, e até alguns mais novos, formavam mão de obra no sistema de produção de países altamente industrializados, como a Inglaterra. Salienta-se, ainda, que através da história oral relatada por nossos avós, verificamos que, tanto na zona rural brasileira como nos parques fabris de São Paulo, menores de 14 anos trabalhavam com

extensa carga horária, sem direitos trabalhistas, os quais só se consolidaram na Era Getúlio Vargas.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, houve grande avanço coletivo consensual sobre a dignidade humana. Onze anos depois, em 20 de novembro de 1959, a ONU produziria a Declaração dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil e que constituiu um marco fundamental no ordenamento jurídico internacional relativo à infância. Por sua vez, essa irá progredir no final da década de 80, para formulação da Doutrina da Proteção Integral. Entretanto, houve um retrocesso no Brasil após o golpe militar em 1964, quando a questão do menor foi justaposta à categoria de problema de segurança nacional. Durante esse período, de cerceamento das liberdades individuais, foi criada a Política Nacional de Bem Estar do Menor. Dentre as medidas, estava a criação da Fundação Nacional de Bem Estar Social (FUNABEM), enquanto os órgãos executores estaduais eram as Fundações Estaduais de Bem Estar do Menor (FEBEM).

O instrumento jurídico estabelecido posteriormente foi a Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que estabeleceu o Código de Menores⁷⁵, consagrando a Doutrina da Situação Irregular, marcada pelo caráter tutelar da legislação e pela ideia da criminalização da pobreza. Uma das características dos procedimentos dessa legislação era a que o Juiz de Menores, sem distinção entre os jovens infratores e aqueles que eram vítimas da sociedade ou da família, os encaminhava à internação por tempo indeterminado, nos grandes institutos para menores, com o objetivo de res-socializá-los (SOARES, 2003).

Nessa época, foram construídos pelo imaginário popular os conceitos de “pivete” e “trombadinha”, designados a todas as crianças e adolescentes com aparência de maltrapilhos, muitos dos quais se encontravam em situação de rua.

Segundo Neiva-Silva (2003), o termo “criança de rua” foi empregado pela primeira vez na obra *“London Labour and London Poor”*, do escritor Henry Mayhew, em 1851. Entretanto, a denominação só alcançou uso generalizado em 1979, caracterizado pelas Nações Unidas como o “Ano da Criança”. Ainda de acordo com

⁷⁵ O Código de Menores estava inserido nas causas do processo de violação dos direitos. Originado na Doutrina da Segurança Nacional, a norma considerava como “menor em situação irregular” a criança ou adolescente que estivesse fora dos padrões sociais estabelecidos, atribuindo-lhe tratamento indiferenciado (não importava se fosse pobre, abandonado, infrator, carente), com caráter punitivo e extremamente arbitrário.

o autor, antes desse período, existiam outros termos para designar tal população, como “abandonados”, “fugitivos”, “sem lar”, “pivetes”, “trombadinhas”, “delinquentes”, “menor abandonado”, ou “menor infrator”.

A Reforma de 1984⁷⁶ trouxe poucas mudanças no Código Penal, quando o menor de 18 anos torna-se inimputável ao invés de irresponsável. De acordo com essa legislação, pressupõe-se, de modo absoluto, que o jovem menor de 18 anos não possui o desenvolvimento mental adequado para ser responsabilizado nos termos da lei penal.

A mudança significativa do entendimento do problema da criança e do adolescente, com a conseqüente transformação do paradigma, ocorreu com a criação da Doutrina da Proteção Integral, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. Através desse ato, a doutrina passou a ter força coercitiva para os Estados signatários, incluindo o Brasil. Além disso, essa normativa internacional aboliu o entendimento obsoleto tutelar do menor em situação irregular, instituindo a concepção de que a criança e o adolescente são sujeitos de direito e não mais peças de uma norma, o que remodelou totalmente a Justiça da Infância e Juventude, abandonando a concepção de menor como subcategoria da cidadania (SOARES, 2003).

O ECA foi criado com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, inspirado na Doutrina da Proteção Integral, tendo 26 anos de existência e representando um novo marco delimitador na filosofia de tratamento da criança e do adolescente. Na esfera política, destaca-se a descentralização das políticas públicas, que passaram a ser municipalizadas. Para Jovchelovitch, (1998, p.40), a municipalização significa:

(...) a passagem de serviços e encargos que possam ser desenvolvidos mais satisfatoriamente pelos municípios. É a descentralização das ações político-administrativas com a adequada distribuição de poderes político e financeiro. É desburocratizante, participativa, não autoritária, democrática e desconcentradora do poder.

Também na década de 1990, são instituídos os Conselhos de Direitos⁷⁷ e os Conselhos Tutelares⁷⁸, assim como surge a ideia de uma cogestão que envolve a

⁷⁶ A lei 7.209, de 11 de julho 1984 fez uma reforma na parte geral do Código Penal de 1940.

⁷⁷ São instrumentos fundamentais criados para assegurar à sociedade civil o direito de participar da formulação e controle das políticas de atendimento à infância e à juventude, em todos os níveis: municipal, estadual e federal.

⁷⁸ O Conselho Tutelar é um órgão que integra o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente, instituído pela Constituição Federal, fundamentada nos art. 204 e 227 e no ECA, e que objetiva implementar a Proteção Integral, garantindo direitos fundamentais ao desenvolvimento físico, social e psicológico a essa parcela da população (SEDH;CONANDA, 2007). Está instituído como

família, a sociedade e o poder público. Essa participação é citada por Tenório e Zagabria (2012), os quais mencionam os estudos de Carvalho (2003)⁷⁹; Carvalho e Almeida (2003)⁸⁰; Serapioni (2005)⁸¹ e Oliveira (2009)⁸².

A mudança na legislação visou eliminar a percepção do adolescente infrator como marginal, assim como abolir o caráter tutelar ingênuo e paternalista sobre ele. Dessa forma, a sociedade como um todo passa a ser responsável pela proteção da criança e do adolescente, devido à sua pouca idade e às suas carências psicossociais.

É válido observar que ainda vivemos o processo de concretização do ECA, cuja funcionalidade e aparelhamento nos municípios ainda não são ideais. Além disso, são constatadas deficiências na consolidação das políticas que deveriam lhe dar suporte, como por exemplo, a filosofia de funcionamento da Fundação Casa, criada com a missão de amparar jovens de 12 a 21 anos⁸³ incompletos, através de medidas socioeducativas de acordo com as normas previstas no ECA e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)⁸⁴.

A situação da Fundação Casa foi tema recente da revista Carta Capital, em reportagem publicada no dia 23 de março de 2016⁸⁵. No texto, são apresentados dados que diferem do quadro de idealidade de um serviço de perfeição divulgado no site dessa instituição. Segundo a matéria, nos últimos anos, técnicos do Ministério Público Estadual têm coletado, nas unidades da Fundação Casa, relatos de violência física e psicológica contra jovens infratores, quadro que remete a práticas comuns no âmbito das prisões brasileiras. Devido à redução de recursos

órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei, como também no art. 131 do ECA.

⁷⁹ CARVALHO, M.C.B. Família e políticas públicas. In.: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2003. p. 267-274.

⁸⁰ CARVALHO, I. M. M. de; ALMEIDA, P. H. de. Família e proteção social. **Perspectiva**, São Paulo, v.17, n.2, p. 109-122, 2003.

⁸¹ SERAPIONI, M. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 243-253, 2005.

⁸² OLIVEIRA, M. L. M. Família: concepções e contextos de violência: parâmetros de atuação. In: CAPACITAÇÃO DOS ASSESSORES LOCAIS DO PAIR, 2009, Brasília. **Anais...** Brasília: SEDH, 2009, p. 113-122.

⁸³ "Art. 2º (...) Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade" (BRASIL, 1990).

⁸⁴ Informações sobre histórico, objetivos e orientações sobre a Fundação Casa, estão disponíveis no site oficial da instituição: www.fundacaocasa.sp.gov.br.

⁸⁵ SUPERLOTAÇÃO é marca de instituições para menores infratores. **Carta Capital**. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/superlotacao-e-marca-de-instituicoes-para-menores-1824.html>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

orçamentários, tem havido superlotação em algumas unidades e, ainda, dificuldades de separação dos internos por faixa etária, aparência física e gravidade de infração. Esses fatos mostram a dificuldade do Estado em cumprir seu dever de buscar a reinserção social, bem como de propiciar um futuro alvissareiro para esses jovens infratores.

Nesse cenário, é importante destacarmos que o instrumento legal ECA, solitariamente, não representa o único meio ou aparelho legal capaz e responsável pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, dentre eles, o direito da Proteção Integral, o qual inclui o direito à Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer, etc. Para sua exequibilidade, ele depende que as várias políticas públicas que envolvem a garantia de direitos básicos fundamentais, estejam funcionando plenamente e em consonância com o mesmo ideal.

No âmbito da Saúde, houve um avanço importante no atendimento integral à criança e ao adolescente, com a edição da Lei nº 8.080/90, que instituiu as bases para a instalação do Sistema Único de Saúde, o SUS. Já no campo da Educação, também na década de 90, o Brasil contou com um marco relevante, fruto de mobilização social, com a promulgação da Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes Básicas (LDB), que estabeleceu novas diretrizes e bases para o sistema educacional e dispõe sobre garantias diversas constitucionais.

Na área da Assistência Social, por sua vez, um novo marco na empreitada da garantia de direitos às crianças e adolescentes entra em vigor em 1993, com a promulgação da Lei nº 8.742, representada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que institui novos paradigmas para a Política de Assistência Social, até então, marcada pela cultura assistencialista das décadas anteriores. De acordo com Yazbek (2008, p.15),

(...) a LOAS inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo, (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social.

A LOAS só foi regulamentada alguns anos depois, através da Resolução nº 130, de 15 de junho de 2005, que aprovou a Norma Operacional Básica, a

NOB/SUAS⁸⁶, “construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social” (BRASIL, 2005a).

Vale destacar que a NOB/SUAS (BRASIL, 2005b) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), através da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, são as principais bases legais que dão diretrizes e orientações para implantação dos serviços da Assistência Social em todo o território brasileiro.

2.3.2 A legislação protetiva da infância e juventude no âmbito da Assistência Social

Neste item, detalhamos sobre a proteção de crianças e adolescentes em situação de rua, tomando como referência o campo da Assistência Social, visto ser este o *locus* da presente pesquisa e também uma das políticas previstas na CF e no ECA, que deve atuar de forma complementar para a garantia da proteção desses indivíduos.

A NOB/SUAS disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território nacional, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a CF de 1988, a LOAS e as legislações complementares⁸⁷ a ela aplicáveis. É um sistema público, cujo conteúdo estabelece:

(...) a) Caráter do SUAS; b) Funções da Política Pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira; c) Níveis de gestão do SUAS; d) Instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS; e) Financiamento; f) Regras de transição (BRASIL, 2005b, p. 13).

O SUAS é constituído por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da Assistência Social, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, e de maneira complementar com as organizações da sociedade civil⁸⁸. Estabelece, entre as suas diretrizes, a primazia

⁸⁶ O SUAS teve suas bases para implantação na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, por meio da Resolução CNAS nº 145/2004, e sua operacionalização foi materializada pela Resolução CNAS nº 130/2005, que trata da Norma Operacional Básica do SUAS. Esse acúmulo de construção da política pública de Assistência Social foi referendado pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, a qual alterou a LOAS- Lei nº 8.742/1993. O CNAS aprovou, em dezembro de 2012, a nova NOB/SUAS 2012, através da Resolução 33/2012.

⁸⁷ Todas as legislações complementares constam no Apêndice B.

⁸⁸ De acordo com a NOB/SUAS “a ação da rede socioassistencial de proteção básica e especial é realizada diretamente por organizações governamentais ou mediante convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de Assistência Social.” (BRASIL, 2005b, p. 22).

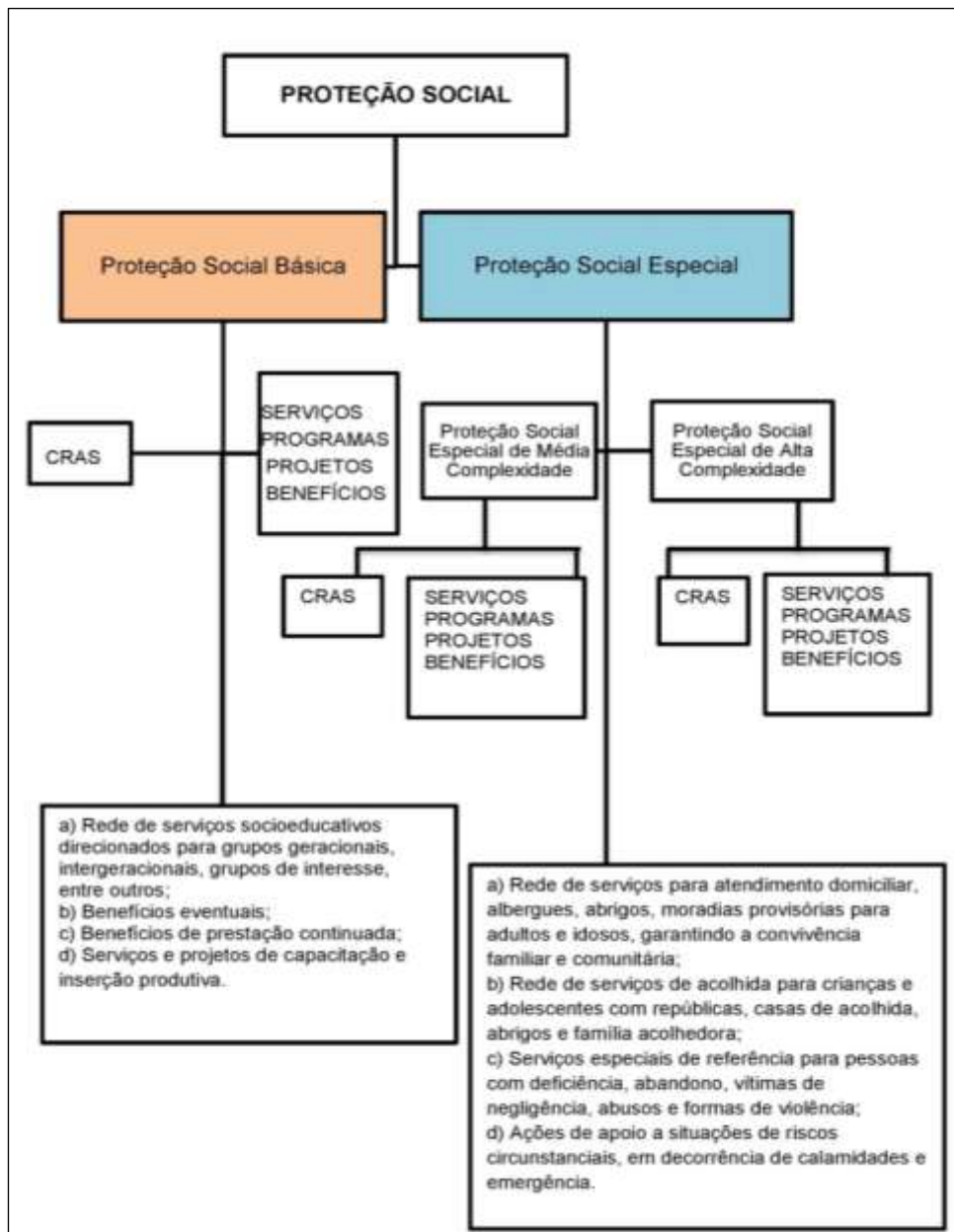
da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de Governo (BRASIL, 2004, p. 33), e tem como princípios básicos, para sua implantação e efetivação, a garantia de direitos fundamentais ao ser humano. Conforme descrito na NOB/SUAS, trata-se de “um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (BRASIL, 2004, p. 13)⁸⁹.

É um modelo focado na Proteção Social, a partir da configuração de um sistema que reorganiza as ações por níveis de complexidades: Proteção Social Básica (PSB), Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade e Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade, conforme detalhado posteriormente neste capítulo.

No diagrama a seguir, apresentamos um pequeno esboço da divisão hierárquica de cada uma dessas instâncias, bem como a descrição do tipo de serviço que as modalidades de Proteção (Básica e Especial) devem desempenhar:

⁸⁹ Conforme disposto no artigo 6º da Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, seus objetivos configuram-se em: “I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social, na forma do art. 6º; III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de Assistência Social; IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na Assistência Social; VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos” (BRASIL, 2011a).

Diagrama 1 – Proteção Social



Fonte: Cardoso (2006, p. 18)

Para complementar o diagrama anterior, foi elaborada uma tabela com a descrição dos serviços indicados para os níveis de PSB e PSE, e a proposta de funcionamento da rede. Todas as informações foram inseridas da mesma forma como se encontram no documento que norteia suas ações:

Tabela 1 – Proteção Social: Básica e Especial

| Tipo de proteção | Descrição na NOB/SUAS |
|---|--|
| Proteção Social | Conjunto de ações, cuidados e atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para a redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, a dignidade humana, tendo a família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional; que visam a garantia de inclusão social a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou situação de risco. A proteção social é hierarquizada em Básica e Especial de Média e Alta Complexidade. |
| Proteção Social Básica | Tem como objetivo prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) bem como de forma indireta nas organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. |
| Proteção Social Especial | É a modalidade de atendimento assistencial destinada às famílias e aos indivíduos que se encontram em risco pessoal, social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras, cujos direitos foram violados ou que tenha ocorrido rompimento ou fragilização de vínculos familiares e comunitários. Divide-se em média complexidade e alta complexidade. |
| Proteção Social Especial de Média Complexidade | Atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos. Requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada com um acompanhamento sistemático e monitorado, tais como: plantão social, abordagem de rua, cuidado domiciliar, medidas socioeducativas em meio aberto etc. Nos CREAS são realizados estes e outros serviços. |
| Proteção Social Especial de Alta Complexidade | Serviços que garantem a Proteção Integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. Tais como: república, casa de passagem, albergue, família substituta, medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, abrigos, etc. |

Fonte: Adaptado da NOB/SUAS (BRASIL, 2005b).

Para operar os serviços, a NOB/SUAS estabelece parâmetros para a instalação dos equipamentos de acordo com o tipo de gestão do município, como está descrito no Anexo C – porte município, assim como, propõe a equipe mínima para atuar nos serviços, conforme Anexo D – equipes.

A LOAS orienta sobre as unidades de referências dos serviços, assim como especifica os papéis de cada uma das unidades principais da PSB e PSE de Média e Alta Complexidade.

§ 3º Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social.

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de Proteção Social Básica às famílias.

§ 2º O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da Proteção Social Especial. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011). (BRASIL, 2011a).

Para o público específico de população de rua, a Resolução 109, distingue os serviços de média e alta complexidade. Na esfera da PSE de Média Complexidade, orienta a implantação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que

(...) constitui-se em unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o PAEFI, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2009b).

Tal normativa também traz diretrizes para o Serviço Especializado em Abordagem Social (BRASIL, 2009b, p. 5), inserido no contexto de PSE de Média Complexidade e estabelecido como:

(...) processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social. O serviço deve ser ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique a incidência de trabalho Infantil, exploração sexual de Crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.

Já os serviços de PSE de Alta Complexidade são aqueles que garantem a Proteção Integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho - a famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário (BRASIL, 2004, p 22). São previstos distintos Serviços de Acolhimento Institucional para adultos,

jovens a partir de 18 anos, crianças e adolescentes, e para vítimas de situações de emergências e calamidade pública⁹⁰. Nesses casos, a NOB/SUAS define os serviços que devem ser prestados por equipamentos públicos, e destaca aqueles que podem ser realizados mediante parcerias com entidades sociais.

Em síntese, a LOAS define “o que é” a Política de Assistência Social, estabelecendo o perfil das políticas socioassistenciais e dando-lhes a sustentação legal; a PNAS orienta “o que fazer”, desenvolvendo e detalhando as definições da LOAS e traçando o seu direcionamento em termos de gestão, serviços, controle, financiamento; e o SUAS dá as diretrizes do “como fazer”, criando instrumentos de operacionalização da lei e da política. Para intermediar esse processo, foram elaboradas leis complementares (Portarias, Resoluções, Decretos) que regulamentaram as ações de gestão, os serviços, e o controle e financiamento da Política de Assistência Social.

2.3.3 A legislação protetiva à população de rua no âmbito dos serviços da Política de Assistência Social

Para o público específico que se encontra em situação de rua, há orientações envolvendo a PSB⁹¹, PSE de Média Complexidade⁹² e a PSE de Alta Complexidade⁹³. No Apêndice A, há a descrição dos serviços de PSE, bem como

⁹⁰ Para adultos, nas modalidades de Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva, garantindo-se uma residência temporária ao indivíduo; para jovens a partir de 18 anos em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social e sem condições de moradia e autossustentação, Acolhimento em República, para crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção, são previstos os Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora, e, Serviços de Proteção para a população atingida por situações de emergência e calamidade pública (BRASIL, 2009b, p. 5-6).

⁹¹ O trabalho com o público que encontra em situação de risco, no âmbito da PSB, deve ser desenvolvido através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). De acordo com a Resolução CNAS nº 1/2013, art. 3º, o público prioritário são indivíduos em situação de isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e/ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; crianças em adolescentes em situação de rua; vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência (BRASIL, 2013).

⁹² “II – (...) b) Serviço Especializado em Abordagem Social; [...] e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua” (BRASIL, 2009b, p.3).

⁹³ “III – (...) a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: a) Abrigo Institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências” (BRASIL, 2009b, p. 4-6).

seus conceitos e propostas. Os dados são exibidos da mesma forma como está na NOB/SUAS.

No âmbito da PSB, o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, incluindo casos de rualização, deve ser prioritário e sob acompanhamento do PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). As equipes de referência do PAIF e/ou PAEFI devem indicar a situação de risco para que a grupo de trabalho da PSB assumam a responsabilidade pelo acompanhamento familiar, respeitando-se a matricialidade sociofamiliar, o fluxo do SUAS, a referência e a gestão no território dessa unidade (BRASIL, 2015).

Já na esfera da PSE de Média Complexidade, dentre o público a ser referenciado no CREAS, estão famílias inseridas no PETI, além de crianças e adolescentes em situação de rua (BRASIL, 2005c), através do acompanhamento no PAEFI.

O Centro Pop enquadra-se dentro da PSE de Média Complexidade, devendo ser um espaço essencial para a oferta de serviços na perspectiva de restabelecimento de vínculos do sujeito com sua família, se for o desejo dele, e o desenvolvimento de sua autonomia. As ações devem possibilitar ao sujeito o controle de sua vida, respeitando suas escolhas e oferecendo serviços que garantam sua proteção básica no que tange à saúde, benefícios sociais, educação, cultura e reinserção no mercado de trabalho. Dessa forma, é um trabalho que exige uma atenção especializada⁹⁴.

As ações com as crianças e adolescentes no Centro Pop envolvem a família, o CT e outros serviços da rede do município. A atuação é sempre na perspectiva do retorno da criança ou do adolescente ao lar e, quando esse retorno não for possível, por condicionantes diversas, o encaminhamento deve ser feito à Unidade de Acolhimento do município, através do CT. A partir desta inserção, a criança ou o adolescente passam a ser acompanhados na PSE de Alta Complexidade.

O Serviço Especializado de Abordagem Social, também tipificado no âmbito da PSE de Média Complexidade, tem o objetivo de identificar pessoas que estão em situação de rua, através da aproximação no próprio ambiente desses sujeitos, buscando atender as suas necessidades mais imediatas no local. A vinculação da

⁹⁴ “As Orientações Técnicas para os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua recomendam a equipe de referência necessária para seu funcionamento, de acordo com a capacidade de atendimento. Esta Orientação Técnica está em consonância com o prescrito nesta Norma e na Resolução CNAS nº 17/2011” (BRASIL, 2011b, p. 33).

equipe com os indivíduos deve ser gradativa, na perspectiva de possibilitar condições de acesso à rede de serviços de proteção do município, bem como aos benefícios assistenciais⁹⁵. Nos casos que envolvem crianças e adolescentes, a primeira atuação é a tentativa de conduzi-los e acompanhá-los para sua residência fixa (casa de familiares) ou provisória. A atuação da equipe com essas crianças e adolescentes deve primar sempre pela garantia dos seus direitos, em especial, o direito à convivência familiar e comunitária.

Na esfera da PSE de Alta Complexidade, o objetivo é “garantir a Proteção Integral a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados” (BRASIL, 2016), através de serviços que proporcionem o acolhimento, o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e, ainda, o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos atendidos. Vale salientar que:

(...) a partir da implantação da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS 2005), os critérios para o cofinanciamento federal dos Serviços Socioassistenciais Continuados de Alta Complexidade (Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência), são pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e deliberadas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, segundo critérios de partilha e elegibilidade pautados em diagnósticos sociais e capacidade de gestão dos municípios, Estados ou Distrito Federal a partir da disponibilidade de recursos orçamentários (BRASIL, 2016).

Com base nas informações anteriormente apresentadas, depreende-se que as demandas no âmbito da PSE de Média e Alta Complexidade sempre envolvem situação de risco, vulnerabilidade e desproteção. Dada a complexidade das situações, os serviços devem contar com profissionais capacitados e em número suficiente para prestar um atendimento de qualidade (BRASIL 2011d) e, sempre que necessário, acessar os demais serviços da rede de proteção social e do sistema de garantia de direitos⁹⁶.

⁹⁵ “Art. 23 - Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei” (BRASIL, 2011a).

⁹⁶ Os órgãos de defesa de direitos têm papel importante na garantia do acesso à Justiça e a mecanismos jurídicos de proteção legal de direitos, tendo em vista assegurar a sua defesa e exigibilidade, bem como tomar as medidas relativas à responsabilização quando da violação de direitos. Em função das suas competências, tem papel importante na rede de atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. São representados por: Conselho Tutelar; Poder Judiciário; Ministério Público; Defensoria Pública; Delegacias/Delegacias Especializadas; Serviços de assessoramento jurídico e assistência judiciária; ONGs que atuam com defesa de direitos, a exemplo dos Centros de Defesa (BRASIL, 2005c).

2.3.4 A atuação da Política Nacional de Inclusão da Pessoa em Situação de Rua (PNPSR)

A implementação da PNPSR se deu através de vários debates e reflexões com a participação de profissionais e grupos vinculados à ONGs, da própria população de rua, e da organização dos movimentos sociais⁹⁷. Sua relevância está na concretização de direitos conquistados historicamente pelo protagonismo da população alvo, combatendo injustiças sociais, através de participação em movimentos sociais.

A PNPSR faz parte do esforço de fundar diretrizes e direções que possibilitem a (re)integração dessas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua (BRASIL, 2008, p. 4).

Em 2006, através do Decreto S/Nº de 25/10/2006, foi constituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, embora o SUAS já contemplasse esse segmento nos programas e serviços contidos na PSE de Média e Alta complexidade (BRASIL, 2006b).

A PNPSR destaca “os princípios de promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; o respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; o direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade; a não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória; e a supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua” (BRASIL, 2008, p.14).

A referida política foi instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, tendo como eixos, a articulação entre os níveis de governo federal, estadual e municipal, além da interdisciplinaridade e intersetorialidade que caracterizam a integralidade no atendimento. Em seu artigo 7º, estão definidos os objetivos de “assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que

⁹⁷ MNPR (Movimento Nacional da População de Rua). História do Movimento. **Portal Fala Rua**. 2010. Disponível em: <<http://www.falarua.org>>. Acesso em 01 jun. 2016.

integram as políticas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda” (BRASIL, 2009a).

No que tange ao apoio quanto ao trabalho e emprego, a legislação prevê a inclusão dessa população como público-alvo prioritário na intermediação de emprego, na qualificação profissional e no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e com o setor público, para a criação de novos postos de trabalho, assim como a promoção de capacitação, qualificação e requalificação profissional.

O contexto geral da PNPSR traz deliberações e orientações, em sua maior parte, para adultos que estão em situação de rua. Ela não trata e não delibera especificamente para a criança e o adolescente nessa condição, uma vez que parte do pressuposto que esse público é, em princípio, prioritário e alvo junto às demais políticas e órgãos de direitos.

No entanto, ela apresenta orientações para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. No item que descreve “Ações Estratégicas para a Assistência Social”, a PNPSR prevê: “assegurar a inclusão de crianças e adolescentes em situação de trabalho na rua no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil” (BRASIL, 2008, p. 18).

É válido salientar que o marco legal do PETI⁹⁸ é o Decreto nº 6.481/2008, e a Portaria nº 666/2005 determina que é competência do gestor municipal a

⁹⁸ De acordo com a LOAS, o PETI é um programa de caráter intersetorial, integrante da PNAS, que compreende: 1. Transferências de renda; 2. Trabalho social com famílias; 3. Oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho; 4. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (BRASIL, 1993) Em 2005, ocorreu a integração do PETI com o Programa Bolsa Família (PBF). Essa integração possibilitou a ampliação da faixa etária para crianças e adolescentes com até 16 anos, ampliou o foco de atendimento para todas as formas de trabalho infantil registradas no Cadastro Único do Governo Federal, a extensão da oferta do SCFV para todas as crianças e adolescentes de famílias inseridas no PBF com marcação de trabalho infantil e o acompanhamento dessas famílias pelo PAIF/CRAS (BRASIL, 2010). Em 2011, o PETI foi introduzido na LOAS, conforme o disposto no art. 24-C da Lei 12.435, de 06 de julho de 2011, e passou a legalmente a integrar o SUAS, sendo reconhecido como uma estratégia de âmbito nacional que articula um conjunto de ações intersetoriais visando o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no país, desenvolvida de forma articulada pelos entes federados e com a participação da sociedade civil, sendo impressa nova dimensão ao programa, o qual deverá protagonizar as articulações com os demais serviços e ações de proteção social, bem como com as demais políticas públicas referentes ao tema, sociedade civil e órgãos de controle social (BRASIL, 2015). A partir de 2013, considerando os avanços normativos e na implementação do SUAS, foi iniciada a discussão do Redesenho do PETI, que teve sua pactuação final em abril de 2014, com o objetivo de contribuir para a aceleração das ações de prevenção e de erradicação do trabalho infantil em consonância com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Reedição 2011-2015), acompanhado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) - com composição quadripartite: governo, sociedade civil, trabalhadores e empregadores (BRASIL, 2015).

identificação e o cadastramento das crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho infantil.

Desse modo, é fundamental o investimento em processos preventivos no município e a articulação com outros serviços das diversas áreas (Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer), para evitar a rualização de crianças e adolescentes, e também para a melhor compreensão dos múltiplos fatores que contribuem para a volta e permanência nas ruas.

A seguir, elaboramos uma tabela ilustrativa com o histórico das legislações pertinentes à população em situação de rua, para possibilitar uma visualização da evolução das normas e conquistas alcançadas.

Tabela 2 - Legislação e normativas pertinentes à população em situação de rua

| Ano | Normativa | Descrição |
|------|---|---|
| 1988 | CF, de 05 de outubro de 1988 | Constituição Federal – “Constituição Cidadã”. |
| 2004 | Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 | Política Nacional de Assistência Social – Assegura a cobertura da Assistência Social para a população em situação de rua. |
| 2005 | Lei nº 11.258/2005 | Altera a LOAS e estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços de Assistência Social, numa perspectiva de ação intersetorial. |
| 2006 | Portaria MDS 381 | Cofinanciamento de serviços continuados de acolhimento institucional para municípios com população a partir de 250 mil habitantes. |
| 2009 | Resolução CNAS 109 | Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. |
| 2009 | Decreto nº 7.053 | Instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. |
| 2010 | Instrução Operacional conjunta SNAS e SENARC nº07 | Orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. |
| 2010 | Portaria SNAS 843 | Disciplina o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS e pelos Centros Pop. |
| 2012 | Portaria SNAS 139 | Altera a Portaria 843 e dispõe sobre Piso Fixo de Média Complexidade (PFMC). |
| 2012 | Portaria MDS 140, de 28 de junho de 2012 | Dispõe sobre o cofinanciamento federal por meio do Piso de Alta Complexidade (PAC) II, dos Serviços de Acolhimento Institucional e de Acolhimento em República para adultos e famílias em situação de rua e Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Por fim, ressaltamos as recomendações do MDS para os serviços voltados à população de rua: compor quadros técnicos qualificados; superar o desenvolvimento

de ações isoladas; aprimorar a gestão e qualificar a ofertas dos serviços; e fortalecer estratégias e ações intersetoriais para efetivar a atenção integral⁹⁹.

Destaca-se ainda que a vulnerabilidade da saúde física e mental dessa população exige a priorização de atendimentos na área da Saúde e Assistência Social, especialmente no que se refere ao tratamento da dependência química. Além disso, as alternativas de capacitação profissional, o direcionamento a outros serviços da rede, a inclusão em programas de geração de renda e de trabalho precisam ser efetivadas para que contemplem sua reinserção social na sociedade.

2.4 Cenário da pesquisa: breve histórico do município de São José dos Campos

Os dados e informações apresentados ao longo desta seção foram pesquisados e selecionados a partir do Portal da Transparência, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), bem como em relatórios emitidos pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PMSJC) e SDS. Trata-se de um texto objetivo, que visa condensar os principais fatos históricos, dados políticos, econômicos e sociais do município, de modo a servir de base para a compreensão do contexto desta pesquisa.

As origens de São José dos Campos remontam ao final do século 16, quando foi formada a Aldeia do Rio Comprido, uma fazenda administrada por padres jesuítas, que usava a atividade pecuarista para evitar as incursões de bandeirantes.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil, e todas as posses da ordem foram confiscadas por Portugal. Na mesma época, Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, assumiu o governo de São Paulo, com a incumbência de reerguer a capitania, mera coadjuvante num cenário em que Minas Gerais se destacava pela atividade mineradora. Uma das primeiras providências foi elevar diversas aldeias à categoria de Vila, entre elas São José, com o objetivo de aumentar a arrecadação provincial.

Ainda antes de se tornar freguesia, a aldeia foi transformada em Vila no dia 27 de julho de 1767, com o nome de São José do Paraíba. Foram erguidos o

⁹⁹ Vide Anexo F: Recomendações do MDS para o trabalho assistencial com a população de rua.

pelourinho e a Câmara Municipal, símbolos que caracterizavam a nova condição. Entretanto, a emancipação política não trouxe grandes benefícios até meados do século 19, quando o município passou a exibir sinais de crescimento econômico, graças à expressiva produção de algodão, exportado para a indústria têxtil inglesa.

Depois de ocupar posição periférica no âmbito político e econômico no período áureo do café no Vale do Paraíba, São José dos Campos assumiu destaque nacional na chamada “fase sanatorial”¹⁰⁰, quando inúmeros doentes procuravam o clima da cidade em busca de tratamento e repouso para tuberculose. Em 1924, foi inaugurado o Sanatório Vicentina Aranha, o maior do país. Gradativamente, uma estrutura de atendimento foi se estabelecendo, com pensões e repúblicas, o que marcou São José dos Campos como cidade de recuperação e tratamento de tuberculosos, juntamente com o município de Campos de Jordão, na Serra da Mantiqueira, localizado há apenas 80 quilômetros de distância.

Somente em 1935, com os investimentos do governo de Getúlio Vargas e a transformação do município em “estância climatérica”¹⁰¹ e hidromineral¹⁰², que São José dos Campos pôde investir em infraestrutura, principalmente na área de saneamento básico, o que, no futuro, viria a ser um trunfo a mais para a atração de investimentos destinados ao desenvolvimento industrial. Entre 1935 e 1958, a cidade foi administrada por prefeitos sanitaristas, nomeados pelo governo estadual. A autonomia para eleger o prefeito foi perdida em 1967, durante o regime militar, e reconquistada em 1978.

O processo de industrialização de São José dos Campos tomou impulso a partir da instalação, em 1950, do então Centro Técnico Aeroespacial (CTA) - hoje Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) - e a inauguração da Via Dutra, em 1951. Nas décadas seguintes, com a consolidação da economia industrial, a cidade apresentou crescimento demográfico expressivo, acelerando o processo de urbanização. Nos anos 90 e início do século 21, São José dos Campos passou por um importante incremento no setor terciário. Atualmente, a cidade figura como um centro regional de compras e serviços, com atendimento a aproximadamente dois milhões de habitantes, oriundos das regiões do Vale do

¹⁰⁰ “Nesta fase, estabelece-se uma relação entre a doença (tuberculose), que precisava ser controlada, e o poder e influência dos políticos, os quais, posteriormente, usaram essas conquistas em seu favor, através da tutela e clientelismo, ratificados pela população e apoiados por ações religiosas, principalmente da Igreja Católica” (SILVA, 2011, p.78).

¹⁰¹ Pelo Decreto Estadual nº 7.007, de 12 de março de 1935.

¹⁰² Pela LOA nº 2.484, de 16 de dezembro de 1935.

Paraíba e Sul de Minas Gerais. A região de São José dos Campos é conhecida também como pertencente ao Cone Leste Paulista, envolvendo municípios da região serrana e do litoral norte paulista¹⁰³.

São José dos Campos está estrategicamente localizada entre os dois maiores centros do país, São Paulo e Rio de Janeiro. A cidade apresenta um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,807¹⁰⁴, situado na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (entre 0,800 e 1). Conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS BRASIL, 2013), o item que mais contribui para o IDHM do município é o da Longevidade, com índice de 0,855, seguida de Renda, com índice de 0,804, e Educação, com índice de 0,764. Sua colocação nacional no ranking de IDHM é 24º, sendo o 11º entre os municípios do Estado de São Paulo.

Seguindo a tendência de gestão terceirizada do setor público, órgãos da Saúde como o Hospital Municipal de São José dos Campos (HMSJC)¹⁰⁵, passaram a ser administrados por associações ou entidades conveniadas¹⁰⁶ com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O setor de Segurança é considerado bom, complementado com a rede privada. O município tem 96% da rede de água e 89% da rede de esgoto tratados. A cidade conta também com coleta seletiva, aterro sanitário próprio, reciclagem e tratamento de resíduos industriais.

Quanto ao setor Habitacional, o município apresenta déficit. De acordo com o estudo de Forlin e Costa (2010, p. 132 apud FAERMANN, 2014, p. 71)¹⁰⁷,

(...) uma pesquisa realizada pela Universidade de Campinas revela que o déficit habitacional em São José dos Campos, no ano de 2003, era de 22

¹⁰³ Vale Histórico: Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Jataí, Lorena, Piquete, Potim, Queluz, Roseira, São José do Barreiro, Silveiras. Médio Vale: Caçapava, Guararema, Jacareí, Jambuí, Lagoinha, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Piedade, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, Taubaté, Tremembé. Litoral Norte: Caraguatatuba, Ilha Bela, São Sebastião, Ubatuba. Serra da Mantiqueira: Campos do Jordão, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí.

¹⁰⁴ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**: São José dos Campos. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/6XK>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

¹⁰⁵ O Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence é administrado pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Campos.

¹⁰⁶ O Pró-Visão, a partir de 2012, assumiu a gestão da Unidade de Pronto Socorro 24hs, através de contrato de gestão com a SMS, para tratamentos de especialidades e realização de exames e outros.

¹⁰⁷ FORLIN, Luiz Gustavo; COSTA, Sandra Maria Fonseca da. Urbanização e segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos – SP: o caso Pinheirinho. **Geosul**, Florianópolis, v. 25, n.49, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/15505>>. Acesso em: 28 set. 2015.

mil residências. O mesmo estudo indica que aproximadamente, 56 mil pessoas vivem em condições inadequadas de habitação, em 14 mil domicílios. O cálculo abrange submoradias, favelas e domicílios.

No campo da Assistência Social, a gestão municipal vem atendendo as exigências e os princípios da PNAS desde 2004, através da SDS¹⁰⁸, quando foi determinado que o município passaria a ser responsável pela formulação, normatização e execução de programas, projetos e serviços de combate à pobreza .

Para operacionalizar as ações da assistência, o município vem adotando uma política de convênios com entidades sociais¹⁰⁹. Tal processo tem sido intensificado a cada ano, através da SDS, que investe continuamente em novas parcerias com essas entidades. Até 2014, a SDS mantinha uma equipe que atuava junto às instituições conveniadas, para regular as ações e manter o compromisso ético-político de ambas as partes. Era firmado um acordo que previa a manutenção da autonomia, princípios, valores, ética e responsabilidade social das entidades sociais enquanto instituições de iniciativa privada, e, paralelamente, as mesmas deveriam direcionar os seus serviços conforme a nova política adotada pelo município.

Para atingir tal finalidade, garantiu-se uma metodologia única do trabalho social tanto para o setor público como para as entidades de iniciativa privada conveniadas, assim como a participação mútua das entidades nas discussões técnicas, nas reciclagens e reuniões operacionais. O processo de regionalização teve início na região sul, e se estendeu a todas as regiões no decorrer dos anos posteriores. (ROBERTO, 2008, p. 39).

Entretanto, no ano de 2015 esse serviço foi extinto e a proposta atual é de que a equipe da gestão das PSB e PSE acompanhem e monitorem as entidades, contando com o apoio das coordenações dos equipamentos do CRAS e CREAS das regiões.

De acordo com a NOB/SUAS, o município de São José dos Campos é classificado como de grande porte¹¹⁰, e encontra-se no nível de gestão plena¹¹¹ na

¹⁰⁸ Convênio parceria, formalizado através da reforma administrativa iniciada em 1964, através da Lei Municipal nº 4.8000, de 07 de março de 1996.

¹⁰⁹ De acordo com o Portal da transparência, são 36 entidades conveniadas. Consulta efetuada no site da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Disponível em: <<http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_social/entidades_conveniadas.aspx>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

¹¹⁰ Vide Anexo C. Segundo a NOB/SUAS, os municípios de grande porte devem ter rede complexa, em que todos os serviços considerados necessários ao atendimento da população, independente de seu nível de complexidade, devem ser postos à disposição no próprio âmbito municipal. O cofinanciamento se dará mediante aporte de recursos próprios dessa esfera, com a participação da União na Proteção Social Básica e Especial, e dos Estados na Proteção Social Especial. A União participará do financiamento da PSE nos casos em que seja identificada prioridade a partir dos critérios de partilha para os serviços desse nível de complexidade, operando-se o repasse via pisos fixos e, ou, variáveis. Portanto, os municípios de grande porte “têm protagonismo no financiamento da

área da Assistência Social desde o ano de 1996, uma vez que atende todos os requisitos exigidos pela LOAS¹¹². O Censo 2010 estimou a população de 2015 em 688.597 (IBGE, 2010), sendo que, atualmente, de sua área total de 1.099.409 km², 97,7% dos habitantes vivem em zona urbana e 2,03% em zona rural. Entre 2000 e 2010, a taxa de urbanização do município passou de 98,78% para 97,97% (ATLAS BRASIL, 2013).

Em termos políticos, a administração da cidade segue a tendência clara de institucionalização das políticas públicas, dado o investimento massivo na terceirização dos serviços (FAERMANN, 2014; SILVA, 2011; NOGUEIRA, 2008; ROBERTO, 2008) das diversas áreas: Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança. Esse movimento foi iniciado com ênfase no período de gestão do Partido Social Democrático Brasileiro - PSDB (2004-2012) e vem sendo reiterado pela gestão atual do Partido dos Trabalhadores – PT (2013-2016).

Segundo dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PPDI), a população de São José dos Campos está distribuída nas regiões geográficas Centro (72.115 habitantes), Norte (59.800), Leste (160.990), Oeste (41.163), Sul (233.536), Sudeste (45.800) e São Francisco Xavier (1.342)¹¹³ (PMSJC, 2006).

Entre a composição da população com 18 anos de idade ou mais, em 2010, 70,7% encontrava-se economicamente ativa ocupada, 7,1% estava em situação economicamente ativa desocupada e 22,2% economicamente inativa. Segundo a

Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade; cofinanciam serviços de referência regional e consórcios públicos para os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade” (BRASIL, 2004, p.64).

¹¹¹ “Nível em que o município tem a gestão total das ações da Assistência Social, sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, mediante repasse fundo a fundo, que cheguem diretamente aos usuários, ou sejam provenientes de isenção de tributos, em razão de Certificados de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEAS) . O gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar as PSB e PSE em seu município, deve prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além de proteger as situações de violação de direitos ocorridas em seu município. Por isso, deve se responsabilizar pela oferta de programas, projetos e serviços que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a transferência de renda; que vigiem os direitos violados no território, que potencializem a função protetiva e a auto-organização e conquista da autonomia de seus usuários. O cumprimento desses pressupostos exige que o gestor preencha requisitos, assuma responsabilidades e receba incentivos definidos na NOB/SUAS de 2005” (SILVA, 2011, p. 42).

¹¹² São José dos Campos possui um Conselho Municipal de Assistência Social como instância deliberativa da Política de Assistência Social; um Fundo Municipal de Assistência, com alocação de recursos próprios destinados ao financiamento de ações de Assistência Social; um Plano Municipal de Assistência Social como instrumento de gestão; e a Declaração de Capacidade de Gestor Municipal da Política de Assistência Social.

¹¹³ O PDDI foi aprovado pela Lei Complementar nº 306, de 17 de novembro de 2006. O número da população por bairros foi mensurado no último censo do IBGE de 2010.

mesma fonte de dados, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 68,91%, em 2000, para 70,71%, em 2010. Ao mesmo tempo, o índice de desocupação passou de 17,25%, em 2000, para 7,11%, em 2010 (ATLAS BRASIL, 2013).

Quanto à vulnerabilidade social no município, em 2010, 52% das crianças de 0 a 5 anos estavam fora da escola. Essa taxa é de 2,57% para as crianças entre 6 e 14 anos. Além disso, 5,34% dos habitantes entre 15 a 24 anos não estudavam, não trabalhavam e eram vulneráveis. Entre as mulheres de 10 e 17 anos, 2,18% tiveram filhos. No que tange ao quadro familiar, 9,85% das mães chefes de família não possuíam ensino fundamental e tinham filhos menores de idade, 0,76% das famílias eram vulneráveis e dependentes de idosos, 2,08% das crianças com até 14 anos de idade tinham renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais e 13,3% das famílias eram vulneráveis à pobreza (ATLAS BRASIL, 2013).

De acordo com Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), 15,7% dos bairros de São José dos Campos não apresentam nenhuma vulnerabilidade; 9,3% baixíssima vulnerabilidade, 45,3% têm vulnerabilidade muito baixa; 21,3%, vulnerabilidade baixa; 14,4%, vulnerabilidade média; 7,8%, vulnerabilidade alta; e 0,8% dos bairros apresentam vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais urbanos) e, 0,8%, vulnerabilidade muito alta (zonas rurais) (SEADE, 2010). Estudos municipais identificaram que as regiões Leste e Norte correspondem, atualmente, às zonas com vulnerabilidade alta ou muito alta¹¹⁴.

Referente à responsabilidade social, de acordo com dados avaliados e compilados pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), São José dos Campos situa-se no Grupo 1, o qual reúne as cidades com elevado nível de riqueza e com bons indicadores sociais (SEADE, 2006).

2.5 A legislação protetiva da infância e juventude no âmbito da Assistência Social de São José dos Campos

São José dos Campos é considerado um município de vanguarda (ROSIM, 1996; ROBERTO, 2008; SILVA, 2011) no cumprimento de determinações voltadas à

¹¹⁴ Embora estas sejam as regiões com maior vulnerabilidade, há poucos dados disponíveis sobre a existência de crianças e adolescentes de rua, como veremos adiante.

Assistência Social. Desde 1993, a administração tem investido na municipalização do setor, buscando a efetiva implementação do ECA. Ademais, nota-se uma maior participação da sociedade civil tanto nas decisões municipais – com a criação do Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS)¹¹⁵, do Fundo Municipal da Assistência Social¹¹⁶ e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)¹¹⁷ – quanto na ampliação da rede socioassistencial, firmando convênios com entidades sociais que já desenvolviam trabalhos voltados à assistência (SILVA, 2011).

Assim como em todo território nacional, o município vem passando por um movimento gradual e contínuo de implantação dos serviços, que vem sendo implementado e reordenado a cada ano, na busca de adequar os programas anteriormente existentes às normas, e criar novos equipamentos para atender os dispositivos da NOB/SUAS, considerando seu porte e tipo de gestão.

Na área da Assistência Social, a adequação começou informalmente em 1995, antes mesmo da efetivação do SUAS, quando o município implantou a regionalização¹¹⁸ dos atendimentos sociais, e de programas e projetos de atendimento em regime aberto. Esse processo, de iniciativa da SDS, foi formalizado em 1996, com a promulgação da Lei Municipal nº 4.800/96. No ano de 2004, a rede assistencial já estava toda estruturada de maneira segmentada, ou seja, cada região desenvolvia programas e projetos específicos de acordo com sua realidade.

Paralelamente à regionalização dos serviços, a SDS passou a firmar convênios com diversas entidades sociais, como já foi dito, e essas parcerias têm sido ampliadas e aprimoradas a cada ano. Segundo Silva (2011 p. 104),

(...) a partir de 1993, a SDS ampliou sua intervenção sobre a regulação entre o público e privado, estabelecendo através do Decreto 7.964/1993, datado de 7 de abril, detalhamentos relativos às normas, prazos e competências para celebração de convênio com as entidades sociais do município.

A Assistência Social de São José dos Campos também se destacou em outra iniciativa, como pioneiro nacional na implantação do primeiro Sistema Informatizado

¹¹⁵ Instituído pela Lei Municipal nº 4.892/1996 e alterado pela Lei 6.428/03, de 20 de novembro de 2003. Pela legislação, o CMAS é a instância controle e avaliação da Política Municipal de Assistência Social.

¹¹⁶ Lei nº 6.428/03, de 20 de novembro de 2003.

¹¹⁷ Criado em 11 de dezembro de 1989, através da Lei Municipal nº 3.676, anterior à promulgação do ECA.

¹¹⁸ A rede de atendimento assistencial pública municipal, diante do processo de regionalização, era representada pelas regiões Norte, Centro, Sul e Leste.

da Assistência Social, denominado SIAS¹¹⁹. Em 2005, a SDS e a Fundação de Atendimento à Criança e ao Adolescente Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS)¹²⁰, principal parceira na execução das ações de atendimento à criança e adolescente e à família, deram início a um grupo de trabalho com vistas à construção de uma proposta única de assistência às famílias. Desde então, a SDS, juntamente com as entidades parceiras, vem trabalhando na perspectiva de adequação à PNAS.

2.5.1 A rede socioassistencial de São José dos Campos referendada na NOB/SUAS

As informações em relação aos serviços existentes no município de São José dos Campos foram expressas nesta pesquisa com base no Portal da Transparência – Secretaria de Desenvolvimento Social,¹²¹ uma vez que não tivemos a devolutiva oficial solicitada através de e-mail encaminhado à diretoria Vigilância Social¹²².

As ações da rede pública de Assistência Social desenvolvidas no município através da SDS são operacionalizadas pelos serviços de PSB e PSE, de acordo

¹¹⁹ O SIAS é um sistema desenvolvido pela SDS que possibilita acompanhar, via internet, todos os programas, projetos e serviços sociais da Assistência Social do município. Ele auxilia na agilidade e eficiência do atendimento ao integrar todos os serviços existentes e estar disponível em rede. É um importante instrumento para o planejamento, desenvolvimento e execução da PNAS, visto que torna possível a compilação de dados concretos sobre a realidade do município, auxiliando na condução e elaboração de propostas eficientes e adequadas. Dentre seus benefícios, destacam-se como principais: a possibilidade de acompanhamento global e integrado com a rede de Proteção Social do município; e a possibilidade de aprimoramento dos programas, projetos e serviços e, fundamentalmente, a mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados. Vale destacar, ainda, que o SIAS permite o levantamento de indicadores sociais importantes, para o monitoramento e avaliação das estratégias e ações estabelecidas no cumprimento dos objetivos e metas dos serviços.

¹²⁰ Entidade da sociedade civil que atua no segmento da criança e adolescente, e representa a maior parceria do município na área da Assistência Social.

¹²¹ Dados disponíveis em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_social.aspx> . Acesso em: 02 jun. 2016.

¹²² “Vigilância Social refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social, em especial, aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos seguimentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar, no território, as situações de riscos sociais e violação de direitos” (BRASIL, 2004, p.39).

com as diretrizes da NOB/SUAS (BRASIL, 2005b), por equipamentos públicos e por entidades sociais conveniadas¹²³, conforme já demonstrado no Apêndice A.

Na PSB, o município possui treze equipamentos de CRAS¹²⁴, localizados em diferentes regiões da cidade, que têm, entre o seu público atendido, sujeitos com vivência de rua e crianças e adolescentes em trabalho infantil, que devem ter acompanhamento no SCFV. Além desses equipamentos públicos, a rede conta com entidades conveniadas, que desenvolvem o SCFV com crianças, adolescentes, famílias e idosos.

Na esfera da PSE de Média Complexidade, o município conta com quatro equipamentos de CREAS¹²⁵ para o atendimento das demandas com violação de direitos¹²⁶, localizados nas quatro regiões. Dentre essas demandas, estão as crianças e adolescentes em situação de risco e em trabalho infantil¹²⁷. Há também um CREAS destinado ao atendimento específico de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa conforme previsto nas orientações da norma¹²⁸.

Para a demanda de idosos, no âmbito da PSE de Média Complexidade, o município tem parceria com entidades sociais que oferecem serviço de atendimento durante o dia com atenção nas áreas de Assistência Social e Saúde, denominado Centro Dia, com duas unidades localizadas nas regiões Sul e Leste. E, no âmbito da PSB, conta com a Casa do Idoso, com quatro unidades, localizadas nas regiões Sul, Leste, Norte e Centro, para atividades de socialização aos idosos.

Já para o público específico de população de rua, na esfera da PSE de Média Complexidade, são dois Centros Pop e o Serviço Especializado de Abordagem Social, que funciona por 24 horas e conta com seis equipes de abordagem¹²⁹.

¹²³ A lista completa das entidades de PSB e PSE está disponível em:

<http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_social/entidades_conveniadas.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2016.

¹²⁴ CRAS Vila Industrial, CRAS Eugênio de Melo, CRAS Vista Verde, CRAS Centro, CRAS Parque Santa Rita, CRAS Dom Pedro, CRAS Morumbi, CRAS Bosque dos Eucaliptos, CRAS Interlagos, CRAS Alto da Ponte, CRAS Alto da Ponte Unidade São Francisco Xavier, CRAS Novo Horizonte. Lista disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_social/cras.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2016.

¹²⁵ CREAS Centro, CREAS Sul, CREAS Norte, CREAS Leste. Lista dos CREAS disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_social/peti.aspx>. Acesso em: 05 jun. 2016.

¹²⁶ Crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, LGBTQTT.

¹²⁷ Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_social/peti.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2016.

¹²⁸ Informações sobre o CREAS Medida Socioeducativa disponíveis em:

<http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_social/creas.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2016.

¹²⁹ O Centro Pop I tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, e funciona 24 horas por dia. Centro Pop II funciona de segunda-feira à sexta-feira, no período de 7hs às 17hs.

O Centro Pop I é o endereço institucional de referência do sujeito que está nas ruas de São José dos Campos. Nesse espaço, todos os indivíduos que estão na condição de rualização têm acesso à higiene pessoal, alimentação e provisão de documentação civil. Está localizado na região central da cidade, conta com uma equipe de três educadores e dois assistentes sociais, e é a base das equipes da Abordagem Social, compostas por dezenove educadores e um assistente social.

O Centro Pop II é um serviço ofertado com a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e sociais. Conta com uma equipe técnica (dois assistentes sociais, cinco educadores sociais, uma psicóloga, um técnico administrativo, dois vigilantes, com escala de 12/36) para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia e inserção social¹³⁰.

No âmbito da PSE de Alta Complexidade para o Acolhimento Institucional, a cidade tem onze serviços, sendo dois deles equipamentos públicos e sete operacionalizados por entidades conveniadas através de suas equipes contratadas, conforme demonstrado a seguir.

Para as crianças e adolescentes, são dois Abrigos Municipais e quatro entidades que oferecem o acolhimento institucional¹³¹, que atuam com o corpo técnico contratado pela própria entidade; e para o público de idosos, salienta-se que o município não possui Instituições de Acolhimento Institucional (ILPI) públicas, e os

¹³⁰ Os recursos humanos constituem elemento fundamental para a efetividade do trabalho social e para a qualidade dos serviços prestados pelo Centro Pop. Para a adequada composição da equipe da Unidade de Centro Pop, deve-se observar o prescrito na NOB/RH/2006, e, ainda, na Resolução do CNAS nº 17/2011. Nessa direção, recomenda-se como equipe de referência para uma capacidade de acompanhamento no Centro POP a 80 (oitenta) casos (famílias ou indivíduos/mês) a seguinte composição: um coordenador (a); dois assistentes sociais; dois psicólogos(as); um técnico de nível superior, preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional; quatro profissionais de nível superior ou médio para a realização do Serviço Especializado em Abordagem Social (quando ofertada pelo Centro POP), e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades; dois auxiliares administrativos (BRASIL, 2011d).

¹³¹ O município de São José dos Campos conta com duas Unidades de Acolhimento para o público de adolescentes de treze a dezoito anos incompletos, sendo um para adolescentes do sexo masculino e outro para adolescentes do sexo feminino (equipamentos públicos); duas Unidades de Acolhimento para crianças de seis a doze anos de idade incompletos - Casa das Meninas/Meninos, operacionalizado pela Cruzada Assistencial Padre João Guimarães; uma Unidade de Acolhimento para bebês de zero a seis anos de idade, executado Cruzada Assistencial Padre João Guimarães; e uma Unidade de Acolhimento para crianças a partir de cinco anos de idade, com deficiências múltiplas severas (serviço executado pela Associação Mantenedora do Lar Nossa Senhora da Salete).

serviços são oferecidos através de convênio de vagas, com instituições particulares e entidades sociais¹³², que atuam com corpo técnico contratado.

Para o público de população de rua, a cidade conta com os serviços de cinco Unidades de Acolhimento¹³³, executados pela entidade conveniada Comunidade Cristã de Ação Social (COMAS) e sob a coordenação da diretoria da PSE. São eles: 1) Abrigo de Família e Indivíduos: voltado ao acolhimento de pessoas, famílias e idosos em situação de risco, que necessitam de um abrigo provisório; 2) Abrigo Pop: local de acolhimento institucional destinado a pessoas adultas, de ambos os sexos; 3) Acolher Abrigo I; 4) Acolher Abrigo II; e 5) Acolher Abrigo III¹³⁴.

Para todos os equipamentos de população de rua, no âmbito da PSE de Média e Alta Complexidade, existe uma coordenação geral do poder público e não há a presença de um coordenador nos equipamentos, conforme as orientações da norma. Todos os profissionais (técnicos e administrativos) são contratados pela entidade conveniada. Vale destacar que a NOB/SUAS estabelece parâmetros para a implementação dos serviços e equipamentos, e, nesse caso, o município não atende aos requisitos necessários para o funcionamento dos mesmos, conforme informações do Portal da Transparência.

Os serviços de atendimento à população de rua do município contam, ainda, com uma profissional psicóloga que atende em todos os equipamentos. Destacamos, também, que a profissional assistente social que atua no Abrigo II é a mesma que atende no Abrigo III, e que os Abrigos não contam com uma coordenação geral, conforme determina a norma.

¹³² Casa de Repouso e Apoio Geriátrico “Vó Laura”; Unidade Vicentina Promocional – Lar São Vicente de Paulo; IPMMI Obra de Ação Social Pio XII Recanto São João de Deus. Lista disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_social/entidades_conveniadas.aspx>. Acesso em: 05 jun. 2016.

¹³³ Lista completa disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_social/populacao_ua.aspx>. Acesso em: 05 jun. 2016.

¹³⁴ As equipes desses equipamentos são compostas por:

- Abrigo de Família e Indivíduos: um assistente social (6hs), um controlador de acesso (24hs), oito educadores, sendo quatro para o atendimento ao público masculino e quatro para feminino (jornada de 12/36 – funcionamento 24hs).
- Abrigo Pop: um assistente social, dezoito educadores, dois controladores de acesso (masculino e feminino).
- Acolher abrigo I: uma assistente social, um controlador de acesso (24hs) e quatro educadores (jornada de 12/36).
- Acolher Abrigo II: uma assistente social e quatro educadores (jornada de 12/36).
- Acolher Abrigo III: uma assistente social e quatro educadores (jornada de 12/36).

2.6 Mapas quantitativos, análise dos números e das diversas situações das crianças e adolescentes “em situação de rua”, no período de 2010 a 2015

Esta pesquisa foi desenvolvida, inicialmente, com o objetivo de fazer um levantamento do número de crianças e adolescentes no município de São José dos Campos que vivem o processo de rualização e que tem envolvimento com as drogas e a criminalidade. Tal questão sempre permeou as discussões de caso com profissionais de outras áreas, em que se questionava a efetividade dos serviços oferecidos em nosso cotidiano profissional. Assim pretendíamos, através de um cruzamento de dados quantitativos de serviços da SDS, SMS, CT, VIJ e DIJU, apresentar um quadro mais realista do número de crianças e adolescentes que se encontravam em situação de rua no período de 2010 a 2015, mas que não estavam visíveis nos semáforos, nas ruas, etc. No entanto, ao nos aprofundarmos no levantamento bibliográfico e na pesquisa preliminar de campo, optamos por fazer alguns ajustes e a alterar nossa proposta inicial.

Ressaltamos que a delimitação do período de 2010 a 2015 justifica-se pelo fato de que, entre de 2008 e 2009, São José dos Campos contava com um serviço específico de acompanhamento às famílias de crianças e adolescentes de rua¹³⁵. Esse serviço era responsabilidade de uma equipe que atuava no primeiro CREAS implantado no município, e também no acompanhamento, intervenção e monitoramento da ação de abordagem social realizada pela entidade conveniada Associação Beneficente de Ajuda ao Próximo (ABAP)¹³⁶, contando com duas viaturas, equipes específicas de educadores sociais e assistentes sociais para a abordagem com crianças e adolescentes nas ruas que se revezavam no período de 24 horas.

¹³⁵ O Projeto de Atendimento à Família de Crianças e Adolescentes que estão na Rua funcionava dentro do primeiro CREAS implantado em São José dos Campos e tinha como objetivo específico oferecer acompanhamento através do monitoramento às famílias de crianças/adolescentes em situação de rua (malabares, mendicância, trabalho infantil, etc.), na perspectiva de apoiar-las para que seus filhos não permanecessem nessa condição. Com esse serviço, durante o período de 2008 e 2009, o município tinha um levantamento de crianças e adolescentes em rualização bem próximo do real, identificados por faixa etária, gênero, região da cidade, número de ocorrências nas ruas, tipos de ocorrência, rede onde estava inserido, e se era novo ou reincidente. Tal serviço assumiu a demanda do Projeto Sonho de Criança, antiga entidade que realizava a abordagem de rua de crianças e adolescentes no município, mantido através de convênio com a SDS. Vale acrescentar que o citado processo é realizado através de um trabalho de orientação, encaminhamento e inserção na rede de proteção, e de articulação com a rede Básica, Especial e de Alta Complexidade.

¹³⁶ Convênio firmado no período 2008/2009.

Naquela época, o trabalho avançou no sentido de planejamento – construção de propostas, instrumentais e fluxos -, como também de uma redução significativa do número de crianças nas ruas de São José dos Campos. O serviço dispunha de dados relacionados às características das demandas de crianças e adolescentes nas ruas e à rede socioassistencial do município, que permitiam um mapeamento do número de crianças e adolescentes nas ruas. Essa era a proposta da equipe do CREAS.

Ao final de 2009, devido a mudanças na estrutura organizacional da SDS, a ABAP desvinculou-se de sua função e tais responsabilidades passaram a ser assumidas pela nova entidade conveniada, a COMAS. Dentre as alterações consideradas negativas, estavam a redução do número de viaturas para as abordagens nas ruas e a retirada da equipe especializada para as intervenções com crianças e adolescentes nas ruas. Em 2010, foi implantado o Centro Pop.

Para esta pesquisa de Doutorado, os dados fornecidos pelas fontes consultadas não abordam com igual exatidão e metodologia todos itens no período de 2010 a 2015. Essa divergência foi constatada após termos tido acesso às informações de todas as fontes. Alguns registros, por exemplo, tratam do público selecionado destacando a faixa etária e a distinção por gênero, outros não o fazem. Além disso, não são todos os órgãos consultados que têm informações referentes ao período contínuo de 2010 a 2015. Dessa forma, não foi possível fazer análise metodológica quantitativa confrontando os dados pesquisados entre as fontes, como havíamos proposto inicialmente. Entretanto, conseguimos um número significativo de informações sobre a frequência de crianças e adolescentes nas ruas, através de da DIJU e dos CTs que nos possibilitaram abordar e entender a problemática da rualização, criminalidade, trabalho e tráfico.

Para obter os dados, solicitamos à SDS o número de atendimentos realizados pelo Centro Pop e Serviço Especializado de Abordagem Social, de modo a identificar o número de crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas. Junto ao CT, o objetivo foi obter informações referentes ao número de crianças e adolescentes encontrados nas ruas em situação de vulnerabilidade, ou seja, fazendo uso de drogas, abandonados, perdidos, perambulando, mendigando e/ou cometendo algum ato ilícito.

O Centro Pop, que detém os dados oficiais de crianças e adolescentes em processo de rualização no município, nos forneceu as informações a partir do ano de

2012, pelo fato de ser o ano de implantação desse equipamento no município. Os dados solicitados segundo a faixa etária e gênero, estão na tabela e gráfico a seguir:

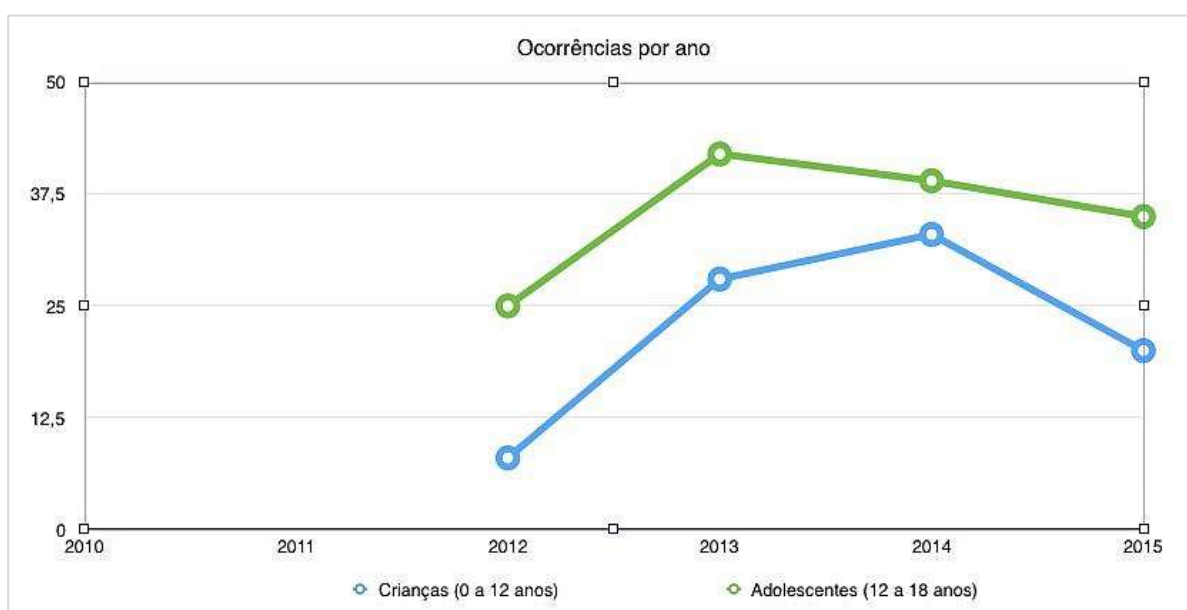
Tabela 3 – Dados Centro Pop: São José dos Campos

| Público atendido | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-----------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Crianças (0 a 12 anos) | 0* | 0 | 8 | 28 | 33 | 20 |
| Adolescentes (12 a 18 anos) | 0 | 0 | 25 | 42 | 39 | 35 |
| Total | - | - | 33 | 70 | 72 | 55 |

* Os espaços preenchidos com o número zero referem-se à falta de dados para o referido período.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Gráfico 1 – Ocorrências Centro Pop: São José dos Campos



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Ao analisarmos o gráfico, podemos observar o comportamento das ocorrências durante o período analisado, e qual a sua tendência para os próximos períodos. Porém, apenas a visualização do quadro não é suficiente para essa análise, visto que o mesmo não possui a informação dos números exatos. Dessa forma, o esboço é fornecido como forma de auxiliar no diagnóstico, a fim de termos uma construção mais abrangente, sistêmica e precisa do problema em questão.

Podemos considerar os números baixos, se compararmos com os dados das outras fontes consultadas. Para esta análise, destacamos, inicialmente, as informações fornecidas pelo Centro Pop, confrontando-as com o que nos foi disponibilizado pelo CT.

Os dados do CT¹³⁷ representam o número de crianças e adolescentes que são encaminhados por toda a rede socioassistencial e pela sociedade, em alguma situação de vulnerabilidade. Em seu levantamento anual, constam muitas informações, mas selecionamos apenas aquelas que se relacionam diretamente ao nosso tema de pesquisa e que podem representar a demanda de nosso estudo.

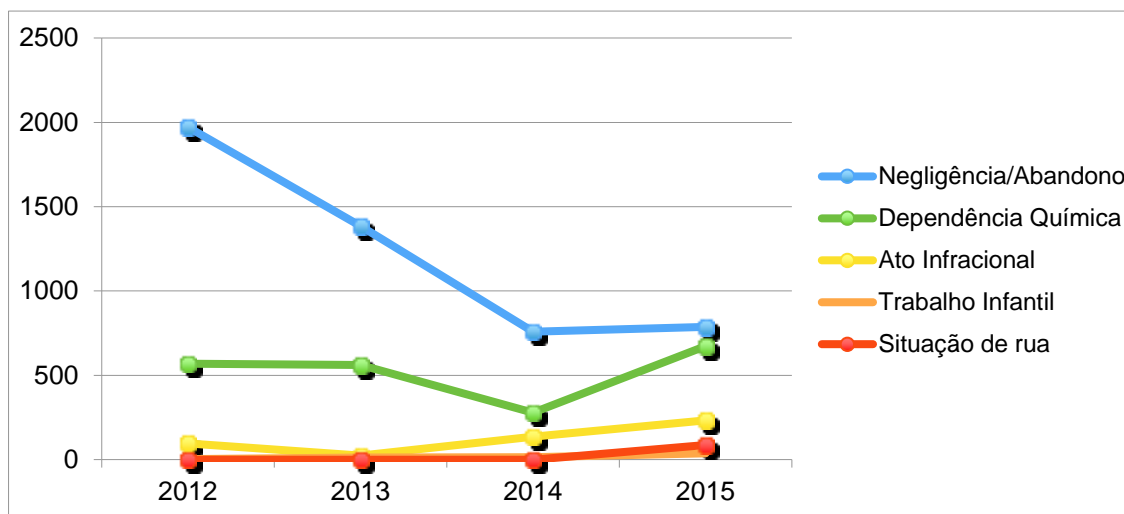
Tabela 4 – Dados Conselho Tutelar: São José dos Campos

| Tipo de violação | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Centro e Sul | Centro e Sul | Centro e Sul | Centro e Sul |
| Negligência/Abandono | 1972 | 1385 | 758 | 788 |
| Dependência Química | 568 | 561 | 279 | 673 |
| Ato Infracional | 96 | 24 | 137 | 232 |
| Trabalho Infantil | 3 | 13 | 15 | 38 |
| Situação de rua | 0* | 0 | 0 | 87 |
| Total | 1353 | 1983 | 1189 | 1818 |

*Os espaços preenchidos com o número zero referem-se à falta de dados para o referido período.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

¹³⁷ Conselho Tutelar Centro: Centro Sudeste (17 bairros); Norte Leste / Eugênio de Melo Oeste Distrito de São Francisco Xavier (187 bairros). Conselho Tutelar Sul: Sul (78 bairros) e região Sudeste (23 bairros).

Gráfico 2 – Ocorrências Conselho Tutelar: São José dos Campos

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Quando se compara os dados das tabelas anteriormente apresentadas, observa-se que número de crianças e adolescentes em situação de rua apresentado pelo CT é divergente do número divulgado pelo Centro Pop. Além disso, algumas das crianças e adolescentes contabilizadas nas ocorrências de “negligência” e “abandono” registradas pelo CT podem estar vivendo o processo de rualização, partindo do conceito que assumimos neste estudo. No entanto, não podemos concluir essa afirmativa, pelo fato de não haver informações razoáveis de dados que possam corroborar tal hipótese.

Para obter informações sobre o número de crianças e adolescentes em tratamento de reabilitação, solicitamos informações ao Caps AD e ao Serviço Ambulatorial Especializado no Tratamento da Dependência Química em Mulheres e Adolescentes (SAMA)¹³⁸.

O número de crianças e adolescentes atendidos no CT por dependência química é crescente no período consultado, e converge com as informações do Caps AD e SAMA, como pode ser constatado no quadro apresentado a seguir. Vale destacar que os dados fornecidos por esses serviços não fazem referência especificamente às crianças e aos adolescentes de rua, contudo, de certa forma, pode-se admitir que muitos deles estão em processo de rualização, como discutido

¹³⁸ Serviços responsáveis pela reabilitação de crianças e adolescentes no período de 2010 a 2015.

no capítulo I desta pesquisa, o qual revela que dependência química precoce de crianças e adolescentes, figura em alta porcentagem como um dos “motivos” ou como uma das “consequências” do processo de rualização.

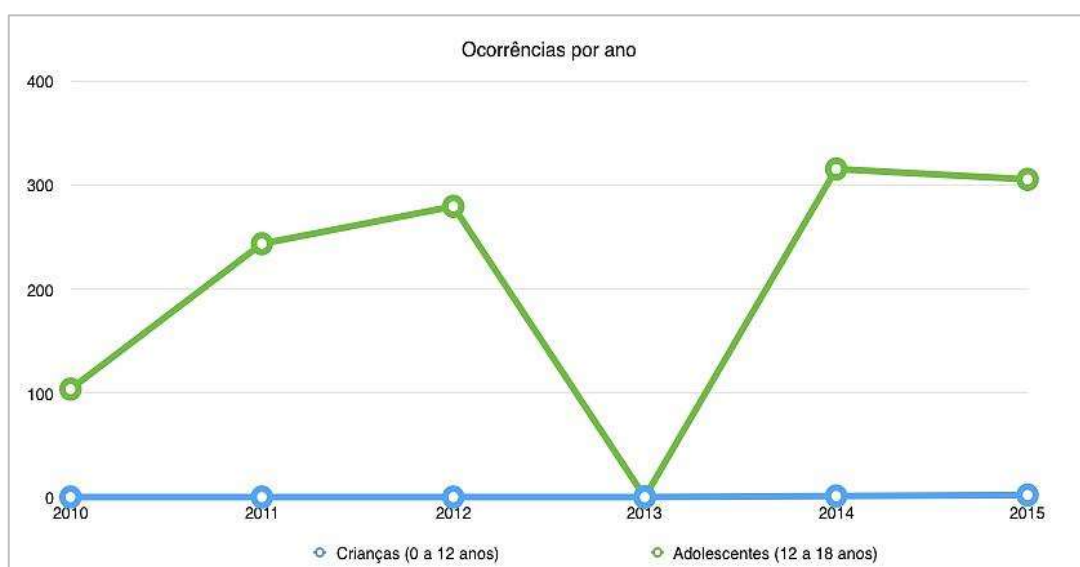
Tabela 5 – Dados Caps AD e SAMA: São José dos Campos

| Público atendido | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-----------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Crianças (0 a 12 anos) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| Adolescentes (12 a 18 anos) | 104 | 244 | 280 | 0 | 316 | 306 |
| Total | 104 | 244 | 280 | 0 | 317 | 308 |

*Os espaços marcados com o número zero definem falta de dados no período

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Gráfico 3 – Ocorrências Caps AD e SAMA: São José dos Campos



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Para a análise referente ao trabalho infantil, detemo-nos em dados fornecidos pelo CT e DIJU, únicas fontes que disponibilizaram informações indicando essa situação. No CT, houve aumento dessa ocorrência nos últimos três anos. O número de crianças e/ou adolescentes encontradas em trabalho infantil passou de três, em

2012, para 38, em 2015. No entanto, ressalva-se que o CT não discriminou o tipo de função exercida por esses indivíduos.

Os dados da DIJU relativos ao envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas¹³⁹ revelam a alta vulnerabilidade desses sujeitos nesse tipo de trabalho, ressaltando-se que as informações da DIJU não fazem referência ao tráfico como “situação de trabalho infantil”. A tabela a seguir traz os números de 2010 a 2015:

Tabela 6 – Dados DIJU: São José dos Campos

| Ocorrências | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Tráfico | NI** | 14 | 112 | 188 | 317 | NI |
| Roubo | NI | 1 | 62 | 86 | 68 | NI |
| Homicídio | NI | 0 | 1 | 7 | 45 | NI |
| Mandado de busca e Apreensão* | NI | 0 | 8 | 13 | 1 | NI |
| Outros | NI | 2 | 10 | 5 | 3 | NI |
| Total | 0 | 17 | 193 | 299 | 434 | 0 |

* Porte de arma, receptação, extradição mediante sequestro, não identificado.

** Não existem processos arquivados na DIJU com estas informações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de processos arquivados (2016)

Em 2011, foram registrados 14 casos, que aumentaram significativamente para 317 em 2014. Realçamos o fato de que há expressivo envolvimento de adolescentes, moradores e/ou frequentadores das ruas com o tráfico de drogas, e que essa atividade, considerada trabalho pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), ainda não foi compreendida adequadamente pela sociedade, que desconhece as graves consequências para as gerações futuras. Por outro lado, como veremos a seguir, a relação explícita entre tráfico e o trabalho infantil já tem sido veiculada pela mídia.

Em reportagem intitulada “Drive-thru de drogas provoca congestionamento em São José dos Campos”, transmitida pela TV Record em 19 de agosto de 2015, a equipe de jornalismo da emissora flagrou a ação dos traficantes na região de São

¹³⁹ Segundo o Art 3º-c da Convenção nº 182 da OIT, dentre as piores formas de Trabalho Infantil, está a “utilização demanda e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes” (OIT, 1999).

José dos Campos. No vídeo, a produção revela um cenário em que adolescentes trabalham livremente nas ruas para o tráfico. É um espaço onde eles contam com um público da sociedade, que acessa sem restrição e fiscalização. No ano seguinte, o panorama não foi muito distinto. Em 03 de março de 2016, a G1 – TV Vanguarda, produziu a reportagem “Tráfico de drogas toma conta do Campo dos Alemães em São José”, e, novamente em 10 de março, foi apresentado, pelo mesmo veículo televisivo, um vídeo com adolescentes sendo detidos por tráfico de drogas. Um mês depois, novamente o G1 noticia que “PM havia triplicado o número de apreensões de drogas no Campo dos Alemães em São José”, onde os flagrantes envolvendo jovens com menos de 18 anos foram os que mais cresceram.

O Campo dos Alemães é um bairro do município de São José dos Campos¹⁴⁰ onde a equipe da Abordagem Social da SDS não costuma realizar a ronda social, pelo fato de ser considerado um bairro de alto risco, assim como em outras regiões em que se concentram a maior parte dessas ocorrências – locais esses em que crianças e adolescentes mais frequentam as ruas¹⁴¹.

Nesse sentido, a ausência do serviço de ronda nos bairros de alta criminalidade e realização explica a carência de dados registrados das crianças e adolescentes fornecidos pelo Centro Pop.

Os dados obtidos na DIJU revelam um aumento gradativo de adolescentes envolvidos com a criminalidade, em todos os tipos de ocorrências apresentadas. Considerando o item “roubo”, percebe-se um crescimento significativo em relação ao ano de 2011. Em 2013, houve uma queda dessa ocorrência, mas que não supera o expressivo aumento de 2011 para 2014. Esses dados estão em acordo com noticiário da mídia.

Em 2013, 295 pessoas com menos de 18 anos foram apreendidas em flagrante na cidade. Desse total, 126 estavam envolvidas com tráfico de drogas e 169 por outros crimes como roubo e homicídios. Em janeiro deste ano, 99 menores já foram detidos. Segundo o delegado titular da DIJU (Delegacia da Infância e da Juventude), Fábio de Carvalho Joaquim, 60%

¹⁴⁰ Campos dos Alemães, localizado na região Sul do município.

¹⁴¹ Segundo informações transmitidas pelo profissional responsável pelo Centro Pop e Abordagem Social do município, através de contato telefônico efetuado na data de 08 de julho de 2016, as equipes de Abordagem Social vão a pontos fixos, identificados pelo Censo de População de Rua realizado pela SDS no ano de 2016 (ainda não disponível para acesso). Os pontos são: Pronto Socorro da Vila Industrial (Leste), Praça Capitão Pedro Pinto da Cunha (Centro), Praça Cônego Lima (Centro), Praça dos Armadores (Leste), Praça Dr. João Mendes (Centro), Praça Olímpio Catão (Centro), Praça São Dimas (Centro), Praça de Santana (Norte).

das apreensões foram por tráfico de drogas, contudo os números de roubos e homicídios também cresceram na cidade (RODRIGUES, 2014)¹⁴².

O aumento de “roubos” registrados em 2014 foi realçado em noticiário. Em 10 de fevereiro de 2015, o G1 noticiou que:

No Vale, número de adolescentes detidos aumenta 70% em 2014. Crescimento vai na contramão do registrado entre os maiores de idade. Em 2015, foram detidos 2.231 adolescentes envolvidos em crimes (G1, 2015).

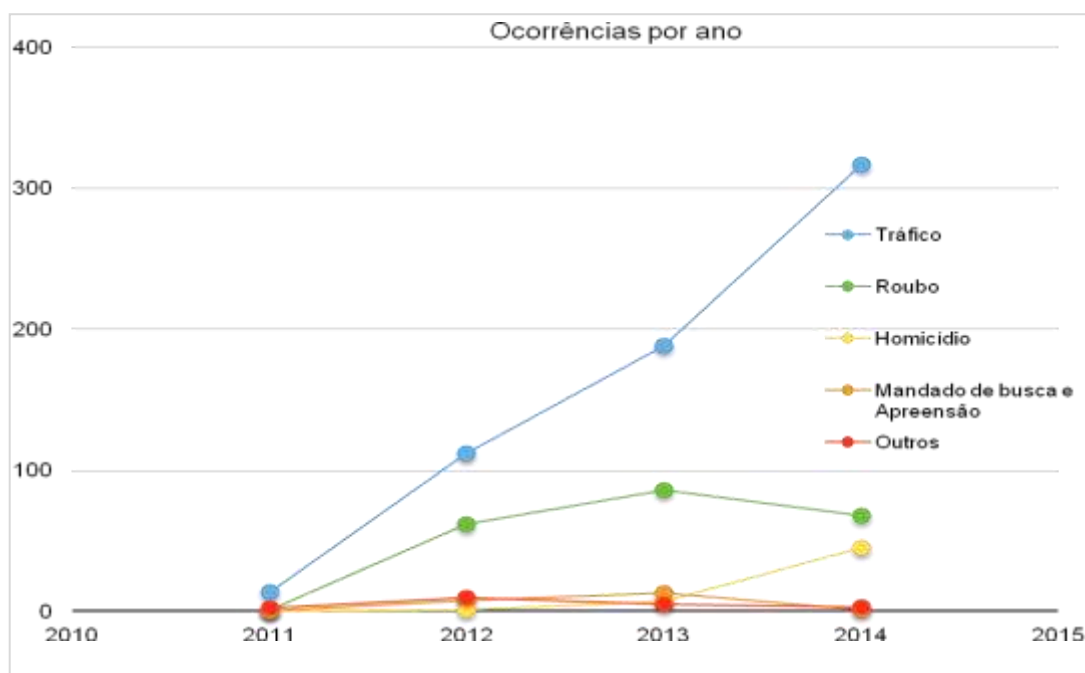
De acordo com a matéria, a ocorrência de “homicídio ou tentativa de homicídio”, foi baixa em 2012 e teve um aumento expressivo em 2014, o que é representativo e inquietante.

Informações extraídas do Jornal O Vale, revelam que, no ano de 2014, as polícias Militar e Civil apreenderam 1.039 adolescentes que cometeram atos inflacionais. O mesmo veículo de informação noticia que em 2015, o município de São José dos Campos

(...) foi a cidade do interior paulista com recorde de envolvimento de adolescentes com o crime, perdendo nesse quesito apenas para a capital paulista e deixando outras bem para trás - Campinas, por exemplo, teve 565 apreensões, Santos registrou 264, Taubaté outros 88 e Guarulhos teve 355 casos, entre outros. De acordo com a polícia, há casos de meninos de 11 anos já recrutados pelo tráfico em São José. ‘Com certeza há envolvimento cada vez maior de crianças e adolescentes no crime e com idades cada vez menores’. (O VALE, 2016).

No gráfico a seguir, podemos observar a evolução do envolvimento de crianças e adolescentes em delitos no município de São José dos Campos, destacando-se o “tráfico”, em uma linha crescente significativa e preocupante.

¹⁴² Reportagem de Elaine Rodrigues, no jornal Meon, distribuído na região em 02/03/14¹⁴², trata sobre esta questão.

Gráfico 4 – Ocorrências DIJU: São José dos Campos

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Os dados anteriormente apresentados mostram uma falha na apuração do número real de crianças que vivem o processo de realização e que são cooptadas pela equipe da Abordagem Social. Esse trabalho se restringe às regiões centrais do município e ignora as regiões periféricas e de bairros com alta criminalidade, conforme exposto no rodapé 141. Esses jovens são presos pela polícia e entram para o banco de dados da DIJU, mas não aparecem na contagem ou estatísticas dos serviços de Abordagem Social da cidade, como já foi apresentado no quadro do Centro Pop.

A partir do material coletado, apresentamos uma análise, sustentada pelas informações às quais tivemos acesso. Nossa dificuldade reitera reflexões problematizadas no capítulo I deste estudo sobre a deficiência das pesquisas, em função de dificuldades da amostragem, da utilização de metodologias adequadas, ou pela deficiência na ação dos registros pelos serviços, que, muitas vezes, não permitem fazer comparações, como foi o caso deste estudo.

Vale destacar que os dados fornecidos pelo Caps Ad e DIJU não fazem referência especificamente às crianças e aos adolescentes de rua, porém, levantamos a hipótese de que, dentre os números fornecidos, muitos representam esse público, uma vez que, na DIJU, os adolescentes foram autuados nas ruas, e no

Caps AD/SAMA, as crianças e adolescentes foram encaminhados pela rede e órgãos de proteção para a reabilitação, entendendo ser esse serviço complementar na garantia de proteção à saúde da criança e do adolescente.

Assim, nossa análise levanta uma questão crucial. A cidade de São José dos Campos dispõe de serviços específicos e qualificados para combater e prevenir o envolvimento de crianças e adolescentes com o delito e com o tráfico, na perspectiva de evitar que iniciem o processo de rualização?

Instituições como escola e projetos voltados para o Esporte, o Lazer e a Cultura são incipientes na cidade, e, principalmente, nos bairros onde são registrados a maioria das ocorrências, dando margem para a desproteção desse público.

As pesquisas e os dados discutidos neste trabalho, referentes a estudos realizados em outros municípios e Estados, demonstram que há um número expressivo de crianças e adolescentes nas ruas, fazendo uso de drogas, por diversos motivos. Em São José dos Campos, não temos como confirmar essa situação, pois os dados apresentados pelo Centro Pop de crianças e adolescentes classificados como “em situação de rua”, foram baixos. No entanto, essa informação diverge da maioria das pesquisas a nível nacional, que, ao contrário, apresentam um aumento gradativo desta situação.

Podemos concluir que os casos de rualização, criminalidade e interações que chegam ao CT, à DIJU e ao Caps AD/SAMA são problemas que provavelmente envolvem crianças e adolescentes em rualização, autuados nas ruas, praticando algum delito, ou fazendo uso de drogas ou em trabalho infantil, dentre outras situações de vulnerabilidade.

Os números apresentados nesta pesquisa, por mais que não possam ser utilizados como fontes adequadas estatisticamente, mostram o grave problema social que o município enfrenta, revelando que o mesmo não foge às estatísticas nacionais.

CAPÍTULO III ✨

O ENCONTRO COM OS SUJEITOS SIGNIFICATIVOS

"Mas onde se deve procurar a liberdade é nos sentimentos. Esses é que são a essência viva da alma"¹⁴³.

3.1 Apresentação

Consideramos o presente capítulo como um dos mais importantes desta tese, pois contém os relatos dos moradores de rua, descrevendo de forma vívida e sem censura as suas experiências, e usando esse meio como desabafo e confissão da vida triste e rude pela qual passaram ou que ainda continuam vivenciando. Fazendo recurso de comparação, usamos uma composição musical do compositor Gonzaguinha (1980)¹⁴⁴:

Quando eu soltar a minha voz
 Por favor, entenda
 Que palavra por palavra
 Eis aqui uma pessoa se entregando
 Coração na boca, peito aberto
 Vou sangrando
 São as lutas dessa nossa vida
 Que eu estou cantando...

Essa letra consegue traduzir bem e com grande abrangência o desejo implícito expresso nos relatos das pessoas que se dispuseram a contribuir com a presente pesquisa.

Durante a conversa que tivemos com os sujeitos, eles relataram suas aspirações, desejos, sonhos, recusas, inquietações, tristezas e alegrias que os acompanham na infância e na adolescência, durante o doloroso processo dinâmico da saída de casa e vivência nas ruas. Como pesquisadores, procuramos buscar a isenção e a objetividade científica nas entrevistas. Precisamos destacar também que, por uma tragédia já anunciada do destino, um dos entrevistados, estando ainda na condição de rua, foi assassinado no decorrer desta pesquisa.

3.2 O Pensamento Complexo como alicerce para a análise dos relatos

Antes de passar ao relato das entrevistas, cabe rever alguns aspectos do Pensamento Complexo, em especial, as ideias de Edgar Morin¹⁴⁵, conforme enunciado na Introdução deste trabalho.

¹⁴³ Frase de Johann Goethe, romancista, dramaturgo e filósofo alemão.

¹⁴⁴ Música "Sangrando", do cantor e compositor Gonzaguinha, lançada no ano de 1980.

¹⁴⁵ "Filho de pais judeus, Edgar Morin nasceu em 8 de julho de 1921, em Paris. Formou-se em História, mas dedicou-se à Filosofia, Sociologia e Epistemologia. Considerado um dos maiores

O paradigma cartesiano¹⁴⁶ foi importante para moldar o que hoje entendemos por civilização, na medida em que Descartes foi um dos primeiros filósofos a introduzir o conceito do método científico, cujos fundamentos estão expostos, entre outras obras, no “Discurso do Método” (1637). Nesse opúsculo, são apresentados os fundamentos do processo da divisão da complexidade do mundo em partes, as quais, independentemente, podem ser compreendidas. Portanto, no método de Descartes, partindo-se de dificuldades crescentes, e da busca de suas soluções, consegue-se compreender, num processo reverso, a complexidade do mundo atual, assim como foi por ele definido há 500 anos. Sua perspicácia analítica, somada à de outros cientistas de sua época, inauguraram a Era da Razão, quando o conhecimento separou-se lentamente da influência da Igreja Católica e de sua filosofia escolástica de influência da lógica formal de Aristóteles. A investigação racional da natureza deu origem às Ciências Naturais, tais como a Biologia, Química, Medicina, Física e os ramos das Ciências Sociais.

Todavia, a crise mundial que assola a civilização não pode ser enfrentada sem que diferentes caminhos sejam seguidos. As teorias têm seus limites, e, por isso mesmo, a pluralidade de conhecimentos é indispensável para compreender, transformar e aprimorar a natureza, incluindo nela a sociedade humana. Assistimos, hoje, a uma tendência de convergência das áreas do conhecimento, através da concepção da interdisciplinaridade¹⁴⁷ e da transdisciplinaridade¹⁴⁸ (NICOLESCU, 1999).

pensadores do século XX, Edgar Morin é sociólogo, antropólogo, historiador e filósofo, mas, acima de tudo, um intelectual livre que mescla as Ciências Humanas com as Ciências Físicas, as Ciências Biológicas com as da Terra e da Vida, para estudar os problemas do homem e do mundo contemporâneo. Diretor emérito de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), na França, fundador do Centro de Estudos Transdisciplinares da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, (EHESC - Paris), foi sempre um apaixonado pelas artes em geral, principalmente pela literatura e pelo cinema. Propõe-nos uma reforma do pensamento por meio da reforma do ensino, transdisciplinar, capaz de formar cidadãos planetários, solidários e éticos, aptos a enfrentar a abrangência deste milênio” (ROBERTO, 2008, p. 8).

¹⁴⁶ “Paradigma formulado por Descartes, no século XIX, com a proposta de separar o sujeito pensante (*ego cogitas*) e a coisa entendida (*res extensa*), isto é, Filosofia e Ciência, e ao colocar como princípio de verdade as ideias ‘claras e distintas’, isto é, o próprio pensamento disjuntivo”. (MORIN, 2005, p. 11).

¹⁴⁷ Diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra. “Podemos distinguir três graus de interdisciplinaridade: a) Um grau de aplicação. Por exemplo, os métodos da Física Nuclear transferidos para a Medicina levam ao aparecimento de novos tratamentos para o câncer; b) Um grau epistemológico. Por exemplo, a transferência de métodos da Lógica formal para o campo do Direito produz análises interessantes na epistemologia do Direito; c) Um grau de geração de novas disciplinas. Por exemplo, a transferência dos métodos da Matemática para o campo da Física gerou a Física-Matemática; os da Física de partículas para a Astrofísica, a Cosmologia Quântica; os da Matemática para os fenômenos meteorológicos ou para os da bolsa, a Teoria do Caos; os da

Na área de Exatas, por exemplo, temos uma nova expressão que vem sendo definida como “disruptiva” ou de “convergência do conhecimento”, em que as áreas da Física Atômica e Molecular, Química e Engenharia de Materiais vão se fundir em uma única área, a qual, provisoriamente, é denominada de Nanotecnologia. As áreas de Humanas também não escapam da tendência contemporânea da espiral convergente e da fusão de áreas. O Pensamento Complexo de Edgar Morin é uma dessas expressões de síntese do conhecimento humano.

Nesse sentido, aos profissionais compete desvelar a realidade na qual está imersa a matéria-prima de seu trabalho, "repensar a reforma, reformar o pensamento" (MORIN, 2004), pautando-se numa leitura crítica do cotidiano, de modo a propor ações promotoras da emancipação social dos sujeitos, ou seja, romper com a teoria cartesiana, construir um novo espírito científico, entender que o todo está ligado ao contexto planetário e sua complexidade. Como afirma Morin (2004, p. 20):

(...) a reforma do pensamento é que permitiria o pleno emprego da inteligência para responder a esses desafios e permitiria a ligação de duas culturas dissociadas. Trata-se de uma reforma não programática, mas paradigmática, concernente a nossa aptidão para organizar o conhecimento.

O Pensamento Complexo oferece um método para ampliarmos algumas limitações do padrão de pensamento cartesiano, linear e fragmentado, o que leva, muitas vezes, à fragmentação do conhecimento. Em outras palavras, desprezam-se ou subestimam-se as relações que possam existir entre diversas áreas do conhecimento, as quais poderiam ser essenciais, uma vez unificadas, para a construção de uma percepção mais abrangente e integrada da realidade.

Assim, ao propagarmos o método do Pensamento Complexo, estamos confiando na possibilidade mudança de paradigma, ou seja, almejamos a experimentação de princípios distintos daqueles baseados num exclusivismo ideológico, dominação e poder, fragmentação do saber, ou excessiva classificação e hierarquização. Acreditamos em um novo modelo baseado em pressupostos onde

informática para a arte, a arte informática. Como a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade ultrapassa as disciplinas, mas sua finalidade também permanece inscrita na pesquisa disciplinar. Pelo seu terceiro grau, a interdisciplinaridade chega a contribuir para o *big-bang* disciplinar” (NICOLESCU, 1999, p. 45-6).

¹⁴⁸ “A transdisciplinaridade como o prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento” (NICOLESCU, 1999, p. 46).

haja a cooperação, em que se valoriza e restabelece as relações e as atitudes significativas carregadas de conteúdo e de humanidade.

Para isso, alguns autores sistematizaram os operadores cognitivos do Pensamento Complexo. São operadores do pensamento, ou seja, as características de processamento do pensamento sob a luz da complexidade. Edgar Morin, Humberto Mariotti, Maria Cândida Moraes, Juan Miguel Bataloso, Edgar de Assis Carvalho, Maria Lúcia Rodrigues, Maria Margarida Cavalcanti Limena são alguns desses estudiosos que trabalharam na direção de sistematização de tais instrumentos.

A seguir, são resumidos os principais operadores cognitivos do Pensamento Complexo¹⁴⁹:

Circularidade

O pensamento linear é um elemento alicerçado no racionalismo moderno. A partir de sua idealização, a ciência moderna evoluiu fragmentando os conhecimentos e as relações e, assim, perdeu-se a visão do todo. A fragmentação e linearidade são úteis porque estão na base do método científico, desde seu nascimento na Renascença, elaborado por cientistas e filósofos, como Descartes, Galileu, Newton e John Locke, entre muitos outros. O conceito de circularidade surge a partir de uma proposta de causalidade recursiva e retroativa, capaz de ir em busca dessa interpretação multidimensional e multirreferencial da realidade. Esse operador cognitivo da complexidade perpassa todos os outros, pois é a circularidade o elemento que supera a ordem linear.

Autoprodução

Tanto a Teoria Geral dos Sistemas quanto a da Autopoiese partem da dinâmica não linear de concepção sistêmica da realidade. Nessa perspectiva, os elementos que compõem um sistema estão associados por meio de um acoplamento ou interação estrutural. Na concepção de acoplamento ou de

¹⁴⁹ Os operadores cognitivos do Pensamento Complexo são trabalhados em vários estudos de Edgar Morin. Na presente tese, nossas reflexões tiveram como base as obras do autor mencionadas nas referências bibliográficas.

significativa ligação das partes, parte-se do conceito de que os elementos que formam um sistema influenciam-se mutuamente e afetam significativamente as suas propriedades, e o sistema, por sua vez, afeta esses elementos individuais. O conhecimento, por exemplo, ao ser construído pelo indivíduo, o modifica internamente. Indivíduo e meio se influenciam reciprocamente, em um processo contínuo de produção e autoprodução. Para tanto, esse princípio, em ação didática, significa, de acordo com Freire (1997), que ensinar não é sinônimo de transferência de conhecimento, mas ação de produção ativa do estudante em busca da construção da aprendizagem.

Dialógica

A dialógica transcende a comunicação linear dialética. Vai além da polaridade emissor-receptor. Em um processo de comunicação genuína, os envolvidos estão em uma relação de interação estrutural, modificando-se e modificando os outros. A dialogia permite o entrelaçamento das ideias, considerando como essencial a convivência com as contradições, entre estudante-estudante e estudante-professor, em um movimento espiral de troca e evolução das pessoas e daquilo que está sendo discutido. Outros exemplos envolvem médico-paciente, assistente social-usuário e vice-versa, e todos pares de relações imagináveis no convívio social.

Hologramático

O nome holografia vem do grego *holos* (todo, inteiro) e *graphos* (sinal, escrita), visto que é um método de registro integral da informação com relevo e profundidade. Os hologramas possuem uma característica única: cada parte deles contém a informação do todo. Assim, “um pequeno pedaço de um holograma tem informações da imagem do mesmo holograma completo” (MORIN, 2004, p. 100).

No Pensamento Complexo, emprega-se, por analogia e similaridade de concepção, o conceito de hologramático no sentido de que um pequeno grupo social interagente representa, em suas propriedades cognitivas e culturais, um agrupamento maior. Ele reforça o conceito da não-separatividade, necessária à compreensão do Pensamento Complexo e, ao mesmo tempo, complementa-o com a concepção da semelhança entre o microcosmo. O operador hologramático é

análogo ao Princípio da Correspondência, conhecido desde a Antiguidade e definido como: "aquilo que está embaixo é semelhante àquilo que está em cima, aquilo que está em cima é semelhante àquilo que está embaixo".

Integração sujeito-objeto

As cisões entre sujeito e contexto, bem como sujeito e objeto de conhecimento, são operações do pensamento racionalista linear que reduzem e limitam a compreensão da realidade. Na perspectiva do Pensamento Complexo, sujeito, objeto, contexto e história de vida são elementos indissociáveis na apreensão da realidade.

Ecologia da ação

Nesse operador, temos certo reforço dos conceitos e funções dos demais operadores. No meio ambiente, num determinado nicho ecológico, há uma rede entrelaçando as vidas de todos os seres vivos, independente do seu grau de evolução ou de complexidade. Nessa rede, existe uma interdependência que, muitas vezes, é sutil, mas que o olhar mais atento é capaz de perceber. A própria dificuldade observacional dessas interações fez com que essa ciência surgisse mais tardiamente e, infelizmente, boa parte da sociedade civil, assim como a organização capitalista que nos rege, são insensíveis às suas leis.

Como operador social, a ecologia da ação declara que toda a ação implica em uma mudança estrutural de todo o sistema, uma vez que os sujeitos estão intrinsecamente unidos entre si e ao meio, num processo de mútuo acoplamento. Assim sendo, a ação de um sujeito repercute de forma não controlável e não previsível no meio e no sistema dos quais ele faz parte. Essa reverberação afeta não só o meio, mas o próprio sujeito, de forma recursiva e retroativa.

De certa forma, esse operador é semelhante a uma das concepções populares e bem humoradas da Teoria do Caos, a qual diz que o bater de asas de uma borboleta no Rio de Janeiro pode causar uma tempestade no mar da China.

3.3 Ouvindo histórias

*Eu moro no morro
eu moro na rua
só levo esporro
mas eu não tenho culpa*

*o meu irmão morreu
meu primo se perdeu
a minha mãe pariu
e o meu pai sumiu*

*meu nome é pimpolho
só conheço o caos
é olho por olho
aqui vencem os maus*

*eu queria um tênis bacana
sou mão de obra ilegal
são 3 salários por semana
e tem foto no jornal*

*eu vi uma mina manera
andando com um soldado
parecia estrangeira
e eu agora ando armado¹⁵⁰*

Ao longo de seis meses, dedicamo-nos a ouvir as histórias de indivíduos que experimentaram a vida nas ruas de São José dos Campos, durante a infância e/ou adolescência. Muitos deles ainda permanecem nessa situação, outros residem em abrigos, apresentando certa dificuldade de ressocialização. Há, ainda, os que dão passos lentos e gradativos na busca por uma nova vida, pós-realização e com o apoio da Assistência Social. Os relatos resgatam momentos vivenciados dentro de casa, a relação que os sujeitos mantinham com a família, o rompimento com o lar e o início da experiência nas ruas. Também apresentam a visão que os mesmos têm hoje sobre tudo o que vivenciaram, bem como suas expectativas e sonhos para o futuro.

Assim como o texto, produto de um conhecimento tecido por várias vozes, esta pesquisa trouxe o sujeito para dentro da narrativa, ou seja, o “narrador é agora um dos personagens e o contar da história é parte da história que está sendo contada” (PORTELLI, 1997, p. 38). No caso específico deste trabalho, o “contar da

¹⁵⁰ Música “Mão de obra ilegal”, composta por Frejat, Geroger Israel e Mauro Santa Cecília, e lançada em 2002.

história” indicou dimensões valiosas, observadas e tratadas no decorrer deste capítulo.

Na análise pormenorizada das entrevistas, foi possível identificar alguns aspectos comuns nas trajetórias de vida dos entrevistados, bem como na maneira como retomam as suas memórias, tais como: a violência recorrente; as especificidades nas relações com as famílias, com a sociedade e com a rede de apoio; leituras intrínsecas da realidade como componente fundamental para explicarem as situações vivenciadas nas ruas e para seu enfrentamento no dia a dia (subjetividade do sujeito); a desproteção da rede familiar e da rede de apoio formal e informal, dentre outros tópicos que são discutidos a seguir.

Esses aspectos foram analisados a partir de quatro grandes dimensões que compõem a multidimensionalidade do processo de rualização: experiências de vida na rua; vínculos (familiar e social); rede de apoio; expectativas e perspectivas dos sujeitos. Vale salientar que a separação em categorias foi realizada apenas para facilitar o trabalho do pesquisador e a compreensão do leitor, pois não há como tratar os dados isoladamente. Ressaltamos ainda que, essas quatro dimensões, embora analisadas separadamente com vistas a favorecer a leitura e o entendimento, estão entrelaçadas e, juntas, nos fornecem uma compreensão ampla sobre a vida nas ruas, suas causas, implicações e conseqüências.

Ao rever a literatura, Ferreira (2011) classifica os trabalhos que tratam das causalidades do fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua em, pelo menos, três grandes grupos: influências “micro”, “meso” e “macro ou estruturais”.

De acordo com o autor, as influências “micro” estão concentradas nas teorias e análises referentes às características individuais e psicológicas das crianças e dos adolescentes e também de suas famílias. Tais estudos têm suas bases, em sua maior parte, na literatura produzida nas áreas da Psicologia Social, Medicina e Serviço Social.

Já a vertente “meso” está mais presente nas justificativas relacionadas às condições precárias de sobrevivência, à violência, falta de recursos e de oportunidades nas comunidades onde as crianças e os adolescentes estão inseridos. Nessa concepção, as análises concentram-se em fatores relacionados às especificidades do mercado de trabalho existente.

A terceira vertente, por sua vez, envolve as influências estruturais ou os fatores “macro”, como os processos de globalização econômica, urbanização

acelerada e movimentos sociais, os quais trazem várias consequências, dentre elas, o aprofundamento de processos de exclusão social e a marginalização dos grupos mais vulneráveis, como, por exemplo, a população em situação de rua (MINAYO, 1992; RIZZINI; BUTLER, 2003; ROSEMBERG, 2005).

A consideração das premissas acima, envolvendo os três níveis (micro, meso e macro) na abordagem do processo de realização das crianças e adolescentes, mostra que, mesmo considerando a interação desses três fatores, não é possível alcançarmos uma conclusão plena, a não ser exploratória, como cita Ferreira (2011). Dissecar e analisar as condições internas, ou de ordem (psicológicas) do indivíduo, nascido num contexto limitador de primeira ordem (constrangedor, condicionador) que é a família (delimitado pelo dueto raça-etnia, religiões, convicções ideológicas), e, ainda, influenciado pelo contexto limitador de segunda ordem (sociedade, vizinhança, status econômico), revela a imensa dificuldade teórica pelo emaranhamento de causas e efeitos. Para entendermos um pouco esse emaranhamento, recorreremos ao famoso Efeito Borboleta, da Teoria do Caos¹⁵¹.

A metáfora do Efeito Borboleta é um termo relacionado à dependência sensível das condições iniciais, dentro da Teoria do Caos. Esse efeito foi analisado pela primeira vez no ano de 1963, por Edward Lorenz. Segundo a cultura popular, a hipótese apresentada era de que o bater de asas de uma simples borboleta poderia influenciar o curso natural das coisas e, assim, talvez provocar um tufão do outro lado do mundo. Desse modo, qual melhor metáfora para tentarmos compreender a imensa sensibilidade da alma humana, na flor da idade, e as imprevisíveis consequências das sutis, ou violentas ações, que são exercidas sobre ela pelo mundo senão a rica metáfora do Efeito Borboleta?

O matemático J. Von Neumann, certa vez, ponderou que, depois da mente humana, a atmosfera era o sistema de maior dificuldade para a compreensão, ou seja, de se aplicar modelos de funcionamento matemático. Nesse sentido, qual seria, então, a pretensão de nossa metodologia, ainda com influência cartesiana, de abordar e integrar todos os parâmetros psicológicos, sociais e econômicos que condicionam a natureza humana, principalmente, quando a mente e o corpo, entes

¹⁵¹ “De acordo com o físico Domiciano Marques, a Teoria do Caos estabelece que uma pequena mudança ocorrida no início de um evento pode desencadear consequências desconhecidas no futuro. Essa teoria traz a explicação para fenômenos não previsíveis, apresentando-se como um padrão de organização dentro de um fenômeno desorganizado, ou seja, em uma aparente casualidade” (SILVA, 2015).

mutuamente interagentes, estão em formação? Nosso ser psíquico, segundo a linguagem matemática, é uma estrutura eminentemente não linear. Em outras palavras, não respondemos mecanicamente de forma regular e harmônica aos estímulos porque pequenas e diminutas ações sobre nós, em idade infantil, criam reações de naturezas diferentes, de amplitudes inesperadas, como Efeito Borboleta, em nosso ser e em nossa individualidade psíquica (nosso ente de ordem zero). Por isso, o modelo teórico mais aproximado de que dispomos para abordar a problemática social humana da criança e do adolescente em situação de rua, que desabrocha e cresce no jardim ou floresta da vida, é o Pensamento Complexo.

3.3.1 Experiências de rua

Os sujeitos participantes desta pesquisa são compreendidos a partir do conceito proposto por Morin (2004, p. 59), como “*homo complexus*”, o qual estabelece que:

(...) o ser humano é um ser racional e irracional, capaz de medida e desmedida; sujeito de afetividade intensa e instável. Sorri, ri, chora, mas sabe também conhecer com objetividade; é sério e calculista, mas também ansioso, angustiado, gozador, ébrio, extático; é um ser de violência e de ternura, de amor e de ódio; é um ser invadido pelo imaginário e pode reconhecer o real, que é consciente da morte, mas que não pode crer nela; que secreta o mito e a magia, mas também a ciência e a filosofia; que é possuído pelos deuses e pelas ideias; nutre-se dos conhecimentos comprovados, mas também de ilusões e de quimeras.

Para Morin (2004), o ser humano é um ser cheio de contradições; a sua racionalidade se mistura a algumas atitudes de insensatez. Em outras palavras, o bom senso de várias ações às vezes se choca com a atitude passional, a qual é ainda mais intensa nos indivíduos de origem latina, conforme defende o jurista Luiz Flávio Gomes, em entrevista concedida ao no Jornal da Cultura¹⁵², no dia 03 de novembro de 2015.

É importante destacar que tomamos alguns relatos como exemplos porque eles tipificam a realidade que caracteriza a maioria dos indivíduos entrevistados. Seus depoimentos trouxeram experiências que mostram diversas situações de risco às quais foram expostos durante a infância e a adolescência, e que comprometeram expressivamente seus desenvolvimentos físico e/ou social.

¹⁵² Entrevista disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/jornaldacultura/videos/jornal-da-cultura-03-11-2015>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

Nesse sentido, um principais temas que ecoou nas entrevistas e que ganhou ênfase nos relatos dos sujeitos foi a violência no seio familiar, com destaque para a violência física e psicológica, a negligência e o abandono. Também identificamos como significativo nessa vivência, histórias de violência sexual, que apareceram nas entrevistas de três sujeitos do sexo feminino, e semelhanças marcadas por perdas e rupturas afetivas com os vínculos familiares. Entre os vários desabafos, ouvimos frases como: “saí de casa porque não aguentava mais apanhar” ou “fugi porque meu pai não me aceitava e me batia, me batia”.

Vale salientar, ainda, que as situações de risco pessoal/social na infância e adolescência envolvem casos de: a) abandono e negligência; b) abuso e maus tratos na família e nas instituições; c) exploração e abuso sexual; d) trabalho abusivo e explorador; e) tráfico de crianças e adolescentes; f) uso e tráfico de drogas; g) conflito com a lei, em razão de cometimento de ato infracional (BRASIL, 1990).

3.3.2 Implicações da violência doméstica

Entre os relatos que apresentam a violência doméstica de maneira bastante forte e nítida, está o de Gerânio¹⁵³, entrevistado aos 26 anos. O jovem atribui sua ida às ruas aos conflitos familiares, à violência sofrida pelo pai e também ao seu envolvimento precoce com as drogas. Gerânio, natural de Caçapava-SP, mudou-se para São José dos Campos com a família aos oito anos de idade e, já nessa fase, passava mais tempo nas ruas do que em casa. Ele afirma ter sofrido várias agressões do pai e que, por vezes, revoltava-se ao ver a mãe se relacionando bem com o mesmo.

Uma das situações relatadas foi quando o pai tentou enforcá-lo com uma fralda. Gradativamente, à medida que sofria as violências, Gerânio foi abandonando o lar, embora se mantivesse assíduo na escola. Aos doze anos, passou a fumar maconha e, um ano depois, já era usuário de cocaína. Aos quatorze, foi preso por

¹⁵³ O nome da flor Gerânio, escolhida para denominar este sujeito, significa “ultrapassa dificuldades”. Este entrevistado traz em seu histórico marcas de violência e rejeição em casa, o abandono da mãe, o vício das drogas e o vínculo com o tráfico. Apesar de todas as marcas deixadas na infância e durante todo o período em que esteve nas ruas, ele busca reerguer-se: está de volta à escola e tem planos para o futuro. Gerânio ultrapassou as barreiras que o destino lhe impôs e sonha em construir uma nova história para a sua vida.

participar de um latrocínio e passou dois anos na extinta FEBEM¹⁵⁴. Com dezesseis anos de idade, envolveu-se com uma garota que ficou grávida e a qual afirmava que ele era o pai. Gerânio, então, passou a trabalhar em uma lanchonete, porém, após um exame de DNA da criança e a descoberta de que ele não era o pai, voltou para as drogas e, conseqüentemente, para as ruas. O jovem conta que já fez uso de vários tipos de entorpecentes e, ainda hoje, luta para se “manter limpo”. Atualmente, ele está no Abrigo Pop e trabalha como desenhista, mantendo contato esporádico com a família. Em sua entrevista, Gerânio manifesta conscientemente os problemas vividos dentro de casa, os quais acabaram por influenciar na mudança de seu destino:

Bom, eu tenho 26 anos (...) da razão de eu ter ido para a rua porque da separação dos meus pais (...) trabalhando em serviço (...) eles não dava conta de dar atenção de vida para mim, eu também pela minha rebeldia, minha hiperatividade. (...) Eu ficava mais na rua do que em casa, eu tinha casa. (...) Eu fui criado na rua no meio da maloca, no meio da bagunça. (...)

(...) eu nasci em Caçapava, morava eu, minha irmã mais velha, o meu pai, a minha mãe... O meu pai ele tinha problema com alcoolismo, a minha mãe saiu de casa cedo com 19 anos, depois engravidou aí foi morar com meu pai. Depois o meu pai morava sozinho (...) o meu entendimento que eu tenho hoje, é de que ele na época não segurava as pontas de criar uma família, então ele criou um personagem insuportável, na esperança de que a minha mãe fosse embora com nós, mas ele não conseguia, com isso vinha as agressões, vinha as humilhações, tipo maltratando. (...) Direto, eu era o alvo principal. (...)

Quando os meus irmãos mais novos chegaram, foi até um alívio para mim porque eu tenho pra mim que essa perseguição, esse alvo, do meu pai para comigo era devido à cor porque o meu pai é negão, a primeira filha dele veio morena, eu nasci loiro do cabelo enrolado, e ele levava uma que eu não era filho dele (...) eu era tipo um bobo da corte, em casa. Zuava pra caramba, nesta época eu não entendia muito não é meu! Pô, qual é o fundamento da vida? Via meus amigos todos brincando tudo se divertindo (...) e eu não tinha sentido. (...) Já quando criança, eu falava: ‘Poxa, que isso... Eu não tinha um pingote de vontade de viver meu’...

Gerânio chegou sofrer agressão física pelo seu pai e considerava a escola como um refúgio, onde se via livre das ameaças e das imposições sofridas dentro de casa:

(...) já na escola (...), eu ficava mais à vontade porque eu sabia que meu pai não ia (...) do portão para fora ele era hiper educado, era gente boa (...), mas para dentro de casa eram outros quinhentos... Daí ele me agrediu, me deixou uma marca no pescoço, aí eu cheguei na escola (...) e fiquei

¹⁵⁴ FEBEM era o nome atribuído à antiga Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, substituída posteriormente pela Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa). Sua função é de executar as medidas socioeducativas aplicadas pelo Poder Judiciário aos adolescentes que cometeram atos infracionais entre os doze e dezoito anos de idade incompletos. Os mesmos podem cumprir pena de reclusão até, no máximo, completarem 21 anos, conforme estabelecido no ECA.

amuado, a minha mãe e tal pediu para esconder para não mostrar, porque minha mãe tinha medo e tal. Aí a professora (...) ‘Ô Gerânio vem aqui o que foi que aconteceu?’ Porque eu era né, eu era amigo da professora. Daí eu: ‘Não professora, eu estou bem’... ‘Não vem cá menino’. Me chamou eu, daí ela viu a marca no meu pescoço. (...) Ele tinha enforcado com a fralda...

As marcas da violência em Gerânio foram notadas na escola, e a agressão culminou em uma notificação junto ao Conselho Tutelar. A denúncia acabou se desdobrando em mais uma violência na vida de Gerânio e também na de seus irmãos, pois a mãe, acuada e com medo do pai, resolveu fugir de casa com os filhos.

(...) aí chegou na escola (...) fizeram lá uma denúncia, daí eu já fui embora para casa chorando, porque a minha mãe falou que não era para... (...) Cheguei em casa, eu falei para minha mãe, daí ela falou: ‘Você é louco, seu pai vai matar nós, vamos embora’. Juntou as coisas e fugiu de casa. Aí nós ficamos fugindo de casa... (...) A minha irmã pegou a minha irmãzinha de colo, eu peguei na mão do meu irmão (...). E nós escondemos na casa de uma amiga dela, cuja a mesma era comadre e compadre. (...) Aí foi lá que eu comecei a criar as asas, porque desde pequeno, eu já tinha também (...) sei lá uma birra, uma raiva, assim do comportamento da minha mãe (...). O cara me agredia, o cara me zoava, me esculachava, e ela deitava com o cara, beijava o cara, abraçava o cara... (...) Então eu já não tinha ela como a minha amiga... (...) E porra, eu não aguentava a situação...

No documentário “Quando a casa é a rua” (2010), apresentado no capítulo I desta tese, há a descrição, pelo mexicano Javier, da violência que sofria pela mãe, que o agredia simplesmente por ele se parecer fisicamente com o pai, alcoólatra.

Embora o agressor no caso relatado seja a mãe do personagem, sua história se aproxima muito com a de Gerânio, que sempre foi violentado pelo pai devido à sua aparência física que gerava desconfiança. Na história de vida de Gerânio, assim como ele, sua mãe também foi violentada, abandonada e negligenciada. Temos, portanto, traços de um núcleo familiar fragilizado, em que cada membro buscou, conforme possível, alternativas para a sobrevivência. No caso de Gerânio, assim como o do mexicano Javier, ele se envolveu com as drogas e com o crime, e tenta, hoje, buscar outras alternativas para sua vida.

A experiência de Gerânio e Javier nos permite levantar uma reflexão sobre a Proteção Integral, enquanto direito legalmente estabelecido e que já vigorava no Brasil desde quando Gerânio era criança. Ele iniciou sua infância quando o ECA completava seis anos. Ainda nessa fase, Gerânio teve contato com o cigarro e foi vítima de violência e abandono familiar, condições que o colocam em situação de risco e vulnerabilidade.

(...) e de sete para oito anos, (...) eu inventei de pegar um cigarro para fumar, eu e meu primo pequeno: ‘Vamos fumar para ver como é?’ (...) Nós

fumamos um pacote inteiro, de uma vez só, um cigarro atrás do outro. Eu lembro que a minha mãe foi, aí me colocou de castigo e tal, bateu em mim, (...) aí meu pai foi lá buscar, ele descobriu que eu estava lá, foi lá armado deu tiro (...), aí a minha mãe foi e fugiu (...). 'Olha, uma hora eu volto para buscar vocês'. (...) E foi embora, aí já foi mais um detalhe que gravou na minha mente, 'está abandonando nós cara, puta abandonou nós com meu pai'...

Alguns aspectos nessa experiência retratada levantam questões importantes, tais como: quais os limites de atuação do ECA perante a violência familiar e sua desagregação? O Estado tem poder, rapidez e penetração, no âmbito social, para detectar e mitigar os males sobre a infância? A família não deveria ser mais privilegiada no país? Como funciona o trabalho com famílias na perspectiva de prevenção?

De acordo com Bandeira et al. (1996), o risco ocorre quando o desenvolvimento de uma criança não se dá de acordo com sua faixa etária, considerando-se os parâmetros de sua cultura. Configura-se como situação de risco físico a sujeição a doenças genéticas ou adquiridas, a prematuridade, problemas de nutrição, entre outros; risco social, quando há exposição a ambientes violentos e a drogas; e risco psicológico, quando se está sob efeitos de abuso, negligência ou exploração. Segundo os mesmos autores, várias causas externas ou internas podem levar os indivíduos a esses riscos. O entrevistado Gerânio traz em seu relato experiências de sua infância que retratam algumas das situações de risco anteriormente citadas:

(...) desde que eu fui pra São José, tipo, (...) eu ficava mais na rua do que em casa... (...) Eu fui criado na rua (...). Eu cheguei aqui em São José com oito anos...

(...) eu era tipo o bobo da corte em casa... (...) Ver meus amigos tudo brincando, tudo se divertindo, cascando bico e eu... (...) Eu num tinha um pingão de vontade de viver...

Definimos como causas externas aquelas relacionadas às condições adversas no ambiente externo ao familiar. Comportamentos de risco, por sua vez, referem-se ao conjunto de atitudes intempestivas realizadas pelas crianças e jovens e que aumentam a probabilidade do surgimento de consequências prejudiciais. A falta do manto protetor e norteador da ética interna da família, o excesso de liberdade e a dificuldade de equilíbrio e de discernimento no comportamento podem comprometer o desenvolvimento físico, causando diversas doenças, distúrbios mentais, alguns estimulados pelo consumo de drogas, e por fim, gerando anomalias no comportamento social desses jovens cidadãos. Para entendermos ou

caracterizarmos esse processo de “aumento da probabilidade” desses danos, é necessário conhecer os estudos descritivos e epidemiológicos nos diferentes segmentos da população, como citado por Bandeira et al. (1996).

Analisando essa dimensão e com a visão focada nas condições que os sujeitos entrevistados descreveram suas experiências na infância e adolescência, constatamos que todos os depoimentos registraram a violência doméstica como o principal motivo que os levaram a abandonar seus lares e a se lançar ao processo de rualização. A opção da frequência das ruas, tanto para aqueles que começaram paulatinamente, quanto para os que se deslocaram definitivamente para esse espaço quando ainda simples crianças, foi apresentada como uma alternativa para evitar e presenciar a violência dentro de casa.

Assim sendo, observamos que há um cenário de medo e de insegurança que ronda o lar dos sujeitos entrevistados. A vida desses jovens se apresenta com cenas chocantes de um cotidiano, cujos protagonistas, do drama e da trama familiar, são esses jovens, seus pais, mães, padrastos e madrastas, tios, avós. Esses últimos, muitas vezes, são eleitos como responsáveis pelas crianças, cujas vivências psicológicas tornam-se comprometidas para o resto de suas vidas.

Entre os indivíduos entrevistados, está Anêmona¹⁵⁵ que, atualmente, não tem contato com sua família e guarda uma série de traumas em relação às violências sofridas em sua infância. Ela ingressou na drogadição aos dez anos de idade e chegou a ser presa suas vezes, por roubo e homicídio, cumprindo a última pena durante oito anos. Anêmona mudou de cidade duas vezes, trabalhou em casa de família, lanchonete e também em uma casa de jogos. Hoje ela vive no centro de convivência, após passar por um período internada em uma clínica de reabilitação, e voltou a estudar, nutrindo sonhos de reconstruir a sua vida.

Em seu relato, Anêmona conta que iniciou o processo de rualização com oito anos de idade, após o falecimento de sua mãe, que também havia sido abandonada pelo marido e foi obrigada a cuidar sozinha de seus seis filhos. Após a perda da mãe, Anêmona passou por várias casas: foi morar com um tio, depois uma prima,

¹⁵⁵ Anêmona é a flor que simboliza a persistência e a perseverança. E não teria nome fantasia mais adequado para representar esta entrevistada. Sua trajetória de vida é marcada por situações traumáticas, de perdas, abandono, violência física e sexual, vício das drogas e criminalidade. Apesar das duras circunstâncias vivenciadas por ela, Anêmona nunca perdeu a esperança de superar todos os problemas de sua vida. Hoje, ela se diz vitoriosa e “abençoada”. Nutre sonhos e perspectivas para um futuro diferente. Sua persistência a levou até aqui, ainda com forças para lutar pelos seus ideais e coragem para enfrentar e vencer seus traumas e vícios.

em seguida, com a avó, e depois com a irmã. Assim, como ela própria enfatiza, sua vivência de rua teve início a partir do momento em que ela perde a mãe e passa a viver em várias residências, não tendo um lar que possa chamar de “seu”.

A minha vivência de rua memo... (...) Ah, foi quando a minha mãe morreu, né, cara? A minha mãe faleceu, aí::... Aí já... Já foi uma trajetória de rua, porquê você começa a viver na mão de um, na mão de outro, de família aqui, família ali... Por não ser uma pessoa compreendida com oito anos de idade... (...) Órfã de pai e mãe, né? Que meu pai:: Abandonou minha mãe, é::... Eu tinha... Oito meses de nascida... Abandonou ela com seis filho... (...) Aí começou a luta dela, aí ela veio a falecer com... Eu tinha oito ano de idade, né... (...) Fui morar com tio... NUM DEU CERTO... Fui morar com prima::... NUM DEU CERTO... Nisso aí APANHANDO deles, né... Aí::... Fui morar com a minha vó... Minha vó chegou, falou pra mim que odiava, eu era a única neta que ela odiava, né... E::... Eu fui pra minha irmã.

Ainda em seu depoimento, Anêmona revela que sofreu violência doméstica, violência física, violência psicológica, violência sexual, abandono e negligência desde a perda da mãe. É um histórico de violência que foi se reproduzindo a cada dia e em cada lar que residiu, ainda criança, ou seja, nos ambientes em que deveria ter sido protegida. Anêmona viveu, desde tenra idade, um processo de rejeição:

(...) fui morar com a minha irmã, chegou lá, com dez anos de idade... Meu cunhado abusando de mim (...). Me acordava pra mim ver ele transando com a minha irmã, entendeu? (...) ele tinha que me acordar, senão eu apanhava DELE... (...) E eu fugia de casa (...) ficava mais na rua, na piscina... Até que o... O dono da piscina do lado foi e pegou, né... Que ele falou: ‘Que que tanto ela fica aqui quando a irmã dela sai?’ (...) Fez um buraco no muro da oficina assim, aí viu ele... Aí... Tentou falar pra minha irmã, aí minha irmã ainda jogou, falou que era eu a SAFADA...

(...) Aí eu fui morar com meus três irmãos homens... Aí meu irmão mais velho:: me espancava... (...) Isso aí eu tinha dez ano de idade... Minhas costas sangrando, aí eu... A Cidinha: ‘ah, vai ali na delegacia de menor dá parte dele’... Eu falei: ‘eu não, eu não quero ver o meu irmão preso. (...) Quando eu crescer, eu vou me vingar dele’...

(...) Eu fumei maconha e me senti FORTE, me senti forte de uma tal maneira que quando ele veio bater em mim eu (...) comecei a quebrando as costas dele e a correr atrás dele com uma faca, ele... Nunca mais ele veio bater em mim, nem meu tio e NEM NINGUÉM.

A somatória das violências sofridas transformou o destino de Anêmona, como acontece com muitas crianças e adolescentes que experimentam agressões das mais diversas naturezas. Podemos caracterizar a violência doméstica contra crianças e adolescentes como atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis que, sendo capazes de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implicam, de um lado, em uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, em uma “coisificação” da infância. Ou seja, acontece uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem

tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Já a violência física envolve toda ação que causa dor física, desde um simples tapa até o espancamento fatal (AZEVEDO; GUERRA, 1995).

A violência sexual, por sua vez, configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimulá-los sexualmente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa. Ressalta-se que, em ocorrências desse tipo, a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré (AZEVEDO; GUERRA, 1995).

Outro tipo de violência é a negligência, que representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, vestir adequadamente seus filhos, etc., e quando tal falha não é o resultado de condições de vida além do seu controle. A negligência pode se apresentar como moderada ou severa. Nas residências em que os pais negligenciam severamente os filhos, observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são provisionados, não há rotinas na habitação e, para as crianças, não há roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo, com lixo espalhado por todos os lados. As crianças são, muitas vezes, deixadas sozinhas por diversos dias, chegando a falecer em consequência de acidentes domésticos, de inanição, dentre outras situações de risco. A literatura registra, entre esses pais, um consumo elevado de drogas ilícitas e de álcool e uma presença significativa de desordens severas de personalidade (AZEVEDO; GUERRA, 1995).

Assim como acontece com muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, as experiências marcadas por tantas violências e privações levaram a nossa entrevistada Anêmona a buscar alternativas. De início, foi trabalhar como doméstica, onde também foi violentada. Posteriormente, buscou refúgio nas ruas. A rua, por sua vez, é um local que significa liberdade, contudo, expõe crianças e adolescentes a outros tipos de violência, além dos já sofridos em casa. A rua tem uma lógica diferente, uma lógica própria. A rua é de todos. Nela transitam pessoas com distintos intuítos e objetivos. Assim, histórias como as de Anêmona representam formas de resistência através de lutas diárias, de esperas constantes, de busca de estratégias para sobreviver, sonhando e acreditando em algo melhor.

São muitas as razões que levam as crianças a viverem nas ruas, como mostram vários estudos¹⁵⁶ e algumas pesquisas qualitativas realizadas, conforme apresentado no capítulo I desta tese. Diante do quadro, para muitas crianças e adolescentes, a rua parece ser a melhor alternativa possível para fugir da situação em que se encontram.

Flor de Laranjeira¹⁵⁷, entrevistada durante o nosso trabalho de campo, apresenta um histórico de violência doméstica, reiterada ao longo de sua vida, em outros lares e também em instituições onde foi acolhida. Foi violentada duramente em casa e pela sociedade. A ela não foi possível desenhar sua vida com outros contornos. E, ainda assim, acredita e luta por uma chance. Flor de Laranjeira, que hoje tem 38 anos e vive no albergue, iniciou um processo de realização na adolescência.

Ah, eu fui para a rua, eu saí de casa com treze anos, saí para rua, porque muita briga dentro da casa do meu pai com a minha madrasta (...) meu pai chegava bêbado, quebrava todo mundo lá dentro, ele amarava eu na corrente de cachorro, batia em mim, falava que lugar de cachorro era na corrente (...). Aí meu pai me deu eu pra (...) minha mãe de criação, aí depois eu briguei com o filho dela (...). Mas na verdade mesmo porque (...)

¹⁵⁶ FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. **O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1993; SILVA, José Fernando Siqueira. **Uma análise crítica sobre a visão de mundo dos meninos e meninas de rua da cidade de São Carlos**. 1993, 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993; ALVES-MAZZOTTI, A. **Meninos de rua e meninos na rua: estrutura e dinâmica familiar**. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.) **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 117-132; DA MATTA, Roberto. **Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; MEDEIROS, Marcelo. **Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua**. 1999. 155 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1999. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-25022003-082739/pt-br.php>>. Acesso em: 25 set. 2015; GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: FAPESP; EDUC, 2006; RIZZINI, Irene (Coord.). **Vida nas ruas, crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. 284p.; SANTANA, Ana Flávia de Souza. **Tendo a rua como casa: ensaio étnico-psicológico com crianças**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Colegiado de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.pospsi.ufba.br/Ana_Flavia_Santana.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015; RIZZINI, Irene (Coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2006, 152p.

¹⁵⁷ A escolha da nomenclatura Flor de Laranjeira para esta entrevistada teve como base o significado do nome da planta: amor eterno, inocência, pureza. Esta personagem de nossa pesquisa tem um passado marcado por violência doméstica e sexual. Foi agredida na família e nas ruas. Prostituiu-se para se manter nas ruas, entrou para o mundo das drogas, engravidou várias vezes, sofreu perdas irreparáveis, mas manteve-se firme no amor puro, o amor de mãe e também o amor de filha. Uma mãe que teve que abandonar seus filhos em virtude das suas precárias condições de vida, e uma filha que sonha em reencontrar a mãe.

meu pai era muito difícil conviver, por isso que eu fugi de casa, fugi mesmo. Fugi, porque eu fui estuprada na rua.

Flor de Laranjeira foi para as ruas aos treze anos por presenciar, vivenciar e sofrer diversos tipos de agressões dentro de casa. Com essa idade, sofreu abuso sexual, ficou grávida, foi expulsa de casa pelos pais e passou a usar drogas. Começou com a cola de sapateiro e, com o tempo, consumia todo tipo de entorpecente, incluindo a cocaína e o crack. Seu relato é marcado por falas e lembranças que, muitas vezes, se mostram desconexas e controversas, situação desencadeada pela drogadição por um longo período de tempo. Flor de Laranjeira diz não saber a sua idade e repete várias vezes o sonho de ter uma casa e conhecer sua mãe, da qual se separou ainda bebê. Ela começou a se prostituir com quatorze anos e engravidou sete vezes, sofrendo dois abortos. Seus filhos foram entregues à adoção.

Em sua trajetória de vivência nas ruas, Flor de Laranjeira passou por diversas cidades e sofreu violências variadas, sendo as agressões sexuais as mais citadas em seu depoimento. A entrevistada desta pesquisa, que chegou a ficar nove meses internada em clínica de reabilitação, afirma estar sem usar o crack e a cocaína, mas ainda faz uso de maconha e de bebida alcóolica. O único vínculo que tem atualmente com a família é com seu irmão de criação. Sua irmã a proibiu de frequentar a casa do pai, que também mora em São José dos Campos. Flor de Laranjeira, que só estudou até a segunda série do ensino fundamental, teve curta experiência de trabalho, através do programa Bolsa Auxílio Qualificação. Ela destaca que nunca roubou e que “vendia o seu corpo” para se alimentar enquanto esteve nas ruas. Hoje, Flor de Laranjeira vive no abrigo e está inscrita no programa Bolsa Família¹⁵⁸ do Governo Federal.

A referida entrevistada traduz em seus relatos requintes de violência sofrida que, em primeira análise, são irredimíveis, considerando a conjuntura brasileira. No que tange ao contexto histórico das vicissitudes da jovem, a Política Integral do ECA estava implantada há dois anos (1982), com alguns programas já em desenvolvimento, fato que é marcante e simbólico, pois todo o início de um

¹⁵⁸. O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pelo Governo Federal do Brasil em 2004 e integra o Fome Zero, que é uma política pública que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome (BRASIL, 2006c).

empreendimento social de forte impacto traz em seu bojo um grande engajamento, um clima revigorante e de muita esperança.

Assim, embora já estivessem em vigor alguns programas em São José dos Campos¹⁵⁹, os relatos de Flor de Laranjeira nos mostram que ela ficou à margem desse processo. Desde que foi entregue a uma família desconhecida pelo próprio pai, porque estava grávida aos 13 anos de idade, ela transitou por diferentes lares, sempre desamparada ou correndo riscos, conforme expõe:

Aí meu pai me deu eu pra (...) minha mãe de criação (...). Antes de acontecer, eu morei em uma casa de uma senhora, que hoje Deus a tenha em um bom lugar, ela faleceu (...). Eu fui morar na casa dela eu tinha treze anos. Aí eu cheguei lá para morar, ele perguntaram de onde eu era, eu falei assim: 'eu não tenho família não'. Aí ela me levou para lá e eu fiquei lá. (...). Aí o filho dela, aí o menino me amarrou, me estuprou lá (...). Aí depois ela mandou uma carta lá para o meu pai falando pro meu pai que eu era sem vergonha. Que era mentira disso.

Assim como os sujeitos já apresentados, Cravo Amarelo¹⁶⁰, outro participante de nossa pesquisa, também saiu de casa precocemente. Ele revela que deixou o lar aos doze anos, porque começou a fumar maconha. Era uma criança, brincava, estudava e morava em um local considerado perigoso no município. Foi expulso de casa pela mãe, que não suportava a ausência do filho por dias. Em seus relatos, ele expressa que começou o processo de realização gradativamente, saindo para as ruas para consumir droga e passando dias sem voltar para a casa:

Faz uns oito anos, acho... (...) Vai fazer oito anos que eu tô na rua... (...) Por causa de droga. (...) Mandaram eu embora de casa... (...) A minha mãe. (...) Eu morava no Campo dos Alemães. (...) Com doze anos memo... (...) Maconha... (...) Depois passei pra cocaína... (...) Não usei o crack, graças a Deus... (...) Eu usava na rua, demorava pra voltar pra casa... Dois dias... Três dias... E a minha mãe se CANSOU... E falou pra eu ir pra rua...

O depoimento que se segue é ilustrativo de um quadro de desestruturação familiar, no sentido de explicitar o quanto a família precisa ser cuidada e protegida, a

¹⁵⁹ Vale ressaltar que o município de São José dos Campos, antes mesmo da implantação do ECA, “sempre se colocou na vanguarda do atendimento e da luta pela melhoria da situação de suas crianças e jovens. Conhecer os dados de sua realidade e eleger prioridades de ação são instrumentos para continuidade dessa luta” (ROSIM, 1996, p. 33).

¹⁶⁰ Este sujeito de nossa pesquisa foi denominado Cravo Amarelo porque a flor representa a rejeição, um dos sentimentos mais fortes em sua trajetória de vida. Tudo começou ainda na infância, quando ele não recebia o mesmo tratamento que o irmão, sendo, muitas vezes, ignorado. Ao ingressar para o mundo das drogas, foi mais uma vez rejeitado, sendo expulso de casa pela mãe. Já na experiência de rua, entre as várias tentativas da Assistência Social de buscar uma reaproximação de Cravo Amarelo com sua família, as negativas foram sucessivas. O jovem acostumou-se a viver sozinho nas ruas, dormia em um local isolado e dizia sentir vergonha daquela situação. A rejeição sentida por ele vinha de vários lados: da família e também da sociedade, acostumada a discriminar os moradores de rua.

fim de que possa garantir a Proteção Integral a uma criança. O relato é do entrevistado Gerânio, anteriormente apresentado neste capítulo:

O meu pai agride a minha mãe direto, muita bebida, a minha mãe sofria, mas só que ela suportava tudo isso, (...) e meu avô na época que a minha mãe engravidou, meu vô tipo que eu não sei se ele não aceitou, ela que quis sair fora. (...) Aí começou o inferno na vida dela. (...) Daí ele me agrediu, me deixou uma marca no pescoço (...). E nós escondemos na casa de uma amiga dela (...). Aí foi lá que eu comecei a criar as asas, porque desde pequeno (...) eu já tinha uma raiva, assim do comportamento da minha mãe...

Assim, temos o retrato de famílias que perderam a esperança e confiança, e cujos filhos, para não vivenciarem e assistirem ao sofrimento em casa, buscaram alternativas próprias por si só, encontrando nas ruas uma rede de apoio informal organizada, que lhes atendeu a uma necessidade imediata: fortalecerem-se para suportar as dores das violências físicas e emocionais ou, ainda, para adquirirem o controle da situação ao retorno para casa.

Nessa visão, o entrevistado Cravo Amarelo traz algumas considerações sobre as falhas cometidas por sua mãe:

(...) Eu acho assim... Tem um monte de coisa que dá pra ser feita... Eu acho assim... Se eu tiver um filho, pode ser o problema que for, né, cara, mas eu não vou desistir dele NUNCA... Eu penso assim... Cada um tem o seu jeito de pensar...

Nesse contexto, ao discutirmos sobre a responsabilidade da família de proteger a criança e o adolescente e de combater qualquer tipo de violência por eles sofrida, observamos que é fundamental a revisão dos conceitos e dos padrões culturais da sociedade, em especial, aqueles relacionados ao papel do núcleo familiar, conforme já foi discutido no capítulo II deste estudo.

A Doutrina da Proteção Integral da Organização das Nações Unidas foi inserida na legislação brasileira pelo art. 227 da CF de 1988, com avanços em favor da infância e da juventude, conforme detalha o trecho a seguir:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1998).

O artigo deixa claro que a família, a sociedade e o Estado são reconhecidos como as três instâncias reais e formais de garantia dos direitos elencados na Constituição, sendo que a responsabilidade da Proteção Básica, em primeira ordem, é da família. Em segundo lugar, o artigo delega ao Estado a responsabilidade de

garantir as condições mínimas para que a família exerça sua função de proteção, de maneira que não recaia sobre ela toda a responsabilidade e ônus. Tais instâncias são entendidas como rede de apoio, as quais são analisadas neste capítulo, no item 3.3.7, quando tratamos sobre os serviços de apoio formal e informal que os sujeitos trazem para discussão.

Em geral, os processos não consideram como justificativa para a proteção a falta de sustento, de guarda e de educação dos filhos, as condições impostas pela sociedade que empurram as famílias para situações de carência, de sofrimento e de impotência. Nesse caso, a negligência dos pais e/ou responsáveis ou a violência intrafamiliar podem ser tomadas como uma prática individual e consciente? Ou elas expressam um conjunto complexo de fatores econômicos, sociais, culturais e subjetivos? Sobre isso, o dramaturgo e poeta alemão do século XX, Berthold Brecht, nos chama a pensar: “do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz quão violentas são as margens que o comprimem”.

E assim, mais uma vez, voltamos à questão da complexidade do tema ora abordado, entendendo que o mesmo é composto por um emaranhado de fatores, causas e consequências, sendo, portando, inviável tratar a realização de crianças e adolescentes a partir de uma única vertente. Nossa proposta neste estudo é trazer as histórias dos sujeitos, destacando situações que merecem ser analisadas e contemplando questões relevantes, como a função da família, a ausência do Estado, a fragilidade das políticas públicas e da atuação da rede de serviços, a drogadição, os preconceitos da sociedade, a violência, dentre outros fatores que interferem diretamente na raiz e continuidade do problema.

Não se pretende a resolução desses problemas apenas com o cumprimento legal dos dispositivos, pois acreditamos ser importante operar mudanças conceituais, entendendo ser necessário alterar também a disponibilidade da sociedade que, conforme opina o entrevistado Cravo Amarelo,

(...) condena, muitas das vezes... Ou é um drogado, ou é... Mas muitas coisas nem é... Tem pessoa que tá na rua que nunca usou DROGA na vida... (...) Mas eles olha a gente como se fosse um drogado, um desocupado, uma pessoa que num tivesse sonho, uma pessoa que num tivesse VONTADE...

Quanto à participação da sociedade no processo de contribuir para a proteção da criança e adolescente como preceituam os dispositivos legais, é importante considerar o histórico do povo brasileiro, onde ainda prevalece a

mentalidade de discriminação e onde há resistência para aceitar as anormalidades, as diferenças, as escolhas. As políticas públicas têm papel fundamental ao propor ações individuais e coletivas, direcionadas ao envolvimento da sociedade, de todos os segmentos do âmbito público e privado, e das famílias, no sentido de proporcionar um cotidiano melhor, buscando mudanças efetivas de mentalidade que possam transformar a realidade daqueles que estão em uma situação de desigualdade e que necessitam de algum serviço e apoio da política.

É importante salientar que as políticas têm a missão de promover ações para a garantia de direitos e, por conseguinte, devem ser executadas com vistas a potencializar a rede comunitária e familiar e os serviços a eles direcionados, ampliando as discussões e promovendo possíveis soluções. Para tanto, é fundamental que elas considerem as transformações ocorridas nos modelos de família, as aspirações de crianças e adolescentes das diversas classes sociais no mundo atual e, ainda, os novos arranjos de comunidade. Somente assim conseguirão abranger com qualidade as demandas para as quais foram implantadas.

Entre os desafios para as políticas públicas e para os profissionais que as executam estão o afastamento de valores e juízos preconcebidos que causam sentimentos de baixa estima, de desvalorização e de reprodução de violências, a abertura para uma realidade plural de culturas, e a tentativa de uma aproximação sem discriminação e preconceitos.

Acreditamos que ainda não atingimos esse padrão de sociedade vislumbrado, pois, como os próprios sujeitos deste estudo relatam, além das agressões sofridas em casa, eles também sofrem a discriminação e violência da sociedade, bem como de alguns serviços existentes que deveriam protegê-los.

3.3.3 O vínculo com a droga

Em muitos casos, crianças e adolescentes privados da proteção familiar acabam buscando meios para a “fuga” da realidade, como as drogas, por exemplo. A entrevistada Anêmona traduz seu sentimento após sofrer as violências do cunhado e do irmão mais velho através do ingresso ao mundo das drogas. Ela fala da sensação de fumar a maconha pela primeira vez e da falsa ilusão de que aquele cigarro lhe traria força para enfrentar as agressões:

Aí com onze anos... (...) Eu escutava história que a maconha era tal... Aí eu fui fumar... (...) Pra ter o SUPER PODER e... Não deixar mais ninguém judiar de mim, né... (...) eu fumei maconha e me senti FORTE... (...).

Cravo Roxo¹⁶¹ é outro participante de nossa pesquisa que também se envolveu com drogas quando estava em situação de rua. Ele não se lembra da idade que saiu de casa, mas aponta a violência doméstica como o motivo principal da ida às ruas.

Estivemos em contato com uma assistente social que atendeu Cravo Roxo no abrigo para crianças e adolescentes, no ano de 2005. Segundo a colega, a relação entre Cravo Roxo e sua mãe foi marcada por sentimentos dúbios e relatos contraditórios. A genitora afirmava que o filho era rebelde e revoltado devido ao fato de ter sido rejeitado pelo pai. Ainda conforme relato da mãe, o sonho de Cravo Roxo era residir com o pai, o qual prometera de ir buscá-lo, porém nunca cumpriu o combinado. Cravo Roxo, por sua vez, dizia sofrer violência física e psicológica perpetrada por sua genitora, entretanto, também relatava que a mesma era superprotetora e o queria sempre ao seu lado, proibindo-o de sair de casa, devido ciúmes de seus amigos e da vizinhança.

Ainda conforme esta profissional, a mãe de Cravo Roxo apresentava questões psíquicas e, na época, passava por atendimento na rede de saúde e fazia uso de medicação controlada. No entanto, a mesma afirmava não precisar de tratamento, o que dificultou na própria aproximação com Cravo Roxo enquanto este estava no abrigo. Ele não aceitava conversar com sua mãe e ambos eram pessoas de difícil acesso. Cravo Roxo era muito resistente e a genitora sempre o culpava pela situação vivenciada, não se enxergando como parte atuante da história. Ela não aceitava a rejeição do filho, chegando, até mesmo, a culpar os profissionais da assistência por esse distanciamento e, por isso, negava-se a comparecer quando solicitada e não aceitava os encaminhamentos. Além disso, muitas das vezes, se apresentava possessiva.

¹⁶¹ Cravo Roxo significa solidão. E este sujeito de nossa pesquisa tem em sua história e, até mesmo, em sua personalidade, a marca forte do isolamento, da introversão. A violência sofrida em casa e os problemas de relacionamento com a mãe o levaram para a rua. Lá teve de aprender a viver só, sem muitos amigos e contato nenhum com familiares. Hoje, Cravo Roxo tenta escrever uma nova história para a sua vida, mas, por vezes, vê-se sozinho e perdido. Não tem muitas perspectivas de futuro e guarda uma mágoa da sociedade da época em que esteve nas ruas e foi discriminado.

Em seu relato para esta pesquisa, Cravo Roxo reforça bastante o fato de ter sido ignorado pela mãe, de não receber carinho e atenção. Ao abordar a questão da violência, paradoxalmente, menciona que a sofreu em casa, mas não na rua:

(...) Só em casa... Tirando isso, mais nenhuma, porque eu não me deixava ser submetido a esse tipo de experiência, vamos dizer assim... Eu sempre aprendi aquela coisa, tá ligado? Tipo, se a pessoa tá querendo te bater, bate nela mais forte, porque se ela tiver a oportunidade, é isso que ela vai fazer... Então... Aqui se faz, aqui se paga... Comigo foi sempre assim. Você levantou uma mão pra mim, vai ter duas te esperando aqui, ó...

Esse depoimento mostra claramente o afloramento dos mecanismos instintivos de sobrevivência que são estimulados pelas drogas. Aparece claramente a lei de Talião¹⁶², segundo a qual violência é paga com violência.

Cravo Roxo chegou a fugir do abrigo várias vezes, permanecendo um tempo em situação de rua até ser encontrado e reencaminhado à Assistência Social. Ele passou entre três e quatro anos experimentando a vida nas ruas de São José dos Campos, entre idas e vindas ao abrigo. Para se manter nas ruas, afirma que roubava e recebia ajuda de algumas pessoas ou grupos. Cravo Roxo também faz referência aos efeitos da maconha como auxiliar no alívio da tensão e do stress quanto às estratégias utilizadas para a sua sobrevivência durante o período de realização:

Fumar maconha ((risos)), sério é um calmante natural, eu fumo maconha eu desestresso, eu esqueço. Tem horas que eu até travo assim viajando em alguma coisa que eu não ouço nem os outros falando, é tão bom [pausa] dá uma limpada, uma relaxada...

A maconha permite o escape do mundo, muda-se para uma realidade alternativa que os livra temporariamente do mundo selvagem em que vivem. Cravo Roxo considera a rua como um local de escape, para se livrar da sujeição terrível do lar e da angustiada (e frustrante) busca pela paz dentro de casa:

Você não tem paz na sua casa, você vai caçar paz em outro lugar, né... E muitas vezes a pessoa vai achar paz no baseado que o cara da biqueira tá oferecendo... Vai achar paz na farinha que ele vai cheirar na festa... Vai achar paz na buceta da puta que ele vai comer na esquina... (...) Então, é aquela coisa... (...) Vários fatores que vão levando a pessoa, porque nunca para só no baseadinho (...), naquela carreirinha, nunca para só naquela vadia... (...).

Assim, a rua se apresenta como uma alternativa chamativa e até agradável para essas crianças. Entretanto, uma porta que se abre a elas quando abandonam

¹⁶² A Lei de Talião, do latim *Lex Talionis* (*Lex*: lei; e *Talio*, de *talis*: tal, idêntico), também dita Pena de Talião, consiste na rigorosa reciprocidade do crime e da pena, apropriadamente chamada de retaliação. É frequentemente expressa pela máxima: “olho por olho, dente por dente”.

seus lares é o acesso à droga, a outros elementos de agressão, aos excessos e ao crime. Experiências com conteúdos semelhantes são relatadas por outros sujeitos ao longo desta pesquisa.

Um dos sujeitos desta pesquisa, Gerânio, já apresentado anteriormente, atribui o ingresso ao mundo das drogas como consequência da desestrutura familiar e de frustrações sofridas ao longo de sua vida, conforme ele mesmo relata:

Então foi assim comecei a fumar cigarro então com oito anos, quando fui lá para faixa dos onze para doze anos, foi quando eu comecei a fumar maconha. (...) Era de praxe no bairro, mais da metade dos caras fumava maconha. (...) Depois comecei a vender drogas para usar cocaína, foi lá para os treze mais ou menos, aí com quatorze eu fui preso. (...) O parar de trabalhar veio como consequência da droga né. (...) Usava droga e já não ia trabalhar. (...) Já usei tudo quanto é tipo de droga. (...) Crack, cocaína, mesclado, já experimentei OX, já cheirei cola, já cheirei thinner (...).

Muitos dos entrevistados demonstram a consciência do uso e o consideram algo ruim para suas vidas, porém, assumem a fraqueza na busca por recuperação. A perda do espaço, a vergonha, a decadência, o desleixo, a característica física não permitiram, por exemplo, que Gerânio voltasse para casa e procurasse ajuda, conforme relata:

Eu ficava na rua direto, uma que veio como consequência da vergonha também, porque eu antes do uso, eu tinha um espaço, eu tinha o meu respeito com o pessoal ali. E com esse uso a decadência, o desleixo, sabe? (...) Aí foi onde eu me escondia lá para o meio da favela e ficava e não voltava embora. Aí chegava uma hora que o corpo não aguentava e tinha que ir descansar, tinha que ir dormir, aí voltava para casa. Essa batalha, o pessoal não entendia e falava: 'o que está acontecendo com você, cara?'

3.3.4 O acesso à ilegalidade

No que tange às implicações complexas na vida dos indivíduos que experimentam a realização, apresentamos o relato de Cravo Amarelo. O jovem, infelizmente, teve um destino trágico, porque morreu em agosto de 2015. Foi assassinado por membros do tráfico. Na época da entrevista, ele estava residindo no abrigo e se mostrava contente em estar recomeçando a sua vida. Cravo Amarelo foi para as ruas com doze anos, expulso de casa pela mãe devido ao seu envolvimento com as drogas.

O jovem reconhece que deu início a droga-adição, naquela idade, através da maconha, e que passava dois ou três dias fora de casa. A mãe, insatisfeita com o comportamento do garoto, colocou-o para fora de casa e ele passou a viver nas

ruas, situação que perdurou por dez anos. Nesse período, Cravo Amarelo chegou a morar em São Paulo, também experimentando a realização na capital. Foi usuário de maconha e cocaína, se envolveu com o tráfico, roubou e fez alguns trabalhos comuns a quem está nas ruas, como olhar carros e prestar informações a visitantes. Em uma ocasião, foi pego pela polícia portando maconha e ficou sete meses preso em Jundiaí-SP. Contrastando com a realidade de muitas crianças e adolescentes que vivem nas ruas, Cravo Amarelo afirma que sua família é de classe média e que “tinha tudo o que precisava”. Apesar disso, nunca foi aceito de volta e passou o último ano de sua vida sem contato com a família.

Em seu relato, Cravo Amarelo apresenta falta de esperança, decepção e frustração. Também afirma ter vergonha de ser visto dormindo nas ruas e que o ambiente não oferece nada de bom:

Não tem como que eu falar o que é que tem de bom na rua porque eu acho que não tem nada não... Tem um monte de sonho na rua (...). Jogado fora, no lixo... Porque os outros num dá oportunidade pra ninguém... (...) E o que tem de ruim na rua é que nós mesmos estamos se matando... O povo da rua... Ninguém respeita mais ninguém... Na rua você vira uma pessoa que não é VOCÊ... (...) É gente chamando você pra vender droga, é gente chamando você pra roubar... (...) Quando aparece um trabalho pra um morador de rua é um trabalho que paga vinte reais pra você ficar carregando uma lata de concreto... É assim que eles enxerga a gente...

O preconceito da sociedade é algo que também marca suas trajetórias na rua, e mais ainda: que lhes tira a esperança de vencer o problema. Em seus depoimentos, os entrevistados enaltecem o desprezo que receberam, como a anulação de sua identidade, de suas qualidades e potenciais. Somado a isso, tem-se a falta de oportunidade quando estão em situação de rua. Os poucos trabalhos que lhes surgem são bicos ou serviços mal remunerados e, assim, eles acabam desmotivados na luta por uma nova vida e um destino diferente. Nessas circunstâncias, muitas vezes o caminho da ilegalidade aparece como o mais “fácil”.

Novamente, a questão das características insalubres¹⁶³ e de periculosidade¹⁶⁴ das ruas aparece nas narrativas de Cravo Roxo:

Acorda, come, rouba, furta, dorme de novo... Tensão... É violência, sexo, drogas, bebida, cigarro, mulher, mais violência, tráfico, crime, é tudo envolvido, junta tudo num contexto só os mendigos da rua...

¹⁶³ Insalubridade: relacionado a um ambiente nocivo, que faz mal a saúde, ou que pode fazer mal a saúde.

¹⁶⁴ Periculosidade: deriva de perigo. O termo aplicado ao trabalho seria algo do tipo “ambiente de trabalho perigoso”.

A entrada para o universo das drogas acontecia com naturalidade, seja para consumo ou venda. Observamos que tanto o envolvimento com as drogas quanto o tráfico sobressaem nas entrevistas, como fuga (escapismo) ou como mercado de trabalho (para obterem facilidades), e não apenas para o uso.

O acesso à ilegalidade para Cravo Amarelo ocorreu na sua adolescência. Ele afirma que enxergava o tráfico como uma fuga, uma forma de ganhar dinheiro fácil:

No começo, quando eu entrei pra isso daí eu via uma fuga pra eu tentar me dar bem na vida, mas tentar pegar o dinheiro daquilo ali e usar pras coisa boa... (...) Eu pensava que eu ia conseguir fazer isso aí... Por algum tempo, tava dano, mantendo a minha casinha (...), pra mim ajudar até meu próximo... Do jeito que eu podia... Mas depois eu fui vendo que só ia me prejudicar, me levando até mais pra baixo...

A entrevistada Anêmona relata que ingressou no tráfico para ter dinheiro para comprar a droga, ao redor de treze anos de idade. Posteriormente, envolveu-se em um assassinato:

(...) Aí, com treze ano, treze pra quatorze ano eu... Já tava roubando já, né? Pra ter o uso da... Da maconha... Aí... (me metendo) com traficante, né, lá... De boca de fumo, entendeu?... Aí fui roubar... Roubei um revólver de um vigia... Foi (...) tão trágica, né... Num me arrependo (...). Então, eu roubei esse revólver do vigia, MATEI UM CARA:::... Aí o esquadrão da morte, né... (...) Foi atrás de mim (...). Eu roubava, fazia e acontecia... Comia na mesma mesa do delegado lá... E ele achava que eu era ((risos)) boazinha... (...) Aí quando ele descobriu que era eu:::... Aí ele pegou, mandou pegar minha cabeça na BANDEJA, né... Aí felizmente, graças a Deus eu tive sorte... Que num era pra mim morrer mesmo... Aí eu vim embora pra cá...

Gerânio foi preso aos quatorze anos de idade e encaminhado à FEBEM (na época, não existia a Fundação Casa):

A primeira passagem minha foi com quatorze anos, eu fui preso no latrocínio (...). Eu só estava como participação só, não foi eu que matei (...). Eu sei que na época na Febem a fase ruim pra caramba, é uma fase que era bem descontrolada lá dentro mesmo, não tinha disciplina que tem hoje, não era assim organizado (...), tinha ocasiões de estupro lá dentro, menor que agredia menor. Foi aonde (...) comecei a questionar com uns e outros que também não concordavam (...) foi aonde nós deu um passo da revolução da fundação que hoje é a Fundação Casa, na época era Febem.

3.3.5 A vida na rua: o paradoxo do bem e do mal

Em seu depoimento, Genciana¹⁶⁵, entrevistada que será melhor apresentada a seguir, fala da rua como um ambiente que tem seu lado bom e também o ruim, destrutivo:

¹⁶⁵ A flor Genciana foi escolhida como nome fantasia desta entrevistada porque ela simboliza a dor. Esta personagem de nossa pesquisa experimentou a dor de diversas maneiras: as severas

Ah, é uma experiência muito boa, mas não é muito bom também porque eu caí na prostituição, né. (...) Todo dinheiro que eu pegava, era Banhado¹⁶⁶, (...) manter (...) o vício.

A partir dos relatos acima e, de outros que se seguirão neste trabalho, constatamos que muitas crianças e adolescentes fogem do lar porque o mesmo é visto por eles como um ambiente opressivo. Assim, vão para as ruas a fim de encontrar um lenitivo para as suas aflições e para a violência sofrida dentro de casa, apesar dos riscos do perigo iminente.

Tal quadro nos leva a uma interpretação oposta daquela que é oferecida por Da Matta (1997, p.24), o qual afirma que o código da casa “é fundado na família, na amizade, na lealdade, na pessoa e no compadrio”, ao passo que a rua seria o inverso: é o local de individualização, de luta e vadiagem, de malandragem. A rua é o lugar do perigo: “é na rua que devem viver os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral – ainda que esses mesmos personagens em casa possam ser seres humanos decentes e até mesmo bons pais de família” (DA MATTA, 1997, p.55).

Ainda no trabalho desenvolvido pelo referido antropólogo, encontramos a imagem da família ideal, do ninho de paz em que os “rebentos” são alimentados, educados e amados dentro de uma estrutura harmoniosa, e, ainda, onde o laço de proteção é mais forte e capaz de superar os agentes econômicos, sociais, culturais e psicológicos que avassalam a sociedade brasileira.

Contrariamente a essa visão de Da Matta, os personagens desta pesquisa não contaram com um lar ou família que oferecessem a devida proteção. Seus relatos mostram a rua como a rota de fuga para as violências sofridas em casa. No entanto, esse ambiente acaba por apresentar aos sujeitos novos desafios e perigos, conforme salienta Anêmona:

Viver na rua é ruim, você passa fome, frio, sente dor, sente agonia, sente desespero, sente depressão... (...) Você não pode confiar em ninguém, nem em si próprio.

agressões em casa, o início extremamente precoce no mundo das drogas (e por influência do pai), a gravidez também precoce, a rejeição em casa, a prostituição nas ruas e uma das mais fortes manifestações da discriminação da sociedade quanto aos moradores de rua - a tentativa de homicídio, ao ser incendiada enquanto dormia. Outra dor irreparável de Genciana foi a perda dos filhos que deu à luz. Foram dezessete gestações, todas marcadas por experiências difíceis. Genciana hoje carrega as marcas dos dezenove anos de rua, da maternidade que não teve o direito de exercer e das consequências do uso da droga. Em meio à dor, ela busca um novo sentido para a sua vida, como forma de superar o passado.

¹⁶⁶ “Banhado” é uma favela, localizada na região central do município onde existe um ponto de venda e drogas.

Flor de Laranjeira, por sua vez, retrata a prostituição, a violência sexual, a submissão e também a convivência com vários tipos de violência ao seu redor:

(...) aí eu não sabia que eu tava grávida, e eu tava grávida de dois meses, eu era menina de programa já. Eu trabalhava com um casal que chamou eu para trabalhar como babá de criança, eu cheguei lá não era nada disso. Os dois estavam me olhando pela fechadura do banheiro. (...) As próprias meninas do programa matou ele. Aí eles deram um recado para mim que foi matado, aí você pode trabalhar de boa moça. Eu falei: 'eu saí dessa vida já, foi a irmã do convento de freiras que me tirou dessa vida'...

Genciana também traz em seu relato uma experiência de violência vivida ruas. Atualmente, ela está com 36 anos e vive no abrigo. Seu processo de realização durou dezenove anos. Em seus contatos com a assistência social, Genciana sempre trazia à tona a mágoa em relação à sua mãe, alegando que a mesma não a protegeu e defendeu quando vivenciou momentos ruins. A entrevistada apresenta em sua história traços de conflitos familiares severos que, muitas vezes, acabavam em agressão física e ameaça de morte.

Durante a entrevista para o presente estudo, Genciana relatou que começou a usar crack aos dez anos por influência do pai e, aos treze, engravidou. Sua mãe não a aceitou grávida em casa e, por isso, ela optou por entregar a guarda do bebê à sua irmã, passando, desde então, a viver nas ruas de São José dos Campos. A entrevistada pormenoriza em seu relato a forma que entregou sua filha para a irmã, expressando conscientemente aquela necessidade naquele momento, frente à sua realidade de rua. Na entrevista, é revelado seu sentimento maternal.

(...) aí eu peguei e liguei pra ela, ela veio e me pegou, me levou pra casa dela, aí falei assim ó, aí ela perguntou: 'você vai deixar, você vai passar a guarda definitiva dela pra mim', aí eu falei: 'eu vou, porque eu não vou ter condições de criar uma criança na rua'...

Para manter-se no vício, Genciana começou a se prostituir com dezoito anos de idade e hoje tem dezessete filhos, alguns deles morando com os pais e outros entregues para a adoção. Na oportunidade da coleta do depoimento, foi possível constatar a dificuldade de Genciana em encadear as ideias e retomar as lembranças de seu passado, condição provavelmente desencadeada pelo uso do crack, o qual perdurou por mais de vinte anos. No dia de seu relato, Genciana afirmou estar trinta semanas sem consumir a droga e, embora já tenha tido recaídas no passado, pretende vencer o vício e conseguir um trabalho.

Genciana tem contato com dois irmãos, com a sua mãe (esporádico) e com alguns filhos, porém reforça o fato que não consegue viver em família, por não

aceitar ordens. Ela frequentou a escola apenas até a segunda série do ensino fundamental e teve algumas experiências de trabalho como doméstica e em uma fábrica. Em seu depoimento, Genciana destaca que passava várias noites nas ruas sem dormir, usando o crack. Em uma ocasião, quando adormeceu ao lado de outro morador de rua, correu risco de ser incendiada:

(...) muita coisa ruim (...) eu cabei de deitar, que eu me cobri, me deita um cara do lado assim, passou um cara de moto e jogou a gasolina e lascou fogo. (...) O guarda do posto virou e falou assim: 'você nasceu de novo (...) o cara passou e jogou gasolina no homem ali e você não viu'.

A vida na rua modifica o padrão da criança, transformando-a num ser rebelde e indisciplinado, cuja reintegração social exige apoio e trabalho especializado e qualificado. As consequências sociais das ruas envolvem experiências com as drogas, com o crime, com a prostituição, dentre outros problemas. São muitas sequelas na vida dos indivíduos, como foi mencionado no capítulo I deste estudo.

Outra participante desta pesquisa, Flor de Laranjeira, que assim como Genciana, também se prostituiu, relata a prostituição como um aspecto negativo da vida nas ruas:

(...) comecei com quatorze anos (...) para comer, para se alimentar... (...) Eu era muito humilhada, eu era muito xingada. Às vezes eu ganhava dinheiro, às vezes eu fazia de graça, às vezes eu ganhava e às vezes não.

Nos depoimentos de Flor de Laranjeira, também percebemos uma perturbação no seu raciocínio e na sua lógica, provavelmente derivados da combinação do efeito das drogas e dos conflitos familiares sofridos. A essa conturbação incrementada, podemos relacionar o conflito maternal: uma adolescente que foi expulsa de casa por estar grávida e que passa a vivenciar a realização, onde tudo fica amplificado. Entretanto, mesmo nessa conturbação, percebe-se o medo dela em perder o filho à sua revelia. Flor de Laranjeira tenta fugir da casa de recuperação, onde residia com o filho. Vai para a casa da melhor amiga, que chama a guarda municipal. Foi então que ela percebeu o risco para a criança, e a leva de volta à casa de recuperação, com consciência de que não poderia oferecer a ele a proteção necessária. Nos dois depoimentos a seguir, podemos sentir sua agonia diante dos fatos ocorridos:

(...) aí eu fui embora, catei o meu filho de dentro do berço larguei tudo (...), passei na casa de uma amiga minha em Santana, achando que ela era melhor amiga minha, ela chamou a guarda municipal para mim. A guarda municipal falou: 'é melhor você voltar para onde você estava, porque se não você vai ser presa e você vai perder essa criança'. Aí pela situação, aí eu voltei, aí eu acabei deixando meu filho lá na casa de recuperação com dez

meses de idade, não é que eu abandonei, eu larguei ele lá porque eu não tinha outra solução, eu ia para a rua com ele, eles não deixaram, eles seguraram ele.

Quando retornou para buscar a criança, Flor de Laranjeira ficou sabendo que seu filho havia sido encaminhado à adoção:

(...) aí eu voltei para pegar já tinha adotado ele sem a minha permissão, adotaram, aí o juiz perguntou se eu ganhei dinheiro para ter dado os meus filhos. Eu falei: 'não, jamais que eu ia fazer isso'. (...) Eu fui embora para São Paulo eu descobri que eu estava grávida (...), o medo dos outros tomar a minha filha (...), aí eu cheguei em São José eu já estava de quase oito meses já, aí eu conheci uma senhora (...) a minha filha nasceu lá (...). O casal cria minha filha até hoje, hoje a minha filha tem treze anos (...). Aí hoje essa moça ela é a melhor amiga minha, porque eu falei para ela, enquanto Deus der pra mim vida eu vou viver para ajudar ela dependendo do que eu tiver na rua ou em qualquer lugar.

Ao analisarmos os relatos apresentados, compactuamos com a ideia de Arretche (2015 apud FERRARI, 2015)¹⁶⁷, quando expressa que a “desigualdade é um fenômeno multidimensional”. Observamos que um complicador na situação apresentada por Flor de Laranjeira, por exemplo, é a própria complexidade dos fatos que se sucedem em sua trajetória de vida. E isso não se limita à sua história. Outros sujeitos entrevistados nesse estudo também resgatam situações de vulnerabilidades variadas, as quais, juntas, acabam por fortalecer sua condição de marginalidade. São tantas violências, agressões, abandonos e perigos sofridos dentro e fora de casa que tais indivíduos ingressam em um ciclo de instabilidades.

A própria entrevistada Flor de Laranjeira apresenta uma condição de extrema fragilidade, pois era uma adolescente que havia sofrido diversas violências domésticas, fora expulsa de casa grávida e estava numa condição de rua com um filho recém-nascido para cuidar, sem estrutura nenhuma para desempenhar essa tarefa. Ao mesmo tempo, ela tinha o instinto maternal que fazia com que quisesse sua prole junto dela. O caso explicita uma situação complexa, que aumenta a dificuldade de sobrevivência, pois é protagonizada por uma adolescente sem um lar e sem uma base familiar, tendo que tomar decisões críticas para garantir os cuidados dela e do bebê, dividindo-se entre as opções de deixar o filho com pessoas conhecidas, com desconhecidos ou em uma unidade de acolhimento.

No que tange aos direitos à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência

¹⁶⁷ Comentário expresso em artigo publicado na Revista Pesquisa FAPESP. Marta Arretche é professora de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

comunitária, assegurados pelo ordenamento jurídico atual a todas as crianças brasileiras, no caso exemplificado de uma mãe e seu bebê recém-nascido, constatamos que muitas mulheres e crianças continuam à margem da rede de proteção, quer na esfera dos direitos humanos, quer na esfera social e trabalhista. Costuma-se indicar essa condição como situação de risco, conforme já descrito anteriormente neste capítulo.

Em alguns casos, a vivência na rua e o uso da droga traziam a sensação de poder e de ânimo para enfrentar tudo e todos, inclusive para se fortalecerem. Os sujeitos buscavam alternativas em meios que lhes dessem a condição de sobreviverem e/ou conviverem com um quadro de uma violência marcante.

Vale destacar também que a dependência química e o consumo de drogas ou o alcoolismo constituem problemas de saúde pública que afetam toda a sociedade, independente da classe social, e demandam serviços de atenção, uma vez que trazem intercorrências em diversos âmbitos da vida social: trabalho, família, relações afetivas e comunitárias, dentre outras.

As estratégias para a sobrevivência nas ruas são ressaltadas como alternativas para evitarem as ocorrências de violências, assim como para proteção ao frio e à chuva e, ainda, para garantirem o alimento. Além disso, cidades de grande porte possuem uma rede de apoio informal, composta por grupos (geralmente ligados a algum segmento religioso) que desenvolvem trabalhos voluntários de levar alimentos e recursos materiais aos moradores de rua. As pessoas que estão nas ruas conhecem essa rotina e dinâmica. Conforme afirma Gerânio, “(...) *you already know the schedule that is the food in a corner, you already know the hour that you have to go to another...*”.

Assim, eles estabelecem estratégias para estarem próximos a estes locais e, através dessa rotina, acabam estabelecendo vínculos com algumas pessoas, o que, em muitos casos, exerce alguma ação de transformação e ajuda ao sujeito. Em São José dos Campos, essa rede é bem diversificada.

Flor de Laranjeira, quando destaca suas estratégias para sobrevivência nas ruas, realça a necessidade de estabelecer contatos com as pessoas, no sentido de garantir seu espaço na rua e evitar problemas de violência. Ela também fala da rede informal de apoio:

Eu sei fazer boas amizades em primeiro lugar, mas ver um bom canal para dormir, um bom local que ninguém te chuta que nem um cachorro, que não joga nada, quando você vai deitar em um lugar que não joga nada para

you não deitar. Tudo isso você tem que estar vendo direitinho, para você não dormir em qualquer lugar, para as pessoas não ficarem jogando água em você, de cima da janela.

A concentração de moradores de rua em regiões centrais das grandes cidades está atrelada às condições de melhor proteção a eles. Estar nesses locais com melhor iluminação, com policiamento ao redor e com um fluxo de pessoas transitando, favorece a proteção desses sujeitos contra as violências da sociedade.

Nas ruas, os usuários se agrupam por afinidades, identidades, e há um processo de solidariedade e ajuda mútua. São muitas histórias atravessadas por realidades adversas. Coletivamente, eles formam um todo que se caracteriza dentro de um perfil psicológico, cultural, social e econômico definido, mas apresentam suas particularidades, enquanto “população em situação de rua”, por estarem vivendo nas ruas e/ou acessando um abrigo, sem uma moradia convencional. Do ponto de vista da subjetividade, são diferentes, com origens e históricos de vida particulares. A realidade nesse espaço é um complexo heterogêneo de situações com diferentes significados e valores.

Em relação à situação escolar, percebemos, neste estudo, que não há uma preocupação forte dos entrevistados com a questão. A todos eles foi questionado sobre acesso ao ensino, e apenas Anêmona não cita a escola. Em um de seus depoimentos, ela faz referência ao fato de ser analfabeta, diante de uma situação ocorrida. Todos os demais entrevistados falaram do acesso à escola quando declaram a escolaridade. Eles afirmam ter estudado, pelo menos, até o ensino fundamental, quando se dá o início do processo de rualização. Observamos, em princípio, que a ida às ruas não inviabiliza o acesso à escola, pois a maioria dos sujeitos desta pesquisa diz que o abandono da mesma ocorreu paulatinamente, sem a ruptura total com a família.

Nosso trabalho de campo confirma qualitativamente dados de pesquisas anteriores (FORSTER et al., 1992; KOLLER, 1994; VASCONCELOS, 1996)¹⁶⁸, as quais mostram que a maioria das crianças e adolescentes que experimentam o processo de rualização frequentou a escola, ao menos na infância. Entretanto,

¹⁶⁸ FORSTER, L. M. K. et al. Meninos de rua: relação entre abuso de drogas e atividades ilícitas. **Revista da ABP-APAL**, São Paulo, v.14, p. 115-120, 1992; KOLLER, S. H.. **Julgamento moral pró-social de meninos e meninas de rua**. 1994. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994; VASCONCELOS, M. M. P. **Família, trabalho e drogas**: Estudo exploratório da representação dos meninos de rua na cidade de João Pessoa sobre as suas condições de vida. 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1996. No prelo.

nosso estudo não buscou investigar especificamente a escolaridade dos jovens moradores de rua, por isso não é possível estarmos seguros sobre a realidade escolar dos entrevistados.

Para apresentar essa conclusão, trazemos alguns relatos dos sujeitos, como o de Genciana: “*Eu só estudei até a segunda série só, eu não terminei*”. Cravo Roxo argumenta que abandonou a escola por não achar sentido em continuar estudando após ir para as ruas:

E também qual que era o sentido de eu continuar estudando sendo que eu não tenho casa, eu não tenho dinheiro, eu não tenho emprego, eu não tenho nada... Eu vou ficar indo pra escola pra quê?

O entrevistado Gerânio se refere a momentos vividos na escola. Durante o seu depoimento, ele ressalta que a identificação das agressões que sofria aconteceu na escola, quando os professores notaram marcas em seu corpo. Foi então que denunciaram ao Conselho Tutelar, e a mãe, por medo de ser violentada pelo pai (agressor), fugiu de casa, abandonando o filho.

No que concerne à classificação de classe social, todos os entrevistados nesta pesquisa nos relatam que viver nas ruas não está necessariamente ligado à classe de baixo nível social, indicando que, em seus cotidianos na rua, e convivem com pessoas pertencentes a diversos grupos socioeconômicos, incluindo sujeitos com formação superior. Em suas observações, referem que encontram nas ruas, pobres, ricos, professores e outros. Conforme relata Anêmona:

A partir do momento que você... Se torna um usuário de droga... (...) classe social não... Ele é qualquer um... Filho de doutor, filho de delegado, magnata:::, empresário... Até o próprio empresário tá na rua (...).

Também Flor de Laranjeira tece seus comentários em relação a essa questão:

Tem pessoas que é rica, que mora na rua (...) que tem uma profissão muito alta, uma profissão que sabe lidar, mas só que essas pessoas, eu acho assim, que elas não gostam de ir para um abrigo. (...) Na rua tem pobre, tem rico.

Por outro lado, há dados de censos, apresentados no capítulo I desta pesquisa, que trazem evidências sobre a condição socioeconômica das famílias dessas crianças e adolescentes e dos adultos que estão em situação de rua; famílias que, em sua maioria, apresentam dificuldades financeiras, casos de desemprego e requisitam aos filhos, ainda crianças ou adolescentes, a buscarem um emprego informal nas ruas que garanta a complementação da renda em casa.

Esse último cenário é comprovado pelo “Censo de Crianças e Adolescentes em situação de Rua na Cidade de São Paulo”, realizado pela FIPE e SMADS, e apresentado em 2007. De acordo com a pesquisa, cerca de 40% das crianças e adolescentes em situação de rua na capital destinam parte do dinheiro que ganham nas ruas para a sua família e parte para uso próprio, e 10% deles entregam todo o rendimento para a família. Além disso, dos que passam o dia nas ruas, mas voltam para suas casas à noite, 78% entrega para a família parte do dinheiro conseguido nas ruas.

Já a pesquisa “Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre”, apresentada em 2004, enaltece a situação econômica precária de algumas famílias como um dos possíveis motivos que levam uma criança ou adolescente às ruas. No relatório, é citado o argumento de Fonseca (1995 apud GEHLEN, 2004, p.17)¹⁶⁹, a qual diz que “a privação econômica é obviamente um fator-chave. Todavia, sem um exame cuidadoso dos fatores sociais e culturais através dos quais ela é mediada, a miséria nada pode explicar”.

Quando questionado se a situação econômica precária motiva a ida para as ruas, Gerânio tece opiniões marcantes, destacando outros fatores, como a influência das drogas e a sensação de liberdade.

Está vinculado ao uso da droga (...). A pessoa em si ela procura nessa, nesse bom fictício, nessa ilusão de que é bom, a liberdade (...). A liberdade, de não ter compromisso, de não assumir compromisso. Porque o usuário, ele (...) não tem cabimento o cara assumir compromisso de nada, porque se ele pega uma noite para usar, amanhã ele não vai trabalhar, então ele estando na rua ele não tem essa preocupação, esse é o bom fictício, é uma ilusão...

Anêmona complementa a opinião de Gerânio, enaltecendo a questão da droga como um dos principais fatores que levam as pessoas para as ruas. Segundo ela, muitos indivíduos que possuem uma boa condição financeira acabam perdendo tudo devido ao vício e terminam nas ruas.

Até o próprio empresário tá na rua, cara... O próprio empresário, se ele começar... Ele acha que o dele nunca acaba... (...) A droga consome tudo, porque a partir do momento em que você toma a primeira dose e GOSTA... (...) Você não precisa de mais nada, você vai querer o uso da droga, então quando você tem dinheiro, você num liga pro dinheiro (...), você só liga só em... Em GASTAR, GASTAR, GASTAR... Então, quando você vê, você já gastou até o seu último, aí você se vê numa situação que é a rua... Que a única forma é a RUA...

¹⁶⁹ FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

Genciana apresenta uma vivência de rua desde a infância também, conforme consta nos dados oficiais do município através do SIAS¹⁷⁰ e de contatos com profissionais da rede socioassistencial feitos pela pesquisadora. Na entrevista realizada para esta pesquisa, ela apresenta relatos confusos em relação ao tempo histórico e idade, justificados pelo grau de comprometimento que se encontra na idade atual, devido ao fato de fazer uso de drogas desde a infância. Assim podemos verificar:

Entrevistador: Mas com quantos anos isso Genciana?

Genciana: O crack eu comecei usar com dez anos de idade.

Entrevistador: Você começou a usar crack com dez anos de idade, dentro de casa? Seus pais tinham histórico de usar drogas?

Genciana: Ele foi um deles que me ensinou a fumar crack.

Entrevistador: O seu pai ou padrasto?

Genciana: Meu pai legítimo.

Entrevistador: Ah, o pai legítimo. Ah tá.

Genciana: Foi um desses que me ensinou a fumar o crack.

Entrevistador: A usar o crack, com dez anos.

Genciana: Com dez anos.

Entrevistador complementar: Quantos anos você está hoje (...)?

Genciana: Com três, seis.

Entrevistador: Trinta e seis.

Em matéria publicada na versão online da Revista Superinteressante, o médico húngaro-canadense Gabor Maté, especialista em dependência química e um dos palestrantes do Congresso Internacional Sobre Drogas, ocorrido em Brasília, no ano de 2013, revela que as pessoas que se afundam nas drogas são as mais frágeis. Em sua experiência, o médico relata que, em 20 anos trabalhando com usuários na cidade de Vancouver, ele nunca conheceu um dependente que não tivesse sofrido alguma forma de abuso na infância, seja violência sexual ou algum trauma emocional grave. (BURGIERMAN, 2013). Na sua concepção, uma pessoa que sofre abuso na infância é acometida por um grande “vazio na alma”.

Um parâmetro importante para análise diz respeito ao tempo em que as pessoas vivem o processo de realização. Esse tempo acaba determinando as chances de um indivíduo sair das ruas para o retorno ao convívio social ou para viver em uma moradia tradicional. Quanto maior o tempo de rua, as probabilidades deste retorno diminuem. As pessoas acabam se adaptando ao ambiente da rua, e não acostumam mais a conviver com regras.

¹⁷⁰ O SIAS (Sistema de Informação da Assistência Social) coleta informações e permite o acompanhamento técnico das famílias atendidas pelos programas e projetos desenvolvidos pela rede de proteção social do município.

Observamos, portanto, que, ao mencionarem sobre o cotidiano da rua, a convivência nesse espaço, as experiências marcantes positivas e negativas e suas formas de sobrevivência, os entrevistados trouxeram respostas diversas, porém, que realçam um lado de complexidade múltipla desse problema, visto que abandonam o lar para fugirem de condições vulneráveis e encontram nas ruas diversos perigos e desafios que os recolocam em situação de instabilidade, especialmente quando se veem dependentes do consumo da droga.

Todos os sujeitos entrevistados apresentaram o contato com a droga precocemente, sendo alguns deles na infância e outros na adolescência. A relação com as drogas na vida de Genciana, por exemplo, começou ainda na infância, estimulada pelo pai e foi se agravando. Ela se tornou dependente ainda na adolescência, aos treze anos de idade, como consta em seu relato:

(...) ele foi um deles que me ensinou a fumar crack. (...) meu pai legítimo. (...) com dez anos (...). O crack eu comecei usar com dez anos de idade. (...) Com treze anos e sabendo, já tava com um projeto, olha pra você ver, com um projeto na cabeça de sair do hospital e cheguei a usar crack dentro do hospital, você já se viu uma coisa dessa?

Flor de Laranjeira retrata o ingresso no mundo das drogas aos treze anos:

Mas aí eu fugi de casa, eu não quis ficar mais lá (...). Fiquei morando na rua desde esse dia, aí conheci um menino, (...) aí deu documento falso, aí eu comecei a usar droga na rua mesmo, com treze anos.

Gerânio narra sobre o uso das drogas, o contexto em que vivia quando tudo começou:

(...) eu fumava só cigarro desde pequenininho eu tomava uma cachacinha, o meu pai pedia: 'pega lá pro pai e tal', então eu já tomava um pouquinho porque eu sabia que à noite ia ter coro, então para dormir com o lombo... Entendeu? Então foi assim comecei a fumar cigarro então com oito anos, quando fui lá para faixa dos onze para doze anos, foi quando eu comecei a fumar maconha (...), era de praxe no bairro, mais da metade dos caras que fumava maconha...

Vivia pra rua, com droga, envolvido (...) com doze anos memo... (...) maconha... (...) depois passei pra cocaína. (...) Não usei o crack, graças a Deus.

Além do uso da droga como uma fuga para a dura realidade nas ruas, esses indivíduos também relatam uma série de estratégias que utilizavam para sobreviver naquele ambiente, tais como permanecer em locais iluminados, nas regiões centrais onde circula mais pessoas, onde há câmeras ou pontos com coberturas. Enfim, eles criam determinados subterfúgios visando, especialmente, a sua proteção. Assim, a vivência passa a assumir um aspecto de "sobrevivência". (VARANDA, 2009).

Os sujeitos que vivem na rua procuram manter relações, mas sempre com desconfiança, pois o medo de sofrerem violência os fazem tentar uma vida mais independente, prevalecendo a ideia do “cada um por si”, como é o caso dos entrevistados Cravo Roxo e Anêmona:

Pra mim não porque eu (...) não ando em grupos, eu ando sozinho. (...) Porque nesses grupos tudo dá errado... (...) Um mendigo andando sozinho é um mendigo andando sozinho, agora cinco, dez, já tá aprontando alguma coisa, né não? (...) ou tá distribuindo comida ou alguma coisa tem naquele lugar né...

Você não pode confiar em ninguém, nem em si próprio. (...) Proteção divina sempre me acompanhou...

Por outro lado, há casos daqueles que vivem em grupos exatamente para se protegerem e terem acesso, por exemplo, à comida, roupas, “bicos”, etc.

Gerânio: Aí você vai morar na rua, você vai encontrar com pessoas que é morador de rua, e no automático, no dia a dia você vai ganhar um envolvimento, um olhar um carro aqui, um faz um artesanato ali, um olha uma plantinha, o outro chuta um gato, o outro faz um cinco - cinco. (...) Você está precisando (...) e eu venho e te ajudo, sem que você me peça (...).

Entrevistador: Então, é fácil criar vínculo entre os moradores de rua, o vínculo entre vocês é fácil? (...)

Gerânio: Então, isso vem do instinto também, vem da necessidade da sobrevivência, tem que se comunicar. (...) O respeito ele vem do que você impõe (...). Se você é uma pessoa que respeita vão te respeitar, se não te respeitar você vai cobrar o respeito. Agora tem pessoas que não se respeita.

Como estratégia de sobrevivência nas ruas, Cravo Amarelo, outro sujeito de nossa pesquisa, afirma que fazia trabalhos informais, dando informações para as pessoas, ficando sempre atento aos locais onde grupos ou pessoas doavam comida, roupas e outros itens, bem como aos horários em que podia acessar os equipamentos públicos para um banho e uma alimentação. Ele ressalta ainda que não utilizava a prática da mendicância, como em sua fala: “*eu não peço. Eu não sei pedir dinheiro pros outros...*” Além disso, Cravo Amarelo ressalta uma estratégia importante de estar sempre acompanhado de pessoas conhecidas e de respeitar o espaço e os pertences do outro:

(...) não ficar andando com qualquer um... Só eu ir nos lugar com gente conhecida... Assim que eu vou me mantendo na rua... Não mexer em nada que é de ninguém, só no que é meu mesmo.

Eles também optam por estratégias específicas, como relata Flor de Laranjeira:

(...) na rua, na minha vivência, que eu vivi, eu conheci muitas pessoas boas, e muitas pessoas ruim, porque não é todos que é o amigo da gente na rua.

Que o melhor amigo da gente é o cachorro. (...) Eu sei fazer boas amizades em primeiro lugar, mas ver um bom canal para dormir...

Genciana, por sua vez, relata que batia de porta em porta e pedia às pessoas itens para a sua sobrevivência. Em sua fala, notamos a questão da discriminação usualmente sofrida por esse grupo de indivíduos, rotulados por alguns como inconvenientes, ociosos que não querem trabalhar, dentre outras concepções:

(...) ah eu batia nas casas né (...). Eu pedia coberta, pedia, pedia alimento, pedia tudo (...). Ah numa parte eu achava muito difícil, que tinha gente que dava, tinha dia que, tinha gente que já não dava né, falava que não tinha...

Observamos, assim, que a própria sobrevivência desses indivíduos está atrelada à sociedade e suas deficiências, como o abandono do Estado, às negligências da família e à discriminação dos cidadãos. Muitas vezes, para que possam garantir suas condições de vida, esses sujeitos acabam percorrendo os caminhos da ilegalidade, como o da droga e do crime.

3.3.6 O espaço da proteção primária: a família

A família é entendida como o núcleo primário de proteção, afeto e socialização para a criança e o adolescente, conforme abordado no capítulo II deste estudo. Enquanto instituição social, ela é fundamental na construção de identidade social de cada indivíduo¹⁷¹. Contudo, para os sujeitos desta pesquisa, ela não é reconhecida e mencionada como espaço de proteção.

Desde os estudos de Freud, a família tem sido considerada a base para a formação e o desenvolvimento da criança. Os psicanalistas defendem que os primeiros anos da vida da criança são primordiais para o seu desenvolvimento emocional, o qual influencia na fase adulta, quando deve ser capaz de resolver problemas e conflitos e de lidar com situações inesperadas. Entretanto, fatores como a economia e política da sociedade interferem e muito nas relações familiares encontradas atualmente (FREUD, 1974).

Conforme já descrito, as condições e situações que auxiliaram o processo de realização dos sujeitos deste estudo são questões de natureza familiar, como o abandono, a violência, a negligência e o risco. Essas questões foram cruciais na iniciativa de irem para as ruas.

¹⁷¹ SERAPIONI, M. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 243-253, 2005.

Assim podemos ver em alguns depoimentos. Quando estava nas ruas, Flor de Laranjeira às vezes ia à casa de sua família tomar banho e dormir, mas, atualmente, está proibida de ir à casa do pai por determinação da irmã.

De vez em quando, eu ficava para rua, eu ia tomar banho lá, ou ia almoçar, minha madrasta me dava almoço, meu pai mandava eu tomar banho, porque meu pai falava para mim que eu não ficava infernizando lá (...). 'Você toma um banho e almoça e se você quiser dormir você dorme arruma um colchão aí e dorme'. Aí eu dormia e no outro dia eu ia embora.

Já Genciana menciona o apoio da irmã, após ter sido expulsa de casa devido à gravidez, quando foi ganhar o primeiro filho aos treze anos de idade. Depois de ter passado a guarda do filho para a irmã, sua mãe a aceitou de volta, mas ela teve problemas com seu padrasto. Atualmente, Genciana tem contato com a família e eles a orientam quanto à vida nas ruas. Porém, como passou parte de sua vida fora de casa, ela não se acostuma mais ao tipo de vida, considerado normal para todos. Ela cita, em vários momentos, que não consegue conviver em família, aceitar regras do lar ou ter que cumprir obrigações pré-definidas.

Cravo Amarelo, por sua vez, menciona a família com amargura, pois não sabe quem é o pai, foi rejeitado pela mãe e, mesmo quando esteve preso ou no albergue, nunca recebeu visitas:

Nunca... Até mesmo sabendo que eu tô no albergue eles num vai me ver... (...) Eu nem falo com eles direito... Já vi meu irmão, meu irmão finge que nem me conhece... (...) Cada vez que eu vou lá e eles fecha o portão... É mais uma dose de droga que eu uso...

Gerânio traduz em seus relatos a falta de apoio da sua família, o que levou à ruptura de vínculos com os entes e favoreceu sua ida para as ruas, além da já mencionada violência doméstica. Quando a mãe os abandonou com o pai, o pai ligou para o avô de Gerânio e pediu que ele criasse as crianças:

O meu pai me levou embora, o meu pai não seguiu o baque de criar de cuidar de quatro, aí ele ligou para o meu vô, aí meu avô buscou nós. Aí foi onde nós fomos morar aqui em São José... Chegando em São José eu notei que o comportamento da minha mãe mudou (...). O comportamento dela era na casca do ovo, aonde a minha asa cresceu mais ainda.

Gerânio revela ainda que, em uma época posterior, quando já era jovem e voltou para as ruas (após a segunda passagem pela cadeia), chegou a frequentar sua casa esporadicamente:

(...) eu tinha vergonha de voltar (...) aí foi onde eu me escondia lá para o meio da favela e ficava e não voltava (...). Aí chegava uma hora que o corpo não aguentava e tinha que ir descansar, tinha que ir dormir, aí voltava para casa. Essa batalha, o pessoal não entendia e falava 'o que está acontecendo com você cara?'

Todos os entrevistados apresentam o rompimento do vínculo familiar na infância e adolescência, sendo que quatro deles revelam manter um contato com membros da família ainda na fase adulta. Eles reforçam o conceito de rualização, com o qual trabalhamos no capítulo I deste estudo.

Dos sete entrevistados, todos afirmam ter iniciado o processo de ida para as ruas paulatinamente, sendo que a entrevistada Anêmona passou por diversas moradias até iniciar a rualização. Sua experiência após a morte da mãe foi de violências e agressões contínuas, de abandono e rejeição.

Fui morar com tio... NUM DEU CERTO... Fui morar com prima:::... NUM DEU CERTO... (...). Fui morar com a minha vó... Minha vó chegou, falou pra mim que odiava, eu era a única neta que ela odiava, né... E:::... Eu fui pra minha irmã. Fui morar com a minha irmã, chegou lá, com dez anos de idade... Meu cunhado abusando de mim, tentava abusar de mim...

Dos sete entrevistados, dois tiveram o vínculo familiar rompido na infância e não o reataram mais, como relata a entrevistada Anêmona:

(...) perdi todo o contato com eles... Perdi todo o contato com eles, eu... Até gostaria de ter... Ter contato, tudinho, mas... Perdi todos... Eles nem sabem se eu tô viva, se eu tô morta...

Cinco deles iniciaram os problemas na infância, porém o rompimento aconteceu na adolescência. E, após o início da rualização, somente três relataram ter contatos eventuais ou esporádicos com a família. O restante sabe onde encontrar algum membro da família, mas afirma não ter interesse na aproximação. Dentre os que ainda mantêm algum vínculo está Gerânio, conforme declara em seu relato:

Sempre que possível eu vou lá, eu ligo, porque eu vou falar para você, nessa altura do campeonato aperta, aperta, a realidade vai caindo em si, você colocando os pingos no is, o tempo vai passando, estão crescendo, todo mundo fazendo o seu pé de meia e até quando você vai ficar nesse mundo...

Um dos sujeitos entrevistados mantém vínculo familiar enfraquecido pela distância que se encontra de seus pais, pois os mesmos vivem no interior do Estado do Pará. Outro indivíduo, devido à morte dos pais, romperá os vínculos com os familiares, mas, eventualmente, o avô paterno o procura na Casa Abrigo. Encontramos apenas um sujeito que mantinha contatos regulares com sua mãe e irmãs, as quais visitava periodicamente nos finais de semana, conforme informou Genciana e Flor de Laranjeira.

A entrevistada Genciana sabe onde é a residência da mãe, mas não frequenta a casa, conforme relata:

(...) eu só não vou em casa (...), vou ser sincera com você, eu quase matei minha tia. (...) Que se eu for lá, eu vou acabar fazendo 'cagada' (...) Eu vejo minha mãe de vez em quando, ela passa lá perto de casa...

Alguns entrevistados afirmam ter vontade de voltar ao convívio com a família, como Cravo Amarelo, por exemplo:

Eu vou falar para você, tipo que poderia ser melhor. Eu entendo o lado dela, tipo, de ela ser assim meio fechada, ela tipo, não sei cara, eu acho que depois, quando eu tiver assim já, vencido na vida, tranquilo com a minha casa, como ela fala, criar juízo, eu acho que vai melhorar...

É importante destacar que a ruptura ou fragilidade dos vínculos familiares é um fator presente na opção de ir para as ruas, como também para permanecerem nela, apesar de alguns deles manterem contato com suas famílias, mesmo que esporadicamente. O retorno ao convívio familiar acaba sendo inibido por vergonha, insegurança, uso das drogas, lembranças tristes ou pela própria aparência. Pessoas que vivem o processo de rualização tendem a enfrentar a vida cotidiana nas ruas sem idealizar o convívio com a família, pois muitos deles não puderam contar com uma rede familiar confiável, e muitos outros não tiveram experiências agradáveis.

3.3.7 Redes de Apoio: a assistência formal e informal recebida nas ruas

*Um conjunto de nós interconectados.
Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta.*¹⁷²

Para as reflexões, partimos, no presente estudo, da concepção de rede defendida por Carvalho (2005, p.44):

Rede se caracteriza como convergente e movente; interconecta serviços, organizações governamentais e não governamentais, comunidades locais, regionais, nacionais e mundiais; mobiliza parcerias e ações multissetoriais; constrói participação; mobiliza vontade e implementa pactos de complementaridade entre os atores sociais, organizações, projetos e serviços. Instaure um novo valor: o da cooperação.

Seguindo a concepção linha da autora¹⁷³, são reconhecidos como sujeitos da ação pública (que faz parte da rede social) os atores: o Estado (o garantidor dos serviços de direito dos cidadãos), a sociedade civil e iniciativa privada (corresponsáveis pelo bem comum), as comunidades e os beneficiários das políticas públicas (os cidadãos, numa perspectiva relação consciente entre direitos e deveres).

¹⁷² CASTELLS, Manoel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹⁷³ Extraído de Curso de Gestão Social, São Paulo: Programa Capacitação Solidária, 2003.

Na análise das entrevistas, identificamos que a rede de apoio utilizada pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias compreende vários atores sociais públicos¹⁷⁴ e dentre os mencionados estão o Abrigo Pop, o Centro Pop II e a Abordagem Social, o Conselho Tutelar, o Abrigo para crianças e adolescentes, a Clínica de Reabilitação, e o SAMA. Também é citada a rede do submundo social: criminalidade e do tráfico. Ainda foram destacados pessoas da comunidade, membros de igrejas, profissionais da Assistência Social, algumas pessoas de espírito filantrópico, determinados prestadores de serviços da cidade, como funcionários da rodoviária, e grupos (voluntários). Embora alguns tenham apontado certos membros da família extensa¹⁷⁵ e amigos como apoio social, eles afirmam que, geralmente, não lançam mão desse possível suporte. Dessa forma, os sujeitos apresentaram serviços socioassistenciais¹⁷⁶ que compõem a rede de proteção socioassistencial¹⁷⁷ e uma rede de apoio informal, considerada como importante fator de proteção a eles.

A incursão nos dispositivos legais ECA, PNAS e PNPSR, considerando a CF de 1988 como marco referencial, permite contextualizar, brevemente, a proposta para o enfrentamento dessa problemática dentro do universo das políticas sociais, suas dificuldades, e a exigência de uma ação embasada na intersetorialidade das políticas públicas.

O SUAS busca superar a fragmentação presente na abordagem por segmentos (crianças, idosos, a população em situação de rua, etc..), e trabalha com cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos, tais como:

(...) famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades

¹⁷⁴ Os atores públicos, na visão de Carvalho (2006, p. 44), “correspondem ao Estado, à sociedade civil e à iniciativa privada, bem como às comunidades e aos beneficiários das políticas públicas”.

¹⁷⁵ De acordo com o ECA, art. 25, parágrafo único: “(...) b) família extensa: aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (BRASIL, 1990).

¹⁷⁶ Conforme definido no Glossário da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo, os serviços socioassistenciais “são atividades continuadas que visam à melhoria da qualidade de vida da população, cujas ações possuem caráter preventivo e/ou emancipatório, nos casos de serviços de atenção básica, e caráter protetivo, nos casos de violação de direitos, cujos serviços são de atenção especial” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

¹⁷⁷ De acordo com o Glossário da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo, a proteção socioassistencial envolve um “conjunto integrado de ações dos atores sociais, da iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas essas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial, e ainda por níveis de complexidade” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substância psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou social (BRASIL, 2004, p.27).

Nessa perspectiva, espera-se que as redes de apoio, especialmente a rede de apoio formal, não se limitem apenas às situações de direitos violados, mas que se antecipem na perspectiva da proteção e da prevenção, buscando estabelecer a intercomunicação com todos os serviços, das diversas áreas, e convocando todos para efetivarem as ações de forma a alçar o protagonismo do indivíduo.

Rodrigues (2004, p. 1-2) nos chama a atenção para os profissionais do campo das humanidades:

As exigências e indagações que se colocam aos profissionais do campo das humanidades atravessam as fronteiras disciplinares de uma área específica de saber, porque requerem uma postura aberta capaz de alcançar um conhecimento mais global, complexo, resultante da íntima relação entre pensamento e emoção, entre informação e contexto. O novo desafio está em reestabelecer os circuitos entre modos desiguais de pensamentos, de conhecimentos, de sentimentos e diferentes práticas sociais.

As estratégias para evitar situações de vulnerabilidade e de violência, e para promover a proteção a crianças, adolescentes, adultos e idosos, devem envolver todos os níveis da sociedade. A responsabilidade deveria ser de todos: sociedade civil, família e governos locais e nacionais. A reintegração desse público à sociedade envolve um trabalho minucioso e multiangular, para tanto, é de suma importância que se conheça o sujeito como um todo, a sua trajetória de vida e os seus anseios futuros.

Sendo assim, ao relacionar as possibilidades de ação e de compromisso social, entendemos que não se trata de uma iniciativa pontual, mas sim de um trabalho árduo, que demanda esperança para reverter os problemas e disposição no enfrentamento de cada situação em particular. E, por se tratar de uma “rede”, fica claro que esta não é uma responsabilidade restrita a um grupo de profissionais ou lideranças; é algo que deve ser assumido e compartilhado por todos nós, que temos um papel importante na luta por um mundo mais humano. Ao nos exirmos disso, tornamo-nos, de certa forma, parte do problema e de sua continuidade.

Para contribuir com uma reflexão mais aprofundada acerca dessa dimensão de “rede de apoio” ora apresentada, selecionamos e trazemos trechos dos

depoimentos dos sujeitos que expressam os lados positivos e negativos desse suporte oferecido/recebido.

De acordo com esse pensamento, a família, a sociedade, os grupos e as pessoas, enquanto sujeitos da ação pública e que fazem parte de uma rede de apoio significativa e cujo papel é fundamental no fortalecimento e na garantia de direitos dos cidadãos, deveriam contribuir com o Estado e a família nas ações e eliminação dos problemas vivenciados pelos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Conforme já mencionado, um dos principais atores da rede formal de apoio a esses indivíduos é o Estado. Ao mesmo cabe garantir o pleno funcionamento dos programas que atendem à população em situação de vulnerabilidade, envolvendo não apenas as ações corretivas da questão, mas também iniciativas que buscam prevenir a ocorrência do problema. Entretanto, para que as instituições de apoio formal possam atuar com êxito, é necessário um trabalho conjunto, detalhado a seguir.

De acordo com a proposta de descentralização instituída no artigo 18 da CF de 1988¹⁷⁸, onde “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988), e com a LOAS¹⁷⁹, que estabelece, em suas diretrizes, que “as ações de Assistência Social passem a ser organizadas em sistema descentralizado e participativo” (BRASIL, 1993), as determinações para os serviços de rede são voltadas para um novo modelo de política.

Com essas novas diretrizes, amplia-se a participação dos sujeitos para a construção de uma política mais eficaz e abrangente. O cenário passa a comportar governos, beneficiários, entidades e instituições de várias esferas em uma posição horizontal, de maneira a definir as ações públicas que serão implementadas no cenário político social.

Instaura-se, a partir daí, a ideia de uma rede funcionando, conforme propõe Carvalho (2003, p. 44)¹⁸⁰, nos seguintes termos:

¹⁷⁸ Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

¹⁷⁹ Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

¹⁸⁰ Texto de apoio de um curso de Capacitação Solidária sobre o SUAS: Conceituação e Perspectivas - Capacitação de Profissionais da Área Social. Texto: A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos (2003).

(...) a noção de rede aqui defendida se caracteriza como convergente e movente; interconecta serviços, organizações governamentais e não governamentais, comunidades locais, regionais, nacionais e mundiais; mobiliza parcerias e ações multissetoriais. Constrói participação, mobiliza vontades e implementa pactos de complementaridade entre atores sociais, organizações, projetos e serviços. Instaura um novo valor: o da cooperação.

O grande desafio passa a ser a definição das responsabilidades, de modo que cada sujeito tenha seu papel definido de forma engajada, responsável e efetiva. Pressupõe-se que, aqueles mais próximos dos mandatários dos serviços, tenham mais conhecimento e acesso à realidade que os cerca e, por isso, devem ser os responsáveis por pensar, criar, promover e buscar soluções. Já os que administram os recursos públicos têm a incumbência de assegurar, de forma correta e competente, a aplicação e o controle dos recursos, de forma a alcançar todas as demandas apresentadas como prioritárias, assegurando, assim, a garantia das políticas públicas.

Trata-se, portanto, de um trabalho de rede, em que se delegam responsabilidades a todos, cada qual em sua devida competência. Todavia, não estamos nos referindo a um exercício aleatório, destituído de organização e direcionamento. Se, por um lado, a nova proposta define atribuições e competências de todos os sujeitos e transfere aos municípios a responsabilidade para propor e assumir funções até então circunscritas aos governos, por outro, a descentralização impõe uma ação articulada entre as esferas de governo e as políticas públicas.

Em seus relatos, o entrevistado Gerânio faz menção aos vários serviços públicos que acessou no município de São José dos Campos. No decorrer da entrevista, quando se refere aos serviços vinculados à SDS (CREAS, Abrigo Pop, Centro Pop II, Clínica), à SMS (Hospital Psiquiátrico Francisca Júlia) e à FEBEM, ele revela alguns aspectos negativos:

Eu vou falar para você, alguns serviços, eu vou ser bem sincero, (...) meio que acomoda, porque não vê necessidade de mudar, você usa, usa, usa, na hora que ele cansar, dá um abrigo para ele descansar, tomar um banho, acordou, vai de novo. No meu ponto de vista, sei lá, relação profissional, sei lá, você procurar ver onde a pessoa que se encaixa, se tem um perfil legal para trabalhar. Porque acomoda, o ser humano se adapta, ser humano gosta de conforto.

Assim como Gerânio, a entrevistada Anêmona expressa indignação e frustração quando revela que, após ter saído da penitenciária, decidiu conscientemente e intencionalmente mudar de cidade e ficar no município de São José dos Campos para recomeçar sua vida, como uma cidadã normal, entretanto,

esbarrou em algumas burocracias dos serviços e, com isso, decidiu ser moradora de rua.

(...) Eu saí da cadeia e num tive oportunidade. (...) É como eu falo... Que a sociedade... Ela discrimina. (...) Quando eu saí da cadeia, fazia um tempo que eu fiquei sem usar droga... (...) Fiquei nessa cidade pra mudar de VIDA... Entendeu? Num quis voltar pra Santos porque lá em Santos eu era muito conhecida por traficante, ladrão e tudo mais... Eu ia me enfiar lá no meio de novo... (...) Mas... Quando eu cheguei aqui, eu fui procurar esse tipo de vida, sabe o que me ofereceram? Me ofereceram uma CESTA BÁSICA e eu tinha que ter dois ano de cidade primeiro pra depois ter acesso à... Aos benefícios... (...) Dois anos de cidade sem fazer NADA? Eu ia fazer o quê? EU FUI PRA RUA:::.... Fui ser moradora de RUA...

Anêmona também menciona as fragilidades da política pública que, no seu entender, não ajuda as pessoas.

(...) a Marley, do CREAS Pop... Porque ela me abordando pra mim ir pro albergue, pá... E eu xingava eles... Eu falava 'ah, mas vocês só quer dar boa vida pras pessoas, (...) Quer me tornar um PARASITA... (...) faz porra NENHUMA'... (...) Bebe cachaça lá dentro, usa droga lá dentro... (...) Eu não quero ir me acostumando nessa vida fácil, eu num quero... Pelo menos na rua eu tenho que correr atrás pra mim comer... Pra mim sobreviver... Pelo menos na rua o meu sangue tá correndo. (...) Eu num concordo com isso aí não..(...) Foi seis anos, nessa vida, nessa batalha dela comigo...(...) Até que um dia eu caí doente, aí:::.... (...) eu fui pro albergue e... Depois eu passei a frequentar o centro de convivência.

(...) Num queria ir pro albergue pra ficar no albergue, entendeu? Comer, beber, dormir, ficar lá... Que essa vida eu nunca quis... (...) Eu quero fazer parte do mundo, mas fazer parte do mundo fazendo alguma coisa. (...) dando algo de MIM... Pra... Pra VALER A PENA a passagem que eu tiver nesse mundo...

A partir dessas declarações, podemos concluir que os serviços de proteção no Brasil ainda são deficientes, visto que não tratam adequadamente as demandas que se propõem a atender. Consideramos que, para as políticas públicas alcançarem maior eficácia, transformando de forma sustentável as condições de vida dos sujeitos envolvidos, é importante que sejam aperfeiçoadas no sentido de garantir a qualidade dos serviços que oferecem.

Nesse contexto, uma das deficiências é a falta de treinamento dos funcionários de determinados serviços para um tratamento mais humanista ou tolerante com os acolhidos que, naturalmente, têm maior dificuldade de se ajustar às regras e condutas e que se caracterizam por um caráter conservador. Isso leva a uma dificuldade de adaptação, o que pode induzir a uma situação real ou só aparente de inconformação ou rebeldia.

Em nosso conjunto de entrevistados, quatro deles tiveram passagem em Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes na fase da adolescência, sendo que dois deles compartilham experiências de fugas constantes.

Cravo Amarelo viveu tais experiências e diz:

Aí eu saí de lá... Eu saía de lá pra ir atrás da minha família direto... (...) Quatorze anos... Quinze, acho... Achava na rua e me levava pro abrigo, mas eu saía pra rua de novo...

Cravo Roxo, por sua vez, afirma que abandonou o abrigo porque não aceitava ordem de quem não se empenhava realmente em ajudá-lo a sair daquela situação:

Ah::: Porque eu tava cansado de ver um monte de babaca, estúpido da prefeitura me dizendo o que eu tinha que fazer da minha vida e não levantando UM DEDO pra ajudar EM NADA... Porque eu não sou nenhum animal pra ficar preso por causa de uma ordem de um juiz imbecil que eu sequer conheço e que não tem nada a ver com a minha vida... (...) Entre ficar num abrigo público rodeado de gente:: imbecil:: e ficar na rua me virando ganhando o meu dinheiro... Eu preferi ficar na rua.

Anêmona fala dos aspectos positivos do apoio formal, quando qualificado e ético, e também quando possibilita o estabelecimento de vínculos de compreensão e sustentação. Ela faz considerações no que tange ao papel do profissional que o acolhe. E, nesse ponto, vale destacar o papel dos profissionais dos serviços, que representa um importante instrumento de mediação das relações entre todos os atores (instituição, equipe profissional e o sujeito) envolvidos na complexidade das situações. Sua relevância se manifesta quando facilita a promoção mais ampla das intervenções para o enfrentamento dos problemas sociais que incidem sobre a vida dos sujeitos, articulando a acessibilidade aos seus direitos.

É, eu fui pro albergue e... Depois eu passei a frequentar o centro de convivência. (...) Eu gostava porque ali... (...) O centro de convivência ME LIVRAVA DA RUA... Me livrava do uso da droga. (...) A RECUPERAÇÃO, eu tava querendo uma vida, (...) ser um ser humano normal, entendeu? (...) Aí como eu perdi os documento, aí eu encontrei pessoas maravilhosas feito você, a Linete, a Marley... Que me ajudaram bastante nesse lado aí, graças a Deus... (...) vocês TANTO me ajudaram (...) com os meu documento, tanto com MENTE, com palavras, entendeu? (...) Foram minhas AMIGA, me acolheram (...). Vocês num tava fazendo aquele serviço por... Ser obrigado a fazer... Vocês tava fazendo com amor. (...) Nisso daí que me criou força e me deu força pra mim...

A entrevistada faz considerações relevantes do papel dos profissionais do equipamento, que não se limita a uma atuação burocrática. No seu relato, Anêmona elogia a atuação dos profissionais pelo interesse e afetividade com que foi tratada. Na concepção de rede de apoio que adotamos, observamos o comprometimento mútuo do sujeito e dos funcionários na busca da reabilitação, onde um elo

humanista se formou, ultrapassando a frieza da legislação protetora. Isso se traduz no aparecimento espontâneo de um enlace afetivo no sistema burocrático, bastante eficiente no processo de reabilitação, e que seria previsível, segundo os pressupostos do Pensamento Complexo.

Por outro lado, Anêmona também ressalta os problemas observados nos serviços:

O mau profissionalismo no meio... (...) Das pessoas se meter a querer ajudar o próximo, sendo que ele num tá ajudando nem a ele MESMO... (...) Eu tinha... (...) uma visão de clínica que era o seguinte: clínica num recupera ninguém. Realmente, quando a pessoa quer se recuperar, você se recupera a si próprio... (...) Mas... A clínica ajuda (...) porque lá dentro existe pessoas ((pausa)) que próprio se ajuda lá dentro, que são os próprios interno... Porque os monitores e as pessoa que trabalha em clínica, elas num ajuda... Elas CRITICA, CONDENA...

(...) Fui ser moradora de rua porque me dá uma cesta básica? (...) Por isso que eu era REVOLTADA. (...) Quando eu cheguei aqui que... Que eu cheguei BEM::::... Que tava pronta pra MUDAR, eles num me deram essa oportunidade... (...) Eles fizeram o quê? (...) Me afundaram mais pra lama... Porque eu tinha que ter dois ano de cidade pra ter acesso ao, à:... À frente de trabalho? (...) E queria me dá cesta básica... (...) Porque cesta básica vai tudo pro traficante, cara... (...) A maioria das cestas básicas que eles dão aí vai tudo pro uso da droga... (...). Eu peguei UMA vez só, que foi o dia que eles me ofereceram, e levei pruma família... Dei pruma família e nunca mais fui pegar. E nunca mais peguei...

Anêmona fala também da experiência na clínica de reabilitação em São José dos Campos:

Eu presenciei, porque poxa... Uma pessoa que tá lá pra ajudar... Simplesmente... Por você não querer comer uma comida, como você tá vendo, que nem porco come... Por você não participar, assim, de... () Como a pessoa queria... (...) E por você não ser... Um daqueles que puxa saco, que concorda... Você ter outro grau de visão... Você ser JULGADO, ser condenado... Eu acho que isso num é AJUDA... (...) A pessoa dessa num tá ajudando ninguém... (...) Ela é uma adicta pior do que aquela que tá pra se tratar... Ela precisa de mais TRATAMENTO de que o próprio interno que tá lá...

Sua ressalva é importante, pois reforça a relevância de capacitar e supervisionar os serviços, hoje sob o comando dos municípios, os quais são os responsáveis pela execução, controle e monitoramento das políticas sociais. No que tange aos avanços obtidos pelas mesmas, vale destacar que não basta a sua existência por si só e nem a vontade política de um “governante iluminado” se tais políticas não forem operadas por pessoas com compromissos éticos, profissionais e humanos, pautados não apenas na lógica do direito, mas, principalmente, na cidadania.

A autonomia dos municípios na condução das políticas lhes impõem o direito e também a obrigação de fiscalizar e controlar os serviços, garantindo que situações como as apresentadas por alguns sujeitos não sejam recorrentes. Quando se pensa em um serviço voltado ao atendimento de uma demanda específica - e aqui nos referimos, em especial, a uma demanda de média e alta complexidade -, a responsabilidade exige maior efetividade das ações, com evidente preocupação com a transparência de propósitos e desempenho dos serviços e programas.

Assim, Anêmona tem o cuidado de não denegrir generalizadamente os serviços e os profissionais, pois ela reconhece a qualidade de alguns. É interessante que a entrevistada denota senso crítico ao observar que há falta de ética nas atitudes por parte de alguns funcionários, além de apresentar um juízo sofisticado sobre a igualdade de direitos e a necessidade de respeito na relação entre as assistentes sociais e os assistidos, criando um sentimento de solidariedade e consideração que deve existir entre os funcionários, com a missão da entidade e reciprocamente com os usuários. Esse traço de pensamento coletivo e solidário se observa na experiência de vida dos moradores de rua.

Nos serviços públicos... (...) Que seja bem clara com isso porque não todos. (...) Agora tem outros que traz problema de fora, com família, com amigos, com isso... Pra dentro... Pra descontar naquelas outras pessoas que elas acha que é superior àquelas outras pessoa que tá ali (...). Elas que se engana. (...) Ninguém depende de ninguém, porque precisar todo mundo precisa um do outro... (...) A única coisa ali que tá ali que a gente tem que pôr EM PRIMEIRO LUGAR é o que? Que tanto eu quanto como pessoa que tá trabalhando tá dependendo daquele equipamento. (...) Nós somos igual. E se olhar direitinho... Eu tenho mais capacidade... Tem pessoas usuária que tem mais capacidade de que o próprio daqueles que tão ali trabalhando. Entendeu?

Nesse sentido, os serviços socioassistenciais devem considerar todos os fatores de risco e de proteção nos contextos anteriormente mencionados para poderem propiciar novas formas de interação da criança, do adolescente e do adulto, buscando uma vinculação de melhor qualidade.

Na perspectiva de garantia de direito e de contribuir para transformar a situação do sujeito que faz uso de um serviço público, os profissionais devem ser preparados para aceitar sua história de vida sem discriminação e sem preconceitos. Eles precisam ser vigilantes, de forma que suas crenças não impeçam de olhar para os indivíduos assistidos a partir de seu referencial de disciplina, de família, de religião ou de costumes. Nessa direção, a articulação e o bom funcionamento da

rede institucional , assim como a qualificação dos profissionais envolvidos, tornam-se essenciais na efetividade do trabalho.

3.3.8 A sociedade: discriminação, preconceito e invisibilidade

Para retratar nossa afirmativa, com base na leitura de vários estudos¹⁸¹, partimos da premissa de que vivemos em uma sociedade preconceituosa e discriminadora. Trazemos vestígios dessas condutas reacionárias e conservadoras nos relatos de alguns sujeitos desta pesquisa.

Num primeiro momento, apresentamos as violências que alguns sujeitos sofreram enquanto estiveram em situação de rua. Se, por qualquer motivo, algum deles optasse por viver nas ruas, seria uma escolha audaciosa frente ao perfil de nossa sociedade. Aqui falamos de brutalidades que esses indivíduos sofreram nas várias fases da vida, enquanto experiências de rua. Não delimitamos o período, porque não estão explícitos nas entrevistas, mas podemos concluir que a realização não encerra os traumas das agressões sofridas em casa, pois estas se intensificam num processo de reforço e retroalimentação.

A entrevistada Flor de Laranjeira, por exemplo, nos mostra uma sequência de violências sofridas, as quais nos permitem afirmar serem atitudes de discriminação e punição. Pela dificuldade enfrentada durante a realização de sua entrevista, não conseguimos delimitar em qual fase de sua vida ela sofreu essa violência. Entretanto, queremos, através da sua fala, ressaltar como é a mentalidade discriminatória presente em alguns grupos.

Muita coisa ruim porque eu deitada, tava com a coberta assim ó [entrevistada ilustrou], uma coberta de pelúcia, a sorte minha que não sei, acho que foi Deus que me avisou, eu cabei de deitar, que eu me cobri, me deita um cara do lado assim, passou um cara de moto e jogou a gasolina e

¹⁸¹ ESCOREL, S. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (Orgs.). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004; BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**: relatório. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006. 96 p. BULLA, Leonia Capaverde; MENDES Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; MEDEIROS, Maria Bernadete de Moraes. Morador de rua e exclusão social. In: ENCONTROS NACIONAIS DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 8., 2002. **Anais eletrônicos...** Juiz de Fora: UFJF. 2002; BORBA, Alvino Andreilcy; LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, 2011; PRATES, Jane. **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004; RIZZINI, Irene (Coord.). **Vida nas Ruas**: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. 284p.

lascou fogo. (...) O guarda do posto virou e falou assim: 'você nasceu de novo', eu falei 'por quê?'. 'Você não viu o que aconteceu do seu lado?'. Eu falei: 'só senti o calor, o bafo do fogo...'. 'O cara passou e jogou gasolina no homem ali e você não viu'.

(...) eu tava indo pra escola, tava lá perto da escola já, aí o cara pegou a alça da mochila pensando que tinha dinheiro, pensando que tinha as coisas (...). Ele viu que eu não soltei a mochila, aí ele pegou eu e arrastou eu pelo cabelo (...) e me empurrou lá embaixo (...), começou a passar meu rosto assim, na terra. Imagina quando ele passava, sangrava... (...) Só falei: 'meu Deus me coloca alguma na minha frente pra mim pegar e já soltar na onde que não deve pra ele não fazer mais nada'. (...) Nisso que eu peguei, passei a mão no paralelepípedo e soltei, o jeito que eu soltei e não sei como que eu subi aquele morro, correndo toda ensanguentada, aí eu gritei, aí eu gritei e os meninos lá de baixo já veio, do jeito que veio não deu tempo dos caras matar (...) que eu fingi que eu tinha morrido atrás da banca de jornal, perto da matriz ali.

As violências sofridas por Flor de Laranjeira não se encerram aí. Quando se prostituía, passava por situações em que era humilhada e explorada:

Eu era muito humilhada, eu era muito xingada. Às vezes eu ganhava dinheiro, às vezes eu fazia de graça, às vezes eu ganhava e às vezes não...

Outra forma de agressão que ela experimentou foi o preconceito da sociedade e, até mesmo, de membros da família, sentido através de palavras de discriminação:

(...) sofro, sofre sim, porque eles falam assim: 'essa não tem paradeiro, essa não gosta de ter casa, é uma mendiga'... Eu já ouvi isso aí da própria irmã minha, minha própria irmã, que é meu sangue, eu já ouvi isso aí. 'Você é uma mendiga, você nunca vai ter casa na sua vida, você é uma andarilha igual a minha mãe'...

Gerânio também experimentou a violência nas ruas, conforme relata:

Eu estava deitado na frente da oficina dele, estava dormindo, aí eu dormi, aí ele veio me acordar com um balde de água, jogou um balde de água gelada, eu levantei já bravo, xingando, ele falou: 'vai cartear', que é retrucar né, 'peraí então que eu vou pegar o Chico doce ali'... Aí entrou dentro do carro, eu sai correndo...

Cravo Amarelo, por sua vez, fala do lado ruim da rua, expressando as violências que ali acontecem:

E o que tem de ruim na rua é que nós mesmo estamos se matando... O povo da rua... Ninguém respeita mais ninguém... Na rua você vira uma pessoa que não é VOCÊ...

E Cravo Roxo destaca a invisibilidade dos moradores de rua, a qual só acontece porque a sociedade não os concebe como seres humanos normais, com seus traumas, problemas e carências: "(...) a sociedade discrimina. Tem regras sem sentido. Não vê moradores de rua...".

Já Genciana ressalta características de discriminação da sociedade:

Isso daí eles... (...) eu já vi muitas, muitos, eles maltratam muito (...) por causa uns falam que é pra comer, outros que é pra ir embora, outros falam que é pra viajar, mas não é. (...) Já fui muito, já fui muito...

Importante destacar que os relatos mencionados se referem a uma trajetória de vida nas ruas iniciado na infância e/ou adolescência e que permanece na fase adulta. Os sujeitos narram vivências cumulativas ao longo desse tempo, o que lhes dá fundamento para as críticas e que também confere credibilidade às suas falas.

3.3.9 As comunidades e os beneficiários das políticas públicas: os cidadãos, na perspectiva consciente entre direitos e deveres

Algo que se destaca no coletivo de rua é a união entre quem experimenta a rua - também é citado como importante ferramenta que favorece a sociabilidade -, o compartilhamento dos problemas e a sobrevivência nas ruas. Isso pode ser compreendido melhor nas palavras de Flor de Laranjeira, a qual diz que o morador de rua “(...) é solidário um com o outro, se eles tiverem briga com mais parceiro que você gosta, você vai defender ele, lógico...”

Gerânio também reforça esse posicionamento e fala da relação de respeito entre moradores de rua:

Aí você vai morar na rua, você vai encontrar com pessoas que é morador de rua, e no automático, no dia a dia você vai ganhar um envolvimento (...). Se você é uma pessoa que respeita vão te respeitar, se não te respeitar você vai cobrar o respeito. Agora tem pessoas que não se respeita.

(...) você conhece umas pessoas diferentes. Um tipo de pessoas que tratam você bem. Tipo assim, às vezes quando você tem alguma coisa, a pessoa chega em você, e quando você não tem nada na mão, a pessoa chega em você do mesmo jeito. Tem pessoas que briga até por causa das coisas, mas só que na rua, na minha vivência, que eu vivi, eu conheci muitas pessoas boas, e muitas pessoas ruins, porque não é todos que é o amigo da gente na rua.

Sawaia (2008, p. 76) considera que

(...) essa fase de dependência se segue outra, caracterizada pela ruptura dos vínculos sociais, cessam-se todos os tipos de ajuda, num momento em que as pessoas enfrentam problemas em todos os setores da vida. Elas saem das malhas da proteção social e deparam-se com situações em grau crescente de marginalidade, onde a miséria é sinônimo de dessocialização. Os que passam pelo processo de ruptura acumulam problemas de todo o tipo – o afastamento do mercado de trabalho, problemas de saúde, falta de moradia, perda de contatos com a família.

É instigante notar que o ouvir das histórias permite-nos ressignificar o presente, perceber as lacunas, as falhas e faltas que ocorreram, assim como nos mostram o quanto há a se fazer, tanto por parte do sujeito, quanto por parte de toda a rede que o apoia.

De acordo com Bobbio (2004, p. 23), ao analisar a problemática da (falta da afetividade) inefetividade dos direitos humanos,

(...) o mais forte argumento adotado pelos reacionários contra os direitos do homem, particularmente os sociais, não é a sua falta de fundamento, mas sua inexequibilidade. Quando se trata de enunciá-los, o acordo é obtido com relativa facilidade; (mas) quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições.

Assim sendo, o autor acredita que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem e da criança e do adolescente, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”. (BOBBIO, 2004, p. 23).

Não se trata, portanto, de encontrar a razão das razões dos direitos das crianças e dos adolescentes. A questão é como efetivar um direito já obtido, e isso implica na profunda compreensão dos processos históricos e das relações de forças ainda não superadas e que efetivamente fazem o direito ser ou não realizado. Não basta apenas a vontade política do ‘governante iluminado’ que vem para ‘salvar a pátria’. Exige-se muito mais, como a própria aceitação da sociedade, o que a realidade tem demonstrado ainda não estar ocorrendo. Se a lei sempre foi objeto de dominação das elites, também pode se transformar numa ferramenta de promoção dos direitos humanos e sociais. Ainda, nos atendo a Bobbio, (2004, p. 23), as reservas e oposições à materialização de uma lei e da sua concordância coletiva podem estar relacionadas à ausência, em algumas criaturas humanas, do desenvolvimento do sentido da compaixão, ou seja, do entendimento que a espécie humana tem uma natureza gregária intrínseca e da insustentável leveza do ser humano perante as felicidades e as fatalidades as quais todos estamos sujeitos.

3.3.10 Expectativas e perspectivas: projeções para o futuro

Os sujeitos deste estudo, alguns no caminho da libertação da adição química, relatam desejos e expectativas do seu senso comum de ex-moradores de rua. Desprovidos do lar harmonioso na infância, desejam a felicidade com a mãe e

procuram viver cada dia como esse fosse o último de suas existências. A fé na esperança é outro acento forte em suas vidas, onde a crença em Deus é enaltecida. Buscam um ser supremo que os possa salvar de uma existência e de um destino aos quais foram atirados logo na infância, já que, para eles, a existência torna-se um teatro de absurdos e uma contínua luta pela sobrevivência física e mental.

Cada um deles expõe suas expectativas e perspectivas com base no que viveram e também no que experimentam hoje, suas dificuldades, as marcas do passado que ainda lhes influenciam e também, em alguns casos, seus medos de sonhar. Nessa direção, reflete Castel (2008, p. 18): “a ausência de qualquer perspectiva de futuro é o testemunho de uma desesperança profunda. O presente cristaliza assim todas as recusas”. Para ilustrar melhor o que buscaram traduzir em suas falas, escolhemos uma espécie de “título” para o capítulo futuro na história de cada um dos sujeitos, conforme a tabela a seguir:

Tabela 7 – Expectativas e perspectivas dos sujeitos entrevistados

| Sujeito | Definição da sua expectativa e perspectiva |
|--------------------|--|
| Genciana | A independência |
| Gerânio | A liberdade da alma |
| Cravo Amarelo | O resgate da autoestima |
| Anêmona | A fé que persevera |
| Flor de Laranjeira | A conquista do afeto |
| Cravo Roxo | Vencendo a solidão |

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Genciana é uma personagem bem representativa do morador de rua em São José dos Campos, pelo seu tempo de vida nas ruas do município, por suas idas e vindas dos abrigos desde criança e por suas experiências. A “rua” está interiorizada em sua personalidade, pois representa a liberdade plena, sem autoridade e responsabilidade. Assim podemos verificar em sua fala:

Eu não quero, pra mim ser mandada. Eu tava morando com uma pessoa (...) trabalhou tudo de motorista (...). A casa tá e eu não quero. (...) Não precisa me falar o que eu tenho que fazer, o que eu deixei de fazer. (...). É minha obrigação de fazer aquilo? É. Mas não precisa ficar toda hora no meu pé. Agora toda hora fica em cima de mim e fica me cobrando, não é assim, eu não gosto...

Da mesma forma que se revela uma espécie selvagem, que não suporta a disciplina e vive puramente pelos instintos, no caso de Genciana, tais impulsos representam a vontade plena de realizar seus desejos livremente, com liberdade.

Ah eu quero sair daquele lugar, porque eu não aguento mais. (...) Aquele abrigo. (...) Eu tô lá pra mim não ficar na rua (...) não quero depender da minha família... (...) Ano que vem se Deus quiser vou começar, arrumar um serviço e trabalhar. (...) Meu sonho é ver minha mãe feliz...

Anênomia, através da vivência de rua, aprendeu a sobreviver sozinha, sem o apoio do próximo, lutando pela sua sobrevivência. Assim, moldou sua própria resiliência na vida. Não tem sonhos de longo prazo, vive um dia de cada vez, sem perspectiva de futuro.

A vida num... Num me deu escolha pra ter sonho não. ((pausa)) (...) Porque... Muita "turbulência"... (...) HOJE eu sei que eu num posso sonhar... Porque podem me fazer mal (...) porque esse processo de recuperação que eu adquiri no meu... Na minha trajetória de vida... Essa doença da adicção, né... É uma doença que não pode se... Agarrar a sonho... (...) A TER ESPERANÇA... (...) Então... O dia de hoje pra mim é o dia mais importante da minha vida... E... As conquista que eu faço hoje... Elas vão continuar comigo. A da amanhã... Eu num sei... Eu num sei... Eu vou esperar viver o amanhã para... CONQUISTAR.

Entretanto, parece que em seu íntimo, ela tem uma crença que nutre e que a mantém com a vitalidade e a capacidade intrínseca de viver no meio tão hostil, como relata:

Eu... Tô começando a viver aquilo que eu tanto pedia pra Deus... Que era ter uma vida NORMAL... (...) Eu tô começando a viver. E vou chegar lá. (...) Cada dia é um dia de cada vez, é um passo, né... (...) Eu tenho certeza e eu sei que... Que Deus tem muita coisa pra mim porque... Eu acredito muito nele, que é um Deus VIVO na minha vida... (...) Mesmo eu fazendo coisas boas e coisas ruins... Ele sempre tava presente em tudo, ele nunca me abandonou, então... (...) Eu já era uma ferramenta dele, mas ele num fazia uso de mim porque eu num deixava... Agora eu tô deixando ele fazer uso de mim... Então... Eu sei que minha vida vai melhorar cada vez mais.

Cravo Amarelo não fala de sonhos e expectativas para o futuro, apenas afirma:

(...) Eu quero sair dessa situação DIA APÓS DIA. (...) Pra mim mesmo vê que TEM JEITO (...). De eu olhar pra mim no espelho e vê que eu ainda eu tenho chance de tá vivo, entendeu? É isso que num desanima... Porque se for pra pensar... O que que eu tenho hoje que eu queria pra mim? NADA.

E, representando o desejo de todos os entrevistados, Gerânio diz que seu grande sonho é se livrar da dependência química.

Esses sujeitos que tiveram longa experiência como moradores de rua vivem com máxima intensidade a existência humana e, assim, suas emoções são exacerbadas. Como consequência de existências vividas nos limites terminais da

psique, emergem de suas mentes desesperadas as únicas e últimas “boias da sobrevivência”, antes da submersão mortal do espírito, os apelos à fé, à esperança e aos sonhos. O que fazer se não apelar a Deus, quando a humanidade parece, muitas vezes, dar as costas aos seus próprios semelhantes?

Neste trabalho, buscamos refletir sobre a vivência de rua de crianças e adolescentes, usando como material de pesquisa as experiências de adultos que iniciaram esse processo na infância ou adolescência e que ainda permanecem nessa condição. Para tanto, partimos de dois aspectos que se complementam: um primeiro, relacionado à necessidade de um aprofundamento teórico-metodológico, e o segundo, direcionado à reflexão sobre o destino daquelas crianças e adolescentes, em um período que já tínhamos uma legislação em vigor e políticas públicas de proteção implantadas, e em uma cidade considerada de referência no que tange às ações de proteção a crianças e adolescentes e ao cumprimento das referidas políticas (ROSIM, 1996; ROBERTO, 2008; SILVA, 2011; FAERMANN, 2014).

A organização metodológica desta pesquisa foi trabalhosa e edificada em várias etapas, das quais destacamos a fase de coleta de dados para o mapeamento que havíamos nos proposto. Neste último item, destacamos que houve demora e resistência de alguns serviços de proteção do município em nos fornecer os dados. Verificamos que há várias falhas envolvendo a coleta descontínua de dados ao longo do período desta pesquisa (2010 a 2015): muitas informações sobre a situação das crianças e adolescentes com acesso ao tráfico desapareceram e também constatamos equívocos metodológicos na construção de amostragem e de gênero.

Focando especialmente no público alvo e no cenário desta pesquisa, podemos afirmar que, se o serviço de referência para identificar crianças e adolescentes em situação de rua (Centro Pop) apresenta um dado baixo, divergente, inclusive, dos dados do CT, que também recebe denúncias de crianças e adolescentes em situações de abandono, nas ruas e em trabalho infantil, constata-se a existência de falhas no serviço de Abordagem Social, responsável por alcançar e abordar todos os sujeitos nas ruas. Isso nos leva a concluir que o mapa apresentado pelo município em relação ao grupo de crianças e adolescentes que vivem nas ruas não corresponde à realidade.

Se pensarmos em termos de censos e levantamentos estatísticos, a inexatidão das informações sobre os jovens em processo de realização é lamentável, pois os dados apresentados pelos serviços são empregados em análises diagnósticas em níveis municipal, estadual e nacional, os quais servem de base para classificações e estabelecimento de metas e repasse de recursos. Pode

ocorrer de não serem repassados recursos suficientes para atender este público, ou o contrário: o repasse dos recursos pode ser feito, encaminhado ao município, e não usado devidamente com as equipes com qualificação técnica.

Assim sendo, se o município baseia-se nesta concepção de que crianças e adolescentes em situação de rua são apenas aqueles encontrados literalmente nas ruas - abandonados, dormindo, perdidos, vendendo doces, nos semáforos -, ele não computa em suas prestações de contas aqueles que estão no chamado “fluxo”, ou seja, os sujeitos que ficam nas ruas durante o dia e voltam para suas casas à noite, ou vice-versa, bem como aqueles que estão sob a proteção do traficante, nas casas de prostituição, enfim, os que estão invisíveis. Uma alternativa para se chegar ao mais próximo possível do real, seria um levantamento criterioso, planejado sob bases metodológicas eficientes, e executado por equipe competente e qualificada e para esta tarefa.

Realizamos também uma revisão bibliográfica detalhada sobre a condição das crianças e adolescentes que vivem o processo de rualização no Brasil. Nessa seção do estudo, desvelamos e contextualizamos as diferentes definições e conceitos que foram formulados e utilizados para designar esse público, e como eles se transformaram com o tempo e com o aprimoramento das legislações brasileiras. Esses jovens segregados da vida social já foram denominados de “pivetes”, “mendigos”, “vagabundos”, “marginais”. Mais recentemente, foram categorizados como “crianças de rua”, “crianças na rua” e, hoje, são chamados de “crianças em situação de rua”, conforme as leis e programas de proteção atuais (PNAS, PNPSR). É importante ressaltar a transformação dessas nomenclaturas, pois cada uma delas tem conotações diferenciadas, as quais podem influenciar sobremaneira as políticas públicas, assim como a percepção que a sociedade tem delas. Terminologias, nomenclaturas e definições são fundamentais, porque é com base nelas que são realizados planejamentos, criadas políticas públicas e elegidos prioridades de atendimento, assim como a locação balanceada dos recursos públicos.

Na revisão das terminologias sobre crianças e adolescentes em situação de rua, culminou-se com a adoção, nesta tese, do conceito de “rualização”, introduzido pela Prof. Dra. Jane Prates, além de outros pesquisadores. Conforme abordamos anteriormente, a referida autora, principal defensora do emprego dessa terminologia, revela que o conceito facilita uma caracterização mais abrangente e representativa das pessoas que vivem nas ruas.

A “rualização” define-se como um movimento de aproximação e/ou vinculação com a rua, ou seja, não é um estado de “ser de rua”, mas sim um processo em que o espaço da rua torna-se uma referência para aquele indivíduo. É um processo que acontece gradativamente e que, se não for interrompido, acaba tornando-se a referência para o indivíduo na construção de sua identidade. Em se tratando de crianças e adolescentes, entendemos que tal definição torna-se ainda mais apropriada, pois eles iniciam a rualização cedo, na fuga do ambiente inóspito da casa, em busca de proteção, ou mesmo da liberdade, porque o ambiente da “rua” os acolhe de forma livre, sem limites, sem tensões, sem regras ou cobranças.

Desta forma, a rua torna-se o local seguro, do acolhimento, da liberdade, das sensações, dos prazeres, das possibilidades de autossustento, do acesso aos bens de consumo mais fácil, e ainda, contando com a proteção de traficantes, das “mães” das ruas, de um amigo, enfim, do paradoxal acolhimento da rede das ruas. Para as crianças e os adolescentes, essas sensações superam o medo do perigo, sinalizando sentimentos, ao mesmo tempo, antagônicos e complementares. Essa situação nos remete ao princípio da recursividade, que rompe com a ideia linear de causa-efeito, de produto/produtor, de estrutura/superestrutura. Para Morin (1994, p. 89), “um processo recursivo é um processo em que os produtos e os efeitos são, ao mesmo tempo, causas e produtores daquilo que se produziu”.

A presença de crianças, adolescentes e adultos nas ruas faz parte do contexto histórico e cultural brasileiro, tendo uma interpretação específica em cada período histórico, com características próprias e distintas. Em outras palavras, a rualização é concebida de acordo com as ideologias sociofilosóficas e políticas vigentes, que, por sua vez, são expressas nas legislações de cada época. A passagem do tempo não altera ou interrompe o fenômeno da rualização, pois o mesmo persiste em continuar existindo, e, muitas vezes, tomando proporções angustiantes quando forma enlaces com o crime, a droga-adição e/ou o trabalho com tráfico. Outro condicionante que persiste é o fato dessas crianças e adolescentes provirem das famílias mais pobres da estratigrafia socioeconômica brasileira, características em comum encontradas ao longo dos períodos históricos desse grupo, conforme apontam as pesquisas e levantamentos apresentados no capítulo I desta tese.

O processo de rualização, com os seus múltiplos fatores condicionantes e correlacionados, foi examinado a partir do universo da cultura e da arte, buscando

suas expressões através das lentes do cinema e de obras literárias. Essa questão social tendo sido pauta de discussões há décadas, ultrapassando muitas vezes, as fronteiras das Ciências e Políticas Sociais. A sua abordagem através da manifestação artística permite uma apreensão de dimensões da realidade que vai além da dimensão objetiva da própria situação de realização. Em outros termos, por meio das manifestações artísticas, pode-se perceber as relações dos sujeitos da rua entre si, com o contexto da rua, com a família, com a sociedade e com as políticas públicas expressas nos serviços existentes, e, ainda, com os seus próprios sentimentos e expectativas em relação à vida.

São essas manifestações do amargo retrato social que procuramos resgatar, considerando que a cultura é fonte de saber e de experiência de vida, conforme nos assinala Edgar Morin (2008, p. 19): “(...) não podemos esquecer as interações entre indivíduos, eles próprios portadores/transmissores de cultura, que regeneram a sociedade, a qual regenera a cultura”. Segundo o autor, “um indivíduo alimenta-se de memória biológica e de memória cultural” (MORIN, 2008, p. 21). Há uma relação complexa de interação recursiva, dialógica e hologramática na relação indivíduo-sociedade-cultura, conforme pontua:

A relação entre os espíritos individuais e a cultura não é indistinta, mas, sim, hologramática e recursiva. Hologramática: a cultura está nos espíritos individuais, que estão na cultura. Recursiva: assim como os seres vivos tiram sua possibilidade de vida do seu ecossistema, o qual só existe a partir de inter-retroações entre esses seres vivos, os indivíduos só podem formar e desenvolver o seu conhecimento no seio de uma cultura, a qual só ganha vida a partir das inter-retroações cognitivas entre os indivíduos: as interações cognitivas dos indivíduos regeneram a cultura que as regenera (MORIN, 2008, p. 24).

Nas obras examinadas neste trabalho, observamos como a sensibilidade dos diretores, produtores do cinema, poetas, jornalistas, músicos e escritores conseguiram trazer à tona e realçar as tribulações, muitas vezes ocultas, da vida desses meninos em situação de rua. A arte e a cultura projetam luzes de esclarecimento sobre a nossa realidade dura e perturbadora social e se constituem formas alternativas de divulgação e de conscientização da sociedade. Sem uma conscientização coletiva não teremos a base para as discussões políticas necessárias para o enfrentamento efetivo dessa problemática.

Buscamos também neste trabalho aprofundar nossa análise sobre a Política da Assistência Social e a população de rua, de modo a avaliar se os sujeitos de nossa pesquisa, ao longo de sua vivência nas ruas, foram adequadamente

amparados pelas legislações implementadas através dos serviços municipais. Além disso, almejamos entender os principais motivos que faziam com que ainda permanecessem em naquela condição. Para tanto, entrevistamos pessoas que estavam em processo de rualização durante a infância e idade adulta, já na plena vigência dessas legislações. Nessa revisão, ressaltamos a existência de diferentes definições de faixas de idade delimitando a infância, adolescência e idade adulta e como essa inconsistência dificulta a elaboração das legislações e suas implementações nos órgãos de referência da infância. Além disso, essas diferenciações nas faixas de idades podem refletir em situações conflituosas entre educadores, psicólogos, pediatras e neurocientistas quanto à definição dos limites de maturidade, ou, ainda, demonstrar a desatualização de informações sobre o desenvolvimento humano.

Considerando a relativa longevidade do ECA, em vigor desde 1990, deveríamos esperar que já estivéssemos vivenciando uma situação satisfatória, em que boa parte dessas crianças e adolescentes não estivessem mais sendo computados em grande escala nas pesquisas nacionais, como também que os adultos desta pesquisa já tivessem contado com a proteção aludida. O que tem acontecido?

Contrariando as expectativas mais otimistas sobre a eficácia do ECA, constatamos por exemplo, em 2015, um elevado número de adultos, com faixa etária entre 18 a 40 anos, que amargam a situação de terem que viver nas ruas ou acessarem abrigos, albergues, repúblicas e casas de passagem – pessoas que não careceriam estar lá. Esses indivíduos já deveriam ter contado com a Proteção Integral nos anos anteriores, o que os possibilitariam tornar-se adultos emancipados e integrados a uma vida social sadia. Em tese, boa parte deles não deveria continuar em processo de rualização ou acessar equipamentos para população de rua.

Outros fatores, além daqueles de ordem econômica, de limitação ou ineficiência de políticas sociais e dos serviços públicos, parecem influenciar, muitas vezes, a permanência na rua. Isso foi mencionado pelos sujeitos desta pesquisa, quando se referem aos vários motivos que os levaram para as ruas. Poucos realçaram a condição socioeconômica da família, e ao mesmo tempo, todos eles citaram que o “viver nas ruas” não está ligado à questão da classe social. Alguns sujeitos da pesquisa relatam que “se acostumaram a viver nas ruas”, que é difícil se adaptar ao lar novamente, ou que a rua proporciona a liberdade de poder viver sem

muitas regras. As falas desses sujeitos estão representadas no documentário, “Quando a casa é a rua”, mencionado no capítulo I, através do entrevistado Fábio, que diz que “é fácil você tirar a pessoa da rua, difícil é você tirar a rua da pessoa”.

Por isso, as questões sociais devem ser abordadas e tratadas numa perspectiva mais abrangente. São muitos os parâmetros que condicionam essa realidade individual e social do sujeito, o que nos obriga a perceber o ser humano nos seus múltiplos aspectos: físico, biológico, psicológico, cultural, mitológico e afetivo, de modo que atuemos na defesa dos direitos sociais, respeitando todas as dimensões objetivas e subjetivas dos indivíduos. Assim, dentre os desafios contemporâneos, está o de analisar e compreender as várias expressões das desigualdades, propondo formas de resistência em defesa da vida e dos direitos sociais, de forma integradora, e respeitando as escolhas individuais e culturais de cada um.

Contudo, ao nos endereçarmos a esses adultos que iniciaram o processo de realização quando crianças ou adolescentes, nossa análise mudou de foco, pois eles sim deveriam ter contado com algumas proteções no momento em que ingressaram a vida nas ruas. Isso porque o Brasil já contava com um legado de leis que garantiam direitos a esse público, conforme apresentado neste trabalho, no Apêndice B.

Crianças e adolescentes são prioridade absoluta nas legislações nacionais vigentes. Por isso, o conjunto sistêmico constituído das leis e do aparelhamento dos serviços deve privilegiar ações voltadas à prevenção e garantia de direitos, pois, legalmente, eles não são responsáveis por si mesmos. A família desses jovens, em princípio, deve oferecer essa proteção, juntamente com o Estado e a sociedade. O que podemos dizer dessa família? Poderíamos questionar se essas crianças e jovens estavam sendo protegidas e respeitadas adequadamente pelo Estado naquele momento? Em outras palavras, nas situações críticas pelas quais essas famílias passavam, havia programas que lhe dessem o suporte necessário para protegerem seus filhos, respeitando-se suas composições, suas tradições e seu modo de vida?

Essas são algumas questões levantadas, as quais nos levam a admitir que houve precariedade na condução e execução das ações efetivas pelo Estado, causados, em parte, pelas lacunas e deficiências nos serviços de proteção e também pela de falta de convicção política dos agentes executores.

Em apoio à última assertiva, constatamos que algumas deliberações da Política de Assistência Social não são integralmente atendidas, visto que há serviços que não contam com a estrutura ideal. Apesar do município de São José dos Campos estar à frente de muitos outros em termos do atendimento aos sujeitos em processo de rualização, observamos que é preciso uma aproximação ou mesmo fiscalização maior por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social quanto aos serviços executados por entidades terceirizadas.

Acreditamos, como foi discutido e defendido nesta tese, que uma participação maior do Estado na salvaguarda da proteção, tanto aos sujeitos quanto às suas famílias, permitiria uma assistência mais qualificada e eficaz, visto que é uma das metas (ou deveria ser) do progresso da sociedade brasileira marchar no sentido de atender, na integralidade, as legislações, estatutos e políticas que versam sobre a garantia de direitos das pessoas em situação de rua ou no processo de rualização. Para tanto, além do planejamento e execução das ações, torna-se necessário acompanhar o seu andamento, verificar seus resultados, observar a ocorrência de possíveis falhas e, assim, buscar a sua correção. Em suma, é fundamental que o Estado execute seu papel da garantia e da plenitude de todos direitos para os cidadãos brasileiros.

É nessa perspectiva que o ECA deve ser considerado, bem como seus avanços e limites. Como instrumento legal, solitariamente, não representa o único meio ou aparelho legal capaz e responsável pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, dentre eles, o direito à Proteção Integral, o qual inclui o direito à Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer, entre outros. Para sua exequibilidade, o ECA depende do funcionamento concatenado de várias políticas sociais que envolvem a garantia de direitos básicos fundamentais, especialmente nos campos da Saúde, Educação e Assistência Social. A Proteção Integral ainda não foi assumida na sociedade inteiramente. Para que ela se concretize, é necessário que haja uma mudança de postura e de comportamento por parte de todos.

Assim, a partir das nossas indagações iniciais, descortinamos muitas respostas, que, por sua vez, nos levam a novas questões, num retorno cíclico, reflexivo e aprofundado, exigindo novas investigações, pesquisas e, inclusive, deste estudo, porque estamos em um futuro que se apresenta distópico, bem diferente de épocas passadas, quando podíamos conviver com crianças brincando nas ruas, sem

preocupações e com sonhos simples na imitação da vida de seus pais, ou com sementes germinando de grandes realizações em um futuro imediato ou em longo prazo. Houve um período em que as crianças pobres e ricas mesclavam-se em espaços rurais e urbanos, sem imaginarem que, posteriormente, seriam classificadas e categorizadas como consequência de uma questão social instituída em um contexto perverso, instaurado anteriormente e que continua sendo manipulado por um sistema político econômico cruel.

Muitas crianças conviviam nas calçadas e nas casas de seus vizinhos, sendo que, frequentemente, pertenciam a diferentes grupos étnicos, religiosos e econômicos. Havia traços comuns de interesses que incluíam sonhos de futuro, envolvendo educação, trabalho e família.

O espaço de convivência sofreu mutações com a crescente urbanização e verticalização da moradia, o aumento exponencial da violência urbana, as mudanças de hábitos de convívio social, o aparato da tecnologia de informação, as alterações na legislação relacionadas à criança e ao adolescente, as políticas sociais sustentadas no processo de democratização dos últimos anos e, ainda, com a Constituição Federal de 1988, considerada um avanço social.

Tais mudanças se refletem diretamente na sociedade, e acreditamos que uma maior transformação da mesma ocorrerá num clima de maior liberdade de expressão e de informação, de transparência política e do aprofundamento da consciência coletiva em relação a nossa dívida social, acumulada há séculos, desde a época da escravidão no Brasil, e que ainda não foi ressarcida devidamente. Concernente às Ciências Sociais, acreditamos que, devido à complexidade da vida moderna, com suas múltiplas interações sociais, pressões das inovações tecnológicas, urgências envolvendo o meio ambiente e o inexorável e, ainda, desumano processo de globalização da economia, precisaríamos voltar-nos para uma reformulação do pensamento contemporâneo em propostas como a do Pensamento Complexo de Edgar Morin. Essa epistemologia contemporânea propõe uma nova ética da compreensão, que favorece a responsabilidade e a cidadania. Através desse pensamento, podemos reencontrar a vitalidade dos conhecimentos populares, subsidiando concretamente a essência do conhecimento científico, assim como a conexão permanente entre razão e emoção, favorecendo uma melhor compreensão do mundo e dos humanos, pois "(...) é o pensamento apto a reunir,

contextualizar, globalizar, mas, ao mesmo tempo, a reconhecer o singular, o individual, o concreto” (MORIN; LE MOINE, 2000, p. 213).

A. OBRAS (LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS):

ABREU, Paulo B. et al. **Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua Adultos em Porto Alegre**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/PUCRS, 1999.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Recentralizando a federação? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 24, p. 29-40, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2015.

ALVES-MAZZOTTI, A. Meninos de rua e meninos na rua: estrutura e dinâmica familiar. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.) **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p.117-132.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Licia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-37, 1988.

AZEVEDO, Maria Amélia Nogueira; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe, 1995.

BANDEIRA, Denise et al. Desenvolvimento psico-social e profissionalização: uma experiência com adolescentes de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, n. 9, p.185-207, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258 p.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORBA, Alvino Andreilcy; LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

BURGIERMAN, Denis Russo. A droga de cada um. **Revista Superinteressante**. 2013. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/mundo-novo/2013/05/21/a-droga-de-cada-um/>>. Acesso em: 5 mai. 2015.

CAMPOS, Marta Silva. Família e proteção social: alcances e limites. In: ZOLA, M. B. (Org.). **Cooperação internacional para proteção de crianças e adolescentes: o direito à convivência familiar e comunitária**. São Bernardo do Campo: Fundação Criança de São Bernardo do Campo, 2008. p. 23-24.

CARDOSO, Priscila. Assistência Social: da ajuda moral ao direito – a concretização de Assistência Social como direito social. In: **SUAS: Conceituação e Perspectivas – Capacitação de Profissionais da Área Social. Textos de Apoio**. São José dos Campos, 2006. 59p.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos**. Capacitação Solidária: SUAS: Conceituações e Perspectivas - Capacitação de Profissionais da Área de Assistência Social. São José dos Campos, 2006. p. 43-47.

_____. A priorização da família na agenda da política social. IN: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. 7 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2005, p. 93-108.

_____. Famílias: conversas sobre políticas públicas e práticas. In: TRAD, Leny A. Bonfim (org). **Família Contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010. p. 67-91.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 611 p.

_____. **A discriminação negativa. Cidadãos ou autoclaves?** Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Direitos Humanos e medo. In. FESTER, A. C. Ribeiro. **Direitos Humanos**. São Paulo: Brasiliense / Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1989. p. 15-35.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o Rap e o Funk na socialização da Juventude em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

FAERMANN, Lindamar Alves. A concepção de família que orienta a intervenção profissional do assistente social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p.1-16, 2014.

FERRARI, Márcio. Desigualdades Persistentes. **Pesquisa FAPESP**, n. 233, p. 82-85, jul. 2015. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/07/15/desigualdades-persistentes/>>. Acesso em: 29 set. 2015.

FERREIRA, Rosa Maria Fisher. **Meninos de Rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: IBREX, 1979.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. Crianças e adolescentes em situação de rua e seus macro determinantes. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n 2, p. 338-349, abr./jun.2011

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Científica**. 3. ed. Tradução de Joice Elias Costa, Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTANA, A.; FREY, J. H. Interviewing. In: Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (eds.). **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994. p. 361-376

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREUD, Sigmund. O interesse científico da psicanálise. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FUHRMMAN, Nádia Lúcia. O Primado do Reconhecimento sobre a Redistribuição: a origem dos conflitos sociais a partir da teoria de Axel Honneth. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, no 33, mai./ago. 2013, p. 170-203. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v15n33/v15n33a07.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social de rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Cortez, 2001.

GUIMARÃES, Gisele. Moinho da Luz: Uma experiência de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua. In: LESCHER, A. D.; BEDOIAN, G. (Orgs.).

Ensino-Projeto Quixote. Textos de Apoio. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2007.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13. ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): Celats, 2000.

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil**: Debates e Desafios. Brasília: IPEA, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 54-68, 1998.

KLEINMAN, Paul. **Tudo o que você precisa saber sobre filosofia**. Tradução de Cristina Sant'anna. São Paulo: Editora Gente, 2014. p. 24-33.

KOLLER, Sílvia Helena; HUTZ, Claudio Simon. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. **Coletâneas da ANPEPP**, Rio de Janeiro, v.1, n. 12, p. 11-34, 1996.

LEROUX, Johann. The Worldwide Phenomenon of street children: a conceptual a analysis; *Adolescence*, **Libra Publishers**, San Diego, v. 31, n. 24, 1996.

LESCHER, Auro Danny; BEDOIAN, Graziela (Orgs.). **Ensino-Projeto Quixote**. Textos de Apoio. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2007.

MARQUES, Sílvia Cristina Aguetoni. O cinema como ferramenta de análise e transformação cultural: o franquismo em Bigas Luna. **Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista**, São Paulo, p.1-15, 1º sem. 2013. Disponível em: <http://www.semeiosis.com.br/wp-content/uploads/2013/07/semeiosis_2013_07_MARQUES_Bigas-Luna.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

MARTINS, Jorge Luiz. **O Menino da Caixa de Sapatos**. 1. ed. Porto Alegre: O Sonho da Traça, 2012.

MARTINS, Rosana. O rap nacional na sociedade de consumo. **Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE USP)**, São Paulo, 2002. Disponível em: <
<http://www.usp.br/nce/?wcp=/aeducomunicacao/texto,2,232,151>>. Acesso em 22 set. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

_____. **O limite da exclusão social**: meninos e meninas de rua no Brasil. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.

_____. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Ciência com consciência**. LISBOA: Publicações Europa-América, 1994.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **O método quatro**: habitat, vida, costumes, organização. Tradução de Jurema Machado da Silva, 4. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2008. 319 p.

_____. **O paradigma perdido**: a natureza humana. 4 ed. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 2010.

_____.; LE MOINE, Jean-Louis. **A inteligência da Complexidade**. Tradução de Nurima Maria Falci. São Paulo: Petrópolis, 2000.

NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. A rua como contexto de desenvolvimento. In: LODELO, E. R.; CARVALHO, A.; KOLLER, S.H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador: Ed. UFBA, 2002. p. 205-230.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da 'questão social'. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun. 2001, p. 41-49.

_____. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 1, p.202-222, jan/jun. 2012.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Tradução de Lúcia Pereira de Souza, São Paulo: TRIOM – Centro de Estudos Marma e Martin Harvey, 1999.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13- 49, abr. 1997.

PRATES, Jane et al. A política de inclusão para populações em situação de rua no Brasil e o desafio da integralidade. In: **I SIPINF - Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: desafios éticos no ensino, na pesquisa e na formação profissional**, 2013, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. v. 1. p. 1-9.

_____.; PRATES, Flavio C.; ARAÚJO, Simone M. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por este segmento. **Temporalis: Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

QUERIDO, Alessandra Matias. Autobiografia e autorretrato: cores e dores de Carolina Maria de Jesus e de Frida Kahlo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.3, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300016>. Acesso em: 22 set. 2015.
RIZZINI, Irene (Coord.). **Vida nas Ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. 284p.

_____. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2006, 152p.

_____. **Crianças e adolescentes com direitos violados**: situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2010. 48p.

_____.; BUTLER, Udi Mandel. Crianças e Adolescentes que vivem e trabalham nas ruas revisitando a literatura. In: RIZZINI, Ireni. **Vidas nas Ruas**: trajetórias inevitáveis. Rio de Janeiro: PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

RODRIGUES, Maria Lúcia. Transdisciplinaridade e Interdisciplinaridade: desafios da incorporação de novos conceitos para trabalho em equipes na área da saúde. **Cadernos de Serviço Social**, Campinas, ano XIII, n. 24, 2004.

_____. **Metodologia Multidimensional em Ciências Humanas**: um ensaio a partir do Pensamento de Edgar Morin. Brasília: Liber Livro, 2006.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. A centralidade da família na política de assistência social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100011&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 6 mai. 2016.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Cor/raça nas estatísticas educacionais brasileiras**: versão preliminar. São Paulo: FCC/PREAL, 2005.

SANTANA, Vagner Caminhas; OLIVEIRA, Daniel Coelho de; MEIRA, Thiago Augusto Veloso. Novos arranjos familiares: uma breve análise. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano 17, n. 177, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd177/novos-arranjos-familiares-uma-breve-analise.htm>>. Acesso em 11 out. 2015.

SAWAIA, Bader. (Org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

SEADH – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano; CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Conhecendo a Realidade**: situação dos Conselhos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes e Conselhos Tutelares. Brasília: CEATS/FIA, 2007.

SENNETT, Richard. Carne e Pedra. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997.

SILVA, Domiciano Correa Marques Da. Teoria do Caos. **Brasil Escola**. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/fisica/teoria-caos.htm>>. Acesso em 10 de nov. 2015.

SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência de programas de transferência de renda**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Janine Borges. A Construção da Responsabilidade Penal do Adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 51, v.1, p. 257-285, 2003.

SPOSATI, Aldaiza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. p. 13-56.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo, ano XXIII, n. 71, 2008, p. 9-25. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/577/n5Souza.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2015.

TEICHER, Martin. Feridas que não cicatrizam: a neurobiologia do abuso infantil. **Scientific American Brasil**, n. 1, jun. 2002. p.83-89.

TENÓRIO, Gaziele Rosa; ZAGABRIA, Débora Braga. Um estudo bibliográfico sobre o enfoque da família nas políticas públicas de atenção a criança e adolescentes. **Serviço Social Revista**, Londrina, v. 15, n.1, p. 137-165, jul./dez.2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/13696/12473>>. Acesso em: 20 set. 2015.

THIOLLENT, Michael. **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1981.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Curso de Capacitação em Serviço em Serviço Social e Política Social**, módulo 04, Brasília: CEAD; Universidade de Brasília, 2000. p.19-34.

_____. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Estado, políticas sociais e implementação do SUAS. In: PAULA, Renato Francisco dos Santos (Coord.). **SUAS: Configurando os eixos de mudança**, v.1, Brasília, SNAS/MDS – PUC/SP IEE, 2008. p.79-136.

ZIRALDO. **Um menino chamado Raddysom e mais Meninos de Portinari**. 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2014. 40 p.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 159-178, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a07v24n82.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2016.

B. TRABALHOS ACADÊMICOS:

FLOOTHUIS, Gabriela Rita de Cássia Corrêa. **A cidadania da criança e do adolescente em situação de rua**. 1998. 162f. Monografia (Graduação em Pedagogia com habilitação em Magistério) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

FLORENTINO, José Augusto Ayres. **Niklas Luhmann e a Teoria Social Sistêmica: um ensaio sobre a possibilidade de sua contribuição às políticas sociais, exemplificada no fenômeno “rualização”**. 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Organizações e Sociedade) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/1919/1/000387472-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

MATTOS, Ricardo Mendes. **Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade**. 2006. 244f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade São Marcos, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp011986.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

MEDEIROS, Marcelo. **Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua**. 1999. 155 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1999. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-25022003-082739/pt-br.php>>. Acesso em 25 set. 2015.

NEIVA-SILVA, Lucas. **Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua**. 2003. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2003.

NOGUEIRA, Rivanil Rubens. **A maiêutica como técnica educativa no Serviço Social**. 2008. 123f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROBERTO, Ana Carla Junqueira Meirelles. **Teoria da Complexidade: uma contribuição para o Serviço Social**. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROSIM, Rosangela Sossolote. **A gestão social de uma política pública como ação político-pedagógica: A experiência da FUNDHAS - Fundação de Atendimento a Criança e ao Adolescente “Profº. Hélio Augusto de Souza” no período de 1993 a 1996**. 211f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SANTANA, Ana Flávia de Souza. **Tendo a rua como casa: ensaio etnopsicológico com crianças**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Colegiado de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: < http://www.pospsi.ufba.br/Ana_Flavia_Santana.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

SANTANA, Juliana Prates, **Instituições de atendimentos a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos**. 2003. 113f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2162/000365214.pdf?sequence=1>> Acesso em: 25 set. 2015.

SILVA, Ana Lúcia de Souza Barros. **A relação com entidades sociais na gestão da assistência social em São José dos Campos: uma experiência em análise**. 2011. 289 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Uma análise crítica sobre a visão de mundo dos meninos e meninas de rua da cidade de São Carlos**. 1993, 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

VARANDA, Walter. **Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua**. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Saúde

Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

C. PESQUISAS E CENSOS:

ABREU, Domingos (Coord.). **Censo da exclusão ou a falta de inclusão nos censos? A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras**. Fortaleza: Campanha Criança não é de Rua - Campanha Nacional de Enfrentamento à Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes, 2009. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/downloads/pdf/inclusao.pdf>>. Acesso em 19 set. 2015.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; SAS - Secretaria de Assistência Social. **Levantamento Censitário e a Caracterização Socioeconômica da População Moradora de Rua na Cidade de São Paulo - 2000**. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Pesquisa/1.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Pesquisa/estimativa_pessoas_em_situacao_de_Rua_2003.pdf>. Acesso em 19 set. 2015.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo: Relatório Final da Primeira Etapa**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Pesquisa/3.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo: Relatório Final da Segunda Etapa**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Pesquisa/4.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Censo da População de Moradores em Situação de Rua e Caracterização Socioeconômica da População Adulta da Cidade de São Paulo: Relatório do Levantamento Censitário**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Pesquisa/6.pdf>. Acesso em 19 set. 2015.

_____. **Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo: 2015 - Resultados.** São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

GEHLEN, Ivaldo (Coord.). **Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Laboratório de Observação Social, Projeto GRANPAL, 2004. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/relatorio_pesquisa_granpal.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010:** São José dos Campos. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/6XK>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MARINHO, Marco Antônio Couto (Coord.). **Diagnóstico da situação da criança, do adolescente e do jovem em Belo Horizonte.** Livro 11: Política de atendimento à criança e ao adolescente: assistência social e rede de entidades registradas no CMDA. Belo Horizonte: UNILIVRECOOP, 2013. Disponível em: <http://extensao.uemg.br/criancaseadolescentes/wp-content/uploads/2014/09/livro_11_cd_2.pdf>. Acesso em 20 set. 2015.

PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo; SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; FESPSP - Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais. **Censo da População em Situação de Rua na Municipalidade de São Paulo:** Principais Resultados. São Paulo, 2011. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Monitoramento/censo2011.pdf>. Acesso em 22 set. 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.91, p.30-45, nov.1994. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/745.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015

SDH – Secretaria de Direitos Humanos; IDEST - Instituto de Desenvolvimento Sustentável. **Primeira pesquisa censitária nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua.** Porto Alegre: Meta Instituto de Pesquisa e Opinião, 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/14748-Primeira-pesquisa-censitaria-nacional-sobre-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua.html>>. Acesso em: 15 set. 2015.

D. LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168p.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 dez. 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília: MDS/SNAS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 jul. 2005a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS**. Brasília: MDS/SNAS, 2005b.

_____. Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006. Constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 out. 2006b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 2009a.

_____. Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 nov. 2009b.

_____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 jul. 2011a.

_____. Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jun. 2011b.

_____. Resolução CNAS nº 1, de 21 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 fev. 2013.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 182**. Convenção sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Genebra, 1999. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_182.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

E. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. **Guia de Orientação nº 1**. Brasília: MDS, 2005c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**: relatório. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006a. 96 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**: manual de gestão de condicionalidades. Brasília: MDS, 2006c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS**. Brasília: MDS, 2010.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: MDS/SNAS, 2011c.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – Centro Pop. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2011d.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**: Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília: MDS. 2015

F. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS:

DA vida de rua à maternidade. Reportagem: Fernanda Aranda e Heloisa Ferreira. Imagens: Daniel CB e Francisco Mitre. Edição: Francisco Mitre. São Paulo: TV iG, 2011. (10'25"), son., color. Disponível em: < <http://tvig.ig.com.br/noticias/brasil/da-vida-de-rua-a-maternidade-8a4980263195f6850131c62a07e20d76.html>>. Acesso em: 24 set. 2015.

FILHO da rua. Reportagem: Letícia Duarte. Imagens: Jefferson Bottega. Porto Alegre: Zero Hora, 2011. (8'41"), son., color. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/pagina/filho-da-rua.html>>. Acesso em: 22 set. 2015.

ÔNIBUS 174. Direção: José Padilha. Codireção: Felipe Lacerda. Rio de Janeiro: Riofilme, 2002. (150 min.): 35mm, son., color.

QUANDO a casa é de rua. Produção e direção: Thereza Jessouroun. Rio de Janeiro, Cidade do México: Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), Coletivo para os Direitos da Criança (CODENI), 2012. (35'19"), son., color. Disponível em: < <http://tvpucc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=582&sid=6>>. Acesso em 25 set. 2015.

G. REPORTAGENS:

ABUD, Marcelo. Ziraldo conta história de meninos de rua em novo livro. **Net Educação**. 2014. Disponível em: <<http://neteducacao.com.br/multimidia/audios/ziraldo-conta-historia-de-meninos-de-rua-em-novo-livro>>. Acesso em: 22 set. 2015.

AGÊNCIA ESTADO. Grandes cidades têm 23.973 crianças de rua, diz censo. **Estado de S. Paulo**. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,grandes-cidades-tem-23973-criancas-de-rua-diz-censo,683929>>. Acesso em: 19 set. 2015.

CANELLAS, Marcelo. Pesquisa mostra que esmola financia o uso de drogas das crianças de rua. **Fantástico**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/10/pesquisa-mostra-que-esmola-financia-o-uso-de-drogas-das-criancas-de-rua.html>>. Acesso em: 22 set. 2015.

CARNEIRO, Luiza. Ex-menino de rua do RS lança livro infanto-juvenil sobre sua trajetória. **Portal G1**. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/08/ex-menino-de-rua-do-rs-lanca-livro-infanto-juvenil-sobre-sua-trajetoria.html>>. Acesso em 22 set. 2015.

DRIVE-THRU de drogas provoca congestionamento em São José dos Campos. Portal R7. 2016. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sp-no-ar/videos/drive-thru-de-drogas-provoca-congestionamento-em-sao-jose-dos-campos-12052016>>. Acesso em 16 mai. 2016.

NO VALE, número de adolescentes detidos aumenta 70% em 2014. Portal G1. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2015/02/no-vale-numero-de-adolescentes-detidos-aumenta-70-em-2014.html>>. Acesso em: 6 mai. 2016.

RODRIGUES, Elaine. Dobra o número de apreensões de menores em São José dos Campos. **Jornal Meon**. 2014. Disponível em: <<http://www.meon.com.br/noticias/regiao/dobra-o-numero-de-apreensoes-de-menores-em-sao-jose-dos-campos>>. Acesso em 5 mai. 2016.

RODRIGUES, Filipe. PM triplica apreensões de drogas no Campo dos Alemães em São José. **Portal G1**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/04/pm-triplica-apreensoes-de-drogas-no-campo-dos-alemaes-em-sao-jose.html>>. Acesso em: 5 mai. 2016.

SÃO JOSÉ é recordista na apreensão de infratores. O Vale. 2015. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/s-o-jose-e-recordista-na-apreens-o-de-infratores-1.637358>>. Acesso em: 5 mai. 2016.

TRÁFICO de drogas toma conta do Campo dos Alemães em São José. Portal G1. 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/link-vanguarda/videos/v/trafico-de-drogas-toma-conta-do-campo-dos-alemaes-em-sao-jose/4853887/>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

H. PÁGINAS DA INTERNET E SITES INSTITUCIONAIS:

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. **PNUD**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SUAS – Sistema Único de Assistência Social. **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**. Brasília: MDS, 2016. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/alta-complexidade>. Acesso em: 11 mai. 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Glossário dos Termos Técnicos da Assistência Social**. 2016. Disponível em: <<http://www.pmas.sp.gov.br/Arquivos/glossario.htm>> Acesso em: 3 out. 2015.

PMSJC - Prefeitura Municipal de São José Dos Campos. **Desenvolvimento Social**. Disponível em: < http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_social.aspx>. Acesso em: 2 jun. 2016.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PPDI**. Disponível em: < http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/planejamento_urbano/plano_diretor.aspx>. Acesso em: 2 jun. 2016.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – 2006**. São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://produtos.seade.gov.br/projetos/iprs/ajuda/2006/reg1000.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2015.

_____. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – 2010**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2015.

ANEXO A – Listagem de obras não citadas que embasaram a elaboração desta tese:

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. **Competência e Sensibilidade solidária: educar para a esperança**. Petrópolis: Vozes: 2000.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, MDS, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. 2. ed. Brasília: MDS; SNAS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Especial. **Perguntas e Respostas: o Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. 2. ed. Brasília: MDS/SNAS, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_perguntas_respostas_redesenho_peti_2014.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS/Senarc, 2015.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (Orgs.). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CARIA, Telmo. O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões. **Revista Análise Social**, Lisboa, Portugal, v. XVIII (4º), p. 749-773, 2008.

CARVALHO, Edgar de Assis. **Cultura e pensamento complexo**. Natal: EDUFRN – Editora da URFN, 2009.

_____. Tecnociência e Complexidade da Vida. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v.2, n. 21, jun. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/951>>. Acesso em 16 set. 2015.

_____. et al. **Ética, solidariedade e complexidade**. 2. ed. São Paulo: Palas Athena, 2000.

DELGADO. M. **Designs and Methos for Youth-Led Research**. Thousand Oaks, CA: Sage; 2006.

FERREIRA, Ivanete Salete Boschetti. Assistência Social. In: **Capacitação em Serviço Social, módulo 3: Políticas Sociais**. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta continuada à Distância, 2000.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH. Anotada e Comentada**. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KALOUSTIAN, Silvio. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. Cidades complexas no século XXI: ciência, técnica e arte. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.3, p. 37-44, jul. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2015.

MORIN, Edgar. **Em busca dos fundamentos perdidos – textos sobre o Marxismo**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Maria Lúcia Rodrigues. 2.ed., Porto Alegre, Sulina: 2004.

NICOLESCU, Basarab. **A prática da transdisciplinaridade**. 1º Encontro Catalisador do CETRANS – Escola do Futuro – USP. Itatiba, SP: 1999.

NOWAK, Martin A. Why We Help: The Evolution of Cooperation. **Scientific American**, v.307, p.34-9, 2012.

OURIQUES, C. Do menino ao jovem adulto de rua portador de HIV. 2005. 214f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PAUGAM, Serge. Fragilização dos vínculos: uma dimensão essencial do processo de desqualificação. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XX, nº60, jun. 1999.

PRATES, Jane Cruz (Org). **Fragmentos de uma metrópole: meninos e meninas em situação de rua**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. et al. **Estudo avaliativo sobre a implantação da Política de Inclusão para Populações em Situação de Rua nas capitais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a partir da integralidade**. Projeto de Pesquisa, Edital 10 Universal/CNPq, 2012.

_____.; REIS, C.N.; ABREU, P. A metodologia de pesquisa para populações de rua e as alternativas de enfrentamento pelo Poder Público Municipal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 64, 2000.

REIS, C. Nelson dos; PRATES, Jane Cruz; MENDES, Jussara. **A realidade dos moradores de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA/FESC-FSS/PUCRS, 1995.

ROSA, Cleisa M. Maffei (Org). **População de Rua - Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SCHUCH, Patrice et al. **Pesquisa sujeitos em situação de rua**. Porto Alegre: UFRGS/FASC, 2008.

SENNETT, Richard. **Respeito: A formação de caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SERAPIONI, M. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 243-253, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10s0/a25v10s0.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2015.

SILVA, Marta Borba. **O “louco de rua” e a seguridade social em Porto Alegre: da (in)visibilidade social a cidadania.** 2005. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VIEIRA. M. A. (Org.) et al. **População de rua: Quem é, como vive, como é vista.** São Paulo: Hucitec, 1992.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades.** Brasília: UNICEF, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais,** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164.

ANEXO B – Listagem de todas as legislações mencionadas na tese:

| |
|---|
| Leis Inglesas anteriores ao século XX: |
| Estatuto dos Trabalhadores (1349) |
| Estatuto dos Artesãos (1563) |
| Lei dos Pobres / Elisabetana (entre 1531 e 1601) |
| Lei de Domicílio / <i>Settlement Act</i> (1662) |
| Lei Revisora das Leis dos Pobres / Nova Lei dos Pobres / <i>Poor Law Amendment Act</i> (1834) |

| |
|--|
| Internacionais: |
| Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. |
| Convenção dos Direitos da Criança (1989). Adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. |
| Recomendação nº 190. Recomendação referente à proibição e ação imediata para a eliminação das piores formas de trabalho infantil, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 87ª Sessão, em Genebra, no dia 17 de junho de 1999. |

| |
|--|
| Nacionais: |
| Lei do Ventre Livre (1871). Promulgada em 28 de setembro de 1871. Considera livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir da data da lei no Império do Brasil. |
| Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Estabelece o primeiro Código de Menores do Brasil. |
| Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Estabelece o Código Penal Brasileiro. |
| Política Nacional de Bem Estar do Menor – PNBEM (1964). Teve suas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal 4.513 , de 1º de dezembro de 1964. |
| Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Estabelece o Código de Menores. |
| Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. |
| Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. Altera os dispositivos do Código Penal e dá outras providências. |

| |
|--|
| Lei nº 8.069 , de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. |
| Lei nº 8.080 , de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. |
| Decreto nº 99.710 , de 21 de novembro 1990. Promulga a Convenção dos Direitos da Criança. |
| Portaria nº 545 , de 20 de maio de 1993. Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica - SUS 01/93. |
| Lei nº 8.742 , de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. |
| Lei nº 9.394 , de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes Básicas (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. |
| Decreto nº 3.597 , de 09 de dezembro de 2000 (decreto do Executivo). Promulga Convenção nº 182 e a Recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. |
| Lei nº 10.097 , de 19 de dezembro de 2000. Lei da Aprendizagem Profissional. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. |
| Lei nº 10.406 , de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro. |
| Decreto nº 4.134 , de 15 de fevereiro de 2002. Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego. |
| Lei nº 10.886 , de 17 de junho de 2004. Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica". |
| Resolução CNAS nº 145 , de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. |
| Resolução CNAS nº 130 , de 15 de junho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. |
| Portaria GM/MDS nº 666 , de 28 de dezembro de 2005. Estabelece a integração entre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o Programa Bolsa Família – PBF. |
| Decreto s/nº de 25 de outubro de 2006. Constitui Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. |

| |
|---|
| <p>Resolução Conjunta CNAS/CONAND nº 1/2006, de 13 de dezembro de 2006. Aprova o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.</p> |
| <p>Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.</p> |
| <p>Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.</p> |
| <p>Decreto nº 6.481 de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.</p> |
| <p>Resolução nº 109, de 1 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.</p> |
| <p>Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.</p> |
| <p>Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.</p> |
| <p>Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social - LOAS.</p> |
| <p>Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.</p> |
| <p>Resolução CNAS nº 1, de 21 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências.</p> |

| |
|--|
| <p>Estaduais (São Paulo) e municipais (São José dos Campos):</p> |
| <p>Lei nº 2.484, de 16 de dezembro de 1935. Promulga a Lei Orgânica dos Municípios.</p> |
| <p>Decreto Estadual nº 7.007, de 12 de março de 1935. Cria, nos termos do decreto n.º 6.501, de 19 de junho de 1934, a estância climatérica de São José dos Campos, com a área e os limites do atual município do mesmo nome.</p> |

| |
|--|
| <p>Lei Municipal nº 3.676, de 11 de dezembro de 1989. Institui o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA.</p> |
| <p>Lei Orgânica Municipal (LOM) de São José dos Campos, de 05 de abril de 1990.</p> |
| <p>Lei Municipal nº 4.317, de 18 de novembro de 1992. Dispõe sobre a celebração de convênio com entidades sociais do município.</p> |
| <p>Decreto Municipal nº 7.964, de 7 de abril de 1993. Estabelece detalhamentos relativos às normas, prazos e competências para a celebração de convênios entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e as entidades sociais do município.</p> |
| <p>Lei Municipal 4.800, de 07 de março de 1996. Altera a redação dos incisos I e X do artigo 1º, dos artigos 47, 48 e dos incisos I e V do art. 59 da Lei nº 3.939, de 21 de março de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, cria cargos no quadro da Secretaria de Desenvolvimento Social e dá outras providências.</p> |
| <p>Lei Municipal nº 4.892, de 05 de julho de 1996. Institui o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.</p> |
| <p>Lei Municipal nº 4.956, de 21 de outubro de 1996. Dispõe sobre a celebração de convênios com entidades sociais sem fins lucrativos do município para concessão de subvenções e auxílios.</p> |
| <p>Lei Municipal nº 5.785, de 19 de dezembro de 2000. Autoriza o Poder Executivo a assumir o encargo com a locação de prédio destinado à instalação do projeto de atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua - Projeto Aruaí.</p> |
| <p>Lei Municipal nº 6.428, de 20 de novembro de 2003. Consolida a legislação municipal sobre a Assistência Social e dá outras providências.</p> |

ANEXO C - Parâmetros de referência para a definição do número de CREAS, considerando o porte dos municípios:

| Porte do município | Número de habitantes | Parâmetro de referência |
|-------------------------------|-----------------------------|---|
| Pequeno Porte I | Até 20.000 | Cobertura de atendimento em CREAS Regional; ou Implantação de CREAS municipal, quando a demanda local justificar. |
| Pequeno Porte II | De 20.001 a 50.000 | Implantação de pelo menos 01 CREAS |
| Médio Porte | De 50.0001 a 100.000 | Implantação de pelo menos 01 CREAS |
| Grande Porte, Metrópoles e DF | A partir de 100.001 | Implantação 01 CREAS a cada 200.000 habitantes |

Fonte: Fernandes (2014, p.34)¹⁸².

¹⁸² FERNANDES, Juliana. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos (PAEFI)**. Brasília: MDS/SNAS, 2014. 75 slides. Apresentação em Power-point. Disponível em: < http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2014/03/Apresenta_o-MDS-CREAS.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

ANEXO D - Recomendações do MDS quando aos Recursos Humanos para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS):

| Municípios | | Capacidade de Atendimento / Acompanhamento | Equipe de Referência |
|------------------------------------|---------------------------------|--|---|
| Porte | Nível de gestão | | |
| Pequeno Porte I e II e Médio Porte | Gestão inicial, básica ou plena | 50 casos (famílias/ indivíduos) | 1 Coordenador 1 Assistente Social 1 Psicólogo 1 Advogado 2 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 1 Auxiliar administrativo |
| Grande Porte, Metrópole e DF | Gestão inicial, básica ou plena | 80 casos (famílias/ indivíduos) | 1 Coordenador 2 Assistentes Sociais 2 Psicólogos 1 Advogado 4 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 2 Auxiliares Administrativos |

Fonte: Fernandes (2014, p. 39)¹⁸³

¹⁸³ FERNANDES, Juliana. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos (PAEFI)**. Brasília: MDS/SNAS, 2014. 75 slides. Apresentação em Power-point. Disponível em: < http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2014/03/Apresenta_o-MDS-CREAS.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

ANEXO E - Censos da população de crianças e adolescentes em situação de rua - 2004 a 2008

| CIDADE | ANO | PESQUISA | REALIZAÇÃO |
|-----------------------|------------|---|--|
| Fortaleza | 2007 | Pesquisa Anual sobre a vivência de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de Fortaleza | Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua em parceria com o Laboratório de Estudos da Violência da UFC |
| Fortaleza | 2008 | Diagnóstico Socioeconômico de crianças, adolescentes e adultos moradores de rua na cidade de Fortaleza | Grupo de Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (UECE) em parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado/CE |
| Aracaju | 2007 | Caracterização da População em Situação de Rua | Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) em parceria com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe |
| Porto Alegre | 2007 | Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre | Laboratório de Observação Social (LABORS) da UFRGS em parceria com a Fundação da Assistência Social e Cidadania (FASC) |
| Teresina | 2004 | Crianças e Adolescentes em Situação de Rua | Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Criança e Adolescente da UFPI em parceria com a Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente de Teresina. |
| São Paulo | 2007 | Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo | Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social |
| Rio de Janeiro | 2007 | Levantamento da População em Situação de Rua na Cidade do Rio de Janeiro | Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro |
| Recife | 2005 | Censo e Análise Qualitativa da População em Situação de Rua na Cidade do Recife/2005. | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com Prefeitura do Recife (Instituto de Assistência Social e Cidadania - IASC), UFPE – Departamento de Psicologia, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/PE e Organização do Auxílio Fraternal/SP. |
| João Pessoa | 2008 | Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Cidade de João Pessoa | Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de João Pessoa em parceria com UFPB. |

Fonte: Abreu (2009, p. 27-8)¹⁸⁴.

¹⁸⁴ ABREU, Domingos (Coord.). **Censo da exclusão ou a falta de inclusão nos censos? A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras.** Fortaleza: Campanha Criança não é de Rua - Campanha Nacional de Enfrentamento à

ANEXO F – Recomendações do MDS para o trabalho assistencial com a população de rua:

Recomendações – assistência à população de rua

- Compor quadros técnicos qualificados;
- Superar o desenvolvimento de ações isoladas;
- Aprimorar a gestão e qualificar a oferta dos serviços;
- Fortalecer estratégias e ações intersetoriais para efetivar a atenção integral.

Fonte: Fernandes (2014, p.70)¹⁸⁵.

Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes, 2009. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/downloads/pdf/inclusao.pdf>>. Acesso em 19 set. 2015.

¹⁸⁵ FERNANDES, Juliana. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos (PAEFI)**. Brasília: MDS/SNAS, 2014. 75 slides. Apresentação em Power-point. Disponível em: < http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2014/03/Apresenta__o-MDS-CREAS.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

ANEXO G – Normas de transcrição de entrevistas gravadas

| Ocorrências | Sinais | Exemplificação |
|--|--|---|
| Incompreensão de palavras ou segmentos | () | Do nive de rensa () nível de renda nominal |
| Hipótese do que se ouviu | (hipótese) | (estou) meio preocupado (com o gravador) |
| Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre) | / | E comé/e reinicia |
| Entonação enfática | Maiúscula | Porque as pessoas reTEM moeda |
| Prolongamento de vogal e consoante (como s, r) | :: podendo aumentar para ::::: ou mais | Ao emprestarmos éh::: ... dinheiro |
| Silabação | - | Por motivo tran-sa-ção |
| Interrogação | ? | E o Banco... Central... certo? |
| Qualquer pausa | ... | São três motivos... ou três razões ... que fazem com que se retenha moeda ... existe uma ... retenção |
| Comentários descritivos do transcritor | ((minúscula)) | ((tossiu)) |
| Comentários que quebram a sequência temática da exposição: desvio temático | -- -- | ... a demanda de moeda -- vamos dar casa essa notação -- demanda de moeda por motivo ... |
| Superposição, simultaneidade de vozes | Ligando as linhas | a. na casa de sua irmã b. [sexta-feira? a. fazem LÁ b. [cozinham lá |
| Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo. | (...) | (...) nós vimos que existem... |
| Citações literais de textos, durante a gravação | “entre aspas” | Pedro Lima ... ah escreve na ocasião.. “ O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREira entre nós”... |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Iniciais maiúsculas : só para nomes próprios ou para siglas (USP etc) 2. Fáticos: ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá (não por <i>está</i>: tá? Você <i>está</i> brava?) 3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados. 4. Números por extenso. 5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa) 6. Não se anota o <i>cadenciamento da frase</i>. 7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::... (alongamento e pausa) 8. Não se utilizam sinais de pausa, típicas da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa. | | |

Fonte: Preti (1999, p. 11)¹⁸⁶.

¹⁸⁶ PRETI, D. (org.) *O discurso oral culto*. 2. ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999. 224p.

APÊNDICE A - Descrição dos serviços de Proteção Especial de Assistência Social de acordo com a NOB/SUAS:

A Política Nacional de Assistência Social, instituída no ano de 2004, organizou e dividiu as ações e os serviços da assistência social em duas categorias: proteção social básica e proteção social especial. Dentro da proteção social especial, existem duas subcategorias: proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade. Os quadros a seguir trazem detalhes acerca dessas duas modalidades:

| MODALIDADE DE PROTEÇÃO ESPECIAL | FINALIDADE |
|---|---|
| PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE | São ações destinadas a situações onde os direitos do indivíduo e da família já foram violados, mas ainda há vínculo familiar e comunitário. O programa exige uma estrutura técnica e operacional maior do que os classificados como proteção básica, com atendimento individualizado e monitoramento sistemático. |
| PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE | Atende a casos onde os direitos do indivíduo ou da família já foram violados, e também quando o vínculo familiar é rompido. Eles garantem proteção integral - moradia, alimentação, trabalho - para quem está em situação de ameaça, necessitando deixar o núcleo familiar ou comunitário. Abrigos e albergues são alguns exemplos de serviços de proteção social de alta complexidade. |

Fonte: Brasil (2016)

Quanto aos serviços oferecidos no âmbito da proteção social especial, tanto de média quanto de alta complexidade, os quadros a seguir trazem mais informações sobre cada uma das instituições, suas finalidades, público atendido, dentre outros detalhes.

A1 - PSE de Média Complexidade: serviços

De acordo com o MDS, “os serviços de proteção social especial de média complexidade devem oferecer atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos com direitos violados, cujos vínculos familiares não foram rompidos”.

(MDS, 2016). Prevê-se a existência de uma unidade de referência pública e estatal para a oferta dos serviços: CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

CREAS CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

Descrição:

Constitui-se numa unidade pública estatal, polo de referência, coordenador e articulador da Proteção Social Especial de Média Complexidade. É a unidade responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a famílias e indivíduos com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família, nas perspectivas de potencializar e fortalecer sua função protetiva.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS – PAEFI

Descrição:

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

Usuários:

Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:

- Violência física, psicológica e negligência;
- Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;
- Tráfico de pessoas;
- Situação de rua e mendicância;
- Abandono;
- Vivência de trabalho infantil;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;
- Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.

SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

Descrição:

Serviço ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais

de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

Usuários:

Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos (as) e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)

Descrição:

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso aos direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos (as) adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do (a) adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do (a) adolescente.

Usuários:

Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS (AS) E SUAS FAMÍLIAS

Descrição:

Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos (as) com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos. O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. As ações devem possibilitar a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive e compartilha cultura, troca vivências e experiências. A partir da identificação das necessidades, deverá ser viabilizado o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer, sempre priorizando o incentivo à autonomia da dupla “cuidador e dependente”. Soma-se a isso o fato de que os profissionais da equipe poderão identificar demandas do dependente e/ou do cuidador e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições.

Usuários:

Pessoas com deficiência e idosos (as) com dependência, seus cuidadores e familiares.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Descrição:

Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário. Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social.

Usuários:

Jovens, adultos, idosos (as) e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

Fonte: Brasil (2016)

A2 - PSE de Alta Complexidade: serviços

Conforme determina o MDS, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como objetivo “garantir a proteção integral a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados”. (BRASIL, 2016). Oferece serviços que proporcionam o acolhimento, o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e, ainda, o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos atendidos. Vale salientar que

(...) a partir da implantação da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS 2005), os critérios para o co-financiamento federal dos Serviços Socioassistenciais Continuados de Alta Complexidade (Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência), são pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e deliberadas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, segundo critérios de partilha e elegibilidade pautados em diagnósticos sociais e capacidade de gestão dos municípios, Estados ou Distrito Federal a partir da disponibilidade de recursos orçamentários. (BRASIL, 2016)

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Descrição:

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos, favorecendo o convívio familiar e comunitário. Deve funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Usuários:

Crianças e adolescente; adultos e famílias; jovens e adultos com deficiência; idosos; mulheres em situação de violência.

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA

Descrição:

Serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada. O atendimento deve apoiar a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração social e o desenvolvimento em sistema de autogestão ou co-gestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores.

Usuários:

Pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e auto-sustentação.

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

Descrição:

Serviço que organiza o acolhimento em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem.

Usuários:

Crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS

Descrição:

Serviço que promove apoio e proteção, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades.

Usuários:

População atingida por situações de emergência e calamidade pública.

Fonte: Brasil (2016)¹⁸⁷

¹⁸⁷ Todas as informações presentes Anexo A foram retiradas da homepage do SUAS, disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas>>. Acesso em: 6 out. 2015.

APÊNDICE B – A evolução das legislações brasileiras referentes à criança e ao adolescente:

| ANO | LEGISLAÇÃO | ARTIGOS |
|------|---|---|
| 1988 | Constituição Federal (05 de outubro de 1988) | <p>Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.</p> <p>§ 8º. O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.</p> <p>Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.</p> <p>§ 4º. A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.</p> |
| 1989 | Convenção dos Direitos da Criança (Adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989). | “Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança – Carta Magna para as crianças de todo o mundo – em 20 de novembro de 1989, e, no ano seguinte, o documento foi oficializado como lei internacional. A Convenção sobre os Direitos da Criança é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 193 países. Somente dois países não ratificaram a Convenção: os Estados Unidos e a Somália – que sinalizaram sua intenção de ratificar a Convenção ao assinar formalmente o documento” ¹⁸⁸ . |
| 1989 | Regras de Beijing | Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça. |
| 1990 | Convenção dos Direitos da Criança – Brasil | Brasil ratifica a Convenção dos Direitos da Criança de 20/11/1989 (Cf. art. 19.1) em 26/01/1990. |
| 1990 | Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). | <p>Art. 5. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.</p> <p>Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.</p> <p>Art. 18. É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do</p> |

¹⁸⁸ UNICEF BRASIL. Convenção Sobre os Direitos da Criança. **Portal Unicef Brasil**. 2016. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

| | | |
|------|--|--|
| | | <p>adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.</p> <p>Art. 232. Submeter criança ou adolescente a vexame ou a constrangimento.</p> <p>Art. 233. Revogado pela Lei da Tortura. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a tortura:</p> <p>Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escolar ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de maus-tratos contra criança ou adolescente.</p> <p>Art. 263. Agrava a penalidade para maus-tratos (art. 136 do Código Penal)*.</p> <p>* Maus-tratos: Art. 136. Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:</p> <p>Fonte: Código Penal – Decreto-Lei nº 2.848 de 07/12/1940.</p> |
| 1990 | Diretrizes de Riad (Documento das Nações Unidas n.º A/CONF. 157/24, Parte I, 1990). | Estabelece os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil ¹⁸⁹ . |
| 1990 | Lei nº 8080 (de 19 de dezembro de 1990). | Instituiu as bases para Instalação do SUS – Sistema Único da Saúde. A organização da saúde desta forma trouxe importantes contribuições na busca do atendimento integral à criança e ao adolescente |
| 1993 | Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS –8.742 , de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 | Eleva a assistência social à condição de política pública, onde se prevê ações de garantia de direitos. |
| 1996 | Lei de Diretrizes Básicas – LDB | Estabelece novas diretrizes e bases para a educação. Dispõe de forma minuciosa sobre as garantias constitucionais, tais como, o reconhecimento do direito à educação infantil, a |

¹⁸⁹ PORTUGAL. Procuradoria Geral da República. **Compilação das Normas e Princípios das Nações Unidas em Matéria de Prevenção do Crime e de Justiça Penal**. Lisboa, 1995, p. 295-309. Disponível em: <<http://www.movimentodeeaus.org/data/material/diretrizes-de-riad-prevencao-da-delinquencia-juvenil.pdf>>. Acesso em: 01 fev.16.

| | | |
|-------------|---|--|
| | (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). | ampliação progressiva do ensino obrigatório e os padrões mínimos de qualidade do ensino. |
| 1997 | Lei da Tortura (Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997). | Art. 1º. Constitui crime de tortura: LII – Submeter alguém sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. II – Se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente. Revoga art. 233 do ECA. |
| 1998 | Declaração de Estocolmo | Resultado do Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo, em 1998. Foram apresentadas uma Declaração e uma Agenda de Ação, adotada por 122 países que se comprometeram a desenvolver estratégias e planos de ação com diretrizes e metas de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, a serem atingidas por meio da cooperação entre os Estados, a sociedade civil e organizações nacionais e internacionais. |
| 2000 | Protocolo Facultativo à Convenção sobre Direitos da Criança, relativo à venda de crianças à prostituição infantil e à pornografia infantil | Manual sobre o Protocolo facultativo relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil, publicado pelo Centro de Estudos Innocenti da UNICEF (<i>UNICEF Innocenti Research Centre</i>) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Junho de 2010 ¹⁹⁰ . |
| 2000 | Lei nº 10.097 (de 19 de dezembro de 2000). | Regulamenta o trabalho de aprendiz. |
| 2002 | Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002) | Art. 1634. Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores: VII. Exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição. |
| 2002 | Decreto nº 4.134, (de 15 de fevereiro de 2002). | Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego. |
| 2003 | NOB/SUAS (Resolução nº 130, | A Norma Operacional Básica de 2005 disciplina a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e legislação |

¹⁹⁰ UNICEF. Centro de Estudos Innocenti. **Manual sobre o protocolo facultativo relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil.** Florença, Itália: UNICEF Innocenti Research Centre, 2010. Disponível em: <http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/optional_protocol_por.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.

| | | |
|-------------|---|---|
| | de 15 de junho de 2005). | complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS, abordando, dentre outras coisas, a divisão de competências. Constrói as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). |
| 2004 | Lei nº 10.886, (de 17 de junho de 2004): acrescenta parágrafos ao Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”. | O Art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 9º e 10º: § 9º. Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade. |
| 2006 | Resolução Conjunta CNAS/CONAND (Resolução nº 1/2006, de 13 de dezembro de 2006). | “Aprova o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. O Plano valoriza a proposta de superação das ações meramente tutelares para a necessária articulação entre todas as políticas públicas voltadas à garantia da convivência familiar e comunitária enquanto direito das crianças e adolescentes.” (BRASIL, 2006). |

Fonte: Adaptado de Azevedo; Guerra (2005)¹⁹¹.

¹⁹¹ AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2005.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista em profundidade (dirigida aos sujeitos desta pesquisa):

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Idade:

Sexo:

Filiação:

Naturalidade:

Origem:

QUESTÕES NORTEADORAS:

- 1) Tempo de experiência nas ruas.
- 2) Motivos que o levaram a ir para as ruas.
- 3) O que a rua representa para você, hoje?
- 4) Experiências de rua marcantes.
- 5) Dificuldades enfrentadas na rua.
- 6) Formas de sobrevivência na rua
- 7) A opção de vida nas ruas está ligada com classe social e desigualdade social?
- 8) Tem vínculos familiares com pessoas do município?
- 9) Acessa os serviços existentes para moradores de rua no município?
- 10) Expectativas em relação ao próprio futuro.

APÊNDICE D – Termo de Compromisso Livre e Esclarecido:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Processo de realização: resistências e aquiescências de crianças, adolescentes e adultos.

Pesquisador Responsável: Ana Carla Junqueira Meirelles Roberto

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (12) 39122203

A pesquisa que me proponho a realizar tem como objetivo aprofundar o conhecimento do processo e trajetória de vida de pessoas que iniciaram a vivência de rua na infância e continuam nesta situação até o presente, no município de São José dos Campos-SP, assim como as relações desta vivência com as drogas e a criminalidade, para, a partir disto, analisar criticamente as políticas públicas incluindo a adequação e eficácia de mecanismos norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Dada a natureza desse objeto, utilizarei uma abordagem quanti-qualitativa¹⁹², procurando assim alcançar o máximo de informações objetivas e subjetivas para análise da situação.

Para a abordagem quantitativa analisarei dados da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), Secretaria de Saúde e Secretaria de Segurança Pública, a fim de conhecer a realidade do município. Para tanto, utilizarei instrumentos e técnicas de investigação articulados, contemplando levantamento de dados primários e secundários, mapeamentos, entrevistas estruturadas e semiestruturadas conforme descrito na Metodologia deste projeto.

Pretendemos combinar várias abordagens metodológicas no que se constituem as metodologias multidimensionais e que estão fundamentadas na abordagem inter e transdisciplinar, assim como é definida dentro do contexto da teoria da complexidade (RODRIGUES, LIMENA, 2006, p. 10).

¹⁹² Os procedimentos metodológicos desta pesquisa serão norteados por uma abordagem quanti-qualitativa (MINAYO, 2002) que, permite a análise minuciosa e fiel do grupo em estudo por possibilitar um melhor conhecimento acerca dos problemas vivenciados pelas crianças e adolescentes, sua cultura, valores e sentimentos.

O espaço-cenário de análise desse estudo será a cidade de São José dos Campos. As informações dos sujeitos serão coletadas através de entrevista em profundidade, semiestruturada. Essa modalidade de entrevista é utilizada quando se procura saber o quê, como e por que algo ocorre. Dessa forma, o pesquisador “tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 279).

As entrevistas serão gravadas em aparelho MP3 e serão guardadas em CDs pelo prazo de cinco anos, obedecendo às orientações éticas. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução n.º 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Você pode retirar o seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Após estes esclarecimentos, solicito o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha os itens que se seguem.

Confirmo que recebi cópia deste Termo de Consentimento, e autorizo a execução da pesquisa e a divulgação das informações obtidas sob a condição de preservação da minha identidade.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____,
 RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo, **Processo de rualização: resistências e aquiescências de crianças, adolescentes e adultos.** Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora: Ana Carla Junqueira Meirelles Roberto sobre a pesquisa e os procedimentos que a envolvem. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____, ____/____/____/

Assinatura: _____